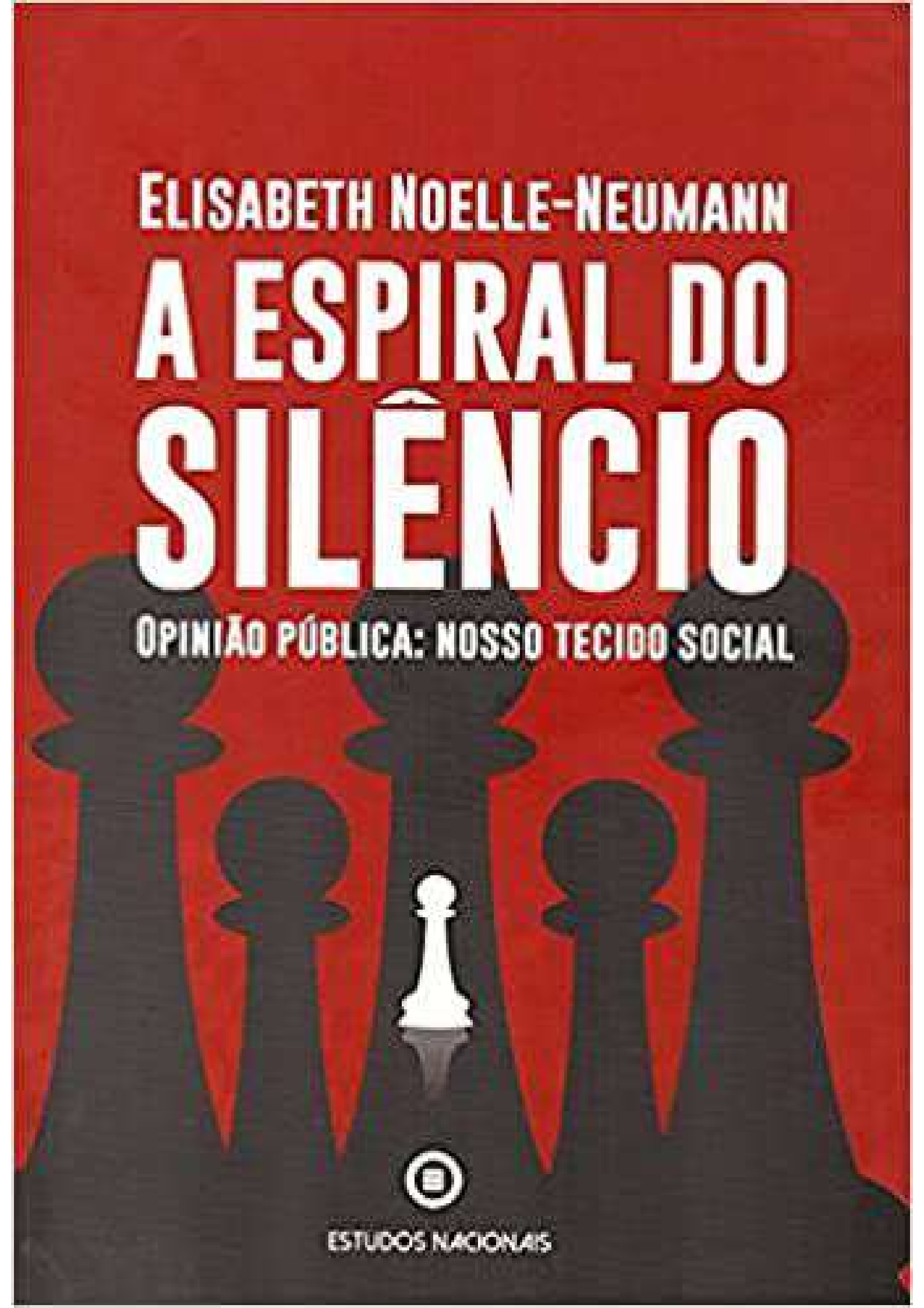
ELISABETH NOELLE-NEUMANN

A ESPIRAL DO SILÊNCIO

OPINIÃO PÚBLICA: NOSSO TECIDO SOCIAL



ESTUDOS NACIONAIS

Traduzido do Espanhol para o Português - www.onlinedoctranslator.com

Elisabeth Noelle-Neumann

A Espiral do Silêncio

Opinião pública: nossa pele social

Tradução de Javier Ruíz Calderón

Versão limitada: foram eliminadas tabelas, gráficos e bibliografia, mantendo-se apenas os textos necessários para a compreensão da ideia central.

Introdução à segunda edição americana

A nova edição deste livro preserva, com pequenas modificações, a maior parte do conteúdo da edição de 1984. Três novos capítulos foram adicionados para resumir as pesquisas atuais, novas descobertas e o progresso feito desde 1984.

Sabemos desde o início dos anos 1980 que a história do conceito de "opinião pública" é muito mais longa do que se acreditava inicialmente. Foi descoberto que remonta a quase dois mil anos. Em uma carta enviada a Atticus em 50 aC, Cícero se desculpa por um erro que cometeu ao apontar que havia sido levado pela opinião pública, publicam Opinionem. Em textos chineses do século 4 DC, os ideogramas que representam os conceitos "opinião" e "público" foram encontrados juntos.

A eficácia da opinião pública como uma força poderosa capaz de resolver conflitos, derrubar governos e oprimir indivíduos que resistem a ela até que "o membro morto seja destacado do corpo social" foi descoberta em cada vez mais novos lugares: nas histórias da Bíblia e em Homero, nas leis não escritas da antiguidade, nos contos de fadas e hoje. Nos últimos anos, a história nos ensinou uma grande lição sobre a opinião pública com a queda do marxismo na Europa Oriental. Aristóteles argumentou que um rei que perde o apoio de seu povo não é mais rei. Pare de ser um rei, um ditador, um governante. O afastamento dos governantes da Europa Oriental nos lembra estas palavras de Goethe: "E você pode dizer que foi uma testemunha disso."

Se entendermos a força da opinião pública, não nos enganaremos pensando que podemos ser "bons" cidadãos completamente independentes da pressão da opinião pública. E seremos mais prudentes ao julgar outros que, em determinados momentos e em determinadas circunstâncias, devem ceder à opinião pública.

Allensbach, Alemanha, agosto de 1992
ENN

Introdução à primeira edição americana

Era um balé de Gian Carlo Menotti. Eles se apresentaram em um domingo na Residência Internacional no campus da Universidade de Chicago. Cris Miller, uma estudante de doutorado em literatura inglesa na universidade, havia me falado sobre ele em nossa conversa diária para melhorar meu inglês. Além de dirigir o balé com uma amiga, ela concordou em cantar no coral e dançar. Claro, eu assisti à apresentação.

Isso aconteceu na primavera de 1980, a segunda vez que lecionei na Universidade de Chicago como professor visitante de Ciência Política. Por que me lembro desse balé agora? A última coisa que eu esperava quando fui à apresentação era que iria receber uma aula sobre opinião pública; mas foi exatamente isso que aconteceu. E também outra coisa. O crítico que comentou sobre a atuação no Chicago Maroon, o jornal estudantil, escreveu que seus olhos se encheram de lágrimas. Tenho que admitir que a mesma coisa aconteceu comigo. Mas gostaria de contar a história do balé para mostrar o que quero dizer.

Em algum lugar, provavelmente na Itália, há uma pequena cidade com habitantes honestos e um conde e uma condessa de uma linhagem local. Fora da cidade, em um castelo em uma colina, vive um homem estranho com idéias extremamente estranhas. Isso nunca deixa de surpreender as pessoas. Talvez fosse mais correto dizer que em parte os surpreende e em parte os incomoda, por isso preferem manter sempre distância dele.

Um domingo, aquele homem apareceu na cidade carregando um unicórnio em uma corrente. As pessoas não sabem como reagir. Logo depois, porém, o conde e a condessa também são vistos caminhando pela cidade com um unicórnio amarrado por uma corrente. Isso faz com que todos na cidade comprem um unicórnio.

No domingo seguinte, o estranho do castelo aparece de repente com uma górgona. As pessoas perguntam a ele o que aconteceu com o unicórnio. O homem diz que está cansado do unicórnio e resolve temperá-lo e grelhá-lo. Todo mundo está chocado. Mas quando o conde e a condessa também aparecem com uma górgona, o espanto se transforma em inveja, e as górgonas imediatamente ficam na moda.

No terceiro domingo, o homem do castelo se apresenta com uma mantícora e diz ao povo que matou a górgona. No início, os vizinhos ficam escandalizados; mas então tudo segue o curso normal: o conde e a condessa secretamente se livram de sua górgona,

as pessoas seguem seu exemplo e a tendência da manticora prevalece imediatamente.
O tempo voa. O estranho do castelo não é visto novamente. As pessoas têm certeza de que também massacraram a mantícora. Uma comissão de cidadãos é formada para acabar com esses crimes, e eles marcham em direção ao castelo. Eles entram, mas o que encontram os detém: o estranho está morrendo na companhia de seus três animais, o unicórnio, a górgona e a mantícora. O unicórnio simboliza seus sonhos de juventude, a górgona, sua maturidade, e a mantícora, sua velhice.
Os habitantes da cidade abandonam suas ideias com a mesma rapidez com que as adotaram: eram apenas caprichos fugazes. Para o estranho do castelo, ao contrário, eles representavam a essência de sua vida. Gian Carlo Menotti intitulou seu balé: O Unicórnio, a Górgona e o Manticore ou Os Três Domingos de um Poeta. Gostaria de explicar por que acho que também poderia ter o título de 'Opinião Pública'.
Todos nós nos identificamos com o poeta. Até o crítico do Chicago Maroon chorou. O poeta representa nossa imagem do homem como um ser forte, independente e imaginativo. E todos nós conhecemos o conde e a condessa, "formadores de opinião" superficiais, sem ideias próprias, mas com vontade de ser líderes onde quer que estejam. Mas os que mais desprezamos são aqueles que se harmonizam com a multidão, primeiro zombando de alguém por ser diferente dela, depois aceitando todas as novas modas e, finalmente, colocando-se como autoridade moral.
Este é um ponto de vista, e é como estranhos castigadores, solitários, artistas e intelectuais sempre se sentiram.
Agora eu gostaria de ficar do lado do conde, da condessa e do povo da cidade. Afirmo que, apoiando o poeta, negamos nossa natureza social. Nem pensamos no esforço que as pessoas que vivem em uma unidade social fazem para manter a comunidade unida. Agimos como se a posse de uma rica tradição histórica e cultural e de instituições protegidas por lei não exigisse um esforço constante de adaptação e mesmo de "conformidade" para manter viva essa posse e continuar podendo atuar e tomar decisões no nível da comunidade.
Muitos sintomas sugerem que não queremos reconhecer nossa natureza social, o que nos obriga a nos conformar.
John Locke fala sobre a lei da opinião, a lei da reputação,
lei da moda, que é mais observada do que qualquer lei divina ou estadual. Isso ocorre porque qualquer violação da lei da modaFaz o indivíduo sofrer imediatamente ao perder a simpatia e a estima de seu meio social. Mas parece ter havido pouco interesse em investigar as razões pelas quais tal comportamento é essencial para a sobrevivência das comunidades sociais. Pelo contrário, tudo o que se relaciona com a

moda adquire uma conotação pejorativa: estar na moda, as loucuras da moda, um modismo da moda. Usar um unicórnio, uma górgona e uma manticora em uma corrente é apenas uma maneira de acompanhar a moda.

Agimos como se não tivéssemos consciência de nossa natureza social. Embora o assunto da imitação tenha sido tratado por estudiosos desde que o sociólogo francês Gabriel Tarde escreveu sobre ele, o comportamento imitativo foi explicado quase exclusivamente como resultado da motivação de aprendizagem: a transmissão da experiência como uma forma de encontrar mais. Efetivamente a solução certa para você mesmo. É verdade que esse motivo freqüentemente provoca comportamentos imitativos, mas o motivo de querer evitar o isolamento, a marginalização, parece muito mais forte. Tocqueville escreveu que as pessoas "temem o isolamento mais do que o erro" quando ele queria explicar por que ninguém na França estava mais defendendo a Igreja no final do século XVIII. A descrição tocquevilliana da "espiral do silêncio" era tão precisa quanto a de um botânico.

Sou a favor do conde e da condessa porque as ideias do poeta nunca teriam se difundido sem eles. Eles são os moderadores, os formadores de opinião de que a sociedade precisa, como os jornalistas em grande parte hoje. E as pessoas da cidade, as pessoas que seguem a multidão, o que sabemos sobre seus sentimentos, seus sonhos? O que sabemos sobre o que se passa lá dentro? Em público, eles não querem ficar isolados. De acordo com John Locke, nem mesmo uma pessoa em dez mil é insensível o suficiente para não se importar que a mídia social negue a aprovação. Como você pode continuar caminhando com um unicórnio na rua quando ninguém mais o faz? Vamos tentar imaginar uma sociedade constituída exclusivamente por solitários, homens estranhos do castelo. Tal sociedade, desprovido de natureza social ou medo do isolamento, é evidentemente impossível. Podemos não simpatizar com a natureza social do homem, mas temos que tentar entendê-la para não ser injustos com as pessoas que se movem com a multidão.

Foi mais ou menos assim que tentei apresentar o balé para meus alunos no dia seguinte.

Mal posso dizer quantas ideias, percepções e oportunidades de discussão devo de minhas estadas em Chicago, de conversas com colegas, alunos e amigos. O caso do balé também pode servir para ilustrar esse ponto. Quando meus alunos discordaram, seus comentários também foram instrutivos. Eles pensavam, por exemplo, que eu não levava em consideração a relação entre a opinião pública e a opinião privada, entre o que o indivíduo diz em público e o que diz ou pensa em privado. Pode haver diferenças culturais: diferentes culturas podem lidar com conflitos entre a opinião pública dominante e as convicções privadas de maneiras diferentes. Em certas culturas, as pessoas podem se sair melhor fingindo, falando falsamente. Sim isto é assim, demoscópico, especificamente, uma problema metodológico. Suspeito que na Alemanha exista uma forte tendência para o indivíduo tentar reconciliar o exterior e o interior, a opinião expressa publicamente e a opinião privada. Isso geralmente requer muita autopersuasão, porque não estamos acostumados a ajustar nossas atitudes privadas e públicas a um nível meramente superficial. Provavelmente também existem diferenças culturais na disposição de aceitar a natureza social do homem sem desprezo. Os japoneses, por exemplo, não acham que homenagear as opiniões sociais seja um sinal de fraqueza, enquanto a maioria dos alemães, segundo pesquisas em Allensbach, há muito diz: 'Não me importa o que os outros dizem'. Mas, de modo geral, as semelhanças no papel desempenhado pela opinião pública em diferentes momentos e em diferentes lugares parecem superar em muito as diferenças.

Cris Miller, que dirigiu, cantou e dançou no balé de Gian Carlo Menotti e agora é professora assistente de literatura inglesa no Pomona College, Claremont, Califórnia, corrigiu toda a tradução inglesa do livro. Meu colega Gordon Whiting, professor de Ciências da Comunicação na Brigham Young University em Utah, preparou um rascunho preliminar da tradução enquanto era professor visitante no Institut für Publizistik da Universidade de Mainz, Alemanha Ocidental, com a ajuda de três membros do o departamento de inglês do Allensbach Demoscopy Institute: Wolfgang Koschnick -o diretor do departamento-, Mary Siwinski e Maria Marzahl. Mihaly Csikszentmihalyi, professor de Ciências do Comportamento da Universidade de Chicago, que é fluente em alemão e inglês,

ele cuidadosamente revisou e corrigiu o manuscrito mais uma vez. E, finalmente, ele e eu corrigimos a versão final juntos. Não sei como agradecer a esses amigos e colegas, que estão tão ocupados com seus próprios trabalhos de pesquisa, por tudo o que fizeram para garantir o sucesso da tradução.

Chicago, primavera de 1983
ENN

1. A hipótese do silêncio

Na véspera das eleições de 1965, o segundo canal de televisão alemão (ZDF) deu pela primeira vez um partido eleitoral, que aconteceu no Beethoven Halle, em Bonn. Havia uma revista, um jantar, várias bandas de dança, convidados sentados em longas mesas de banquete ... A sala estava lotada. À direita, em frente, logo abaixo do palco, instalaram uma pequena plataforma com quadro negro. Lá, um tabelião teve que abrir duas cartas recebidas dois dias antes, uma do Instituto Allensbach e outra do EMNID, duas organizações de pesquisa que usam pesquisas. Os directores de ambas as organizações foram então convidados a apresentar as suas previsões sobre o resultado das eleições na grelha desenhada para o efeito no quadro-negro. Contra um fundo de barulho, o barulho de cadeiras se movendo e os sons de comida e bebida,
«União Democrática Cristã-União Social Cristã, 49,5%; Partido Social Democrata, 38,5% ... ». Naquele momento, um grito irrompeu das centenas de pessoas atrás de mim que se transformou em um rugido ensurdecedor. Ensurdecedor, terminei de escrever as previsões:
«Partido Democrático Livre, 8,0%; outras partes, 4,0% »1. A sala
Transbordou de sentimento de trapaça, e Gerd Bucerius, editor do semanário Die Zeit, gritou comigo: "Elisabeth! Como você quer que eu a defenda agora?"
Se meu Instituto Allensbach tivesse sido deliberadamente enganoso pessoas, dizendo-lhes que as eleições foram muito equilibradas? Dois dias antes, o Die Zeit publicou uma entrevista comigo com a seguinte manchete: "Eu não ficaria surpreso se os social-democratas ganhassem" (Leonhardt 1965). Mais tarde naquela noite, quando os resultados oficiais da eleição se aproximavam das previsões de Allensbach, um político democrata-cristão fez os espectadores entenderem, rindo, que ele, é claro, havia entendido a situação o tempo todo, mas fora esperto o suficiente para não divulgá-la:
"Tudo é legítimo no amor e na guerra." A citação do Die Zeit estava correta. Eu disse isso. Mas a entrevista ficou arquivada na redação do jornal por mais de duas semanas. No início de setembro, a disputa eleitoral parecia empatar. O que aqueles que se reuniram no Beethoven Halle viram foi o que nós

[1] A União Democrática Cristã (CDU) é o mais conservador dos principais partidos alemães. A União Social Cristã (CSU) é a organização irmã da CDU na Baviera. O Partido Social Democrata (SPD) constitui a esquerda do espectro político alemão. O Partido Democrático Livre (os Liberais) (FDP) ocupa uma posição intermediária entre os dois partidos principais.

tínhamos os visto aparecer com surpresa nas nossas mesas em Allensbach três dias antes das eleições, mas não tínhamos podido publicá-los, pois teria parecido uma tentativa de influenciar o resultado das eleições ao causar um "efeito carro vencedor" (efeito bandwagon) em benefício dos democratas-cristãos. O que havia acontecido fora descoberto e discutido séculos antes, mas sem compreender: o poder da opinião pública. Sob sua pressão, centenas de milhares - não, mais como milhões - de eleitores participaram do que mais tarde seria chamado de "reviravolta de última hora". No último minuto, eles se juntaram à multidão, aumentando as fileiras dos democratas-cristãos de uma posição de igualdade com o outro partido principal, que o resultado final da votação refletiu como uma vantagem de mais de 8% g (ver fig. 1) 2.

O conhecimento está muito aquém das medições

Embora em 1965 não o percebêssemos, já tínhamos nas mãos a chave desta mudança dramática na intenção de voto do eleitorado. Em um artigo sobre opinião pública publicado em 1968 na Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais, W Phillips Davison, professor de Ciências da Comunicação e Jornalismo da Universidade de Columbia (Nova York), escreveu: “O conhecimento da estrutura Opinião pública interna, porém , permanece limitado e fica muito aquém das medições '(Davison 1968, 192). Essa era exatamente a nossa situação em 1965. Tínhamos medido muito mais do que entendíamos. Assim, embora de dezembro de 1964 até quase o dia da eleição em setembro de 1965, Os dois principais partidos estavam virtualmente empatados em intenção de voto - e esses números eram publicados regularmente na revista Stern - outro conjunto de dados indicava um movimento contínuo e totalmente independente. A pergunta era a seguinte: "Ninguém pode saber, claro, mas diga-nos qual é a sua opinião: quem vai ganhar as eleições?" Em dezembro, o número daqueles que esperavam uma vitória dos democratas-cristãos e daqueles que esperavam uma vitória dos sociais-democratas era quase idêntico, embora os sociais-democratas tivessem uma pequena vantagem. Então as estimativas começaram a mudar de direção, e a expectativa de uma vitória democrata-cristã aumentou inexoravelmente, enquanto a de uma vitória social-democrata caiu. Em julho de 1965, os democratas-cristãos estavam muito à frente e, em agosto,

[2] Nas figs. 1-5, 11-17 e 22, CDU-CSU significa União Democrática Cristã; SPD, Partido Social Democrata; e FPD, Partido Democrático Livre (os Liberais).

a expectativa de vitória chegava a quase 50%. Era como se as medidas de intenção de voto do eleitorado e do partido que eles acreditavam que iria ganhar tivessem sido feitas em planetas diferentes. E então, bem no final, as pessoas entraram na onda da vitória. Como apanhados por uma corrente, 3-4% dos eleitores foram atraídos para o partido que, segundo a expectativa geral, ia ganhar.

Cada investigação começa com um enigma

Ficamos confusos: como as expectativas sobre o partido vencedor poderiam mudar tão radicalmente, enquanto as intenções de voto dos eleitores permaneceram constantes? Até 1972, quando as eleições federais foram convocadas em curto prazo e houve apenas um período de campanha de algumas semanas - eleições não particularmente adequadas aos nossos propósitos - não iniciamos nossa máquina de investigação demoscópica com um questionário especialmente desenhado para coletar o tipo de feedback de que precisávamos. Já havíamos formulado a hipótese da qual estávamos partindo e a apresentamos no Congresso Internacional de Psicologia realizado em Tóquio no verão de 1972 (Noelle-Neumann 1973).

A campanha eleitoral de 1972 decorreu exatamente igual à de 1965. Os dois partidos principais estavam em pé de igualdade quando a questão da intenção de voto foi levantada; Enquanto isso, a expectativa de vitória atribuída ao Partido Social-democrata crescia semana a semana como uma realidade separada e independente, com um único revés. Então, bem no final, houve uma "reviravolta de última hora": as pessoas entraram na onda do esperado vencedor, desta vez o Partido Social Democrata (ver fig. 2).

O clima de opinião depende de quem fala e de quem se cala

A hipótese me foi sugerida pela agitação estudantil do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Ele provavelmente deve isso a um aluno específico. Um dia, encontrei-a no saguão da sala de conferências e percebi que ela usava um broche de democrata-cristão em sua jaqueta.

"Não sabia que você apoiava os democratas-cristãos", disse eu.

"Não estou", respondeu ele, "só estou usando este broche para ver o que está acontecendo." Eu a vi novamente ao meio-dia. Ele não estava mais usando o broche e perguntei a ele sobre a mudança. "Foi horrível", disse ele. "Eu tirei."

No contexto da turbulência que caracterizou aqueles primeiros anos da nova Ostpolitik, isso era compreensível. Talvez os seguidores do

Os democratas-cristãos e os sociais-democratas eram iguais em número, mas não tinham a mesma energia, entusiasmo ou vontade de expressar e exibir as suas convicções. Apenas distintivos e símbolos social-democratas apareceram em público, por isso não é incomum que a força relativa dos dois partidos seja avaliada incorretamente. Naquele momento, uma dinâmica peculiar se desenvolveu. Aqueles que estavam convencidos de que a nova Ostpolitik era adequada pensaram que suas idéias acabariam sendo aceitas por todos. Assim, essas pessoas se expressaram de forma aberta e defendeu com segurança seus pontos de vista. Aqueles que rejeitaram a Ostpolitik se sentiram marginalizados. Eles se retiraram e ficaram em silêncio.
Essa mesma inibição fez a visão que recebeu apoio explícito parecer mais forte do que realmente era, e a outra visão mais fraca. As observações feitas em alguns contextos se espalham para outros, levando as pessoas a expressar suas opiniões ou
"Engula-os" e permaneça em silêncio até que, em um processo em espiral, um ponto de vista passou a dominar a cena pública e o outro desapareceu da consciência pública quando seus apoiadores ficaram mudos. Esse é o processo que podemos qualificar como a "espiral do silêncio".
No início, tudo isso era apenas uma hipótese. Serviu para explicar o que acontecera em 1965. No verão daquele ano eleitoral, o apoio ao governo culminou quando a atenção do público se concentrou nas atividades conjuntas do chanceler Ludwig Erhard e da rainha da Inglaterra. O popular Erhard estava se preparando para sua primeira campanha parlamentar como chanceler, e a rainha estava viajando pela Alemanha naquele maravilhoso clima de verão, encontrando-se e sendo saudada por Erhard repetidas vezes. O noticiário da televisão veiculou imagens de seus encontros em todos os lugares. Embora as preferências dos eleitores tenham correspondido igualmente entre os social-democratas e os democratas-cristãos, foi bom mostrar a adesão à União Democrata-Cristã, o partido no poder, e isso poderia ser feito de forma fácil e aberta.

Aqueles que aderiram no último minuto
Esse clima não diminuiu as intenções de voto nem em 1965 nem em 1972. Na verdade, nas duas ocasiões, aconteceu exatamente o contrário. Do início ao fim, as intenções mantiveram-se quase inalteradas por aquilo que estava a abrir caminho para a mudança que ocorreria às vésperas das eleições: o clima de opinião. Isso pode ser interpretado como um bom sinal: as intenções de voto não mudam como os cata-ventos em uma tempestade, mas têm uma estabilidade considerável. Paul FF Lazarsfeld, o psicólogo social austro-americano e estudioso eleitoral, certa vez se referiu a uma hierarquia de estabilidade

e colocou as intenções de voto no mais alto nível como especialmente constante e sujeito apenas a mudanças lentas em resposta a novas experiências, observações, informações e opiniões (Lazarsfeld et al. 1948, xxxvi-xxxvii). Ao final, no entanto, o clima de opinião fez seu efeito ser sentido. Em ambas as ocasiões, assistimos a uma «reviravolta de última hora» na direção da pressão climática que causou uma mudança significativa: 3-4% dos votos. Lazarsfeld (1968, 107-109) já havia observado esse "efeito do carro vencedor" nas eleições presidenciais dos Estados Unidos de 1940. O efeito do carro vencedor era frequentemente explicado pela alusão à vontade geral de fazer parte do lado vencedor. Sempre do lado vencedor? A maioria das pessoas provavelmente não é tão pretensiosa. Ao contrário da elite, a maioria das pessoas não espera obter um cargo ou poder com a vitória. Trata-se de algo mais modesto: o desejo de evitar o isolamento, desejo aparentemente compartilhado por todos nós. Ninguém quer ficar tão isolado quanto o estudante universitário que usou um distintivo do democrata-cristão por uma manhã inteira; tão isolado que os vizinhos olham para o outro lado quando passam por você nas escadas, ou os colegas de trabalho se afastam, deixando um assento vazio ao seu lado. Estamos apenas começando a observar as centenas de sinais que permitem a uma pessoa saber que ela não está cercada por uma cálida auréola de simpatia, mas por uma cerca de exclusão.

Ao perguntar às mesmas pessoas antes e depois das eleições de 1972, descobrimos que aqueles que se sentem relativamente isolados dos outros - em nossos estudos nós os identificamos pelo comentário "Eu conheço muito poucas pessoas" - são mais propensos a se envolverem em um "último minuto inversão de marcha." Aqueles com menos autoconfiança e menos interesse pela política também tendem a mudar seu voto no último minuto. Sua baixa auto-estima faz com que poucas dessas pessoas pensem que estão entre os vencedores ou tocam a trombeta no movimento da vitória. Parece que "entrar no pelotão" descreve melhor o que aqueles que "ingressam" desejam alcançar. Mas essa situação se aplica, mais ou menos, a toda a humanidade. Quando alguém pensa que os outros estão lhe dando as costas,

Parece que o medo do isolamento é a força que põe em movimento a espiral do silêncio. Correr em uma equipe é um estado de felicidade relativa; mas se não for possível, porque você não quer compartilhar publicamente uma convicção aparentemente aceita universalmente, pelo menos você pode permanecer em silêncio como uma segunda melhor opção, para continuar a ser tolerado pelos outros. Thomas Hobbes (1969, ver especialmente a página 69) escreveu sobre o significado do silêncio em seu livro The Elements of Law, publicado em 1650. O silêncio, disse ele, pode ser interpretado como um sinal de conformidade, uma vez que é fácil dizer não quando não. está acordado. Hobbes certamente está errado quando diz que é fácil dizer não, mas está certo ao supor que o silêncio pode ser interpretado como conformidade. É isso que o torna tão tentador.

Trazendo o fenômeno à luz do dia

Existem duas maneiras possíveis de verificar a realidade, a validade, de um processo como o descrito na hipótese da espiral do silêncio. Se algo assim realmente existe, se este é realmente o processo pelo qual as ideologias e os movimentos sociais prevalecem ou desaparecem, muitos autores dos séculos anteriores devem ter percebido e comentado sobre isso. É altamente improvável que essa classe de fenômenos tenha escapado à atenção de homens sensíveis e pensativos que, como filósofos, juristas e historiadores, escreveram sobre os seres humanos e seu mundo. Quando comecei a pesquisar os escritos dos grandes autores do passado, fui encorajado a encontrar uma descrição precisa da dinâmica da espiral do silêncio na história da Revolução Francesa de Alexis de Tocqueville, publicada em 1856. Tocqueville descreve o declínio da Igreja na França em meados do século 18 e como o desdém pela religião se tornou uma paixão geral e predominante entre os franceses. O silêncio da Igreja francesa, diz-nos, foi um factor de primeira importância: «Aqueles que continuaram a acreditar nas doutrinas da Igreja tiveram medo de ficar sós com a sua fidelidade e, temendo a solidão mais do que o erro, declararam a compartilham as opiniões da maioria. De modo que o que era apenas a opinião de uma parte ... da nação passou a ser considerada a vontade de todos e, portanto, parecia irresistível, mesmo para aqueles que tinham O silêncio da Igreja francesa, diz-nos, foi um factor de primeira importância: «Aqueles que continuaram a acreditar nas doutrinas da Igreja tiveram medo de ficar sós com a sua fidelidade e, temendo a solidão mais do que o erro, declararam a compartilham as opiniões da maioria. De modo que o que era apenas a opinião de uma parte ... da nação passou a ser considerada a vontade de todos e, portanto, parecia irresistível, mesmo para aqueles que tinham O silêncio da Igreja francesa, diz-nos, foi um factor de primeira importância: «Aqueles que continuaram a acreditar nas doutrinas da Igreja tiveram medo de ficar sós com a sua fidelidade e, temendo a solidão mais do que o erro, declararam a compartilham as opiniões da maioria. Então o que era apenas a opinião de uma parte ... da nação passou a ser considerada a vontade de todos e, portanto, parecia irresistível, mesmo para aqueles que tinham contribuiu para lhe dar essa falsa aparência »3.

Seguindo minha jornada ao passado, encontrei observações e opiniões impressionantes espalhadas por toda parte. Entre eles estavam comentários de Jean-Jacques Rousseau e David Hume, John Locke, Martinho Lutero, Maquiavel, John Hus e até mesmo escritores da antiguidade. O assunto nunca apareceu como o assunto principal,

[3] Tocqueville 1952, 207. Tradução para o inglês adaptada pelo autor

mas sim na forma de comentários marginais. Era como seguir o rastro de um fugitivo, mas aos poucos a realidade da espiral do silêncio foi se confirmando.

Uma segunda maneira de verificar a legitimidade de uma hipótese é investigá-la empiricamente. Se um fenômeno como a espiral do silêncio existisse, deveria ser mensurável. Pelo menos deveria ser assim hoje. Depois de mais de cinquenta anos testando instrumentos para uso em pesquisas representativas, um fenômeno psicossocial desse tipo não deveria mais escapar da observação. O próximo capítulo descreve os tipos de instrumentos que desenvolvemos para trazer a espiral do silêncio para a fria luz do dia.

2. Verificação com instrumentos de pesquisa por meio de pesquisas

O termo "instrumento" pode sugerir algum tipo de dispositivo visível, seja uma máquina minúscula ou uma peça monstruosa de engenharia como um radiotelescópio. No entanto, o que aparece em um questionário e é apresentado em uma pesquisa como um conjunto de perguntas é um instrumento de observação, mesmo que se pareça com um jogo. As respostas de uma amostra representativa de pessoas a essas perguntas revelam a existência de motivos e formas de comportamento, os fenômenos nos quais um processo como a espiral do silêncio deve ser fundamentado. Colocar a hipótese da existência desse processo implica afirmar que as pessoas observam seu meio social; que prestam atenção ao que pensam sobre eles e estão cientes das tendências em mudança; aquele registro de quais opiniões estão ganhando terreno e quais se tornarão dominantes.

Como vou saber?
Em janeiro de 1971, as pesquisas Allensbach começaram a abordar a espiral do silêncio. O primeiro questionário consistia nestas três questões:

> Uma pergunta sobre a RDA (Alemanha Oriental): se você tivesse que tomar uma decisão, diria que a República Federal deveria reconhecer a RDA como um segundo estado alemão, ou que a República Federal não deveria reconhecê-la?
> Agora, sem considerar por um momento a sua própria opinião, você acha que a maioria dos habitantes da República Federal é a favor ou contra o reconhecimento da RDA? O que você acha que vai acontecer no futuro, o que as pessoas vão pensar daqui a um ano? Haverá mais ou menos pessoas a favor do reconhecimento da RDA do que agora?

Agora, sem considerar sua própria opinião por um momento, você acha que a maioria dos habitantes ...? "O que você acha que vai acontecer no futuro, o que as pessoas vão pensar daqui a um ano?" A maioria das pessoas poderia perfeitamente ter respondido: 'Como vou saber o que a maioria das pessoas pensa ou o que vai acontecer no futuro? Eu não sou um profeta. Mas as pessoas não responderam a isso. Como se fosse a coisa mais natural do mundo, entre 80 e 90 por cento de uma amostra representativa da população com mais de dezesseis anos apresentou seu ponto de vista sobre as opiniões das pessoas ao seu redor (tabela 1).

As opiniões dos entrevistados sobre o futuro são um pouco menos certas, mas mesmo as perguntas sobre o futuro de uma opinião não produzem reações intrigantes. Em janeiro de 1971, três quintos dos consultados expressaram suas previsões sobre como a opinião sobre o reconhecimento do RDA se desenvolveria, e as estimativas eram bastante claras: 45 por cento acreditavam que a opinião favorável aumentaria e apenas 16 por cento que diminuiria (tabela 2). Os resultados nos lembram as eleições de 1965. A pergunta "O que você acha, quem vai ganhar as eleições?" ele não obteve a resposta majoritária "Como você quer que eu saiba?", embora tendo em vista as pesquisas que indicavam mês após mês uma competição equilibrada teria sido uma resposta muito razoável. Mas isso não aconteceu. Nesse momento as expectativas foram expressas de forma cada vez mais clara e não sem consequências, como o demonstra a mudança de voto decidida no último momento. Extrapolando as observações feitas entre 1965 e 1971, teríamos que esperar uma espiral de silêncio operando a favor do eventual reconhecimento da RDA.

Descoberta de uma nova capacidade humana: a percepção do clima de opinião

Vejamos agora até que ponto nossas explorações iniciais confirmaram a hipótese da espiral do silêncio. Numerosas coleções de perguntas seguiram a primeira tentativa em janeiro de 1971. Como em 1965, elas consistentemente confirmaram a aparente capacidade das pessoas de compreender algo sobre as opiniões majoritárias e minoritárias, para perceber a distribuição de frequência dos pontos. Pontos de vista favoráveis e contrários, e tudo isso independentemente dos números de qualquer pesquisa publicada (tabela 3).

No ano eleitoral de 1976, comparamos sistematicamente os resultados de duas questões que havíamos usado para medir a percepção da força das opiniões em 1965 e desde 1971:

"Quem vai ganhar as eleições?" e "O que a maioria das pessoas pensa ...?" Ambas as questões produziram resultados semelhantes; mas a pergunta: "Você acha que a maioria das pessoas gosta do Partido X ... ou não?" provou ser mais sensível e, portanto, um melhor instrumento de medição do que: "Qual jogo vai ganhar ...?" As oscilações nas estimativas da força dos partidos, embora tenham ocorrido paralelamente às demais medidas, foram claramente mais pronunciadas (fig. 3).

Qual opinião vai ganhar apoio, quem vai perdê-la? A maioria das pessoas se arriscará a julgar qual ponto de vista em uma controvérsia receberá mais apoio. Escolhemos seis exemplos de cerca de 25 testes com base em 1.000 a 2.000 entrevistas com amostras representativas da população conduzidas entre 1971 e 1979. O texto das perguntas

dizia: “Como as coisas estão, o que você pensa, como serão as opiniões dentro ? um ano? Haverá mais ou menos pessoas do que hoje a favor de ...? ».

As flutuações surpreendentes nas respostas sobre o clima da opinião política despertaram nosso interesse em saber se as estimativas estavam corretas. Em dezembro de 1974, começamos a verificá-lo sistematicamente. Comportando-se de acordo com a hierarquia da regra de estabilidade de Lazarsfeld, as intenções de voto sofreram pequenas, embora contínuas, mudanças nos quinze meses seguintes. A diferença entre a maior e a menor percentagem de intenção de voto na União Democrática Cristã nunca ultrapassou os seis pontos e, no caso do Partido Social-Democrata, não ultrapassou os quatro por cento. No entanto, houve grandes perturbações no clima de opinião, percebido pelos nossos entrevistados no mesmo período. Essas variações, que chegavam a 24%, não eram arbitrárias. Nós observamos, pelo contrário, deviam-se a pequenas mudanças na orientação real dos eleitores que ocorriam de tempos em tempos (figs. 4 e 5). A questão intrigante era: como a população como um todo poderia perceber essas pequenas variações nas intenções de voto? Continuamos nossas observações. Os eventos nos estados federais, por exemplo, na Baixa Saxônia e na Renânia-Palatinado, foram incorporados ao nosso mapa de tendências (fig. 6). O Instituto Gallup na Grã-Bretanha estava ansioso para testar a capacidade da população britânica de perceber seu clima político. As intenções de voto britânicas não pareciam tão estabelecidas quanto as da República Federal da Alemanha, mas os britânicos também pareciam capazes de perceber o clima de opinião (fig. 7). Isso se deveu a pequenas mudanças na orientação real dos eleitores que ocorreram de tempos em tempos (figs. 4 e 5). A questão intrigante era: como a população como um todo poderia perceber essas pequenas variações nas intenções de voto? Continuamos nossas observações. Os eventos nos estados federais, por exemplo, na Baixa Saxônia e na Renânia-Palatinado, foram incorporados ao nosso mapa de tendências (fig. 6). O Instituto Gallup na Grã-Bretanha estava ansioso para testar a capacidade da população britânica de perceber seu clima político. As intenções de voto britânicas não pareciam tão estabelecidas quanto as da República Federal da Alemanha, mas os britânicos também pareciam capazes de perceber o clima de opinião (fig. 7). Isso se deveu a pequenas mudanças na orientação real dos eleitores que ocorreram de tempos em tempos (figs. 4 e 5). A questão intrigante era: como a população como um todo poderia perceber essas pequenas variações nas intenções de voto? Continuamos nossas observações. Os eventos nos estados federais, por exemplo, na Baixa Saxônia e na Renânia-Palatinado, foram incorporados ao nosso mapa de tendências (fig. 6). O Instituto Gallup na Grã-Bretanha estava ansioso para testar a capacidade da população britânica de perceber seu clima político. As intenções de voto britânicas não pareciam tão estabelecidas quanto as

da República Federal da Alemanha, mas os britânicos também pareciam capazes de perceber o clima de opinião (fig. 7).

Quantas questões diferentes essa capacidade de reconhecer o clima de opinião abrange? Deve-se aceitar que as observações feitas por pessoas constantemente incluem centenas de assuntos diferentes. Desde março de 1971, temos dados comparativos sobre a visão das pessoas sobre a pena de morte e sobre sua percepção do clima de opinião sobre o assunto. Como entre 1972 e 1975 tiveram que ser realizados outros estudos empíricos mais urgentes do que a verificação da espiral do silêncio, não temos dados sobre esse período. No entanto, as seis medições feitas entre 1971 e 1979 confirmam que mudanças reais de opinião

refletiam-se de forma confiável nas percepções do tempo (figs. 8 e 9).
Às vezes essa percepção está errada e, como geralmente funciona tão bem, toda vez que isso acontece é muito interessante. Nessas ocasiões, os sinais nos quais as pessoas baseiam sua percepção do clima de opinião devem ser distorcidos. Enquanto sabemos tão pouco sobre eles, não será fácil explicar sua distorção. Esse é o assunto do capítulo 22.

O teste do trem

Arriscaremos, no entanto, uma explicação para a distorção observada em 1965, quando a expectativa do partido vencedor estava muito à frente da própria evolução da intenção de voto. De acordo com a hipótese da espiral do silêncio, isso se deve à diferença na disposição - entusiasmo, na verdade - dos dois lados de expressar suas opiniões em público, de expor abertamente seus pontos de vista onde possam ser percebidos. A hipótese só será válida se duas suposições puderem ser testadas empiricamente. A primeira é que as pessoas compreendem intuitivamente o grau relativo de aceitação de pontos de vista opostos. Na seção anterior, apresentamos as evidências que sustentam essa suposição. A segunda questão, ainda não investigada empiricamente,

Em janeiro de 1972, uma pergunta apareceu pela primeira vez em uma pesquisa Allensbach, uma pergunta que, até onde sabemos, nunca apareceu em nenhum questionário, nem na Alemanha nem em qualquer outro lugar. Tratava-se da educação de crianças e foi levantada no contexto de uma pesquisa realizada com donas de casa. A entrevistadora mostrou à entrevistada um desenho de duas donas de casa conversando e disse a ela: “Duas mães discutem se devem bater em crianças que se comportam muito mal.
Com qual dos dois você concordaria, o que está acima ou o que está abaixo? " (fig. 10).
Uma das mulheres do desenho declara: “Bater em crianças é um erro. Você pode educar qualquer criança sem bater nela. Em janeiro de 1972, 40% de uma amostra representativa de donas de casa concordou com essa visão.
A outra mulher diz: "Bater em crianças faz parte de sua educação e ninguém nunca se machucou." 47 por cento das donas de casa concordaram com esta opinião. 13 por cento estavam indecisos.

Mas a questão crucial era esta: "Suponha que você esteja iniciando uma viagem de trem de cinco horas e há uma mulher em seu compartimento que pensa ...". Aqui, o texto da pergunta foi dividido. Foi dito às mulheres que achavam que bater em criança um erro: "... você acha que bater em criança faz parte da sua educação"; e aos defensores do castigo físico: "... quem acha que bater é um erro". Em ambos os casos, então, as donas de casa encontraram um companheiro de viagem com um ponto de vista diametralmente oposto ao seu. A pergunta terminava em ambos os casos assim: "Você gostaria de conversar com essa mulher para entender melhor o seu ponto de vista ou acha que não valeu a pena?"

Este "teste de trem" já foi repetido com outras disciplinas. Em uma ocasião, foi uma conversa que expôs as opiniões das pessoas sobre os democratas-cristãos e os social-democratas. Outras vezes, ele lidou com a discriminação racial na África do Sul, coabitação entre jovens solteiros, usinas nucleares, mão de obra estrangeira, aborto, o perigo das drogas ilegais ou acesso ao serviço público de pessoas com ideias radicais.

A hipótese a ser testada era se os diferentes grupos de opinião diferiam em sua disposição de defender publicamente seus pontos de vista e convicções. A facção mais disposta a proclamar sua posição terá um impacto maior e, portanto, influenciará mais as outras, que podem acabar se juntando a seu aparentemente maior ou crescente grupo de seguidores. Algo semelhante é observado em alguns casos particulares; Mas como esse processo pode ser medido atendendo aos requisitos científicos de um experimento? As medições devem ser repetíveis, indefinidamente verificáveis novamente e independentes das impressões subjetivas do observador. Tente simular a realidade em condições que permitam a realização de medições. Essas condições podem ser encontradas, por exemplo, em uma pesquisa que é realizada de maneira uniforme, em que as perguntas são lidas em voz alta, com certa forma e ordem; e no qual participam centenas de entrevistadores, solicitando amostras de 500, 1.000 ou 2.000 entrevistados, de forma que nenhum entrevistador em particular possa influenciar decisivamente os resultados. Mas que situação fraca essa entrevista oferece! Como é diferente da vida, da experiência, das sensações da realidade!

Simulando uma situação pública

Nossa primeira tarefa foi simular uma situação pública na entrevista, a fim de investigar a inclinação latente da pessoa para se comportar publicamente de uma forma ou de outra. É claro que as pessoas tiram suas conclusões sobre a força ou a fraqueza das opiniões não apenas de conversas familiares; portanto, tivemos que simular círculos

diferentes dos familiares para obter o comportamento do público em geral. Mesmo pessoas solitárias com poucos conhecidos são capazes de captar os sinais, como mostrou nossa análise da "reviravolta no último minuto". Além disso, quando há uma mudança no clima a favor ou contra um determinado partido, pessoa ou ideia, parece ser percebido quase simultaneamente em todos os grupos da população, todas as faixas etárias, todos os grupos de ocupação (Figs. 11-13). Isso só é possível se os sinais forem totalmente abertos e públicos. O comportamento na família, no círculo primário, pode ser o mesmo que em lugares públicos, ou pode ser diferente. Mas para a espiral do silêncio, esta é uma questão secundária. Rapidamente descobrimos isso quando tentamos uma encenação na pesquisa em que os entrevistados deveriam indicar suas tendências para se expressar ou permanecer em silêncio. Dissemos aos entrevistados que imaginassem alguém os convidando para algum lugar com outros hóspedes, alguns deles desconhecidos. No encontro, a conversa voltou-se para um tema polêmico e, nesse ponto, o texto da pergunta introduzia o tema específico. O comportamento na família, no círculo primário, pode ser o mesmo que em lugares públicos, ou pode ser diferente. Mas para a espiral do silêncio, esta é uma questão secundária. Rapidamente descobrimos isso quando tentamos uma encenação na pesquisa em que os entrevistados deveriam indicar suas tendências para se expressar ou permanecer em silêncio. Dissemos aos entrevistados que imaginassem alguém os convidando para algum lugar com outros hóspedes, alguns deles desconhecidos. Na reunião, a conversa voltou-se para um tema polêmico e, nesse ponto, o texto da pergunta introduziu o assunto específico. O comportamento na família, no círculo primário, pode ser o mesmo que em lugares públicos, ou pode ser diferente. Mas para a espiral do silêncio, esta é uma questão secundária. Rapidamente descobrimos isso quando tentamos uma encenação na pesquisa em que os entrevistados deveriam indicar suas tendências para se expressar ou permanecer em silêncio. Dissemos aos entrevistados que imaginassem alguém os convidando para algum lugar com outros hóspedes, alguns deles desconhecidos. No encontro, a conversa voltou-se para um tema polêmico, e neste ponto o texto da pergunta introduzia o tema específico. Rapidamente descobrimos isso quando tentamos uma encenação na pesquisa em que os entrevistados deveriam indicar suas tendências para se expressar ou permanecer em silêncio. Dissemos aos entrevistados que imaginassem alguém os convidando a algum lugar com outros convidados, alguns deles desconhecidos. No encontro, a conversa voltou-se para um tema polêmico, e neste ponto o texto da pergunta introduzia o tema específico. Rapidamente descobrimos isso quando tentamos uma encenação na pesquisa em que os entrevistados deveriam indicar suas tendências para se expressar ou permanecer em silêncio. Dissemos aos entrevistados que imaginassem alguém os convidando para algum lugar com outros hóspedes, alguns deles desconhecidos.

No encontro, a conversa voltou-se para um tema polêmico, e neste ponto o texto da pergunta introduzia o tema específico.
O entrevistado gostaria de participar da conversa sobre esse assunto ou prefere não participar? A pergunta não funcionou. A situação não era pública o suficiente e as reações dos entrevistados foram fortemente influenciadas por considerações de cortesia em relação às opiniões expressas pelos anfitriões e outros convidados. Então levantamos o teste do trem. Apresentava uma situação pública algo semelhante a uma via pública: qualquer pessoa podia entrar e o entrevistado não sabia os nomes e as atitudes das pessoas que encontrava nela. Ao mesmo tempo, era uma situação tão discreta que até uma pessoa tímida poderia participar, se quisesse.
Mas serviria para conhecer o comportamento natural das pessoas em situações públicas reais, como na rua, num talho ou como espectador de um acontecimento público? A entrevista seria realizada em privacidade, talvez na presença de outros membros da família. As pessoas ali expressariam suas verdadeiras reações ou o impulso de fazê-lo seria muito fraco em face de uma situação meramente imaginária?

A segunda suposição é confirmada:
aqueles que confiam na vitória falam e os
perdedores tendem a ficar calados

Ao avaliar um "teste de trem" após o outro em pesquisas conduzidas em 1972, 1973 e 1974, tornou-se aparente que poderíamos medir a disposição de pessoas com opiniões diferentes sobre certos tópicos para expô-los ou permanecer em silêncio. O ano eleitoral de 1972 proporcionou condições e matérias ideais para este teste. O entusiasmo pelo chanceler vencedor do Prêmio Nobel Willy Brandt atingiu seu pico; no entanto, as opiniões estavam nitidamente divididas sobre a questão da Ostpolitik, que Brandt simbolizava. Não era necessária uma habilidade perceptiva particularmente sensível para ver qual opinião era publicamente mais forte, se você era a favor ou contra Brandt. "O que você pensa, A maioria dos cidadãos da República Federal são a favor ou contra os tratados assinados com o Oriente? » Essa foi a pergunta de maio de 1972. "A maioria é a favor", respondeu 51 por cento;
“A maioria é contra”, 8 por cento; "Cerca de metade a favor e metade contra", 27 por cento. E 14 por cento se esquivaram da pergunta com a resposta: "Não dá para saber".
Em outubro de 1972, com a campanha eleitoral já em andamento, o teste do trem foi incluído em uma pesquisa: 'Suponha que você comece uma viagem de trem de cinco horas e alguém em seu compartimento fale muito favoravelmente - no meio do dia. pergunta disse "muito desfavoravelmente" - sobre o chanceler Brandt. Gostaria de falar com essa pessoa para compreender melhor o seu ponto de vista ou acha que não valeu a pena? " 50% dos que apoiaram Brandt (que eram o dobro dos que não o apoiaram) disseram que gostariam

de conversar; apenas 35% dos que não o apoiaram disseram a mesma coisa. "Não parecia valer a pena para eles", foi a resposta de 42% dos apoiadores de Brandt e 56% dos que eram contra ele (Tabela 4). A) Sim,

Um alfinete de campanha também é uma forma de falar

Em relação a essa hipótese, é necessário entender o que significa falar e calar-se em um sentido amplo. Colocar um alfinete na lapela ou um adesivo no carro também são maneiras de falar; não fazer isso, mesmo que você tenha convicções firmes, é uma forma de ficar quieto. Carregar ostensivamente um jornal de reconhecida convicção política é uma forma de falar; mantê-lo escondido na bolsa ou debaixo de um jornal menos partidário é uma forma de calar a boca (claro, não se tentaria esconder o jornal; ele só caiu por acaso). Distribuir panfletos é uma forma de falar, assim como colocar cartazes, riscar ou arrancar os do adversário ou furar as rodas dos carros com adesivos da outra parte. Nos anos 60, os homens de cabelo comprido diziam alguma coisa;

Mesmo sem levar em consideração o teste do trem, o ano eleitoral de 1972 nos forneceu evidências empíricas mais do que suficientes de que uma das partes em uma controvérsia "falará" ativa e abertamente, enquanto a outra, embora não necessariamente menos numerosa - talvez até mais -, permanece em silêncio. O protesto do ex-vice-presidente Agnew sobre a "maioria silenciosa" justificadamente se tornou famoso porque tocou em uma realidade sentida por muitas pessoas. Foi uma realidade da qual eles próprios participaram, embora sem terem plena consciência disso porque não tinha sido explicitamente rotulada.

Uma pergunta de pesquisa após as eleições federais de 1972 demonstrou claramente como as forças dos dois partidos eram percebidas como diferentes, embora permanecessem praticamente equilibradas na contagem de seus apoiadores. A questão, colocada em dezembro, foi esta: 'Cada festa tinha cartazes, broches de campanha e adesivos de carro. Qual a sua impressão, que festa você acha que tinha mais adesivos, pôsteres e prós? ».

53% responderam que havia "mais social-democratas"; 9 por cento do que "mais dos democratas-cristãos". Uma segunda pergunta confirmava a mesma coisa por outro ângulo: “Os resultados de um partido em uma eleição dependem em grande parte de sua capacidade de fazer com que seus seguidores participem da campanha eleitoral. Qual foi a sua impressão, os eleitores de qual partido mostraram maior idealismo e empenho pessoal nesta última campanha eleitoral? ». Quarenta e quatro por cento responderam que "os eleitores dos social-democratas" e 8 por cento que "os eleitores dos democratas-cristãos". Esses resultados parecem mostrar que naquela época - outono de 1972 - uma pessoa a favor dos democratas-cristãos procuraria em vão por um parceiro solidário entre os broches e adesivos de campanha, já que todos eles caíram em

silêncio, contribuindo assim para uma situação em que aqueles que compartilhavam das convicções democratas-cristãs e procuravam algum sinal, se sentissem realmente isolados e sós. A espiral do silêncio funcionava com uma eficiência dificilmente superada.
A princípio, essas pequenas pistas, reunidas no esforço de tornar visível o clima de opinião, formaram um quadro bastante incerto. Usar um broche na lapela, um adesivo no carro ... não é só uma questão de gosto? Algumas pessoas tendem a realizar essas ações e outras não. Será que os eleitores mais conservadores também são mais discretos, menos inclinados a expor suas convicções? Ou, no que diz respeito ao "teste do trem", alguns gostam de bater um papo quando estão viajando e outros não. O teste do trem pode realmente ser tomado como uma indicação de que um processo de influência do tipo espiral de silêncio está ocorrendo?

A vantagem de ter grupos de conversação do nosso lado
Os resultados da nossa pesquisa apóiam a afirmação de que, independentemente do problema e da intensidade da convicção, algumas pessoas são mais propensas a falar e outras a permanecer em silêncio. Isso também acontece com grupos inteiros da população. Em uma situação pública, os homens estão mais dispostos a participar de uma conversa sobre assuntos polêmicos do que as mulheres, os jovens mais do que os mais velhos e aqueles pertencentes a estratos sociais mais elevados do que aqueles pertencentes a estratos inferiores (Tabela 5). Isto tem repercussões óbvias na visibilidade pública dos vários pontos de vista. Se uma facção atrai muitos jovens ou muitas pessoas com alto nível de educação, automaticamente tem uma chance melhor de se parecer com a facção destinada a obter aceitação geral. Mas isso é apenas metade da história. Há um segundo fator que influencia a vontade de expressar a própria opinião: a concordância entre as próprias convicções e a avaliação que cada um faz das tendências atuais, o espírito da época, o espírito de quem parece mais moderno, mais sensível; ou simplesmente a sensação de que as pessoas "melhores" estão ao nosso lado (tabela 6).

A língua é liberada quando a pessoa se sente em harmonia com o espírito da época
No outono de 1972, aqueles que apoiavam Willy Brandt eram mais desejando que seus oponentes se engajem em uma conversa sobre Brandt em uma situação pública, independentemente de serem velhos ou jovens, homens ou mulheres, de educação inferior ou superior. O teste do trem provou sua validade. Esse instrumento permitiu que uma série contínua de investigações fossem realizadas nos anos seguintes para revelar qual setor, em polêmica, se manifestou e qual preferiu se calar. 54% dos partidários da social-democracia teriam gostado de participar de uma conversa sobre o Partido Social-democrata em uma

viagem, enquanto apenas 44% dos partidários da democracia-cristã teriam gostado de falar sobre a União Democrata-Cristã (1974). Após a mudança do Chanceler Federal, 47% dos que apoiavam Helmut Schmidt e apenas 28% dos que eram contra quiseram falar sobre ele (1974). Quando a questão era alimentar à força os prisioneiros em greve de fome, 46% dos que eram a favor e apenas 33% dos que eram contra estavam dispostos a falar abertamente (1975).

Mudanças de opinião favorecem a pesquisa

Houve o que na Alemanha era chamado de Tendenzwende, um ponto de inflexão na força relativa das atitudes políticas. Até aquele momento não sabíamos por que aqueles que apoiavam as posições e os líderes políticos de esquerda estavam mais dispostos a participar dessas conversas. Pode ser devido ao clima político favorável, mas também simplesmente porque aqueles que tendiam a defender posições esquerdistas gostavam de discutir mais. No estágio seguinte, foram feitas duas observações que refutaram a segunda possibilidade. Em primeiro lugar, os simpatizantes da social-democracia começaram a mostrar menos inclinação para participar de discussões sobre seu partido entre 1974 e 1976; isto é, durante o que é chamado de "ponto de inflexão política". Isso se refletiu em uma mudança de 54 por cento dispostos a falar em 1974 para 48 por cento em 1976. A mudança geral, no entanto, foi menos surpreendente do que a sensibilidade repentina que os apoiadores mostraram para a formulação da pergunta do trem: se o companheiro de viagem, quem foi quem iniciou a conversa, falou a favor ou desfavoravelmente do Partido Social Democrata. Em 1974, quem apoiava o Partido Social-democrata parecia quase imune à influência das opiniões do companheiro de viagem: 56% falaram quando elogiou o Partido Social-democrata e 52% quando o criticou. Em 1976, 60% expressaram interesse em conversar com quem viu coisas como eles; Mas quando o companheiro de viagem se pronunciou contra o Partido Social-democrata, sua inclinação para participar da conversa diminuiu em até 32 por cento! Com aqueles que apoiaram os democratas-cristãos, aconteceu exatamente o contrário. Em 1974, eles eram muito sensíveis ao tipo de ambiente discursivo, expressando uma disposição completamente diferente de participar da conversa se o companheiro de viagem fosse a favor ou contra a União Democrática Cristã; em 1976, as opiniões do companheiro de viagem não importavam mais para eles (Noelle-Neumann 1977a, esp. p. 152). 60 por cento expressaram interesse em falar com quem viu coisas como eles; Mas quando o companheiro de viagem se pronunciou contra o Partido Social-democrata, sua inclinação para participar da conversa diminuiu em até 32 por cento! Exatamente o contrário aconteceu com aqueles que apoiaram os democratas-cristãos. Em 1974, eles eram muito sensíveis ao tipo de ambiente discursivo, expressando uma disposição completamente diferente de participar da conversa se o companheiro de viagem fosse a favor ou contra a União Democrática Cristã; em

1976, as opiniões do companheiro de viagem não importavam mais para eles (Noelle-Neumann 1977a, esp. p. 152). 60 por cento expressaram interesse em falar com quem viu coisas como eles; Mas quando o companheiro de viagem se pronunciou contra o Partido Social-democrata, sua inclinação para participar da conversa diminuiu em até 32 por cento! Exatamente o contrário aconteceu com aqueles que apoiaram os democratas-cristãos. Em 1974, eles eram muito sensíveis ao tipo de ambiente discursivo, expressando uma disposição completamente diferente de participar da conversa se o companheiro de viagem fosse a favor ou contra a União Democrática Cristã; em 1976, as opiniões do companheiro de viagem não importavam mais para eles (Noelle-Neumann 1977a, esp. p. 152). sua inclinação para participar da conversa diminuiu em até 32 por cento! Exatamente o contrário aconteceu com aqueles que apoiaram os democratas-cristãos. Em 1974, eles eram muito sensíveis ao tipo de ambiente discursivo, expressando uma disposição completamente diferente de participar da conversa se o companheiro de viagem fosse a favor ou contra a União Democrática Cristã; em 1976, as opiniões do companheiro de viagem não importavam mais para eles (Noelle-Neumann 1977a, esp. p. 152). sua inclinação para participar da conversa diminuiu em até 32 por cento! Exatamente o contrário aconteceu com aqueles que apoiaram os democratas-cristãos. Em 1974, eles eram muito sensíveis ao tipo de ambiente discursivo, expressando uma disposição completamente diferente de participar da conversa se o companheiro de viagem fosse a favor ou contra a União Democrática Cristã; em 1976, as opiniões do companheiro de viagem não importavam mais para eles (Noelle-Neumann 1977a, esp. p. 152).

Depois das experiências de 1972 e 1973, quisemos simplificar o texto do ensaio do trem, não apresentando situações alternativas a pessoas a favor ou contra uma determinada ideia, corrente ou pessoa. Os resultados obtidos até o momento mostraram que esse aspecto do ambiente não afetou a inclinação do respondente para falar ou permanecer em silêncio. Somente em 1975-1976 descobrimos que seria prematuro dispensar essa variação no teste. Como descrevemos, apenas quando uma espiral de silêncio se desenvolveu totalmente e uma facção possui toda a visibilidade pública enquanto a outra está completamente escondida em sua casca, somente quando a tendência de falar ou permanecer em silêncio é ele tem estabilizado, as pessoas participar ou eu sei eles permanecem em silêncio, independentemente de as outras pessoas serem ou não amigos ou inimigos explícitos. Mas, além dessas situações, há controvérsias abertas, discussões que ainda não foram concluídas ou casos em que o conflito latente ainda não veio à tona. Em todos estes casos, O que eles mostraram pesquisar mais tarde, a A sensibilidade para treinar a conversa é considerável e pode ser muito reveladora.

A ideia de que as pessoas
esquerdistas são menos sensíveis ao clima de opinião

A segunda descoberta, que refutou a suposição de que os entrevistados de esquerda eram mais propensos a se envolver em conversas, surgiu da preocupação com um fenômeno que, como o
O "efeito carro vencedor" vinha atraindo a atenção dos investigadores eleitorais há décadas. Se, por um lado, havia uma tendência pré-eleitoral reconhecível para alguns eleitores mudarem seu voto na direção do vencedor pretendido, havia também, por outro lado, uma tendência pós-eleitoral para mais pessoas reivindicarem votaram no partido vencedor do que o indicado. os votos por ele recebidos. Isso poderia ser interpretado, como o 'efeito carro vencedor', como um esforço para estar com os vencedores, desta vez seletivamente 'esquecido' de ter votado em outro partido.

Para confirmar esse fato, pesquisamos os arquivos de Allensbach em busca de dados das primeiras eleições federais de 1949. Os dados não nos permitiram verificar a regra simples de que depois de qualquer eleição há mais pessoas afirmando ter votado no partido vencedor do que registradas. no escrutínio. As informações fornecidas pelas pessoas sobre a direção do seu voto eram quase sempre consistentes com os resultados oficiais das eleições (figs. 14 e 15). Em uma ocasião, em 1965, um número suspeitamente grande afirmou não ter votado em nenhum dos dois partidos principais:

o Partido Social-democrata, que perdeu as eleições, ou a União Democrática Cristã, que venceu. Em 1969 e 1972, o número dos que afirmavam ter votado nos sociais-democratas excedia substancialmente a proporção real de eleitores no Partido Social-democrata. No entanto, houve duas descobertas surpreendentes quando examinamos os resultados do chamado método do painel, no qual as mesmas pessoas são repetidamente questionadas ao longo de um período de tempo. A primeira foi que, quando a decisão do voto anterior foi corrigida em uma entrevista posterior apontando para um partido diferente daquele que eles haviam dito imediatamente após as eleições, a mudança nem sempre ocorreu na direção do partido vencedor (o Social-Democrata Partido), mas na direção da opinião majoritária do grupo a que pertencia. No caso dos eleitores jovens, por exemplo, o movimento beneficiou o Partido Social-Democrata, mas no caso dos eleitores mais velhos, a União Democrática Cristã. Entre os trabalhadores beneficiou o Partido Social-democrata, mas entre os autônomos, a União Democrática Cristã. Isso indicou que não era tanto uma tendência de estar do lado vencedor, mas uma tentativa de evitar o isolamento do próprio ambiente social. Como em 1972 a maioria dos grupos era amplamente a favor do Partido Social-democrata, o balanço geral dos resultados nas pesquisas pós-eleitorais foi claramente favorável à inflação do voto social-democrata. Entre os trabalhadores beneficiou o Partido Social-democrata, mas entre os autônomos, a União Democrática Cristã. Isso indicou que não era tanto uma tendência de estar do lado vencedor, mas uma tentativa de evitar o isolamento do próprio ambiente social. Como em 1972 a maioria dos grupos era amplamente a favor do Partido Social-democrata, o balanço geral dos resultados nas pesquisas pós-eleitorais foi claramente favorável à inflação do voto social-democrata. Entre os trabalhadores beneficiou o Partido Social-democrata, mas entre os autônomos, a União Democrática Cristã. Isso indicou que não era tanto uma tendência de estar do lado vencedor, mas uma tentativa de evitar o isolamento do próprio ambiente social. Como em 1972 a maioria dos grupos era amplamente a favor do Partido Social-democrata, o balanço geral dos resultados nas pesquisas pós-eleitorais foi claramente favorável à inflação do voto social-democrata.

Um novo procedimento para medir a pressão da opinião

A segunda descoberta foi que a tendência de superestimar o voto para o Partido Social-Democrata não se manteve constante durante o período após as eleições federais, nem a tendência para subestimar o voto para a União Democrática Cristã. Ambos os processos pareceram responder sutilmente às mudanças no clima de opinião. No início, entre 1972-1973, havia muita gente naquela eles manifestaram haver

votou por a Jogo Social-democrata nas últimas eleições e insuficiente para a União Democrática Cristã. Então, aos poucos, as pessoas começaram a se lembrar de ter votado no Partido Social-Democrata ou na União Democrática Cristã, e suas declarações se aproximaram dos resultados eleitorais reais. A Figura 16 mostra um extrato dessa série de observações. Mesmo quando as memórias se aproximaram dos resultados reais novamente em 1976, as mudanças não pararam. À medida que o dia da eleição se aproximava, a relutância anterior dos eleitores democratas-cristãos em confessar o que haviam votado começou a se manifestar novamente (fig. 17).

Atualmente, o Instituto Allensbach mede rotineiramente a força dessas tendências calculando o grau de polarização e a intensidade das discussões políticas atuais por meio da super ou subestimação, observada mês a mês, dos votos declarados a favor dos dois principais partidos. .nas últimas eleições gerais. Voltaremos ao significado dessa distorção mais tarde. Por enquanto, vamos selecionar alguns frames do filme em câmera lenta dos anos de 1974 a 1976, quando ocorreu a virada das tendências políticas, para mostrar que o entusiasmo pela discussão e a inclinação ao silêncio não vão embora. Necessariamente ligados a orientações políticas de esquerda ou de direita, respectivamente.
Desde 1972, podemos interpretar o exagero e a minimização dos votos de um partido ou de outro como formas de "falar" ou de "Continue em silencio". Sem fazer nenhum esforço, descobrimos uma maneira de medir as mudanças na pressão de opinião que fazem as pessoas falarem ou ficarem caladas.

Estamos dispostos a defender publicamente uma opinião? Uma bateria de perguntas sobre isso

Durante esses anos, novas questões e novos instrumentos de pesquisa continuaram a ser desenhados. Em 1975, incluímos pela primeira vez em uma pesquisa uma bateria de perguntas com o objetivo de expor a inclinação do indivíduo em apoiar publicamente um partido político. O texto da pergunta inicial era: «Agora, uma pergunta sobre o partido político que mais se aproxima dos seus pontos de vista. Se lhe perguntassem se estaria disposto a ajudar aquela festa, por exemplo, fazendo algumas das coisas listadas nesses cartões, você estaria disposto a fazer uma ou mais dessas coisas para sua festa favorita? ' O pesquisador deu ao entrevistado onze cartões nos quais estavam escritas as possíveis formas de apoiar um partido. Nem todos exigiam atividade pública, pois as pessoas que não queriam participar de ações públicas, Mas, se quisessem mostrar lealdade ao partido, teriam que encontrar uma maneira de fazer isso, por exemplo, por meio de uma contribuição financeira. As outras dez possibilidades sugeridas foram:

-Eu teria um distintivo de campanha ou um adesivo na lapela.
-Eu colocaria um adesivo no meu carro.
-Eu iria de porta em porta explicar o programa de jogos para pessoas desconhecidas.
-Eu penduraria um pôster ou símbolo do fósforo na minha casa ou na minha janela.

-Eu sairia para colocar propaganda do partido em locais públicos.
-Eu participaria de uma conversa na rua apoiando a festa.
-Eu participaria de um comício a favor dessa festa.
-Eu levantaria em uma reunião daquela festa para falar algo na discussão se me parecesse importante.
-Eu defenderia o ponto de vista desse partido em comícios de outros partidos.
-Isso ajudaria a distribuir a propaganda eleitoral.

Essa pergunta poderia levar a uma resposta simples, mas valiosa para análise: "Eu não faria nada disso pela festa que prefiro." Um instrumento como este é especialmente útil para detectar e medir mudanças sutis ou pequenas, como uma balança postal, que distingue entre 18 e 21 gramas, enquanto a balança doméstica comum não consegue nem mesmo distinguir entre 10 e 30 gramas.
A bateria de perguntas que se destinava a medir a disposição das pessoas em apoiar publicamente seu partido revelou-se um instrumento delicado e sensível. As reduções no apoio a um partido foram registradas imediatamente, como nas eleições estaduais na Renânia-Palatinado, nas quais lutas entre líderes partidários quase custaram as eleições. Antes do início do conflito entre os líderes (em dezembro de 1978), a 39 por centenas a partir de a apoiadores a partir de a União O democrata-cristão disse que "não faria nada disso" quando questionado sobre como ajudar seu partido preferido. Pouco antes da eleição, 48% dos eleitores democratas-cristãos responderam que "não fariam nada disso". Enquanto isso, a oposição, o Partido Social-democrata, manteve um número estável de 30% de apoiadores inativos que não estavam dispostos a apoiar seu partido de nenhuma dessas maneiras entre dezembro de 1978 e fevereiro-março de 1979 (Noelle-Neumann 1979, 10). A força psicológica relativa havia virado de cabeça para baixo, embora as intenções de voto tivessem variado tão ligeiramente que os métodos de amostragem estatística não detectaram a mudança como significativa. No entanto, a reviravolta quase acabou perdendo as eleições para os democratas-cristãos. Este exemplo em particular serve para ilustrar como a pesquisa social tenta tornar o invisível visível. Claro, as pessoas podem ser questionadas diretamente se usam um broche de campanha ou se colocam um adesivo no carro. Do ponto de vista da técnica de medição, esse sistema direto teria a vantagem de observar ou definir as circunstâncias reais, em vez de se basear em manifestações talvez duvidosas das intenções do entrevistado. A desvantagem é que o grupo que usa broches de campanha na lapela ou adesivos de carro consiste principalmente de um núcleo duro de ativistas cujas reações

às mudanças de sorte de seu partido são provavelmente muito menos sensíveis do que as de apoiadores mais marginais. Se confiarmos apenas no comportamento menos sensível do núcleo duro,

Tentando ver se as pessoas com opiniões de esquerda têm maior probabilidade de expressar suas convicções, descobrimos outra questão. É verdade que as pessoas parecem ter uma facilidade extraordinária em apreender o clima de opinião. Também parece haver facções que sabem como chamar a atenção do público e outras que se deixam silenciar. Mas como podemos descobrir quais são os motivos subjacentes a esse comportamento? O medo do isolamento social explica esse processo, como afirma a hipótese da espiral do silêncio? No próximo capítulo, investigamos essa questão.

3. O medo do isolamento como motivo

No início dos anos 1950, o psicólogo social Solomon Asch (1951, 1952) relatou um experimento que ele havia realizado mais de cinquenta vezes nos Estados Unidos. Os sujeitos experimentais foram apresentados a três linhas e tiveram que dizer qual delas tinha o comprimento mais próximo de uma quarta linha (Fig. 18). Um dos três era sempre exatamente igual ao quarto. À primeira vista, a tarefa parecia fácil. A correspondência correta era muito evidente e todos os assuntos eram facilmente corretos. Entre oito e dez pessoas participaram de cada sessão experimental. A linha de referência e as três linhas de comparação foram colocadas onde todos pudessem vê-las. Então, todos os sujeitos, começando da esquerda, disseram que achavam ser a linha de comprimento mais semelhante à da quarta.

No entanto, após duas rodadas em que todos os participantes concordaram inequivocamente sobre a linha correta, a situação mudou repentinamente. Todos os assistentes do experimentador, sete a nove pessoas que estavam cientes do experimento, disseram que a linha correta era claramente muito curta. O único assunto não anunciado no grupo, o único que não sabia, estava sentado no final da linha. O que se investigava era o que acontecia com sua conduta sob a pressão de uma opinião unânime contrária à evidência de seus sentidos.

Você hesitaria? Você seguiria a opinião da maioria, independentemente do quanto ela contradisse sua própria opinião? Ou ele ficaria com treze anos?

O experimento clássico de laboratório de Solomon Asch mostra que poucos indivíduos confiam em si mesmos

Dois em cada dez assuntos desavisados agarraram-se firmemente a seus
própria percepção. Dois dos oito restantes concordaram com o grupo em apenas uma ou duas das dez rodadas críticas do experimento. Os outros seis expressaram mais freqüentemente como sua própria opinião a obviamente falsa enunciada pela maioria. Isso significa que, mesmo em uma tarefa inofensiva que não afeta seus reais interesses e cujo resultado deveria ser completamente indiferente a eles, a maioria das pessoas aderirá ao ponto de vista mais aceito, mesmo quando tiver certeza de sua falsidade. Foi o que Tocqueville descreveu: "Temendo o isolamento mais do que o erro, alegavam compartilhar as opiniões da maioria".

Quando comparamos o método de pesquisa de Asch com o método de pesquisa com perguntas, como o teste do trem, notamos imediatamente que o método de Asch possui um tipo completamente diferente de atração e força persuasiva. Asch trabalha na tradição dos chamados "experimentos de laboratório". Você pode controlar cada detalhe relevante da situação experimental: a localização das cadeiras, o comportamento de seus assistentes durante as sessões, o grau de clareza da diferença de comprimento entre as linhas, etc. A configuração experimental, o "laboratório", permite que você crie uma situação inequívoca e a mantenha constante para todos os assuntos. A pesquisa é um instrumento muito mais de pesquisa
"Sujo" porque está sujeito a vários distúrbios e contaminações. Não podemos ter certeza de quantos entrevistados não entendem corretamente uma pergunta, quantos entrevistadores não lêem as perguntas na ordem pretendida ou estritamente no texto, ou quantos introduzem 'melhorias' ou improvisações por conta própria, ou explicam coisas em seus própria maneira quando o respondente parece inseguro sobre o significado da pergunta.
Quanto custa para uma pessoa típica imaginar a situação quando lhe dizem: "Suponha que você esteja começando uma viagem de trem de cinco horas e em seu compartimento alguém comece a ..."? Na pesquisa usual, o estímulo necessário para imaginar tal situação é relativamente baixo. Além disso, tudo depende de como a pergunta é lida, como a resposta é transcrita e quão expressivo e falante é o sujeito específico. Todas essas variáveis introduzem incertezas nos resultados. Ao contrário, em um laboratório como o de Asch, uma "situação real" pode ser criada. Pode-se conseguir que influências semelhantes às da experiência real condicionem uniformemente todos os sujeitos do experimento; por exemplo, sentir-se ridículo quando todo mundo parece ver as coisas de maneira diferente.

Duas razões para a imitação:
aprendizagem e medo do isolamento

"Eles temiam o isolamento mais do que o erro", foi a explicação de Tocqueville. No final do século, um compatriota seu, o sociólogo Gabriel Tarde, dedicou grande parte de sua obra ao estudo da capacidade e da tendência humana de imitar, e referiu-se a uma necessidade humana de concordar em público com o outros (final de 1969, 318). Desde então, a imitação tem sido um tema de pesquisa nas ciências sociais. A Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais de 1968, por exemplo, dedica-lhe um extenso artigo (Bandura 1968). Mas nele a imitação não se explica como resultado do medo de ser excluído pela desaprovação, mas como uma forma de aprendizagem. As pessoas observam o comportamento das outras pessoas,

aprendem que existe este ou aquele comportamento possível e, quando surge a oportunidade, elas próprias o colocam em prática. Nosso interesse em definir o papel desempenhado pelo medo do isolamento apresenta uma complicação. Se chamarmos a imitação à repetição por alguém do que outros fizeram ou disseram, esse processo pode ser devido a muitos motivos diferentes. Pode ser devido ao medo do isolamento; mas também pode refletir o desejo de aumentar a oferta de conhecimento, especialmente em uma civilização democrática que identifica a maioria numérica com os melhores critérios. A beleza do experimento de laboratório de Asch reside precisamente em sua capacidade de remover toda essa ambigüidade. Os sujeitos do experimento veem com seus próprios olhos que a linha escolhida pela maioria como a mais relacionada não o é. Se aderem à opinião da maioria, deve necessariamente ser por medo de ficarem isolados,

O caráter negativo de rótulos como "conformista" ou "gregário" mostra que a tendência a imitar vai contra o ideal de autonomia individual. É uma imagem com a qual quase ninguém quer ser identificado, embora muitos concordem que poderia descrever "o outro".

Foi levantada a questão de saber se o experimento de comprimento de linha de Asch não teria revelado uma tendência especificamente americana para a conformidade. Stanley Milgram (1961) repetiu a experiência com algumas modificações em dois países europeus cujas populações foram frequentemente consideradas como surpreendentemente individualistas em um caso (os franceses) e dotadas de um forte senso de solidariedade e alto nível de coesão (norueguês). Embora na versão de Milgram do estudo os sujeitos ouviram em vez de ver a maioria errada, isso foi o suficiente para dar a impressão de que estavam sozinhos em sua experiência perceptiva. A maioria dos europeus - 80% dos noruegueses e 60% dos franceses - freqüentemente ou quase sempre aderia à opinião majoritária. Houve variações posteriores do experimento. Por exemplo, verificações foram realizadas a fim de descobrir como o número de pessoas que se sentaram diante do sujeito não anunciado e escolheram a linha correta afetou a capacidade deste último de se afastar da opinião da maioria e dizer o que viu com seus próprios olhos.

Não precisamos levar esses refinamentos em consideração. A versão original do experimento de Asch dá uma contribuição importante para nossa questão de pesquisa. Presumimos que o medo do isolamento de indivíduos normais põe em movimento a espiral do silêncio, e a experiência de Asch mostra que esse medo pode ser considerável.

E tinha que ser considerável para explicar os resultados obtidos com o método de levantamento. Só assumindo que as pessoas têm um medo intenso de ficarem isoladas é que podemos explicar a enorme façanha coletiva de saber com precisão e segurança quais opiniões estão se fortalecendo e quais estão perdendo apoio, e fazendo isso sem recorrer à ajuda de quaisquer instrumentos baseados em evidências. pesquisar. Os seres humanos economizam na atenção que prestam às

coisas. O esforço que colocam na observação do meio ambiente parece ser um preço mais baixo a pagar em comparação com o risco de perder a estima dos outros seres humanos; ser rejeitado, desprezado, estar sozinho.

Estamos negando a natureza social dos seres humanos?

O problema é tornar a atenção que os indivíduos prestam às opiniões dos grupos empiricamente visíveis e teoricamente inteligíveis. Trabalhos anteriores sobre o fenômeno da imitação parecem considerar o aprendizado praticamente como seu único motivo. Esses trabalhos mostram uma tendência generalizada de negar, ou pelo menos não levar em consideração, a natureza social do ser humano, desacreditando-o injustamente com o rótulo de
"conformidade". Nossa natureza social nos faz temer a separação e o isolamento dos outros e querer ser respeitados e amados por eles. Com toda probabilidade, essa tendência contribui consideravelmente para o sucesso da vida social. Mas você não pode evitar o conflito. Elogiamos conscientemente o pensamento racional e independente e o julgamento firme e imutável que presumimos que cada pessoa deve realizar por si mesma.

O psicanalista Erich Fromm procurou sistematicamente todos os diferentes domínios nos quais pudesse encontrar contradições entre os impulsos conscientes e inconscientes das pessoas, tão grandes quanto as contradições que Freud descobriu em sua época entre a sexualidade consciente e inconsciente. Fromm (1980, 26) aponta, entre essas contradições modernas:

> consciência de liberdade inconsciente /
> submissão, sinceridade consciente /
> falsidade inconsciente
> consciência individualista / vontade inconsciente de ser
> influenciada consciência de poder / sensação inconsciente de
> impotência
> fé / cinismo consciente e completa falta de fé inconsciente

Liberdade, sinceridade, individualismo ... Aceitamos conscientemente tudo isso como os valores que sentimos em nosso próprio ser; mas eles simplesmente não correspondem à maneira como deveríamos supor que as pessoas se comportam de acordo com nossa descrição da espiral do silêncio. Portanto, não podemos esperar que as pessoas admitam conscientemente seu medo do isolamento se perguntarmos diretamente sobre suas motivações em uma pesquisa. No entanto, assim como você pode simular uma situação pública em uma pesquisa para medir a tendência de se expressar publicamente ou permanecer em silêncio, você também pode simular a ameaça de isolamento em uma situação de entrevista e observar se os entrevistados reagem a ela como nós. Aguarde para a hipótese de uma espiral de silêncio.

Um experimento de campo para simular a ameaça de isolamento

O procedimento que vamos descrever é chamado em linguagem técnica "Experimento de campo". "Campo" aqui se opõe a "laboratório". Nele os sujeitos permanecem no "campo", em seu ambiente natural. Eles não estão trancados em um laboratório estranho. Um pesquisador vai até suas casas para fazer algumas perguntas, algo um pouco diferente do curso diário dos acontecimentos, mas mais próximo da experiência comum de uma conversa entre duas pessoas.

Por que os pesquisadores se apegam a uma ferramenta de pesquisa tão imperfeita e perecível como a pesquisa, um método que fornece estímulos relativamente fracos e é difícil de controlar? Porque tem a vantagem de captar o termo “campo”: a naturalidade de todas as circunstâncias; e porque o método implica a possibilidade de observar uma amostra representativa da população, não apenas aqueles grupos famosos que podem ser obtidos para experimentar em laboratório e sobre os quais se baseiam tantas investigações sociais experimentais: estudantes, militares e pacientes internados. As mesmas características que dão força aos métodos laboratoriais - a capacidade de serem rigorosamente controlados e de introduzir variações nas circunstâncias que podem influenciar os resultados - também são seus pontos fracos.

Fumar na presença de não fumantes: o teste de ameaça

Nossa primeira tentativa de simular os perigos do isolamento social em um experimento de campo ocorreu em 1976, com o tema "fumar na presença de não fumantes" (Noelle-Neumann 1977a, esp. Pp. 154-155). Este tópico parecia apropriado porque a opinião pública sobre ele continuou a se desenvolver e a força relativa dos dois campos principais parecia estar equilibrada. Em um diálogo hipotético que foi lido em voz alta durante a entrevista, 44 por cento selecionaram este ponto de vista: “Você tem que se abster de fumar na presença de não fumantes. Fumar seria uma falta de consideração. Para quem não fuma, é muito desagradável ter que respirar ar esfumaçado. Exatamente a mesma porcentagem, 44%, escolheu a outra opinião: “Você não pode esperar que as pessoas se abstenham de fumar só porque há não fumantes na frente delas. De qualquer forma, eles não se importam muito. " Em um teste de vontade de falar sobre o assunto ou de calar, 45% dos críticos do tabagismo na presença de não fumantes e 43% dos que defendiam os direitos dos fumantes manifestaram-se dispostos e dispostos a participar de uma conversa sobre este tópico durante uma viagem de trem.

Em seguida, foi uma questão de simular o perigo do isolamento social. O núcleo da série de perguntas que fizemos à nossa amostra representativa de 2.000 pessoas seguiu o formato do teste do trem:

1. Obtenção da opinião pessoal do entrevistado sobre a questão do tabagismo na presença de não fumantes por meio das duas falas apresentadas.

2. Uma estimativa do que "a maioria das pessoas" pensa sobre o assunto, perguntando: "Agora, independente da sua opinião, o que você acha que a maioria das pessoas pensa sobre isso?
Há mais pessoas na República Federal da Alemanha que pensam que os fumantes devem abster-se de fumar na presença de não fumantes, ou que os fumantes devem continuar fumando, se quiserem? ' (Resultados totais: "A maioria pensa que os fumantes devem se abster de fumar na presença de não fumantes", 31 por cento; "A maioria pensa que os fumantes podem continuar fumando", 28 por cento; "Meio a meio", 31 por cento. " Eu não sei, "10 por cento.)

3. Teste de inclinação para falar ou calar:
Suponha que você esteja iniciando uma viagem de trem de cinco horas e alguém começa uma conversa em seu compartimento e diz: 'As pessoas devem evitar fumar na presença de não fumantes.'

Você gostaria de participar desta conversa ou acha que não valeu a pena? " (Metade dos questionários deu ao outro viajante a opinião de que "Você não pode pedir a ninguém que se abstenha de fumar só porque há não fumantes na sua frente.")

4. Verifique se o entrevistado é fumante ou não.

Para simular a ameaça de isolamento social, os 2.000 entrevistados foram divididos em dois grupos representativos de 1.000. Ao grupo experimental, ou seja, o grupo que iria sofrer o fator experimental de ameaça de isolamento social, foi mostrada a imagem de duas pessoas conversando. Um deles diz: “Parece-me que os fumadores não têm consideração. Eles forçam outras pessoas a respirar sua fumaça, que é tão prejudicial à saúde. O outro começa a responder: "Bem, eu ...". O modelo para essa pergunta vem do método de conclusão de frase usado em psicologia diagnóstica (Fig. 19). O texto da pergunta introdutória diz: 'Estes dois homens estão conversando. O que está lá em cima acabou de dizer alguma coisa. Por favor, leia. O que está abaixo começou a responder. O que você acha que o seguinte terá respondido? Como ele pode ter terminado a frase que começou? ' Esse convite deve causar um aumento acentuado nos estímulos geralmente fracos que ocorrem quando você apenas ouve passivamente alguém criticando fumantes na presença de não fumantes. Esse teste de conclusão de frase não sobrecarrega muito as pessoas da amostra representativa nem sobrecarrega as possibilidades de uma pesquisa, conforme evidenciado pelo fato de que 88% dos entrevistadores completaram a frase do desenho.

A segunda amostra de 1.000 pessoas constituiu o grupo de controle. Eles foram tratados exatamente da mesma forma que o grupo experimental em todos os aspectos, com a única diferença de que não receberam o teste de conclusão de frase com a ameaça de isolamento social. De acordo com a lógica do experimento controlado, quaisquer diferenças encontradas entre os resultados do grupo experimental e do grupo controle podem ser atribuídas ao teste de ameaça, uma vez que todas as outras condições foram idênticas.
Os resultados confirmaram as expectativas. Após serem ameaçados verbalmente, fumantes que haviam defendido seu direito de fumar na presença de não fumantes mostraram-se nitidamente menos interessados em participar de uma discussão sobre esse assunto em um compartimento de trem (Tabela 8).

Os fumantes ficam especialmente intimidados quando uma dupla ameaça de isolamento é simulada. Eles primeiro passam pelo teste de conclusão de frase com uma pessoa que se opõe radicalmente a fumar na presença de não fumantes e, em seguida, são confrontados com um companheiro de viagem em um compartimento de trem que inicia a conversa afirmando que 'as pessoas devem se abster de fumar na presença de não fumantes '. Nessas condições, apenas 23% dos fumantes ainda estão dispostos a participar da conversa.

Os testes empíricos também podem tornar visível a outra parte da espiral do silêncio. Os não fumantes tendem a perder a autoconfiança e, consequentemente, a propensão a expressar sua opinião. Mas quando o teste de conclusão de frase mostra que não estão sozinhos com seu ponto de vista, sua inclinação para participar da conversa aumenta ostensivamente (Tabela 9). Os não fumantes mais tímidos estão muito dispostos a se manifestar quando, além de ter um aliado agressivo no teste de ameaça, o companheiro de viagem no compartimento do trem declara veementemente que as pessoas devem se abster de fumar na presença de não fumantes. Nessas circunstâncias, apenas 23% dos fumantes têm tendência a falar, em comparação com 56% dos não fumantes. Você pode ver como, À medida que a espiral do silêncio se desenrola, a visão de que é errado fumar na presença de não fumantes pode se tornar dominante a ponto de ser impossível para um fumante defender publicamente a opinião oposta: que os fumantes deveriam ter permissão para fumar na presença de não fumantes. O que se manifesta nesse caso é um evidente efeito cumulativo: aos poucos as respostas hostis do meio ambiente acabam se enervando. Os fumantes mais confiantes não reagem sozinhos ao teste de ameaça. Quando são colocados, imediatamente após o teste de ameaça, em um compartimento de trem com alguém que representa seu próprio ponto de vista - que é normal fumar na presença de não fumantes - eles esquecem a ameaça anterior. Com isso, 54% estão dispostos a participar da conversa; sem isso,
Mas se, após o teste de ameaça, ocorrer outra experiência desestabilizadora -o companheiro de viagem também grita contra quem fuma na presença de fumantes-, os fumantes preferem se refugiar no silêncio (tabela 10). Para aqueles que estão menos confiantes em si mesmos, uma ameaça menor de isolamento é suficiente. Mulheres e pessoas de classes sociais mais baixas, por exemplo, muitas vezes já reagem ao teste de ameaça e não recuperam a confiança só porque um companheiro de viagem defende seu ponto de vista.

Reações para examinar situações como se fossem reais

Os resultados do teste de ameaça não apenas nos permitem revelar o processo da espiral do silêncio; também nos faz avançar em outra área. Eles apóiam a suposição de que muitas pessoas imaginam as situações descritas nas pesquisas de forma tão vívida que reagem a elas como se fossem reais. Assim, não precisamos fazer pesquisas em um laboratório secreto com um trem de verdade e cientistas disfarçados de viajantes realizando o experimento de expressividade ou silêncio sobre assuntos inocentes. No entanto, à medida que projetamos instrumentos para usar em entrevistas, sofremos repetidas decepções.

Queríamos dar um passo adiante e ver se poderíamos demonstrar empiricamente que alguns pontos de vista eram tão estigmatizados, tão desprezados, que adotá-los significava um isolamento automático. Para tanto, em 1976 incluímos em uma série de pesquisas Allensbach um teste com um desenho que pretendia ser uma representação visual do isolamento social. Em uma das pontas da mesa estão várias pessoas sentadas amigavelmente próximas umas das outras e na outra ponta há uma pessoa sentada sozinha. Alguns "sanduíches" de histórias em quadrinhos sugerem que uma discussão está ocorrendo entre os membros do grupo e o solitário. O teste consistia em pedir aos entrevistados que atribuíssem determinados pontos de vista ao solitário. Por exemplo:

Este era o texto da pergunta: “Voltemos à pergunta anterior, se um membro do Partido Comunista da Alemanha deveria ter permissão para ser juiz. Aqui estão várias pessoas falando sobre esse assunto. Existem duas opiniões, uma é a favor da nomeação dessas pessoas como juízes e a outra se opõe a tais nomeações. O que você acha que essa pessoa sentada sozinha pode ter dito? O que é a favor ou contra a nomeação de um juiz comunista? " (figs. 20, 21).

Um teste que não funcionou

O desenho dos personagens ao redor da mesa era semelhante ao peso quase sensível da cozinha mencionado acima: não adiantava. Houve uma proporção notavelmente alta de respostas "não sei", 33%, o que parecia indicar que se pedia muito à imaginação dos entrevistados.

Além disso, a opinião atribuída à pessoa isolada na mesa parecia não ter nada a ver com o caráter majoritário ou minoritário dessa pessoa. A pergunta direta, “Deve um membro do Partido Comunista da Alemanha ser um juiz?” Obteve uma resposta esmagadoramente negativa (60 por cento não, 18 por cento sim, em abril de 1976), e a população sabia exatamente qual era a pergunta. ponto de vista da maioria e qual alguém pode tender a isolar seus defensores (80 por cento disseram que a maioria das pessoas não queria membros do Partido Comunista como juízes, enquanto apenas 2 por cento disseram que a maioria das

pessoas não tinha nada contra). Porém,

De acordo com a opinião popular real - e muito corretamente calculada - da época, a maioria das pessoas deveria ter atribuído a ele a idéia de que "um membro do Partido Comunista deveria ter permissão para ser um juiz"; isso, é claro, se as pessoas estivessem realmente cientes de que ideias impopulares podem levar ao isolamento e se vissem o homem na ponta da mesa como isolado. A cena da mesa estava produzindo um efeito muito íntimo? Foi insuficientemente público? Aquele que está sentado na outra ponta da mesa ainda faz parte do grupo e, portanto, não parece aos entrevistados estar isolado? O segundo desenho criado para o teste, no qual as pessoas estavam em pé em vez de sentadas, foi um pouco mais útil. Desta vez, apenas 21% permaneceram indecisos, e a maioria do restante (46%) presumiu que a pessoa isolada representava a posição minoritária (ou seja, que os membros do Partido Comunista deveriam ter acesso ao judiciário). Mas, mesmo assim, 33 por cento ainda mantinham a outra opinião. Aqueles que pensavam que os comunistas deveriam ter permissão para se tornarem juízes estavam mais cientes das possibilidades de isolamento inerentes a seu ponto de vista; 65 por cento deles atribuíram esta opinião à pessoa isolada (tabela 12). Porém, este teste também foi insatisfatório. Os resultados não foram claros mesmo quando um dos pontos de vista recebeu um apoio social avassalador. Por exemplo, em outro teste usando o mesmo desenho com um assunto menos polarizado, ocorreu um mal-entendido completamente inesperado. A pergunta era: "Quem você gostaria que fosse o próximo chanceler federal?" 44 por cento responderam que Helmut Schmidt e 35 por cento que Helmut Kohl

(Abril de 1976). Cada um desses grupos, entretanto, tendia a atribuir seu próprio ponto de vista à pessoa sozinha.
Por enquanto, paramos de usar o teste. Posteriormente (veja o final do Capítulo 22), o encontraremos novamente, embora com uma função de diagnóstico diferente. Mas não desistimos do objetivo que tínhamos alegado com esses teste a partir de desenhos: testar empiricamente se as pessoas sabiam quais pontos de vista tendiam a isolar as pessoas. É claro que, para a espiral do silêncio funcionar, bastaria que esse conhecimento existisse apenas inconscientemente. A tendência descrita na obra de Fromm de ter consciência de si mesmo como indivíduo, como cidadão emancipado, e o consequente abandono do esforço de tomar consciência de nossa natureza social (termo certamente mais adequado do que o pejorativo 'homem massivo' de Fromm) pode dificilmente produz percepções e reconhecimentos conscientes do tipo que buscamos. No entanto, apesar de suas limitações, a pesquisa pode fornecer evidências claras de que as pessoas sabem quais opiniões podem causar isolamento social em um determinado momento. Para conseguir isso, a questão do teste teria que ser especificada,

Quem fica com os pneus furados?
Pouco antes das eleições para o Parlamento Federal em setembro de 1976, duas perguntas do seguinte tipo apareceram nas pesquisas de Allensbach. Um disse: 'Aqui está a foto de um carro com um pneu furado. Na janela traseira direita há um adesivo de um partido político, mas você não consegue ler de que partido é.
Com adesivos de qual festa você acha que há maior risco de furar os pneus? » (tabela 13). Quase metade da amostra, 45 por cento, deixou a pergunta sem resposta; mas o resultado foi claro. Os que responderam claramente distinguiram os três partidos representados no Parlamento: 21 por cento mencionaram a União Democrática Cristã, 9 por cento o Partido Social Democrata e 1 por cento o Partido Democrático Livre (os Liberais). A Tabela 13 fornece os resultados completos. Os partidários dos democratas-cristãos se sentiram mais em perigo; os dos liberais achavam que corriam pouco perigo em comparação com os relativamente grandes democratas-cristãos. Aqueles que apoiaram os sociais-democratas não se sentiram particularmente em perigo. Se tivesse sido assim, teriam considerado o perigo que corriam substancialmente maior do que o que atribuíam aos apoiantes dos outros partidos, mas não foi esse o caso. A segunda pergunta desta série foi melhor do que a primeira. Ele encontrou menos resistência à resposta e se referiu a um comportamento mais permissível do que danos à propriedade de terceiros. Consequentemente, a segunda questão indicava de forma mais

realista o que as pessoas consideravam popular ou impopular. Simulou melhor os indicadores de rejeição pública. Em todo caso, era menos inibidor para aqueles que apoiavam o Partido Social-Democrata e o Partido Democrático Livre expressar o que sentiam sobre seu grau de aceitação. A segunda pergunta desta série foi melhor do que a primeira. Ele encontrou menos resistência à resposta e se referiu a um comportamento mais permissível do que danos à propriedade de terceiros. Consequentemente, a segunda questão indicava de forma mais realista o que as pessoas consideravam popular ou impopular. Simulou melhor os indicadores de rejeição pública. Em qualquer caso, foi menos inibidor para aqueles que apoiavam o Partido Social-democrata e o Partido Democrático Livre em expressar o que sentiam sobre seu grau de aceitação. A segunda pergunta desta série foi melhor do que a primeira. Ele encontrou menos resistência à resposta e se referiu a um comportamento mais permissível do que danos à propriedade de terceiros. Consequentemente, a segunda questão indicava de forma mais realista o que as pessoas consideravam popular ou impopular. Simulou melhor os indicadores de rejeição pública. Em qualquer caso, foi menos inibidor para aqueles que apoiavam o Partido Social-democrata e o Partido Democrático Livre em expressar o que sentiam sobre seu grau de aceitação.

Esta era a pergunta: 'Agora, quero levantar outro caso com você e pedir sua opinião. Alguém chega em seu carro a uma cidade desconhecida e não consegue encontrar um lugar para estacionar. Ele acaba saindo do carro e perguntando a um pedestre: "Você poderia me dizer onde posso encontrar uma vaga para estacionar?" O pedestre responde: “Pergunte a outra pessoa!” E vai embora. O motorista usa uma insígnia de partido político na lapela. De que festa você acha que era aquele distintivo?

Vinte e cinco por cento dos eleitores social-democratas e 28% dos liberais presumiram que seria uma insígnia democrata-cristã, mais do que o dobro dos social-democratas. Os partidários dos democratas-cristãos relutaram em reconhecer sua impopularidade (tabela 14). Nesse mês - setembro de 1976 -, como já indicamos, a tendência - que se reduziu por algum tempo - de negar ter votado na União Democrática Cristã em eleições anteriores atingiu o seu ponto culminante.

No entanto, a situação psicológica dos democratas-cristãos era muito menos ameaçadora naquela época do que quatro anos antes, nas eleições federais de 1972. Deduzimos isso das respostas a uma pergunta que simbolicamente ameaçava o isolamento público. A questão foi colocada em estudos pós-eleitorais em 1972 e 1976 e dizia: “Durante a campanha eleitoral, os cartazes foram rasgados e rasgados novamente. Pelo que você viu

Que partido foram os cartéis mais danificados? ». Em 1972, a resposta inclinou-se amplamente para a União Democrática Cristã. Trinta e um por cento acham que os cartéis mais prejudicados foram os

democratas-cristãos, enquanto os sociais-democratas ficaram em segundo lugar, com 7%. Em 1976, os cartéis democratas-cristãos estavam de volta ao primeiro lugar, embora apenas 23, em vez de 31 por cento (Tabela 15).

Pneus furados, cartazes rasgados ou rasgados, ajuda negada a um forasteiro perdido ... esse tipo de situação mostra que as pessoas podem sofrer desconforto e até perigo quando o clima de opinião é contrário às suas ideias. Quando as pessoas tentam evitar o isolamento, não estão exagerando nas trivialidades. É um assunto vital que pode representar riscos reais. A sociedade exige conformidade rápida em torno de questões mutáveis. Deve fazê-lo para manter um grau de unidade suficiente para permitir que permaneça integrado. Como o jurista alemão Rudolph von Ihering (1883, 242; ver 325) observou em seu ensaio Der Zweck im Recht (Propósito em Direito),

“Uma conclusão logicamente incorreta, um erro na solução de um problema aritmético ou uma obra de arte falhada. Pelo contrário, manifesta-se como a reacção prática da comunidade, consciente ou inconsciente, face ao dano aos seus interesses, uma defesa para a sua própria protecção ».

4. Qual é a opinião pública?

"Bem, ainda não sei o que é opinião pública", disse um participante na sessão matinal de uma conferência de opinião pública, ao deixar a sala para o intervalo do meio-dia. Isso foi em 1961 em Baden-Baden, em um simpósio de profissionais e pesquisadores da mídia. Ele não era o único a se sentir desconfortável. Gerações de filósofos, juristas, historiadores, cientistas políticos e pesquisadores de jornalismo arrancaram os cabelos tentando formular uma definição clara de opinião pública.

Cinquenta definições

Além disso, nenhum progresso foi feito desde então. Ao contrário, o conceito foi se dissolvendo cada vez mais até se tornar totalmente inútil para fins práticos. Em meados da década de 1960, um professor de Princeton, Harwood Childs (1965, 14-26), empreendeu a tediosa tarefa de coletar definições e encontrou cinquenta definições diferentes na literatura existente. Nas décadas de 1950 e 1960, a demanda para abandonar o conceito aumentou. Dizia-se que a opinião pública era uma ficção que pertencia ao museu da história das ideias. Só poderia ser de interesse histórico. O que foi notável é que essa campanha foi inútil. "O conceito simplesmente se recusa a morrer", lamentou um professor de jornalismo alemão, Emil Dovifat (1962, 108). Ainda em 1962, no seu discurso inaugural sobre «A mudança estrutural no conceito de público:

W. Phillips Davison, professor de jornalismo da Universidade de Columbia, começou seu artigo "Opinião Pública", escrito para a edição de 1968 da Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais, com esta frase: "Não há definição geralmente aceita. De" público opinião". No entanto, 'continuou ele,' o termo tem sido usado com frequência crescente ... Os esforços para definir o termo levaram a expressões de frustração como 'a opinião pública não é o nome de nada, mas uma classificação de um conjunto de coisas " "(Davison 1968, especialmente p. 188). E então ele menciona a lista de cerca de cinquenta definições de Childs. Também encontramos essa perplexidade nos escritos do historiador alemão Hermann Oncken, que, em artigo publicado em 1904, a expressou assim:

É interessante que um intelectual com a sagacidade e poder conceitual do Oncken evite dizer que "afinal ... todo mundo sabe ..." e reduz a busca de definições, requisito fundamental para a aplicação do método. Cientista, a um

"Incluir em uma fórmula."

A espiral do silêncio como processo de criação e

propagação da opinião pública

No início dos anos 1970, eu estava desenvolvendo a hipótese da espiral do silêncio tentando explicar as descobertas enigmáticas de 1965 (intenções de voto que não mudaram junto com uma expectativa crescente de vitória de um lado). Nesse ponto, comecei a me perguntar se havíamos encontrado uma maneira de acessar uma parte daquele monstro chamada "opinião pública".

"Ele vem em inúmeras formas e sempre escorrega por entre nossos dedos", como Oncken (1914, 225) o descreveu. A espiral do silêncio pode ser uma das formas de aparecimento da opinião pública. Pode ser um processo pelo qual uma nova opinião pública jovem cresce, ou pelo qual o significado transformado de uma velha opinião é propagado. Se assim fosse, ainda seria necessário encontrar uma definição de opinião pública para evitar ter que afirmar que “a espiral do silêncio é o processo pelo qual algo indefinível se espalha”.

A controvérsia intelectual girava em torno dos dois termos do conceito, o de "opinião" e o de "público".

***Meinung*e opinião significa coisas diferentes**

Nossa investigação sobre o significado do que é chamado de Meinung (opinião) em alemão nos levou à República de Platão. Por ocasião de uma festa na cidade portuária de Pireu, em uma conversa sobre o estado com Glauco e outros amigos, Sócrates expõe um conceito de opinião muito semelhante ao conceito tradicional alemão:

-Então você acha que a opinião é mais escura do que o conhecimento, mas mais clara do que a ignorância? -perguntei-lhe.
"Muito mais", respondeu ele.
-Fica entre os dois então?
-Sim.
-Então a opinião está entre os dois?
-Exatamente

(Platão 1900, 165-166).

A opinião está em uma situação intermediária. Para Platão, não era totalmente inútil. No entanto, muitos outros autores o distinguiram apenas negativamente de conhecimento, crença e convicção. Kant (1893, 498) caracterizou a opinião como "julgamento insuficiente, tanto subjetiva quanto objetivamente". Os anglo-saxões e os franceses, ao contrário, viam a opinião (opinião) como algo mais complexo. Eles desconsideraram quão valioso ou inútil ele poderia ser e interpretaram-no como o acordo unificado de uma população ou de um determinado segmento da população. O filósofo social inglês David Hume chamou isso de opinião comum em uma obra publicada em 1739 (Hume 1896, 411). A opinião inglesa e francesa subjacente era um senso de acordo e comunidade.

Acordo exigindo reconhecimento

Pelo que aprendemos sobre a espiral do silêncio, a interpretação inglesa e francesa faz muito mais sentido do que a preocupação alemã com o valor ou a inutilidade da opinião. Os indivíduos observariam o consenso de seu ambiente e o compararam com seu próprio comportamento. Não precisa, portanto, ser necessariamente um consenso de opinião; Pode ser sobre escolhas comportamentais: usar um crachá ou não, ceder seu assento a um idoso ou permanecer sentado no transporte público. Para o processo da espiral do silêncio, não importava se a pessoa se isolava por meio de uma opinião ou de um comportamento. Essas considerações nos fizeram perceber que, na definição buscada, a opinião deveria ser entendida como expressão de algo considerado aceitável, levando em consideração, então,

Três significados de "público"

A interpretação de "público" provou ser pelo menos tão difícil quanto a de "opinião". Muitos estudiosos discutiram sobre o conceito de "público". Como afirmou Habermas, "o uso de" público "e" o público "mostra uma multiplicidade de significados diferentes" (1962, 13). Para começar, existe o significado jurídico de "público", que sublinha o aspecto etimológico de "abertura": é o que está aberto a todos - um

lugar público, uma via pública, um julgamento público - distinto da esfera privada (do latim privare), que é algo distinto ou separado como seu. Encontramos um segundo significado nos conceitos de direitos públicos e poder público. Neste caso,
"Público" denota algum envolvimento do estado. De acordo com esse segundo uso, "público" está relacionado aos interesses públicos expressos, por exemplo, na frase "a responsabilidade pública dos jornalistas". Isso significa que essas são questões ou problemas que dizem respeito a todos nós, relacionados ao bem-estar geral. Os Estados baseiam o uso legal da força neste princípio: o indivíduo cedeu aos órgãos do Estado a possibilidade de aplicar a força. O estado detém o monopólio do uso da força. Por fim, na expressão "opinião pública", "público" deve ter um significado relacionado aos anteriores, mas distintos. Alguns teóricos do direito, como Ihering e von Holtzendorff, ficaram maravilhados com o incrível poder da opinião pública para fazer o indivíduo se submeter às regulamentações, normas e regras morais sem recorrer à ajuda de legisladores, governos ou tribunais. "É barato": foi assim que o sociólogo americano Edward Ross elogiou a opinião pública em 1898 (1969, 95). A equivalência de “opinião pública” e “opinião prevalecente” é um fator comum presente em suas múltiplas definições. Isso sugere o fato de que algum tipo de adesão à opinião pública cria as condições que levam os indivíduos a agirem, mesmo contra sua vontade.

A pele social

O terceiro sentido de "público" pode ser caracterizado como psicossociológico. O indivíduo não vive apenas naquele espaço interior em que pensa e sente. Sua vida também é voltada para o exterior, não só para as outras pessoas, mas também para a comunidade como um todo. Em certas circunstâncias (estou pensando na famosa distinção de Ferdinand Tönnies entre Gemeinschaft e Gesellschaft -comunidade e sociedade-), o indivíduo exposto é protegido pela intimidade e familiaridade infundidas, por exemplo, por uma religião compartilhada. Mas nas grandes civilizações o indivíduo está ainda mais exposto às demandas da sociedade (Tönnies 1922, 69, 80). O que é aquilo
Continuamente "expõe" o indivíduo e exige que ele atenda à dimensão social de seu meio? É o medo do isolamento, da má fama, da impopularidade; é a necessidade de consenso. Isso faz com que a pessoa queira prestar atenção ao que está em volta e, assim, tomar consciência dos "olhos do público". Indivíduos comuns sempre sabem se estão expostos ou escondidos da vista do público e se comportam de acordo. É verdade que as pessoas parecem diferir muito em como essa consciência as afeta. O indivíduo atende com preocupação a este tribunal anônimo que distribui popularidade e impopularidade, respeito e escárnio.
Os intelectuais, fascinados pelo ideal do indivíduo emancipado e independente, mal se deram conta da existência do indivíduo isolado temeroso da opinião de seus pares. Em vez disso, eles exploraram

muitos outros significados e dimensões possíveis do conceito, muitas vezes em exercícios acadêmicos estéreis. Eles investigaram o conteúdo da opinião pública, partindo do pressuposto de que trata de questões importantes,
"Relevância pública". Também estudaram de quem é a opinião que pode ser considerada opinião pública, especificamente a de membros da comunidade que querem e podem se expressar com responsabilidade em assuntos de relevância pública, exercendo assim uma missão de crítica e controle do governo em nome dos governados. Refletiram também sobre as formas de opinião pública, identificando-as como aquelas que se expressam abertamente e, portanto, acessíveis a todos: as opiniões que se tornam públicas, especialmente as que são divulgadas nos meios de comunicação. Apenas o aspecto psicossociológico de «público» parece ter ficado praticamente esquecido em todas as definições deste conceito formuladas no século XX. No entanto, esse é o sentido que as pessoas percebem em sua pele social sensível,

Opiniões que podem ser expressas em público sem se isolar
Nos capítulos anteriores tentei identificar elementos que parecem estar relacionados com o processo de opinião pública e são empiricamente pesquisáveis: 1. a capacidade humana de perceber o crescimento ou enfraquecimento da opinião pública; 2. as reações a essa percepção, que levam a falar com mais segurança ou ao silêncio; 3. o medo do isolamento que faz com que a maioria das pessoas tenda a se submeter à opinião alheia. Com esses três elementos, podemos construir uma definição operacional de opinião pública: opiniões sobre questões polêmicas que podem ser expressas em público sem se isolar. Esta definição servirá como um guia inicial para nossas pesquisas futuras.
Esta interpretação da opinião pública deve, é claro, ser completada, uma vez que só se aplica a situações em que as opiniões competem entre si, quando novas ideias emergentes estão encontrando aprovação ou concepções existentes estão desmoronando. Ferdinand Tönnies pensava - em sua Kritik der öffentlichen Meinung (Crítica da opinião pública), 1922 - que a opinião pública existia em vários graus ou estados de agregação: sólido, fluido e gasoso (1922, 137-138). Usando a analogia de Tönnies, a espiral do silêncio só aparece no estado fluido. Por exemplo, quando um lado fala de Radikalenerlass - exclusão de extremistas da função pública- e o outro de Berufsverbot - obstáculo do direito pessoal de exercer uma profissão-, Cada lado tem sua linguagem e podemos verificar o movimento da espiral do silêncio observando a frequência com que a maioria usa cada termo. Quando opiniões e formas de comportamento são impostas, quando se tornam costume ou tradição, não podemos mais reconhecer nelas um elemento de controvérsia. O elemento polêmico, requisito essencial para que haja isolamento, só é acionado após uma contravenção, quando uma opinião pública, tradição ou moralidade consolidada foi

violada. No final do século 19, Franz von Holtzendorff (1879-1880, 74) falou da "censura moral" da opinião pública, e von Ihering (1883, 340) a chamou de "inspetora de todas as coisas morais", despojando-a de qualquer traço intelectual. Isso é o que ele quis dizer quando se referiu à "reação prática consciente ou inconsciente da comunidade ... ao prejuízo de seus interesses, uma defesa para sua própria proteção" (Ihering 1883, 242). A definição de opinião pública deve ser completada porque, no campo das tradições, da moral e, sobretudo, das normas consolidadas, as opiniões e os comportamentos da opinião pública são opiniões e comportamentos que devem ser expressos ou adotados, caso se não queira se isolar ele mesmo. A ordem atual é mantida, por um lado, pelo medo individual do isolamento e pela necessidade de aceitação; de outro, pela exigência pública, que tem o peso de uma decisão judicial, para que nos conformemos com as opiniões e os comportamentos estabelecidos. uma defesa para a própria proteção "(Ihering 1883, 242). A definição de opinião pública deve ser completada porque, no campo das tradições, da moral e, sobretudo, das normas consolidadas, as opiniões e os comportamentos da opinião pública são opiniões e comportamentos que devem ser expressos ou adotados, caso se não queira se isolar. ele mesmo. A ordem atual é mantida, por um lado, pelo medo individual do isolamento e pela necessidade de aceitação; de outro, pela exigência pública, que tem o peso de uma decisão judicial, para que nos conformemos com as opiniões e os comportamentos estabelecidos. uma defesa para a própria proteção "(Ihering 1883, 242). A definição de opinião pública deve ser completada porque, no campo das tradições, da moral e, sobretudo, das normas consolidadas, as opiniões e os comportamentos da opinião pública são opiniões e comportamentos que devem ser expressos ou adotados, caso não queira se isolar. A ordem atual é mantida, por um lado, pelo medo individual do isolamento e pela necessidade de aceitação; de outro, pela demanda pública, que tem o peso de uma decisão judicial, para que nos conformemos com as opiniões e os comportamentos estabelecidos. as opiniões e comportamentos da opinião pública são opiniões e comportamentos que devem ser expressos ou adotados para que não se queira se isolar. A ordem atual é mantida, por um lado, pelo medo individual do isolamento e pela necessidade de aceitação; de outro, pela demanda pública, que tem o peso de uma decisão judicial, para que nos conformemos com as opiniões e os comportamentos estabelecidos. as opiniões e comportamentos da opinião pública são opiniões e comportamentos que devem ser expressos ou adotados para que não se queira se isolar. A ordem atual é mantida, por um lado, pelo medo individual do isolamento e pela necessidade de aceitação; de outro, pela demanda pública, que tem o peso de uma decisão judicial, para que nos conformemos com as opiniões e os comportamentos estabelecidos.

Opinião pública como aprovação e reprovação

Uma definição correta pode ignorar o que foi apresentado como opinião pública em centenas de livros, ou seja, apenas opinião sobre questões de importância política? Por nossa definição, a opinião pública - referindo-se à mudança ou defesa de posições estabelecidas e consolidadas - não se restringe a nenhum assunto específico. Trata-se da aprovação ou desaprovação de opiniões e comportamentos publicamente observáveis. Trata-se de aprovação ou desaprovação perceptível ao indivíduo. A espiral do silêncio é uma reação à aprovação e desaprovação aberta e visível no contexto da mudança das constelações de valores. Também não há restrição quanto à questão de quem é o portador da opinião que deve ser levada em consideração. A partir deste ponto de vista, A opinião pública não pertence apenas a quem sente essa vocação ou a críticos talentosos, ao "público politicamente ativo" de Habermas (1962, 117). Todos nós estamos envolvidos.

Uma viagem ao passado: Maquiavel, Shakespeare, Montaigne

Para ver se o conceito de opinião pública, tal como se desenvolveu a partir da espiral do silêncio, é bem fundado, podemos voltar duzentos anos ao país onde o termo "opinião pública" apareceu pela primeira vez: a França do século XVIII. Em um romance famoso publicado pela primeira vez em 1782, Les liaisons dangereuses (Amizades perigosas), Choderlos de Laclos usa o termo l'opinion publique de passagem como uma expressão comum. A passagem de Laclos narra uma troca epistolar entre uma mulher sofisticada e uma jovem. A mulher mais velha aconselha a amiga a evitar a companhia de um homem com má fama: “Você acha que ele vai conseguir mudar para melhor, sim, e suponha que esse milagre aconteça. A opinião pública não persistirá contra ele, E isso não será suficiente para modificar o seu relacionamento com ele em conformidade? " (Choderlos de Laclos 1926, 1:89).

Aqui vemos a opinião pública atuando como um tribunal de justiça em esferas distantes da política e pessoas especialmente caracterizadas por suas opiniões políticas. O autor da carta presume que esse grupo anônimo e vagamente descrito, chamado opinião pública, influenciará tanto o destinatário da carta que o induzirá a mudar seu comportamento de acordo. Mas podemos voltar ainda mais ao passado, a uma época anterior ao surgimento da expressão "opinião pública". Lá encontramos o mesmo tribunal anônimo julgando e, embora com um nome diferente, mostra um conflito quase idêntico. Shakespeare descreve uma conversa entre o rei Henrique IV e seu filho, o futuro Henrique V. O rei repreende seu filho porque ele é frequentemente visto em más companhias. Deve levar mais em conta a opinião. A opinião é de extrema importância. O rei diz que essa opinião o elevou ao trono: "A opinião que a coroa me deu" (Henrique IV, Parte 1, Ato 3). Se Shakespeare pôde usar o termo "opinião" de forma tão decisiva no palco no final do século dezesseis, não é surpreendente

que o termo mais longo "opinião pública" tenha sido cunhado não na Inglaterra, mas na França. O termo inglês opinião parecia conter um grau suficiente de "publicidade" - aquela qualidade de um tribunal criando e destruindo reputações - para exigir o complemento do adjetivo "público". Se Shakespeare pôde usar o termo "opinião" de forma tão decisiva no palco no final do século dezesseis, não é surpreendente que o termo mais longo "opinião pública" tenha sido cunhado não na Inglaterra, mas na França. O termo inglês opinião parecia conter um grau suficiente de "publicidade" - aquela qualidade de um tribunal criando e destruindo reputações - para exigir o complemento do adjetivo "público". Se Shakespeare pôde usar o termo "opinião" de forma tão decisiva no palco no final do século dezesseis, não é surpreendente que o termo mais longo "opinião pública" tenha sido cunhado não na Inglaterra, mas na França. O termo inglês opinião parecia conter um grau suficiente de "publicidade" - aquela qualidade de um tribunal criando e destruindo reputações - para exigir o complemento do adjetivo "público".

A ideia de que um governante ou futuro rei deveria prestar atenção à opinião de seu ambiente, de seu público em geral, certamente não era nada estranho ou novo para Shakespeare. Seu século estava familiarizado com O Príncipe de Maquiavel (1514), com seções importantes aconselhando os governantes sobre a melhor forma de tratar o público. Nunca há, diz Maquiavel, mais do que uns poucos que "sentem" um governo ou, podemos traduzir, que se sentem diretamente afetados por ele. Mas todo mundo o vê, e tudo depende de como ele aparece, aos olhos de quem o vê, poderoso e virtuoso. "As pessoas comuns são guiadas pelas aparências." “Não é, portanto, necessário que o príncipe tenha todas as qualidades desejáveis [misericórdia, fidelidade, humanidade, sinceridade, religiosidade, etc.], mas é muito necessário que pareça tê-las”. O príncipe, disse Maquiavel, você deve evitar qualquer coisa que possa despertar ódio ou fazer você parecer inútil. Ele deve se esforçar para que as pessoas fiquem satisfeitas com ele (Machiavelli 1950, 64-66, 56, 67; Rusciano nd, 35,
40, 33, 25, 37).

Subjacente à advertência de Henrique IV a seu filho estava uma teoria que Maquiavel afirmou em seus Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio: “Não há melhor amostra do caráter de um homem do que as empresas que ele frequenta. E é por isso que, muito apropriadamente, quem tem empresas respeitáveis adquire um bom nome, pois é impossível que não haja semelhança de caráter e costumes entre ele e seus conhecidos "(Machiavelli 1971/1950, 509-511; Rusciano nd, 64).

Estamos na primeira metade do século XVI, mas dificilmente temos a sensação de ter entrado em uma época em que as pessoas eram menos sensíveis à importância da boa reputação, ou ao tribunal crítico da opinião pública, do que são hoje.

Maquiavel e Shakespeare, no entanto, nos deram uma nova visão, a saber, que o tribunal chamado opinião pública não faz apenas pessoas

sem importância tremerem por sua reputação. Também príncipes, senhores e governantes estão sujeitos aos seus ditames. Maquiavel adverte o príncipe a quem pretende instruir que, para governar, ele deve conhecer plenamente a natureza de seus súditos (Machiavelli 1971, 257). O poder do povo reside em sua capacidade de rejeitar o governo do príncipe e destroná-lo se ele não atender aos seus desejos (Rusciano nd, 49).

O descobridor da dimensão pública: Montaigne

Na Universidade de Mainz, iniciamos alguns estudos literários sistemáticos, desenvolvendo um questionário de vinte perguntas sobre textos em vez de pessoas. Um determinado texto contém o conceito de opinião pública ou conceitos a ele relacionados?

Descreva o medo do isolamento? Descreve conflitos entre o indivíduo e a comunidade, entre a opinião dominante e a opinião desviante? Nós "vasculhamos" os textos como poderíamos "vasculhar" o campo: a Bíblia, mitos, contos de fadas, obras de filósofos, ensaístas, poetas.

Em um texto de Wilhelm Bauer (1920), que escreveu várias obras sobre a opinião pública, Kurt Braatz - estudante de doutorado - encontrou um comentário indicando que Maquiavel havia usado o conceito em italiano. Mas não fornecia uma citação e não conseguimos localizar a passagem. Embora as traduções para o inglês de Maquiavel tenham usado a expressão opinião pública, os Discorsi usam termos como Opinione universale (1, 58), commune Opinione (11, 10) ou pubblica voce (111, 34).

Pensamos que para determinar o significado de "opinião pública" teríamos que ver como o conceito começou a ser usado, em que contexto, a partir de quais observações, assim como uma planta pode ser melhor compreendida estudando seu habitat. Nossas expectativas foram confirmadas. Michael Raffel (1984) resumiu as descobertas de sua tese de bacharelado em um artigo intitulado "O Criador do Conceito de Opinião Pública: Michel de Montaigne". Na edição de 1588 de seus ensaios, cerca de setenta anos após o aparecimento dos Discorsi de Maquiavel, Montaigne usou duas vezes o substantivo coletivo l'opinion publique. Ele explicou por que seus escritos eram apimentados com tantas citações de escritores antigos como este: 'Na verdade, é a opinião pública que me faz apresentar todos esses adornos emprestados "(Montaigne 1962, 1033). A segunda vez que ele usou a expressão "opinião pública" foi quando tratou da questão de como os costumes e as idéias morais poderiam ser mudados. Segundo Platão, disse ele, a pedofilia era uma paixão perigosa. Para combatê-lo, Platão aconselhou (nas Leis) que a opinião pública o condenasse. Ele pediu que os poetas representassem aquele vício como execrável, criando assim uma opinião pública sobre o assunto. Embora a nova opinião negativa pudesse ir contra a opinião da maioria, poderia, se apresentada como a opinião predominante, acabar sendo aceita por escravos e homens livres, por mulheres e crianças, e por todos os cidadãos (ibid., 115). A segunda vez que ele usou a expressão "opinião

pública" foi quando tratou da questão de como os costumes e as idéias morais poderiam ser mudados. Segundo Platão, disse ele, a pedofilia era uma paixão perigosa. Para combatê-lo, Platão aconselhou (nas Leis) que a opinião pública o condenasse. Ele pediu que os poetas representassem aquele vício como execrável, criando assim uma opinião pública sobre o assunto. Embora a nova opinião negativa pudesse ir contra a opinião da maioria, poderia, se apresentada como a opinião predominante, acabar sendo aceita por escravos e homens livres, por mulheres e crianças, e por todos os cidadãos (ibid., 115). A segunda vez que ele usou a expressão "opinião pública" foi quando tratou da questão de como os costumes e as idéias morais poderiam ser mudados. Segundo Platão, ele disse, a pedofilia era uma paixão perigosa. Para combatê-lo, Platão aconselhou (nas Leis) que a opinião pública o condenasse. Ele pediu que os poetas representassem aquele vício como execrável, criando assim uma opinião pública sobre o assunto. Embora a nova opinião negativa pudesse ir contra a opinião da maioria, poderia, se apresentada como a opinião predominante, acabar sendo aceita por escravos e homens livres, por mulheres e crianças, e por todos os cidadãos (ibid., 115). Platão aconselhou (nas Leis) a ser condenado pela opinião pública. Ele pediu que os poetas representassem aquele vício como execrável, criando assim uma opinião pública sobre o assunto. Embora a nova opinião negativa pudesse ir contra a opinião da maioria, poderia, se apresentada como a opinião predominante, acabar sendo aceita por escravos e homens livres, por mulheres e crianças, e por todos os cidadãos (ibid., 115). Platão aconselhou (nas Leis) que a opinião pública deveria condená-lo. Ele pediu que os poetas representassem aquele vício como execrável, criando assim uma opinião pública sobre o assunto. Embora a nova opinião negativa pudesse ir contra a opinião da maioria, poderia, se apresentada como a opinião predominante, acabar sendo aceita por escravos e homens livres, por mulheres e crianças, e por todos os cidadãos (ibid., 115).

Não é por acaso que Montaigne deu tanta atenção à natureza social do homem e à força da notoriedade, aprovação pública e condenação pública. Pelo que eu sei, todos os intelectuais ou escritores que deram alguma contribuição significativa ao assunto da opinião pública já tiveram uma experiência em primeira mão disso. Maquiavel escreveu após uma mudança de governo em Florença, após ser acusado de participar de uma conspiração, preso, torturado e posteriormente libertado, tendo se retirado para suas propriedades em San Casciano. A experiência de Montaigne foi tripla. Primeiro, ele teve a experiência de sua família imediata. O sistema corporativo medieval começou a mudar. Um grupo recém-formado de cidadãos ricos, mas não aristocráticos, lutou pelo reconhecimento de seus direitos iguais aos da nobreza. Houve uma batalha violenta sobre os códigos de vestimenta e símbolos de status - que peles, que joias, que tipo de tecido adequado - uma batalha sobre modos de vida públicos e visíveis. Montaigne testemunhou isso em sua própria família. Sua família

paterna enriqueceu-se com o comércio de vinho e tintura e comprou o Château Montaigne em 1477. Seu pai acrescentara "de Montaigne" ao sobrenome. Montaigne adquiriu sensibilidade para símbolos e novas formas de comportamento em casa. que tipo de tecido se encaixa no posto - uma batalha sobre modos de vida públicos e visíveis. Montaigne testemunhou isso em sua própria família. Sua família paterna enriqueceu-se com o comércio de vinho e tintura e comprou o Château Montaigne em 1477. Seu pai acrescentara "de Montaigne" ao sobrenome. Montaigne adquiriu sensibilidade para símbolos e novas formas de comportamento em casa. que tipo de tecido se encaixa no posto - uma batalha sobre modos de vida públicos e visíveis. Montaigne testemunhou isso em sua própria família. Sua família paterna enriqueceu com o comércio de vinho e tintura, e comprou o Château Montaigne em 1477. Seu pai havia acrescentado "de Montaigne" ao sobrenome. Montaigne adquiriu sensibilidade para símbolos e novas formas de comportamento em casa.

Mais importante ainda foi a experiência da mudança de crenças, a luta religiosa entre católicos e protestantes que começou quando Lutero apresentou suas 95 teses em 1517. Essa luta tomou a forma das guerras de religião na França (1562-1589). Montaigne lamentou que não houvesse como escapar das guerras em qualquer lugar da França e que a cidade de Bordeaux, de cujo parlement ele fazia parte, estava especialmente em alvoroço e perturbada pelos combates contínuos. Era preciso observar cuidadosamente o ambiente social e a respectiva força dos lados, e adaptar o comportamento de acordo. Afinal, três a quatro mil huguenotes foram mortos em Paris no famoso massacre noturno de São Bartolomeu (23 de agosto de 1572), e outros doze mil morreram no resto da França.

Essas foram, sem dúvida, as circunstâncias que levaram Montaigne a se aposentar da vida pública em seu trigésimo oitavo aniversário (28 de fevereiro de 1571). Ele tinha uma inscrição colocada acima da entrada de sua biblioteca na torre do Château Montaigne, na qual se dizia que ele desejava passar o resto de seus dias em paz e solidão. Neste lugar ele escreveu seus famosos Ensaios. Ele acabou retornando à vida pública, sendo nomeado prefeito de Bordeaux em 1582, e viajou em várias missões diplomáticas pela Europa. É por isso que ele estava muito ciente do contraste entre a vida pública e privada, e da forma como as diferentes condenações foram realizadas em diferentes países, em todos os casos considerados vinculativos. "Que tipo de verdade é aquela que é delimitada por montanhas e se torna uma mentira do outro lado dessas montanhas?" ele se pergunta (Montaigne 1962, 563). “Se as montanhas podem limitar a 'verdade', a opinião deve ter um aspecto social e seu reino deve ter limites estritos” (203). “Portanto, Montaigne vê as visões predominantes como vinculadas a um determinado lugar e tempo, como uma realidade social observável com validade apenas temporária. Só se legitimam pelo facto de se apresentarem como opiniões sem alternativa, obrigatórias: ... para que, na realidade, não tenhamos pautas de

verdade e razão alheias aos exemplos e ideias, de opiniões e hábitos que vemos todos os dias ao nosso redor "(Raffel 1984). Portanto, Montaigne vê as visões predominantes como vinculadas a um determinado lugar e tempo, como uma realidade social observável com validade apenas temporária. Só se legitimam pelo facto de se apresentarem como opiniões sem alternativa, obrigatórias: ... para que, na realidade, não tenhamos pautas de verdade e razão alheias aos exemplos e ideias, de opiniões e hábitos que vemos todos os dias ao nosso redor "(Raffel 1984). Portanto, Montaigne vê as visões predominantes como vinculadas a um determinado lugar e tempo, como uma realidade social observável com validade apenas temporária. Só se legitimam pelo facto de se apresentarem como opiniões sem alternativa, obrigatórias: ... para que, na realidade, não tenhamos pautas de verdade e razão alheias aos exemplos e ideias, de opiniões e hábitos que vemos todos os dias ao nosso redor "(Raffel 1984).

Alternando etapas essencialmente públicas e essencialmente privadas em sua vida, Montaigne se torna o descobridor da dimensão pública em seus escritos. Divida sua vida conscientemente em duas partes:

"O homem sábio deve afastar sua mente internamente da multidão vulgar e reter a mesma liberdade e poder de julgar livremente sobre todas as coisas; mas, nos assuntos externos, ele deve seguir estritamente as modas e formas recebidas do costume "(Montaigne 1962/1908, 129). Para Montaigne, a esfera pública tem suas próprias leis intrínsecas. É uma esfera dominada por um consenso inimigo de individualidade. "Nem uma em mil de nossas ações habituais diz respeito a nós como indivíduos" (Raffel 1984). Montaigne inventa vários novos conceitos para este novo elemento. Ele cunhou o termo publique e, além do novo conceito l'opinion publique, fala de l'opinion commune (Montaigne 1962, 174), l'approbation publique (ibid., 1013) e référence publique (ibid., 9)

Por que então o conceito de opinião pública não foi imposto até um século e meio depois? "Talvez uma carta do amigo de Montaigne, Etienne de Pasquier, a um conhecido possa nos ajudar nesse ponto", sugere Michael Raffel. Pasquier lamenta que Montaigne freqüentemente tome a liberdade de usar palavras incomuns "que, se não me engano, será difícil para ele colocar na moda" (Raffel 1984; Frame 1965).

John Locke, David Hume e Jean-Jacques Rousseau leram Montaigne; mas ele não se tornou um escritor da moda até a segunda metade do século XVIII, na década anterior à Revolução Francesa.

Seguindo nossa descrição das investigações empíricas nos capítulos anteriores, nossa busca pelo passado nos levou ao primeiro aparecimento do conceito de opinião pública no século XVI. Tudo o que é descrito como opinião pública, opinião geral, aprovação pública e decoro público nas obras que examinamos está tão notavelmente relacionado ao trabalho empírico para nós que é como se estivéssemos vendo dois paramas se juntando que são um na

realidade. Isso nos encoraja a continuar procurando evidências históricas na esperança de que elas nos ajudem a entender melhor a opinião pública.

5. A Lei da Opinião:
John Locke

Em seu Essay Concerning Human Understanding, publicado em 1671, John Locke (1894, 1: 9) relatou que costumava se encontrar regularmente para conversar com cinco ou seis amigos em seu apartamento em Londres. Essas reuniões levaram a discussões fascinantes nas quais, no entanto, eles não fizeram nenhum progresso. Ocorreu-lhes que talvez não estivessem usando a abordagem correta e que talvez outra coisa pudesse ser mais útil. Essa ideia pareceu muito convincente para os amigos de Locke, que lhe pediram para escrever notas sobre o curso da conversa antes de se encontrarem novamente. Ele cumpriu a comissão escrevendo mais e mais notas, e delas o livro acabou nascendo.

A Londres de 1670 deve ser uma cidade maravilhosa. Foi discutido em todos os lugares: no Parlamento, nas redações dos jornais, nos cafés e em círculos privados. O que Locke, pouco antes de seu quadragésimo aniversário, havia anotado - escrito de forma incoerente, disse ele, e não para grandes e eruditos - tinha o frescor das primeiras horas de um dia de verão.
Locke, porém, lamentou após a publicação do livro: “A acusação de novidade é uma acusação terrível entre aqueles que julgam as cabeças dos homens, como fazem com suas perucas, pela moda, e não podem tolerar que seja razão fora das doutrinas recebidas. A verdade nunca teve vozes a seu favor em sua primeira aparição. Novas opiniões são sempre suspeitas e muitas vezes encontram oposição por nenhuma outra razão a não ser por ainda não serem comuns. Mas a verdade, como o ouro, não o é menos porque é fresco da mina ”(1893, 1: 4).
Existem três tipos de leis a serem distinguidos, diz Locke. O primeiro, a lei divina; o segundo, direito civil; e a terceira, a lei da virtude e do vício, da opinião ou reputação ou - Locke usa o termo indistintamente - a lei da moda.
Locke expõe assim a terceira lei: "Para entendê-la corretamente, deve-se ter em mente que, quando os homens se unem em sociedades políticas, mesmo que entreguem a provisão ao público em pleno vigor, não podem usá-la contra qualquer outro cidadão além Até onde a lei de seu país permite, eles conservam, no entanto, o poder de pensar bem ou mal, de aprovar ou censurar as ações de quem vive e trata com eles ”(1894, 1: 476).

Reputação e moda:
padrões de um certo lugar em um determinado momento

> A medida do que é em toda parte chamado e considerado "virtude" e "Vício" é essa aprovação ou aversão, elogio ou condenação, que é estabelecido por um consenso secreto e tácito nas diferentes sociedades ... do mundo, e para o qual diferentes ações despertam crédito ou desaprovação de acordo com o julgamento, os princípios ou as modas do lugar ... Mas ninguém escapa do castigo da sua censura e do desprazer se violar a moda e a opinião das empresas que frequenta ...
>
> Não há um em dez mil firme e insensível o suficiente para suportar a constante antipatia e censura de seu próprio círculo. Aquele que pode viver satisfeito em contínuo descrédito e desgraça diante de sua própria sociedade, deve ter uma condição estranha e incomum. Muitos homens buscaram a solidão e se acostumaram a ela; Mas ninguém que tenha a menor compreensão ou senso humano pode viver em sociedade com a constante aversão e má opinião dos familiares e das pessoas com quem lida. É um fardo muito grande para suportar (Locke 1894, 1: 476, 479).

A descrição é completa: o tribunal da opinião pública obriga os homens a se conformarem por medo do isolamento. Mas o trabalho de John Locke não lhe trouxe felicidade. Perseguido por seus inimigos, ele modificou a passagem da terceira edição de seu livro, substituindo-a pelas frases mais ruidosas (1: 476-477, n. l).

Ele foi acusado de relativizar o bem e o mal, e de fazer isso de forma destrutiva. Dizia-se que ele havia transformado o que procedia da lei divina em uma questão de consenso entre indivíduos específicos. Ele foi acusado de degradar questões morais ao transformá-las em questões da moda. Ele até parecia ignorar o que constitui a lei, que, como todos sabem, é autoridade; algo que, sem dúvida, falta aos particulares. A autoridade é o próprio da lei, mais especificamente, a autoridade e o poder de forçar o seu cumprimento. Locke escreve:

> Creo que debo decir que el que se imagina que el encomio y la ignominia no son motivos suficientemente fuertes como para que los hombres se adapten a las opiniones y las reglas de aquellos con los que tienen trato, demuestra poco conocimiento de la naturaleza o la historia da humanidade. Porque notaremos que a maior parte é guiada principalmente, senão exclusivamente, por essa lei da moda. E assim eles fazem o que mantém sua boa reputação entre seus conhecidos, com pouco respeito pelas leis de Deus ou do juiz.
>
> Alguns, ou melhor, a maioria dos homens, raramente refletem seriamente sobre as punições que vêm com a violação da lei de Deus. E muitos daqueles que pensam na reconciliação futura enquanto infringem a lei, permanecem calmos apesar de suas infrações.
>
> E quanto às punições derivadas das leis do Estado, as ilusões são forjadas na esperança da impunidade. Mas ninguém que vai contra a moda e opinião das empresas que frequenta, e às quais se confiaria, escapa da punição da censura e da sua antipatia (1: 476-477; grifo meu).

Locke descreve uma terminologia de três níveis: fala de deveres e

pecados com respeito à lei divina; do legal e do ilegal no que diz respeito ao direito civil; de virtude e vício no que diz respeito à lei de opinião e reputação. Ele mostra, com o exemplo do duelo, que essas três normas não produzem necessariamente os mesmos resultados: “Portanto, desafiar e lutar com outro homem ... chama-se duelo. Se o considerarmos de acordo com a lei de Deus, ele merecerá o nome de pecado; De acordo com a lei da moda, em alguns países, será valor e virtude; e para as leis municipais de alguns governos, um crime grave ”(1: 481-482).

Os métodos de pesquisa social do século XX nos permitiram ver como as pessoas percebem o ambiente de opinião de maneira muito semelhante à observada por Locke. Descreve a natureza social dos seres humanos com várias expressões. "Os homens tendem a basear seu consentimento e ... apoiar sua fé principalmente ... [na] opinião dos outros ... os homens têm o direito de ser pagãos no Japão, os maometanos na Turquia, os papistas na Espanha ... Em outras palavras : o que chamamos de nossa opinião não nos pertence, mas é um simples reflexo das opiniões dos outros ”(2: 367-368).

John Locke não impõe limites de conteúdo à sua "lei da opinião"; mas ele enfatiza que o que importa é o elemento avaliativo: elogios ou censuras são sempre expressos. Ele caracteriza o consenso ao qual essas visões se agarram como um "consenso tácito e secreto" (1: 476). A existência de algo misterioso em tudo isso é confirmada por pesquisas do século XX.

Outra coisa chama nossa atenção na descrição de Locke: somos confrontados, diz ele, com a opinião, com o padrão "daquele lugar" (1: 477). Esse acordo, o corpo de opinião respeitado pelo indivíduo, existe em um determinado lugar e tempo. Como consequência, os indivíduos podem mudar sua relação com a opinião mudando-se para algum lugar longe o suficiente e podem esperar que as coisas mudem com o tempo. As opiniões são transitórias. Embora a expressão "opinião pública" não apareça na obra de Locke, ela está indiretamente presente de duas maneiras: primeiro em sua ideia de concordância, que só pode ser interpretada como uma questão de unidade social e, portanto, pública; segundo em sua insistência no

“Lugar”, com a sua conotação de espaço público por excelência4. "O

A lei da opinião ou moda de Locke (1: 475-476) é mais severa e menos benevolente do que o conceito desenvolvido na France de l'opinion publique; mas ele queria expressá-lo com aquela aspereza.

Locke não usa o termo "lei" frívolo, aleatório ou incidental. Nem o usa no sentido do cientista natural quando fala das leis da natureza. Refere-se à lei no sentido da lei, e diz isso explicitamente: quando uma ação afeta uma lei, deve acarretar uma recompensa ou punição não intrínseca ao próprio ato (1: 476). Até o nome da sua lei é instrutivo. Quando Locke fala da "lei da opinião ou reputação", vê-se que seu conceito de reputação envolve quase completamente o de opinião.

Quase significam a mesma coisa 5.

John Locke fala continuamente de "moda" em sua exposição do

assunto (1894, 1: 476, 478 ss.). Essa peculiaridade do texto, que a princípio parecia absurda, na verdade mostra, com especial clareza, o caráter precursor de seu pensamento. As pessoas julgam as opiniões da mesma forma que as perucas dos homens. Caracterizando insistentemente a opinião pública como "moda", Locke observa sua natureza superficial e fugaz, como está ligada ao lugar e ao momento; mas também quão coercitiva ela é enquanto reina. É claro que ele usa o termo como uma pista para que não seja mal interpretado. Essa opinião de que ele fala em sua "lei da opinião ou da reputação" não pode ser considerada uma fonte de sabedoria política. Seu valor intelectual é altamente questionável e os critérios para avaliá-lo terão que ser buscados em outro lugar.

Locke também insiste em conceitos como "reputação", ou seja, em conceitos psicossociológicos que mostram a total dependência do ser humano do meio social, dos muitos, dos outros. Como as pessoas tendem a desconfiar de novas opiniões e a desprezá-las precisamente porque são novas e ainda não estão na moda, Locke busca munição nas autoridades clássicas.

---

[4] O termo em inglês lugar, que traduzimos como "lugar", também significa, entre outras coisas, praça e rua. (N. de T.)

[5] John Locke lidou com os aspectos negativos do julgamento público, bem como com os positivos, como visto em seu ensaio "Some Thoughts Concerning Education" em Locke 1824, 8: 1-210.

Ele cita uma passagem de Cícero: "Não há nada melhor no mundo do que integridade, louvor, dignidade e honra." E então ele acrescenta que Cícero sabia muito bem que todos esses nomes eram diferentes para a mesma coisa (1: 478).
Da mesma coisa? E o que é isso?
Entendemos que todos designam notas de aprovação que o público atribui ao indivíduo.

3. O governo é baseado na opinião: David Hume, James Madison

David Hume nasceu em 1711, sete anos após a morte de John Locke. Em seu Tratado sobre a Natureza Humana, publicado pela primeira vez em 1739 e 1740, Hume retoma as idéias de Locke e as transforma em uma teoria do Estado. Embora o povo possa ter renunciado ao uso da força desde a fundação do Estado, ele não renunciou à sua capacidade de aprovar e desaprovar. E uma vez que as pessoas tendem naturalmente a prestar atenção às opiniões e se conformar às opiniões do meio ambiente, a opinião é essencial para os assuntos do estado. O poder concentrado de opiniões semelhantes mantidas por particulares produz um consenso que constitui a base real de qualquer governo. Hume é guiado pelo princípio que afirma: "O governo se baseia apenas na opinião" (Hume 1963, 29). 6

> Nada é mais surpreendente para aqueles que vêem os assuntos humanos com um olhar filosófico do que a facilidade com que alguns governam sobre muitos. E a implícita docilidade com que os homens submetem seus próprios sentimentos e paixões aos de seus governantes. Se perguntarmos como esse milagre ocorre, descobriremos que os governantes não têm nada para apoiá-los, exceto a opinião. O governo, então, se baseia apenas na opinião. E essa máxima se aplica tanto aos governos mais despóticos e militares quanto aos mais livres e populares (ibid., Grifo meu).

Com Hume, a perspectiva a partir da qual abordamos a questão da opinião passa da pressão que ela exerce sobre os indivíduos para aquela que exerce sobre os governos: exatamente o ponto de vista que Maquiavel apresentou ao príncipe. Locke notou as pessoas comuns, que estavam sujeitas à lei da opinião e da reputação em sua existência diária, e que temiam tanto a desaprovação que nem uma em dez mil ficaria indiferente ao desprezo de seus vizinhos. Locke investigou a natureza humana em geral no Essay Concerning Human Understanding. Hume concentrou seu interesse no governo. Seu ambiente era corte, diplomacia e política. Ele também temia as penalidades com as quais a lei de opinião ou reputação ameaçava qualquer pessoa que despertasse desaprovação, e publicou com cautela seu primeiro trabalho,

---

[6] Agradeço ao Professor Ernst Vollrath, da Universidade de Colônia, por uma correspondência estimulante sobre este assunto.

Anonimamente. No entanto, de acordo com seu amor pela alta vida, ele foi menos sensível às punições do que às recompensas que, de acordo com a lei da opinião, aguardam aqueles que recebem aprovação e reconhecimento.

O amor pela fama: o lado bom da opinião pública

Hume intitulou "Do Amor à Fama" (1896, 316-324) o capítulo em que lida com a opinião pública. Depois de descrever como a virtude, a beleza, a riqueza e o poder - isto é, condições objetivamente vantajosas - fazem os homens se sentirem orgulhosos e como a pobreza e a servidão os oprimem, ele continua: «Mas, além dessas causas, orgulho e humildade originais, aí é uma causa secundária nas opiniões dos outros, que têm a mesma influência nas afeições. Nossa reputação, nossa fama, nosso nome são razões de enorme peso e importância. As outras causas de orgulho - virtude, beleza e riqueza - têm pouca influência quando não são apoiadas pelas opiniões e sentimentos dos outros ... [Mesmo] homens de maior discrição e inteligência ...

Hume, que ansiava por uma vida boa (descreve com entusiasmo as vantagens da riqueza e do poder), se expressa nesta passagem como se as coisas dependessem principalmente da boa opinião do grupo de referência (usando um conceito de autodomínio). sociologia). Sua formulação dá menos ênfase à publicidade, aprovação e desaprovação "daquele lugar". No entanto, ele vê a magnitude dos efeitos que ocorrem quando os homens querem evitar o confronto com seu ambiente. “A este princípio”, diz ele, “devemos atribuir a grande uniformidade que podemos observar nos humores e na maneira de pensar dos que pertencem à mesma nação” (ibid.). A reputação ou o crédito perante os outros está tão longe de ser repreensível que parece inseparável da virtude, gênio, habilidade e uma disposição generosa ou nobre. A sociedade também espera e exige que até mesmo questões triviais recebam atenção para agradar. E ninguém se surpreende ao observar uma maior elegância nas roupas e uma conversa mais agradável em um homem quando ele está com outras pessoas do que quando ele está em casa com sua família ”(Hume 1962, 265-266). A reputação ou o crédito perante os outros está tão longe de ser repreensível que parece inseparável da virtude, gênio, habilidade e uma disposição generosa ou nobre. A sociedade também espera e exige que até mesmo questões triviais recebam atenção para agradar. E ninguém se surpreende ao observar uma maior elegância nas roupas e uma conversa mais agradável em um homem quando ele está com outras pessoas do que quando ele está em casa com sua família ”(Hume 1962, 265-266).

É óbvio que Hume não pensa muito nos rejeitados pela sociedade,

aqueles que sofrem as punições da condenação pública. Em vez disso, lida com os que estão do lado feliz e tenta estabelecer um limite além do qual o amor pela fama pode ir longe demais. «Em que mais consiste a vaidade, tão justamente considerada defeito ou imperfeição? Parece consistir principalmente em uma exibição tão desmedida de nossas vantagens, honras e conquistas, uma exigência tão insistente e explícita de elogio e admiração, que é ofensiva para os outros "(266). Hume entende claramente que suas reflexões se aplicam antes de mais nada aos círculos sociais mais elevados. Ele escreve: «Leve em consideração convenientemente ...outros '(ibid.).

Hume certamente se move dentro do esquema geral de Locke da relação entre o indivíduo e o público situado em um "lugar" particular, mas ele aborda essa relação de uma maneira completamente diferente. Sua ideia de público é muito mais parecida com o que Habermas pensava que os gregos tinham como certo (Habermas 1962, 15): "O que é, brilha na luz do público e todos podem ver. Quando os cidadãos interagem uns com os outros, as coisas aparecem na conversa e tomam forma. Quando essas mesmas pessoas discutem entre si, os melhores se distinguem e alcançam seu ser, a imortalidade da fama ... Dessa forma a cidade-estado oferece um campo aberto para o sucesso honroso. Os cidadãos se relacionam como iguais ... mas todos se esforçam para se destacar ... As virtudes catalogadas por Aristóteles são demonstradas,

No entanto, a visão elevada de Hume de que o espaço público é a arena na qual as realizações são reconhecidas não é compartilhada por outros autores do século 18 que escreveram sobre a opinião pública na mesma época que ele. O princípio básico de David Hume, "O governo se baseia apenas na opinião", tornou-se a doutrina dos fundadores dos Estados Unidos. Hoje reconhecemos o peso da opinião na esfera política; mas, ao mesmo tempo, vemos novamente o papel do indivíduo através dos olhos de John Locke.

O homem é tímido e cauteloso

Em The Federalist, James Madison investigou cuidadosamente as implicações do princípio de que "todo governo é baseado na opinião". O dogma desses ensaios tem grande força e constitui a base da democracia americana. Mas quão fraca e vulnerável é a natureza humana que supostamente fornece essa base. 'Embora possa ser verdade', escreveu Madison em 1788, 'que todo governo é baseado na opinião, não é menos assim que o poder da opinião sobre cada indivíduo e sua influência prática em sua conduta depende em grande parte do número de pessoas que ele acredita ter compartilhado a mesma opinião. A razão humana é, como o próprio homem, tímida e cautelosa quando deixada sozinha. E ela ganha força e confiança em proporção ao número de pessoas com as quais está associada "(Madison 1961, 340; Draper 1982).

Encontramos aqui aquela avaliação realista da natureza humana e sua aplicação à teoria política à qual devemos retornar na segunda metade

do século XX. Os métodos de pesquisa de opinião pública nos obrigam a buscar explicações para o que teimosamente surge em nossa série de observações.

Ameaça, não fama, coloca a espiral do silêncio em movimento

Se compararmos como David Hume trata o assunto do indivíduo e do público e como John Locke ou James Madison o tratam, vemos uma diferença semelhante ao que encontramos em nossa primeira interpretação do efeito do carro vencedor. "Querer estar do lado vitorioso" é uma das interpretações: "não querer isolar-se" é outra. O que fascina o primeiro é o espaço público como cenário em que se pode distinguir; o outro é atingido pelo espaço público como uma ameaça, como um campo de batalha onde a reputação pode ser perdida. Por que, então, deveríamos lidar com a espiral do silêncio e sua relação com a opinião pública menos como uma área para colher louros do que como uma liminar, um tribunal público ameaçador? Porque apenas a ameaça, o medo do indivíduo de se encontrar sozinho,

Os tempos revolucionários aumentam a capacidade de sentir a exposição pública como uma ameaça

Será que o talento de Locke e Madison para perceber ameaças do público foi aguçado pelas revoluções que eles experimentaram? Em tempos de mudanças drásticas, é muito necessário atentar para a forma de se comportar para não ficar isolado. Quando a ordem das coisas permanece estável, a maioria das pessoas não entra em conflito com a opinião pública se não violar as normas atuais de decência; nem mesmo cairá no redemoinho da espiral do silêncio. O que precisa ser feito ou dito ou não feito ou dito é tão óbvio que a pressão da conformidade atua como a pressão atmosférica sob a qual vivemos: não temos consciência disso. Mas nos tempos pré-revolucionários e revolucionários, novas sensações são experimentadas. O apoio da opinião deixa os governos até que eles finalmente entrem em colapso; e os indivíduos, perdendo a confiança e a segurança daquilo que deve ser elogiado ou condenado, procuram vincular-se às novas diretrizes. Nestes tempos agitados e sob pressão, é mais fácil entender o funcionamento da opinião pública e encontrar as palavras certas para descrevê-la.

1661: Glanvill cria o conceito de "clima de opinião"

Em um momento de silêncio, não esperamos encontrar alguém planejando toda a lei da opinião ou reputação, com suas punições e recompensas. Parece impensável, então, que o filósofo inglês Joseph Glanvill pudesse ter cunhado em tempos de paz o poderoso termo que incluiu em seu tratado sobre a vaidade do dogmatismo. Ele criou a expressão "clima (s) de opinião" e a colocou em itálico no texto. Ele escreveu: 'Então eles [os dogmáticos], que nunca olharam além da

crença em que seus entendimentos confortáveis foram inicialmente doutrinados, estão sem dúvida certos da verdade e da excelência comparativa do que eles herdaram, enquanto as maiores almas, que trabalharam os diferentes climas de opinião, são mais cautelosos em suas decisões e mais parcimoniosos na condenação "(Glanvill 1661, 226-227).

“Clima de opinião” ... seguramente pode-se supor que se trata de uma expressão moderna, nascida em nosso tempo. Essa suposição se deve à nossa sensibilidade, que, como a de Joseph Glanvill, está adaptada a circunstâncias precárias e convicções que se tornaram incertas. Sem essas circunstâncias oscilantes, o conceito de

"Tempo" não seria interessante para nós; mas, independentemente das experiências do nosso tempo, podemos apreciar a sua relevância. O clima envolve totalmente o indivíduo de fora. O indivíduo não pode escapar disso. Mas, ao mesmo tempo, está dentro de nós, exercendo a maior influência em nossa sensação de bem-estar. A espiral do silêncio é uma reação às mudanças no clima de opinião. A expressão "clima de opinião" representa melhor do que a de

"Opinião pública" a ideia de uma distribuição de frequências, de uma força relativa das várias tendências contraditórias. O fim

"Clima" também traz à mente a imagem de espaço e tempo, como o conceito de "campo" de Kurt Lewin; e "clima" também inclui o sentido mais amplo de "público". Em tempos de revolução, como o nosso, vale a pena procurar fatos que possam revelar a natureza da opinião pública.

Descartes intuitivamente entendeu a espiral do silêncio Descartes, a quem Glanvill admirava e elogiava, viveu na França em circunstâncias completamente diferentes das que Glanvill conheceu na Inglaterra. A Inglaterra de Glanvill estava dilacerada pela discórdia, enquanto a França de Descartes passava por um período de valores e hierarquias sociais universalmente aceitos. O pensamento de Descartes exemplifica a correção de nossa suposição de que, em períodos revolucionários, o público é vivenciado mais como uma ameaça, enquanto em períodos de ordem ele é vivenciado mais como um reino no qual se pode exaltar a si mesmo. Descartes parece compreender intuitivamente a espiral do silêncio como um processo que alimenta a nova opinião pública em desenvolvimento. Ele sabia como melhorar sua própria fama. Em 1640, ele enviou as Meditações Metafísicas para "os mais sábios e ilustres: o reitor e os doutores da sagrada faculdade de teologia de Paris ». Em uma carta, ele pediu a eles, à luz do grande respeito público de que gozavam, que dessem "testemunho público" em apoio às suas idéias. Este apelo, disse ele, foi baseado na esperança de que seu apoio pudesse Facilmente faça todos os homens de pensamento e conhecimento aprovarem seu julgamento. E sua autoridade forçaria os ateus, que muitas vezes são mais arrogantes do que eruditos ou judiciosos, a superar seu espírito de contradição; ou poderia levá-los a defender os raciocínios aceitos como manifestações por todas as pessoas respeitáveis, para que não parecesse que eles não os compreenderam ”(Descartes 1964/1931, 1: 136).

7. O lançamento do termo "opinião pública": Jean-Jacques Rousseau

Que tipo de situação levou Rousseau a usar o termo l'opinion publique pela primeira vez?
Veneza, 1744: Rousseau, então com trinta e poucos anos, é secretário do embaixador francês. É um ano muito agitado. A França, envolvida nas guerras da sucessão austríaca, declarou guerra a Maria Teresa. Em 2 de maio de 1744, Rousseau escreveu uma carta a Amelot, o ministro das Relações Exteriores francês, desculpando-se por ter alertado o nobre veneziano Chevalier Erizzo de que a "opinião pública" já o considerava simpático à Áustria (Rousseau 1964a, 1184). Ele garante a Amelot que seu comentário parece não ter produzido resultados adversos e que ele não cometerá tais erros novamente.
Quem interpreta a opinião pública como um julgamento político crítico do governo, como aconteceu a partir do século 19, encontrará pouco apoio no uso de Rousseau. A busca por ideias relacionadas ao tema da opinião pública em suas obras atraiu pouco a historiadores e cientistas políticos.
Seria de se esperar que a pessoa que lançou o termo l'opinion publique tivesse um sentimento profundo sobre o fenômeno, e a expectativa não é decepcionante. Desde 1750, a preocupação com o poder da opinião pública permeou os escritos de Rousseau. Mas, uma vez que ele não tinha um princípio organizador para guiar seu tratamento do assunto, alguma técnica específica deve ser usada para fornecer uma imagem coerente. Christine Gerber (1975), estudante de jornalismo em Mainz, foi a primeira a conduzir uma investigação sistemática. Ele lançou uma rede, por assim dizer, sobre as seis principais obras de Rousseau e investigou cada passagem em que as palavras 'opinião' apareciam,
"Público", "publicidade" ou "opinião pública". Utilizando a análise de conteúdo, estudou os escritos rousseaunianos sobre crítica social (1750-1755), Julia ou a nova Eloísa, O contrato social, Emilio, As confissões e a Carta ad´Alembert (1758). "Opinião pública" apareceu 16 vezes; "Opinião" anexada a algum adjetivo ou substantivo diferente de "público", cerca de 100 vezes; e "público" ou "publicidade",

106 vezes. Esses últimos termos apareceram com mais frequência, fora do contexto da opinião pública, em relação ao respeito público. A primeira pesquisa francesa sobre o assunto foi uma tese de doutorado de Colette Ganouchaud (1977-1978).

O público é o que todos podem ver

Esta pesquisa conclui que Rousseau era muito sensível ao aspecto ameaçador da propaganda, do público. Sua natureza solitária ofereceu-lhe a oportunidade de obter uma experiência excepcional neste campo. “Só vi o horror de ser reconhecido e proclamado em público e na minha presença como ladrão, mentiroso e caluniador” (Rousseau 1968, 1: 122).

«Tudo isto não impediu que a multidão excitada, incitada não sei por quem, se voltasse aos poucos contra mim à ira, até insultando-me publicamente à luz do dia, e não só em campo aberto e nas estradas rurais, mas mesmo no meio da rua '(2: 398).

“À luz do dia”, “não só nas estradas do interior”: estar à vista de todos, sem proteção pública, agravava o mal. Já a repetição da expressão "respeito público" indica claramente que Rousseau relaciona "opinião pública" com "reputação", na tradição de Maquiavel, Locke e Hume, mas ele discute o conceito muito mais extensivamente em seus escritos. Ele está dividido entre avaliações ambivalentes. Em termos sociais, a opinião pública parece uma bênção, pois fomenta a coesão; mas, uma vez que faz com que os indivíduos se adaptem à moralidade e à tradição, é uma força conservadora e protege a moralidade da decadência. Seu valor, então, está em suas funções morais, não intelectuais.

A opinião pública como guardiã da moral e das tradições

Rousseau acreditava que a vida social fora melhor regulada no passado remoto, quando os selvagens viviam juntos em um estado natural. Por isso, ele argumentou que as formas mais estáveis de opinião pública - a saber, os costumes e a tradição - eram os recursos mais importantes que uma sociedade deveria proteger, uma vez que continham as qualidades essenciais das pessoas. Segundo Rousseau, o Estado se baseia em três tipos de leis: direito público, direito penal e direito civil. Posteriormente, explicou: «Além destas três classes de leis, há uma quarta, a mais importante, que não está gravada em mármore ou bronze, mas no coração dos cidadãos; que forma a verdadeira constituição do Estado; cuja força é renovada a cada dia; que vivifica ou substitui as outras leis quando envelhecem ou desaparecem; que mantém no povo o espírito de suas instituições originais e substitui imperceptivelmente a força do hábito pela da

autoridade. Refiro-me aos costumes, à moral, aos costumes e, sobretudo, à opinião pública, fator desconhecido de nossos teóricos políticos, mas do qual depende o sucesso de todos os demais "(Rousseau 1953, 58).

Em meados do século da Revolução Inglesa, John Locke insistia na relatividade: o que a lei da opinião ou reputação exige, o que é aprovado ou reprovado dependerá das opiniões atuais

"nesse lugar". Para Rousseau, oprimido pelo poder e esplendor da corte francesa de meados do século 18, a estabilidade parece prevalecer. A quarta lei está escrita no coração de todos os cidadãos e só precisa ser protegida da corrupção e da deterioração. Em O Contrato Social, Rousseau inventa um tribunal especial, o

"Censor", uma posição que nunca existiu. Ele o cria com o único propósito de fortalecer a opinião pública como guardiã da moralidade pública. A única definição de opinião pública que Christine Gerber encontrou em Rousseau neste contexto é esta: "A opinião pública é uma espécie de lei administrada pelo censor e que ele, como o príncipe, só se aplica em casos específicos" (Rousseau 1953, 140) . Rousseau também explica o papel do censor. "A censura preserva os costumes e a moral, evitando a corrupção de opiniões, preservando sua retidão com medidas inteligentes e, às vezes, até determinando-as quando ainda são duvidosas" (141).

Um acordo tácito sobre uma norma moral constitui, para Rousseau, a base sobre a qual uma sociedade pode ser construída, e esse consenso moral coletivamente estável é o "público" de Rousseau: Essa personalidade pública é frequentemente chamada de corpo político, e seus membros o chamam de Estado '(Rousseau 1964d / 1957, 424). Segue-se logicamente que as divisões partidárias não podem ser benéficas. A sociedade tem um único fundamento coletivo, que só pode ser ameaçado pelo egoísmo de determinados indivíduos. Essa convicção representa a raiz da hostilidade de Rousseau para com o privado em oposição ao público; uma aversão que, no século XX, encontra sua expressão mais decidida no neomarxismo.

Rousseau é muito cauteloso em sua descrição da maneira como os censores influenciam as opiniões: "às vezes até determinando-as quando ainda são duvidosas" (1953, 141). Explique a tarefa do censor pensando nesses "casos especiais". O censor fortalece o que há de melhor nas convicções coletivas do povo. Expressa, proclama ou faz "tomar consciência", como diríamos hoje, dessas convicções. Assim que o censor se torna "independente" e afirma que há acordo sobre algo sobre o qual de fato não há consenso popular, suas palavras não surtem efeito. Eles não encontram resposta e serão iporados (140). Nesse sentido, o censor é um instrumento, apenas um porta-voz. Rousseau configura essa operação de opinião pública com muito mais cuidado do que seus seguidores do século XX. De acordo com Rousseau, nenhuma coerção pode ser usada. Tudo o que pode ser feito é que o censor enfatize os princípios morais básicos. O censor compartilha essa limitação com o príncipe, tal como concebido por

Rousseau. O príncipe não tem meios de poder nem pode promulgar leis. "Vimos", diz Rousseau, "que a legislatura pertence, e só pode pertencer, ao povo" (60). A iniciativa de promulgar leis, porém, é do príncipe. Para cumprir essa tarefa, ele precisa de uma posição vantajosa para sondar o clima da opinião, tarefa "com a qual o grande legislador se cuida em segredo" (58). As atividades do censor o ajudam neste trabalho de observação. O príncipe deve decidir quais convicções do povo são vívidas o suficiente para apoiar a legislação. A lei só pode ser baseada em um acordo prévio,

“Como um arquiteto, antes de erguer um grande edifício, ele observa e sonda o solo para ver se vai aguentar o peso, o legislador inteligente não começa escrevendo leis que sejam boas em si mesmas, mas primeiro investiga se as pessoas a quem eles estão destinados é capaz desuportá-los ”(46).

Rousseau não especifica a relação exata entre o volonté générale (que ele distingue do volonté de tous, privado e egoísta) e a opinião pública. "Assim como a lei é o meio pelo qual a vontade geral se expressa, a censura é o meio de expressar a opinião do povo" (140). O volonté générale talvez pudesse ser imaginado como uma consolidação da opinião pública; e ao mesmo tempo se consolida nas leis que vêm de si. "As leis nada mais são do que atos verdadeiros da vontade geral" (98). David Hume afirmou o poder legitimador da opinião pública em seu princípio: "O governo só se baseia na opinião" (Hume 1963, 29). Rousseau também afirma o mesmo: «A opinião, rainha do mundo, não está sujeita ao poder dos reis; eles próprios são seus primeiros escravos ”(Rousseau 1967/1960, 73-74).

Rousseau especifica ainda em sua Carta a D'Alembert quem poderia ocupar o cargo de censor na França. Surpreendentemente para aqueles que consideram Rousseau um democrata radical - "a legislatura pertence, e só pode pertencer, ao povo" - ele sugere que o tribunal honorário dos marechais da França desempenharia melhor o papel de censor (Rousseau 1962b, 176). Desta forma, ele fornece o máximo prestígio ao cargo. Para ele, o peso do “respeito público” é um fator claro de influência nas pessoas,

e nenhuma dissonância pode surgir a respeito deles, para que o respeito público não seja rapidamente destruído. Exige que o governo também seja submetido ao censor, ao tribunal honorário dos marechais da França, sempre que proclame que algo pertence à opinião pública; isto é, desde que expresse aprovação ou desaprovação pública. Rousseau apresenta a opinião pública aqui como uma autoridade moral. Talvez o Prêmio Nobel alemão Heinrich Böll tivesse essa ideia - e também esse papel - em mente, quando falou do atual estado deplorável da opinião pública na República Federal da Alemanha: a posição de censor não estava nas mãos certas.

A ideia de uma concepção coletiva do bem e do mal nas pessoas levou Rousseau a cunhar um conceito que só se estabeleceria no século XX: "religião civil" (Rousseau 1953, 142). A ideia de 'religião civil' só começou a se espalhar quando o número de crentes nas religiões metafísicas diminuiu. Como era de se esperar, o termo "religião civil" designa uma série de princípios que não podem ser contraditos em público sem serem isolados; em outras palavras, um produto da opinião pública.

Opinião pública como protetora da sociedade e inimiga da individualidade

Na opinião de Rousseau, embora a opinião pública fosse tão Benéfico em seu papel de guardião da moralidade pública, sua influência sobre o indivíduo foi desastrosa. Na medida em que o indivíduo respeitasse aquela opinião como guardiã da moralidade - tanto por medo do isolamento quanto para não se expor à dor da desaprovação, "não só no meio do país e nas estradas rurais, mas mesmo no meio da rua "- Rousseau não tinha nada a se opor, apesar da memória de seu próprio sofrimento. "Quem julga os costumes e a moral julga a honra, e quem julga a honra adota a opinião [do povo] como sua lei" (1953, 140).

A influência desastrosa vem da necessidade de se diferenciar das pessoas; do "amor à fama", para citar o título do décimo primeiro capítulo do tratado de David Hume; ou, um tanto mais modesta e simplesmente, da necessidade humana de ser reconhecido, de contar socialmente, de ter prestígio, de ser comparado favoravelmente com os outros. A corrupção da sociedade humana começou com essa necessidade, como Rousseau explicou no ensaio que o tornou famoso em 1775, Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: 'Finalmente, a ambição consumidora, o desejo de aumentar as riquezas - menos de uma necessidade genuína do que estar acima dos outros - desperta em todos os homens a tendência sombria de prejudicar uns aos outros "(Rousseau 1964, 175).

“Isso mostraria o quanto esse anseio todo-poderoso por reputação, honra e distinção que nos devora a todos domina nossos talentos e habilidades; quanto excita e multiplica as paixões; o quanto torna todos os homens rivais ou, pior ainda, inimigos ”(ibid., 189).

O "selvagem" está livre desse impulso devorador. "O selvagem vive em si mesmo" (ibid., 193), embora desde o início tenha sido diferenciado dos animais pelo livre arbítrio, pela capacidade de empatia e pela capacidade de se preservar. Então começou o processo que deu origem à sociedade. Rousseau nos diz que quando "o respeito público começou a ser valorizado" (Gerber 1975, 88), a natureza do homem mudou. Agora, afirma ele, devemos aceitar este fato de nossa natureza como irrefutável: “O homem, como ser social, está sempre orientado para o exterior. Ele atinge a primeira sensação básica de vida através da percepção do que os outros pensam dele ”(Rousseau 1964,193).

Segundo Rousseau, o homem está dividido em dois seres; um contém sua verdadeira natureza, suas "verdadeiras necessidades", inclinações e interesses; o outro está configurado sob o jugo da opinião. Explique a diferença com o exemplo do intelectual. “Devemos sempre distinguir as inclinações que vêm da natureza, daquelas que vêm da opinião. Existe uma paixão por saber que se baseia apenas no desejo de ser respeitado como pessoa erudita. Há outra que surge do anseio natural do homem pelo conhecimento de tudo o que está próximo ou distante, que possa interessá-lo ”(1964d, 429).

Rousseau considera a compulsão ao consumo como um efeito concomitante da opinião pública: «Assim que querem um pano porque é caro, seus corações caem presa da luxúria e de todos os caprichos de opinião, pois esse gosto certamente não surgiu espontaneamente em eles '(1964d, 372).

Não há nada melhor do que legalidade, honra e respeito. Assim, John Locke citou Cícero e atribuiu a essas qualidades uma raiz comum: a opinião favorável da sociedade em que se vive. Rousseau, que se preocupava com o contraste entre a verdadeira natureza humana e aquela derivada da opinião, procurou construir um conceito de honra que, ao invés de surgir da estima dos outros, resultaria da autoestima.

«No que se denomina honra, distingo entre o que resulta da opinião pública e o que resulta da auto-estima. O primeiro consiste em preconceitos vazios, mais mutáveis do que ondas contínuas ”(1964c, 2:84).

Neste ponto, não podemos continuar a ignorar a ambivalência de Rousseau: ora ele diz que a opinião pública é um preconceito vazio e ora lhe atribui o objeto de proteger o que é mais permanente e mais valioso: os costumes, a tradição e a moral. É fácil descobrir essas contradições em Rousseau. Assim, lemos em uma ocasião: "Distinguir entre pessoas más e pessoas honestas é uma questão de interesse público" (1964b, 222-223).

Rousseau admirava a arte com que os espartanos tratavam essa distinção: “Quando um homem de má reputação moral propôs algo

correto na assembleia de Esparta, os Éforos, ignorando-o, fizeram um cidadão virtuoso fazer a mesma proposta. Que honra para um, que censura para o outro, mesmo que nenhum deles tivesse sido censurado ou elogiado! " (1953, 141-142). Aqui não pode haver dúvida sobre a avaliação positiva que o respeito público merecia Rousseau. E depois lemos em Emílio: «E daí se o mundo inteiro nos censurar por isso! Não buscamos aprovação pública. A sua felicidade nos basta »(1964d, 758).

A transação, um elemento necessário da relação com a opinião pública

Nesta aparente contradição, Rousseau capta mais claramente do que qualquer um antes dele o aspecto essencial da opinião pública, permitindo-nos finalmente reconhecer todas as suas manifestações: representa um compromisso entre o consenso social e as convicções individuais. O indivíduo é forçado a buscar uma solução intermediária, preso pelo "jugo da opinião" e por sua vulnerabilidade, o que o faz depender do julgamento alheio e resistir à separação e ao isolamento. É assim que Rousseau o expressa em Emilio:

"Como depende tanto da própria consciência como da opinião pública, deve aprender a conhecer e conciliar as duas leis, e só dar primazia à consciência quando essas leis se opõem" (1964d / 1957, 731/346); em outras palavras, apenas quando for absolutamente impossível evitá-lo.

"Eu tenho que aprender a suportar a censura e o ridículo"

A transação pode produzir resultados muito diferentes. Precisamente onde, segundo David Hume, a opinião pública deveria ficar satisfeita, na escolha das roupas para usar em público, Rousseau decidiu expressar a sua individualidade. Convidado por Luís XV para o grande proscênio do teatro real em Fontainebleau para a estréia de uma opereta que havia escrito, ele apareceu "sem polimento", com uma peruca mal penteada e sem pó, traje impróprio para a festa e sem colete. Brocado . «Tenho-me vestido como sempre, nem melhor nem pior. Meu exterior é simples e desleixado, mas não está sujo nem desarrumado. A minha barba também não é em si, pois nos é dada por natureza e porque, dependendo da época e da moda, às vezes pode até ser um enfeite. Talvez alguém me ache ridículo ou insolente, mas, Por que isso tem que me afetar? Devo aprender a suportar o ridículo e a censura quando não mereço "(citado em Harig, 1978). Essa atitude implica o perigo de ser muito resistente ao compromisso, como Rousseau também entendeu. Em La nouvelle Hèloise (Julia ou a nova Heloise) lemos: «Preocupa-me que o intrépido amor pela virtude que lhe dá força para desprezar a opinião pública o leve ao outro extremo e o faça falar com desdém das sagradas leis de decoro e decência. decência "(Rousseau 1964c, 623).

«Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada um com todas as forças da comunidade, e na qual

cada um, embora unido aos outros, só se obedeça e se mantenha tão livre como antes. Este é o problema fundamental "(Rousseau 1953, 14-15).

8. A opinião pública como tirania: Alexis de Tocqueville

Se o objetivo de nossa pesquisa histórica é descobrir o que o conceito de "opinião pública" significou para aqueles que o cunharam, já podemos concluir que existem boas razões históricas para adotar um conceito de opinião pública baseado no medo do isolamento e de seu resultado., a espiral do silêncio.

As sociedades podem diferir no grau em que seus membros temem o isolamento, mas em todas as sociedades há uma pressão para a conformidade, e o medo do isolamento é o que torna essa pressão eficaz. Stanley Milgram (1961) descobriu em seus experimentos que os noruegueses eram ligeiramente mais conformistas do que os americanos e os franceses um pouco menos. Milgram estendeu seus experimentos para a Europa porque havia surgido a suspeita de que o comportamento conformista, conforme estabelecido por Solomon Asch, era uma peculiaridade americana.

Na verdade, o que Thorstein Veblen descreveu no início do século 20 como comportamento de busca de status americano em The Theory of the Leisure Class (1970; primeira edição 1899) foi o mesmo tipo de prática condenada por Rousseau em sua oposição ao que Veblen mais tarde chamaria consumo conspícuo. O compromisso entre opinião pública e natureza individual, usando o par de opostos de Rousseau, favoreceu a opinião pública nos Estados Unidos e exigiu a submissão do indivíduo. Foi assim que Tocqueville, o compatriota de Rousseau, explicou e descreveu o fenômeno em suas notas de viagem intituladas Democracy in America (1948: primeira edição 1835-1840).

Pelo que eu sei, Tocqueville foi o primeiro observador consciente da espiral do silêncio em ação. Ele tomou como exemplo o declínio da Igreja francesa antes da Revolução e mencionou, sempre que possível, o significado de falar e calar em relação à opinião pública (1948, 1: 263). Além disso, sua abordagem da opinião pública é muito semelhante ao que podemos aprender agora com os métodos empíricos de observação. Ele viu em sua essência, como vemos hoje, o medo do isolamento e a tendência ao silêncio. Tocqueville não escreveu um livro sobre a opinião pública, nem deu título a nenhum capítulo; mas seu trabalho está repleto de descrições, avaliações, explicações e análises das consequências da opinião pública. Não queremos dizer que ele o considerava um fenômeno puramente americano. Ele viu as características universais da opinião pública e como elas afetaram a Europa também; mas ele acreditava que eles haviam se desenvolvido ainda mais nos Estados Unidos e que haviam assumido um papel que mais tarde poderiam desempenhar na Europa.

Para Tocqueville, a opinião pública nos Estados Unidos era uma forte pressão, um fardo, uma coerção para a conformidade ou, nos termos de Rousseau, um jugo sob o qual o membro individual da sociedade deve se humilhar:

> Nas aristocracias, os homens geralmente possuem grande força e grandeza pessoal. Quando se encontram em conflito com a maioria de seus compatriotas, eles se retiram para seu próprio círculo, onde encontram apoio e conforto. Isso não acontece em países democráticos. Neles, o favorecimento público parece tão necessário quanto o ar que respiramos, e discordar da multidão é como não viver. A máfia não precisa de leis para coagir aqueles que não pensam assim. A desaprovação pública é suficiente para ele. O sentimento de solidão e desamparo os oprime e os desespera (1948, 2: 261).
> Não conheço nenhum país em que haja tão pouca independência mental e verdadeira liberdade de discussão como na América (1: 263).
> Em qualquer estado constitucional europeu, todos os tipos de religião ou teoria política podem ser livremente pregados ... porque não há nenhum país na Europa tão sujeito a uma única autoridade que o homem que levanta a sua voz pela causa da verdade não fique protegido contra as consequências de sua ousadia. Se ele tem a infelicidade de viver sob um governo absoluto, as pessoas frequentemente estão com ele. Se ele vive em um país livre, ele pode, se necessário, encontrar abrigo atrás do trono. O setor aristocrático da sociedade o apóia em alguns países e a democracia em outros. Mas em países onde existem instituições democráticas, organizadas como as dos Estados Unidos, há apenas uma autoridade, um fator de força e sucesso, sem nada por trás dele (1: 263).

Esse único poder é, segundo Tocqueville, a opinião pública. Como isso se tornou tão poderoso?

A igualdade explica o poder da opinião pública

Na introdução de seu livro sobre os Estados Unidos, Tocqueville escreveu: “Entre os acontecimentos que me impressionaram durante minha estada nos Estados Unidos, nada me impressionou mais fortemente do que a igualdade geral de posição entre as pessoas. Logo descobri a importância prodigiosa que este fato fundamental tem para todo o funcionamento da sociedade. Ela dá uma certa direção à opinião pública e uma certa marca nas leis ”(1948, 1: 3).

Tentando descobrir as causas dessa tendência insaciável para a igualdade, ele descobriu um processo de alcance global (Tischer 1979, 18).

> Se examinarmos o que aconteceu na França a cada meio século desde o século XI, não podemos deixar de notar que, no final de cada um desses períodos, houve uma dupla revolução no estado da sociedade. O nobre desceu na escala social e o plebeu subiu. Um desce quando o outro sobe. A cada meio século eles estão mais próximos e logo se encontrarão. Isso não é exclusivo da França. Para onde quer que olhemos, perceberemos a mesma revolução acontecendo em todo o mundo cristão ... O desenvolvimento gradual do princípio da igualdade é, portanto, um fato providencial. Tem todas as características principais deste tipo de acontecimento: é universal, é duradouro, escapa continuamente a todas as interferências humanas e a todos os acontecimentos, enquanto todos os homens contribuem para o seu progresso ... Todo este livro que agora oferecemos ao público foi escrito sob a influência de uma espécie de horror religioso produzido na mente do autor pela visão daquela revolução irresistível que avançou durante séculos apesar de todos os obstáculos, e que continua a avançar entre os ruínas que causou. Não é necessário que o próprio Deus fale para que possamos descobrir os sinais inquestionáveis de sua vontade (Tocqueville 1948, 1: 6-7).

Tocqueville explica por que a igualdade de status causa o domínio da opinião pública:

> Quando as classes sociais são desiguais e os homens são diferentes uns dos outros em seu status, existem alguns indivíduos que têm o poder de maior inteligência, aprendizado e esclarecimento, enquanto a multidão está mergulhada na ignorância e no preconceito. Os homens que vivem nestes tempos aristocráticos são, portanto, naturalmente levados a moldar suas opiniões no modelo de uma pessoa superior, ou de uma classe superior de pessoas, e se opõem a reconhecer a infalibilidade da massa do povo. Em tempos de igualdade, acontece o contrário. Quanto mais os cidadãos se aproximam do nível comum de uma posição igualitária e semelhantes, menos cada um deseja ter fé absoluta em um determinado homem ou em uma determinada classe de homens. Mas sua inclinação para acreditar que a multidão aumenta, e a opinião é mais do que nunca dona do mundo ... Em períodos de igualdade, os homens não têm fé nos outros devido à sua semelhança; mas essa mesma semelhança lhes dá uma confiança quase ilimitada no julgamento das pessoas comuns. Porque parece provável que, uma vez que todos têm os mesmos elementos de julgamento, a maior verdade deveria ser a da maioria (Tocqueville 1948, 2: 9-10).

Como vemos, Tocqueville interpreta a opinião pública como a opinião da maioria numérica.

Tocqueville afirma que é a vontade de Deus, à qual ninguém resiste. Mas a simpatia pelo destino do indivíduo naquela sociedade o vence, ele cai em um profundo pessimismo quanto às consequências espirituais e se rebela. Isso é o que diz sobre o destino do indivíduo:

> Quando o habitante de um país democrático se compara individualmente com todos os que o rodeiam, sente-se orgulhoso por ser igual a todos eles. Mas quando você considera a totalidade de seus iguais e se compara a um conjunto tão grande, é imediatamente dominado pelo sentimento de sua própria insignificância e fraqueza. A mesma igualdade que o torna independente de cada um dos seus concidadãos, tomados em conjunto, o expõe sozinho e indefeso à influência da maioria (1948, 2:10).
> Sempre que as circunstâncias sociais são igualitárias, a opinião
> O público pressiona as mentes dos indivíduos com uma força enorme. Ele os cerca, os dirige e os oprime. E isso se deve muito mais à própria constituição da sociedade do que às suas leis políticas. Quanto mais os homens se assemelham, mais fraco cada um se torna em relação a todos os outros. Porque você não percebe nada que o eleve consideravelmente acima ou o distinga deles, você perde sua autoconfiança assim que eles o atacam. Ele não apenas desconfia de sua força, mas até mesmo duvida de seu direito. E ele chega muito perto de admitir que está errado quando a maioria de seus compatriotas afirma que ele está (1948, 2: 261).

Tocqueville descreve como a pressão da opinião pública afeta não apenas os indivíduos, mas também o governo. Escolha como exemplo o comportamento do presidente americano durante uma campanha eleitoral. Enquanto isso durar, o presidente não governará mais no interesse do estado, mas no interesse de sua reeleição (Tischer 1979, 56). "Ele se conforma com seus gostos e animosidades [da opinião pública], antecipa seus desejos, antecipa suas queixas, se submete aos seus desejos mais fúteis" (Tocqueville 1948, 1: 138).
Tocqueville admite que a igualdade social também pode ter um efeito benéfico. Uma vez que a autoridade foi destronada, a igualdade pode abrir as mentes dos homens para novas idéias. Mas o indivíduo também pode, por outro lado, parar completamente de pensar: o público 'não convence de suas crenças, mas as impõe e faz com que invadam o pensamento de todos por meio de uma espécie de enorme pressão da mente de todos sobre a inteligência individual. Nos Estados Unidos, a maioria está encarregada de fornecer uma miríade de opiniões prontas para uso de indivíduos, que assim ficam livres da necessidade de criar sua própria opinião "(1948, 2:10).

Tocqueville reflete tristemente sobre como em outros tempos os povos democráticos foram capazes de derrotar os poderes constituídos "Reprimiu ou atrapalhou ... a energia das mentes individuais." Mas agora, se "sob o domínio de certas leis [Tocqueville se refere à autoridade da maioria numérica] a democracia extinguiu essa liberdade mental ..., o mal teria apenas mudado sua aparência. Os homens não teriam encontrado uma maneira de viver independentemente. Teriam apenas inventado ... uma nova fisionomia de servidão "(1948, 2:11).

"Há aqui, e nunca irei repeti-lo demais", escreve Tocqueville, "há aqui um assunto para profunda reflexão por aqueles que consideram a liberdade de pensamento algo sagrado e que odeiam não apenas o déspota, mas também o despotismo. De minha parte, quando sinto a mão do poder pousando pesadamente em meu rosto, pouco me importo com quem está me oprimindo. E não estou mais disposto a colocar o jugo sobre mim, porque me é oferecido pelas mãos de um milhão de homens "(1948, 2:58).

Tocqueville levanta um assunto sobre o qual James Bryce, um dos clássicos escritores americanos da opinião pública, concentra sua atenção, cerca de cinquenta anos depois, na quarta parte de seu livro The American Commonwealth (The American Nation; 1888-1889); a saber: a tirania da maioria (2: 337-344). Essa quarta parte traz - finalmente - o título explícito de "opinião pública". Mas, por alguma razão, a opinião pública nunca é tratada com sucesso quando abordada de forma explícita e com total racionalidade acadêmica. Deve ser algo realmente muito irracional quando todos os livros que tratam diretamente do assunto parecem falhar. Isso também se aplica às obras clássicas alemãs da primeira década do século 20: Wilhelm Bauer, Die öffentliche Meinung und ihre geschichtlichen Grundlagen (Opinião pública e suas bases históricas) (1914),

"Ninguém pode acusar Bryce de adotar uma abordagem sistemática em seu estudo da opinião pública", escreveu Francis G. Wilson cinquenta anos depois (1938, 426) sobre o famoso livro. De fato, as centenas de páginas que Bryce dedica ao assunto reúnem comentários dos mais diversos autores, aos quais se somam suas próprias observações, algumas de considerável interesse. Lembre-se, por exemplo, do que ele diz sobre o "fatalismo da turba" (Bryce 1888-1889, 2: 237-364, esp. 327-336), onde ele descreve pela primeira vez o que mais tarde seria chamado de "silêncio maioria. ".

9. Criação do conceito de "controle social" e marginalização do de "opinião pública"

Entramos no século XX com uma definição de opinião pública a partir de 1950: «Vamos entender por opinião pública, para esta resenha histórica, as opiniões sobre assuntos de interesse nacional expressas livre e publicamente por pessoas não governamentais que se julgam detentoras do direito de permitir que suas opiniões influenciem ou determinem as ações, o pessoal ou a estrutura de seu governo "(Speier 1950, 376).

Um conceito de opinião pública sob medida para pesquisadores e jornalistas

Como pode 'opinião pública' passar a significar algo tão diferente de o que isso denotou por séculos? Opiniões expressas publicamente, influência no governo ... reconhecemos esta parte da definição de Speier. Mas a outra parte é nova: só contam as opiniões sobre assuntos de interesse nacional, só as opiniões de pessoas cujos julgamentos merecem respeito. Isso constitui uma restrição radical do conceito, bem como uma mudança qualitativa. Não é mais uma questão de meio termo entre o conhecimento e a ignorância, como Sócrates o concebia. É, pelo contrário, uma força de opinião consciente da sua influência, situada junto ao governo e que reclama uma capacidade de discernimento igual ou até superior à deste.

Essa transformação requer uma explicação. Quando a opinião pública perdeu seu senso de reputação? Quando comecei a me fazer essa pergunta, senti que havia perdido minha bolsa e precisava procurá-la novamente. Isso foi no início dos anos 60, quase ao mesmo tempo em que percebeu, sem saber explicá-lo, a notável discrepância entre as curvas de intenção de voto e as expectativas sobre o vencedor das eleições. No entanto, demorei sete anos para entender que as duas questões estavam relacionadas.

A tese de Hume, segundo a qual "o governo se baseia na opinião", o lugar importante que Rousseau concedeu à opinião pública no estado, a força avassaladora da opinião pública nos Estados Unidos ... tudo isso deve ter tentado os que buscavam o poder apresentar-se como representantes da opinião pública. O trono da opinião pública parecia permanecer vago nas várias obras escritas até meados do século XIX. Naquela época, porém, uma série de volumosos volumes começaram a tratar sistematicamente o assunto e a discutir que tipo de opinião pública seria mais benéfica para o Estado. A influência de filósofos, pesquisadores, escritores e jornalistas buscou seu próprio lugar como um verdadeiro representante da opinião pública. Em Jeremy Bentham ([1838-184311962, 41-46) ou em James Bryce (1888-1889, 2: 237-

364, "Public Opinion"), encontramos muitas observações psicossociológicas agudas; mas estão misturadas com demandas normativas sobre o papel que a opinião pública deve desempenhar e quem deve ser visto como seu representante. Mesmo essa confusão ainda estava longe da opinião pública conceituada por Speier (1950), Wilhelm Hennis (1957a) ou Jürgen Habermas (1962), que nada mais era do que um julgamento político crítico.

Removendo neve da calçada como opinião pública

A virada parece ter ocorrido nos últimos anos do século XIX. Entre 1896 e 1898, Edward A. Ross publicou uma série de artigos (reimpressos como livro em 1901) no American Journal of Sociology. Parece que depois disso a opinião pública perdeu sua conotação centenária de pressão por conformidade e continuou a existir apenas com o significado reduzido de um tribunal que criticava e controlava o governo (Ross 1969; Noelle 1966). No entanto, parte do significado anterior foi preservado. Por exemplo, quando o psicólogo social Floyd H. Allport (1937, 13) escreveu "Towards a Science of Public Opinion", o ensaio introdutório à primeira edição do mais tarde famoso Public Opinion Quarterly, ele usou a ação de remover a neve do calçada para ilustrar a eficácia da opinião pública. Caracterizou a sua substância com as seguintes palavras: «Os fenómenos a estudar sob o nome da opinião pública são essencialmente modos de comportamento ... [Estes modos de comportamento] realizam-se frequentemente com a consciência de que os outros estão a reagir. situação de forma semelhante. ' Mas os pesquisadores contemporâneos, especialmente na Europa, ficaram mais irritados com essas idéias do que intrigados.

Até que o membro morto se destaque do corpo social

Por que os artigos de Edward A. Ross na virada do século tiveram uma influência tão profunda que mudaram o conceito de opinião pública? Para começar, Ross falou como um segundo John Locke, e é realmente surpreendente que ele nunca tenha mencionado esse autor.

> O homem comum e vital pode ignorar o estigma social. O homem culto pode escapar do desprezo de seus vizinhos, refugiando-se nas opiniões de outros tempos e círculos. Mas para a massa do povo a condenação e o elogio de sua comunidade são os verdadeiros mestres da vida ... O que desarma o americano moderno não é tanto o medo do que as pessoas comuns iradas podem fazer, mas a completa incapacidade de permanecer impassível em um turbilhão de comentários totalmente hostis, para suportar uma vida perpetuamente confrontada com a consciência e a sensibilidade dos que o cercam. Apenas o criminoso ou o herói moral não se importa com o que os outros possam pensar dele (Ross 1969, 90, 104, 105).

Essas palavras aparecem no capítulo intitulado "Opinião Pública" da obra de Ross. Mas esse autor vê a opinião pública como subordinada a um fenômeno que ele designa com o novo termo que dá ao livro o título: Controle social. O controle social é exercido nas sociedades humanas de muitas maneiras, diz Ross. Pode ser totalmente visível e institucionalizado, como na lei, na religião, nos feriados nacionais ou na educação dos filhos. Mas o controle social também atua na forma de opinião pública, que, embora não seja institucionalizada, tem certas sanções. Escrevendo sobre controle social mais de meio século depois, Richard T. LaPierre (1954, 218-248) dividiu essas sanções em três categorias: sanções físicas, sanções econômicas e, o mais importante, sanções psicológicas.
“O membro morto se destaca do corpo social”, na frase de Ross (1969, 92).
Ross dá atenção especial às vantagens do controle social
através da opinião pública. É "flexível" e "barato" em comparação com a lei (1969, 95). A descrição vigorosa de Ross teve grande sucesso e "controle social" tornou-se um conceito estabelecido. A expressão tem todo o apelo do novo e contém tudo o que John Locke certa vez chamou de lei da opinião ou reputação. Muitos sociólogos estudaram a questão do controle social, mas ninguém atualmente identifica os controles sociais com a opinião pública. Desse modo, desaparece o poder integrador ambivalente que constrange tanto o governo quanto o indivíduo a respeitar o consenso social. A influência sobre o indivíduo agora é chamada de controle social; A influência no governo é chamada de opinião pública, que, como construção intelectual, rapidamente assume um caráter normativo.

10. O Coro do Lobo Uivante

Por que as estradas estão tão bloqueadas? Por que temos que abrir caminho nos arbustos para encontrar o verdadeiro significado da opinião pública? Que papel esse fenômeno desempenha com um nome tão antiquado? Um "conceito clássico" do nosso
“Armazém tradicional de conceitos”; “Não é possível simplesmente abandoná-lo ou levar a sério seu significado original”: assim começa o ensaio do sociólogo Niklas Luhmann “Opinião Pública”, publicado pela primeira vez em 1970 (1971, 9). Como Walter Lippmann, cujo livro Opinião pública foi publicado em 1922, Luhmann descobriu características da opinião pública que nunca haviam sido descritas antes (ver Capítulo 18 abaixo). Ambos os autores, no entanto, ajudaram a apagar os vestígios históricos do assunto. Luhmann escreve: "Um olhar sobre a história intelectual mostra que a crença na razão não podia ser sustentada, bem como a crença no poder da opinião pública de exercer controle crítico ou mudar o governo" (1971, 11). Mas quem despertou essa crença? Nem Locke, nem Hume, nem Rousseau, nem Tocqueville.
Nada na literatura moderna sobre opinião pública teria me levado a essas fontes se eu não tivesse tido uma experiência estranha em uma manhã de domingo em Berlim, no início do verão de 1964. Naquela época eu passava meus fins de semana em Berlim para preparar minha segunda-feira aulas sobre métodos de pesquisa de levantamento na Universidade Livre. Um sentimento de despedida permeou tudo, pois no outono eu iria para a Universidade de Mainz como professor de pesquisa em comunicação. Naquela manhã de domingo - eu nem tinha tomado o café da manhã - algo como o título de um livro me veio à mente. Mas não tinha nada a ver com os métodos de pesquisa de opinião ou com o trabalho que ele planejara fazer naquele dia, e nada a ver com qualquer coisa de que pudesse se lembrar. Corri para a mesa e escrevi em um pedaço de papel: “Opinião pública e controle social”. Eu soube imediatamente que tipo de título era: um ano e meio depois, era o título de minha palestra inaugural em Mainz (Noelle 1966).
Foi este pequeno título num pedaço de papel que me levou a voltar ao assunto da opinião pública e a procurar os seus vestígios históricos. Por que se tornou tão antiquado tratar esse assunto como ele foi entendido por séculos, vinculado à natureza social sensível do homem, à dependência humana da aprovação e desaprovação de seu meio ambiente? Essa interpretação não se encaixa na imagem que o homem moderno tem de si mesmo? Vai contra a maravilhosa autoconsciência derivada da emancipação conquistada nos últimos tempos? Nesse caso, é fácil imaginar o desconforto que as seguintes

comparações das sociedades humana e animal produzirão.
O medo do isolamento de seres humanos é visivelmente evitado como um tópico de pesquisa; mas é estudado em detalhes e sem inibições na investigação do comportamento animal. Os etólogos estão tão preocupados em evitar acusações de antropomorfismo que muitas vezes relutam em comparar o comportamento animal ao comportamento humano. Erik Zimen escreve em O lobo (1981, 43) que 'Devemos certamente ter muito cuidado ao comparar o comportamento humano e animal. Padrões de comportamento que parecem semelhantes podem desempenhar funções completamente diferentes, enquanto outros de aparência e origem filogenética completamente diferentes podem desempenhar a mesma função ... No entanto, a observação comparativa de humanos e animais pode estimular novas ideias, que posteriormente terão que ser verificadas com observações ou experimentos precisos, especialmente quando se investigam espécies organizadas de maneira semelhante como o lobo e o homem ».

Em todo caso, a linguagem não se preocupa tanto com sua própria imagem, e não temos dificuldade em compreender a expressão "uivando com a matilha" (dos lobos). Também poderíamos falar em "uivar com os cachorros". "Uivar em coro" é tão comum entre cães quanto entre lobos, e até mesmo os chimpanzés às vezes o fazem (Alverdes 1925, 108; Lawick-Goodall 1971; Neumann 1981).

Mentalização para ação conjunta
De acordo com Erik Zimen, os lobos uivam principalmente à tarde, antes de irem caçar, e logo de manhã se preparam para as atividades matinais. 'O uivo de um lobo é um poderoso estímulo para outro lobo se juntar a ele ... Mas isso nem sempre acontece. O uivo inicial de um animal de classificação inferior, por exemplo, é um estímulo menos eficaz do que o de um animal de classificação superior '(Zimen 1981, 71). Dos uivos são excluídos todos os oprimidos, os proscritos e os lobos rejeitados. A semelhança entre a situação dos oprimidos e excluídos e a dos lobos de baixa patente mostra como é importante não se isolar e poder participar do que o pesquisador americano sobre lobos Adolph Murie (1944) chamou de "a reunião amigável . "isto é, uivar em coro.
Qual é a função dos uivos? Ouça Erik Zimen: “Essa restrição aos 'iniciados' parece indicar que a cerimônia fortalece a coesão da matilha. Os lobos confirmam, por assim dizer, seus sentimentos mútuos de amizade e cooperação. Também os momentos em que uivam sugerem que isso serve para sincronizar e coordenar a fase imediata da atividade. Os lobos recém-despertados são rapidamente preparados para uma ação conjunta ”(ibid., 75).

Comportamento no rebanho
De acordo com informações de Thure von Uexküll, Konrad Lorenz

também
sincronização observada, a capacidade de atuar em conjunto, nos sinais acústicos usados pelos choughs 7 para regular seu comportamento no rebanho.

> O bando de chough, que voa para os campos de dia em busca de alimento e de noite para as florestas para dormir, usa o grasnar de alguns pássaros em particular para decidir um caminho comum. Se as rotas dessas aves não coincidirem pela manhã ou à tarde, o bando pode ser observado voando para a frente e para trás por um tempo. Se o grasnado "llac" predominar sobre o "lloc", o bando voa para a floresta, ou vice-versa. Isso continua por um tempo até que todos os pássaros emitem apenas um dos gritos e todo o bando voa para a floresta ou para o campo. O rebanho está então pronto para uma ação de negociação coletiva, seja para buscar comida ou para dormir. Existe um humor comum ou algo como uma emoção comum. O rebanho de choughs é, portanto,

Em On Aggression, Konrad Lorenz intitula o capítulo que dedica ao comportamento coletivo dos peixes como "O anonimato do grupo" (Lorenz 1966, 139-149).

> A forma mais primitiva de "sociedade" no sentido mais amplo do termo é o agrupamento anônimo, cujo exemplo mais característico é o cardume de peixes do mar. Dentro do banco não há estrutura alguma, não há patrão nem subordinados, mas apenas um imenso conjunto de membros iguais. Essas, é claro, influenciam-se mutuamente, e existem algumas formas muito simples de "comunicação" entre os indivíduos que compõem o banco. Quando um deles percebe o perigo e foge, transmite sua sensação aos demais, que apreenderam seu medo ... A ação puramente quantitativa e, de certa forma, democrática desse processo denominado "indução social" pelos sociólogos significa que a O cardume de peixes é menos determinado quanto mais indivíduos contém e mais forte é o instinto de rebanho. Um peixe que,

---

[7] Chough: pássaro corvid, semelhante à torre ou ao corvo. (N. de T.)

> por alguma razão, ele começa a nadar em uma direção que não pode evitar, mas deixa a margem e se encontra em uma situação de isolamento. Então ele cai sob a influência de todos os estímulos calculados para trazê-lo de volta ao banco (ibid., 144-145).

O isolamento, a perda de contato com o banco, pode representar um perigo imediato para a vida individual. Por essa razão, o comportamento do grupo parece perfeitamente funcional e tão benéfico para a sobrevivência do indivíduo quanto é para o grupo.
E se um indivíduo não tem medo do isolamento? Konrad Lorenz descreve um experimento realizado por Erich von Holst com um foxino, um peixe pertencente ao gênero carpa.

> Erich von Holst removeu a parte anterior do cérebro de uma raposa comum, que é, nesta espécie, a sede de todas as reações coletivas. A raposa vê, come e nada como um peixe normal. Sua única característica comportamental anormal é que ele não se importa em deixar o banco sozinho. Falta a indecisão do peixe normal, que, embora queira nadar em uma determinada direção, se vira após seus primeiros movimentos para olhar seus companheiros e reagir de forma diferente se outros o seguem ou não ... se o nosso outro peixe ele tinha visto comida ou estava vagando por algum outro motivo, ele estava nadando propositalmente em uma determinada direção e todo o banco o seguia.

Lorenz comenta: "O defeito transformou o animal estúpido em um ditador!" (Lorenz 1966, 146).
Segundo os neurofisiologistas modernos, também no cérebro humano existem certas áreas que monitoram a relação entre si e o mundo exterior (Pribram 1979), ou seja, áreas suscetíveis ao ataque do grupo anônimo. "Somos mais vulneráveis do que pensamos", disse certa vez o analista de relações humanas Horst E. Richter (1976, 34). Ele queria dizer que somos vulneráveis à maneira como o meio ambiente nos julga e nos trata. Os seres humanos deveriam realmente esconder sua natureza social como se tivessem vergonha dela?
A razão humana é, como o próprio homem, tímida e cautelosa quando deixada sozinha. E ganha força e confiança na proporção do número de pessoas com as quais está associado ": é assim que James Madison descreve o fenômeno (Madison 1961, 340). Em seu livro Les sociétés animals, publicado em 1877, o sociólogo francês Alfred Espinas expressou ideias semelhantes, baseando-se nas pesquisas do biólogo A. Forel: «O valor da formiga cresce na exata proporção do número de companheiros e amigos de o mesmo gênero com aqueles que são encontrados, e diminui à medida que se separa deles. Qualquer habitante de um formigueiro muito povoado é muito mais corajoso do que se pertencesse a uma colônia muito pequena. A

mesma trabalhadora que se permitiria ser morta dez vezes cercada por seus companheiros seria extraordinariamente medrosa e evitaria o menor sinal de perigo, se ela estivesse sozinha, mesmo que estivesse a apenas vinte metros do formigueiro. O mesmo acontece com as vespas "(citado em Reiwald 1948, 59).

Devemos criar a ficção de uma opinião pública baseada no julgamento crítico, porque reconhecer as forças que realmente mantêm a sociedade unida não seria compatível com nosso ideal de self?

11. Opinião pública nas tribos africanas e do Pacífico

O livro The Forest People, do antropólogo Colin M. Turnbull (1961), descreve a vida dos pigmeus nas selvas do Congo. Uma vida feliz nos é mostrada no acampamento: os homens se reúnem todas as tardes para cantar em grupo; de manhã os jovens acordam os dorminhocos com seus gritos e gritos. Antes de uma caçada, as pessoas costumam dançar. Os homens e mulheres formam um círculo que envolve todo o acampamento, cantando canções de caça, batendo palmas, olhando para a esquerda e para a direita e saltando imitando os animais que desejam caçar.

Conflitos dramáticos acontecem no pano de fundo dessa cena bucólica. Cephu, chefe de cinco famílias que já foi muito respeitado, mas caiu em desgraça devido à sua má sorte de caça, muitas vezes é excluído dos empreendimentos coletivos. Ele transgride as regras de solidariedade ao lançar secretamente sua rede na selva, à frente das redes dos outros participantes da caça. As crianças e mulheres, que são os batedores, impulsionam os animais primeiro para a teia Cephu. Naquela tarde, ninguém fala com ele e nem mesmo lhe oferecem um lugar na reunião dos homens à noite. Ele pede a um jovem idiota que se afaste para dar lugar a ele, mas o menino ainda está sentado, e outra pessoa começa uma canção zombeteira sobre Cephu na qual ele diz que não é um homem, mas um animal. Desanimado, Cephu diz a eles que ela desiste da carne da presa que caça. A oferta deles é aceita imediatamente, e todos vão para as cabanas do povo Cephu fora do centro do acampamento e os saqueiam, vasculhando todos os cantos e levando tudo comestível, até mesmo carne que já está sendo cozida. Uma panela no fogo. Mais tarde naquele dia, um dos parentes distantes devolve a Cephu e seus parentes uma panela cheia até a borda com carne e molho de cogumelos. Naquela mesma noite, Cephu é visto novamente sentado no círculo de homens cantando ao redor do fogo agonizante: ele foi mais uma vez um deles (Turnbull 1961, 94-108). vasculhando cada esquina e levando tudo o que é comestível, até a carne que já está sendo cozida na panela no fogo. Mais tarde naquele dia, um dos parentes distantes devolve a Cephu e seus parentes uma panela cheia até a borda com carne e molho de cogumelos. Naquela mesma noite, Cephu é visto novamente sentado no círculo de homens cantando ao redor do fogo agonizante: ele foi mais uma vez um deles (Turnbull 1961, 94-108). vasculhando cada esquina e levando tudo o que é comestível, até a carne que já está sendo cozida na panela no fogo. Mais tarde naquele dia, um dos parentes distantes devolve a Cephu e seus parentes uma panela cheia até a borda com carne e molho de cogumelos. Naquela mesma noite,

Cephu é visto novamente sentado no círculo de homens cantando ao redor do fogo agonizante: ele foi mais uma vez um deles (Turnbull 1961, 94-108).

Você não pode viver sozinho

Outro incidente diz respeito a um jovem que foi descoberto tendo relações incestuosas com sua prima. Ninguém quer protegê-lo em sua cabana, e os outros jovens de sua idade o expulsam com facas e lanças da aldeia para a selva. Turnbull transcreve o relato de um membro da tribo do jovem: “Eles o jogaram na selva e ele terá que morar lá sozinho. Ninguém o aceitará em seu grupo depois do que você fez. E ele vai morrer, porque você não pode viver sozinho na selva. A selva vai matá-lo. Em seguida, Turnbull disse que o informante, caracteristicamente entre os pigmeus, riu baixinho, bateu palmas e acrescentou: 'Ele está fazendo isso há meses. Ele deve ter sido estúpido demais para ser pego ”(Turnbull 1961, 112). Obviamente, sua estupidez era mais importante do que o próprio incesto.

Naquela mesma noite, a cabana da família do jovem pegou fogo e eclodiu uma briga entre as famílias. Durante a luta, a causa original, o incesto, quase não foi mencionada no tumulto e na discussão geral. Mas na manhã seguinte, a mãe da menina que havia sido desonrada foi vista ajudando a consertar a cabana daqueles que a haviam ofendido, e três dias depois o jovem entrou silenciosamente no acampamento à tarde e sentou-se novamente entre os solteiros. No início ninguém queria falar com ele, mas depois uma mulher mandou-lhe uma menina com uma tigela de algo para comer, e o assunto foi esquecido(ibid., 113-114).

Armas do mundo exterior: desprezo e ridículo

Nos casos descritos por Turnbull, os conflitos foram resolvidos, mas não sem antes serem discutidos por todo o campo. Não havia juiz, tribunal ou júri. Não havia procedimento formal, conselho de tomada de decisão ou liderança. Cada caso foi tratado de forma a não comprometer a coesão do grupo. Uma sociedade que vivia da caça com redes deveria preservar, acima de tudo, sua capacidade de cooperação. Havia dois meios de controlar os membros individualmente: eles tinham, acima de tudo, medo de ser desprezados e de fazerem papel de bobo. Isso lembra a descrição de Edward Ross da opinião pública como controle social: "É mais eficaz do que os julgamentos em tribunal, vai até o fim e é barato" (Ross 1969, 95).

Os três tipos de opinião pública de Margaret Mead

Na década de 1930, Margaret Mead (1937) descreveu, sob o título de "Mecanismos de opinião pública entre os povos primitivos", três classes de processos de opinião pública encontrados entre os povos primitivos. Constatou que a opinião pública era eficaz quando alguém

violava as leis, quando havia dúvidas entre a interpretação das leis e quando surgia um conflito ou era necessário tomar uma decisão sobre comportamento futuro ou questões processuais. Nesses casos, era preciso estabelecer as etapas ou medidas necessárias para se chegar a um consenso, e Mead acreditava que os mecanismos da opinião pública eram necessários para manter a capacidade de ação da comunidade.
O primeiro método que ele descreve é semelhante ao dos pigmeus (Mead 1937, 8-9). Ele só funciona, diz ele, em comunidades relativamente pequenas de cerca de duzentas ou, no máximo, quatrocentas pessoas. Ele dá o exemplo da tribo Arapesh da Nova Guiné. Nesta tribo, a dependência de regras fixas é mínima e muitas regras têm vida curta; eles aparecem e são esquecidos novamente. A comunidade existe quase sem um sistema de regras. Quase não existem posições de autoridade estáveis e não existem instituições políticas, juízes, tribunais, padres, feiticeiros ou castas hereditárias de liderança.

Comer um porco juntos
Mead descreve, como um caso de resolução de conflito, o que acontece quando um Arapesh descobre um porco estrangeiro fuçando em seu jardim. Não age de uma forma que possamos chamar de espontânea. Ao contrário, é extremamente cuidadoso. De qualquer forma, ele vai acabar matando o porco, porque esse é o costume. Mas quando o porco ainda está fuçando no jardim ou logo após ser morto e enquanto ainda sangra do ferimento causado pela lança, o dono do jardim chama alguns conhecidos para se aconselharem: seus amigos, irmãos e irmaos lei.
Deveria devolver o porco morto ao seu dono, que então teria pelo menos a carne para pagar pelos danos, ou deveria ficar com a carne e comê-la em compensação pela irritação e danos causados no jardim? Se esses amigos da sua idade e situação o aconselharem a opção mais conciliatória, devolver o animal ao seu dono, é o que vai acontecer. Se defenderem a opção mais arriscada, outro grupo de conselheiros mais velhos será procurado: o pai e os tios. Se eles também são a favor de não devolver a carne, um homem especialmente respeitado é finalmente solicitado. Se também concordarem, todos os consultados e o consultor comerão o porco juntos para significar que estariam unidos e defenderiam a decisão tomada se ela causasse problemas,

Regras pouco claras ou em mudança exigem grande atenção
Saber que comportamento adotar nessas circunstâncias para não ficar isolado deve ser um processo cuidadoso e meticuloso, pois não existem regras claras. Novas situações surgem continuamente em que o indivíduo deve decidir a favor ou contra algo. Quando ele toma uma decisão, ele e seus companheiros devem defendê-la vigorosamente. Por outro lado, as alianças não duram muito. A discórdia logo

desaparece e, quando o próximo conflito surgir, novos lados se formarão.

Não há dúvida de que aqui nos deparamos com processos de opinião pública, pois todos os ingredientes estão presentes: polêmica, dos dois lados, a tentativa de agir evitando o isolamento, a emoção produzida por saber que se tem razão ... Todos esses fatores faça a sua parte. Pode-se questionar se esta é realmente a opinião "pública", se o elemento de "publicidade" está realmente presente. Certamente não está presente no mesmo sentido em que entendemos o termo na moderna sociedade de massa. Hoje em dia o “público” implica anonimato, igualdade de oportunidades de acesso, que o indivíduo se encontra em meio a uma massa informe de pessoas cujos nomes, rostos e idiossincrasias ele ignora. Os Arapesh conhecem os membros de sua pequena comunidade. Porém,

O sistema dual ou a mentalidade partidária

Mead descreve a segunda maneira pela qual os processos de opinião pública são conduzidos usando o exemplo dos Iatmul, uma tribo de headhunters da Nova Guiné (Mead 1937, 10-12). Embora, como os Arapesh, não tenham chefes ou autoridade central, são capazes de tomar decisões e agir com eficácia. Ao contrário do Arapesh, eles não resolvem conflitos induzindo os indivíduos a buscarem cuidadosamente a opinião da maioria. Os iatmul desenvolveram um sistema "dual": a tribo é dividida, de acordo com critérios formais, em dois campos ou facções entre os quais as disputas que surgem são decididas a qualquer momento. Mead acredita que esse procedimento é necessário para alcançar o consenso em unidades sociais maiores (as tribos iatmul chegam a chegar a 1.000). Os indivíduos não adotam um determinado ponto de vista por causa do tema ou porque refletiram sobre ele, mas porque seu grupo apóia esse ponto de vista. A forma como esses grupos se formam e a quais deles o indivíduo acaba pertencendo parece arbitrária. Os nascidos no inverno podem pertencer a um lado e os nascidos no verão a outro. As laterais podem ser compostas por aqueles que vivem ao norte do cemitério versus aqueles que vivem ao sul. Ou por aqueles que não podem comer falcões por causa de sua linha materna versus aqueles que não podem comer papagaios, aqueles da linha paterna do clã A versus aqueles da linha B, ou aqueles que pertencem a duas faixas etárias diferentes. O sistema só funciona porque esses grupos se cruzam de várias maneiras. Pessoas que hoje são adversárias em uma questão serão aliadas em outra amanhã. Deste modo, a comunidade nunca se separa, embora esteja continuamente em um estado dual. Ou seja, aplica um modelo de divisões fácil de atingir, correspondendo aos lados "a favor" e "contra" que caracterizam todos os processos de opinião pública.

As decisões não são alcançadas por consenso da maioria. As pessoas cujos interesses são mais afetados procuram uma solução, e os membros de cada grupo formal adotam e repetem informalmente seus

slogans. Mead pensa que nas sociedades modernas muitas questões são decididas por meio de arranjos duais semelhantes: ativistas de partidos políticos e membros de grupos de interesse regionais ou coalizões lutam apaixonadamente de um lado, não por causa do problema em si, mas porque seu lado assumiu uma determinada posição. A solução alcançada no final depende da resistência relativa mostrada pelos membros de cada lado. A terminologia política moderna mostra a relação direta desse mecanismo de opinião pública com nossos sistemas atuais. O termo "polarização" designa a forma dual que ocorre quando temos que escolher entre opções opostas. Expressão moderna
"Mentalidade partidária" designa a atitude que Margaret Mead exemplificou com o iatmul.

O indivíduo é impotente: o formalismo em Bali

Margaret Mead expõe a terceira forma de manter uma sociedade unida com o exemplo dos habitantes da ilha de Bali (1937, 12-14).
A primeira coisa que se percebe é uma ordem cerimonial rígida. A perícia jurídica decide as questões que estão sendo debatidas. Todos os homens adultos saudáveis pertencem ao conselho e, com o passar dos anos, vão ascendendo a cargos cada vez mais altos naquela instituição, e adquirem a obrigação de se entregar a uma interpretação extremamente cuidadosa das regras herdadas. Suponha que o seguinte caso surja: um casal se casou, mas surgiram dúvidas sobre se o casamento deve ser considerado legítimo ou incestuoso. Eles são primos de primeiro grau, embora com duas gerações de diferença. Genealogicamente, a mulher é a "avó" do jovem. Casamentos entre primos de primeiro grau são proibidos. Qual é a pista para o caso, a relação de primos de primeiro grau ou a distância de duas gerações? Uma tensão ameaçadora se acumula por um dia inteiro. O conselho se reúne e os chefes discutem uma série de argumentos, mas não chegam a nenhuma conclusão. Ninguém toma partido e não há advogados para as famílias envolvidas. Nenhuma tentativa é feita para determinar a opinião prevalecente. Por fim, o especialista em calendário do conselho toma uma decisão: a primeira série é a primeira; O casamento deve ser visto como uma violação das regras. Portanto, deve ser aplicada a punição que corresponde a quem infringe as regras: o isolamento. As casas de ambos os cônjuges são tomadas e levadas para o sul, fora dos limites da aldeia, onde são depositadas na zona de punição. Toda a população ajuda. O casal foi expulso: não podem mais participar de nenhuma reunião ou evento na aldeia, exceto em cerimônias relacionadas a ritos fúnebres.
A forma como os balineses resolvem conflitos também é um mecanismo da opinião pública? A transição para outras formas de controle social é, sem dúvida, sutil. Edward Ross não reduziu de forma alguma o controle social à opinião pública, mas acrescentou explicitamente o sistema judicial. A forma de proceder balinesa lembra o funcionamento de um sistema judicial, embora sem leis escritas ou

argumentos de defesa. Mandamentos divinos, estatutos formais e a lei da opinião - aderindo à tricotomia proposta por John Locke - convergem e, em algumas circunstâncias, não deixam ao indivíduo margem de manobra para escapar da sentença de isolamento, por mais cuidadoso que seja e como muitas pessoas o apóiam.
Margaret Mead fundamenta a utilidade de investigar a opinião pública entre os povos primitivos na possibilidade de estudar ali, de forma puramente cultural, o que nas sociedades modernas se tornou confuso. Podemos distinguir os procedimentos do Arapesh, do iatmul e do Balinese pelo grau em que o indivíduo pode ou deve participar na obtenção e manutenção do consenso. Entre os Arapesh, o indivíduo deve prestar muita atenção, pois as regras são fluidas e o que é certo hoje pode estar errado amanhã, e pode-se rapidamente perder a esperança. No sistema iatmul, o indivíduo permanece importante como apoiador de um dos dois campos. Entre os balineses, para quem a maioria das regras se tornou rígida, os indivíduos podem não ter qualquer influência. A grande sensibilidade desenvolvida pelo Arapesh contrasta com o fatalismo absoluto dos balineses. Neste último caso, o órgão quase estatístico que permite avaliar o ambiente deve atrofiar.

Controle de vizinhos
O método combinado da opinião pública Zuni descrito por Margaret Mead é fluido (1937, 15-16). Todos são continuamente observados e julgados por seus vizinhos. A opinião pública está sempre presente como uma sanção negativa. Isso afeta todas as profissões e impede que muitas ações aconteçam. Se buscarmos analogias modernas, veremos que, de fato, o controle dos vizinhos não apenas limita, mas também incita certos comportamentos. Na Europa, por exemplo, uma família areja a roupa de cama na janela pela manhã de uma forma bem visível para demonstrar que atende aos padrões de higiene. Em alguns costumes específicos, vê-se como mecanismos de opinião pública, como os dos Zuni, se desenvolveram em outras culturas; por exemplo, a prevenção de não fechar as cortinas à noite para que estranhos possam ver as salas iluminadas; a desaprovação das cercas localizadas entre os pátios como símbolos de inimizade contra os vizinhos; ou a recusa em fechar as portas interiores de uma casa ou escritório.

12. Tomada da Bastilha: opinião pública e psicologia de massa

Essas histórias sobre a Nova Guiné ou Bali podem ser facilmente interpretadas como aventuras exóticas. Por essa razão, Margaret Mead procurou paralelos no Ocidente para mostrar a semelhança dos diferentes processos de opinião pública. Como procedimento semelhante ao do Arapesh, ele escolheu um exemplo conhecido de seus leitores americanos: o linchamento (1937, 7). Ele acreditava que, em ambos os casos, os indivíduos reagiram espontaneamente à situação. Eles agiram como bem entenderam e assim alcançaram um resultado político, mesmo que não fizessem nenhum esforço para chegar a um acordo coletivo.

É estranho que Margaret Mead não tenha notado a enorme diferença entre a situação do cuidadoso Arapesh em cujo jardim um porco estrangeiro está enraizando e a do indivíduo que participa de um linchamento. O Arapesh nunca se entrega à ação espontânea "guiado por seus próprios sentimentos sobre o assunto" (ibid.). Ele encara a situação com extrema cautela, de acordo com a própria descrição de Mead, uma vez que está sob controle social e cuidadosamente tenta garantir o apoio de alguns indivíduos influentes. Isso é conseguido, entre outros meios, deixando-os participar do jantar do porco, ou mesmo insistindo para que o façam.

Estar no meio da multidão alivia o indivíduo da necessidade de ficar de olho no meio ambiente

Acontece exatamente o oposto com quem participa de um linchamento. Eles abandonam todas as precauções. Eles deixam de ser indivíduos singulares examinados por outros que aprovam ou rejeitam seu comportamento e, em vez disso, são completamente absorvidos pela multidão anônima. Assim, eles se libertam dos controles sociais que, de outra forma, espionariam cada passo que dão em vista, ou no ouvido, do público.

O exemplo moderno de Mead é um fenômeno que pode ser mais apropriadamente chamado de multidão espontânea. Leopold von Wiese (1955, 424) o chama de konkrete Masse, ou seja, uma massa de pessoas em contato físico ou pelo menos visual que, por um curto período de tempo, surgem e agem juntos como um grupo, como se fossem um único ser. . Certamente, este não é o caso do Arapesh. O problema do porco invasivo foi resolvido buscando o consenso de um grupo de pessoas suficientemente respeitável, mas cada participante permaneceu uma pessoa completamente separada e distinta, com um papel particular a desempenhar.

O tipo de comportamento que ocorre no linchamento, ou

comportamento coletivo em geral, tem fascinado cientistas e pessoas educadas desde a Revolução Francesa e a tomada da Bastilha. Nos séculos 19 e 20, houve uma enxurrada de ensaios e livros sobre psicologia de massa em torno dessa surpreendente manifestação da natureza humana.

Infelizmente, essa literatura, de fato, pode ter dificultado mais do que avançado a compreensão dos processos da opinião pública. No século XX, pelo menos, percebeu-se uma relação difusa entre a agitação de massa e a opinião pública, quando não foram identificadas, como fez Margaret Mead. Essa concepção, entretanto, turvou os elementos característicos do fenômeno psicossociológico da opinião pública, tão claramente delineados pelos escritores dos séculos XVII e XVIII.

Qual é a relação entre as explosões psicológicas das massas e a opinião pública? Parece útil começar esta investigação relembrando o assalto à Bastilha, conforme descrito pelo historiador francês Taine.

> Cada distrito serve como um centro, e o Palácio Real é o maior de todos. De uma à outra corre um rio de propostas, reclamações, discussões e, ao mesmo tempo, um rio de humanidade que avança ou tropeça, sem outra orientação senão a sua própria força e os acidentes que encontra ao longo do caminho. Uma multidão se reúne aqui e ali. Sua estratégia se limita a empurrar e ser empurrado. A multidão só entra nos lugares em que foi deixada. Ele só consegue entrar nos Invalides com a ajuda dos soldados. Eles ficam contra as paredes da Bastilha das dez da manhã às cinco da tarde e só acidentalmente um tiro fere um dos inválidos nas torres ... Eles se desculpam às massas como pedem desculpas às crianças, tentando a todo custo para causar o menor dano possível. No primeiro pedido, o carcereiro retira os canhões das seteiras e convida a primeira delegação a tomar café com ele. Ele faz os homens da guarnição jurarem que não abrirão fogo a menos que sejam atacados. Ele acaba deixando-os atirar como último recurso para defender a segunda ponte, tendo avisado aos atacantes que iria permitir que as tropas abrissem fogo. Em suma, sua clemência, paciência e tolerância são extraordinárias e refletem plenamente a concepção do ser humano desta época. As novas sensações do ataque e da resistência, o cheiro da pólvora, a violência do ataque enlouquecem as pessoas. Parece que tudo o que sabem é que devem se lançar contra aquela montanha de pedra. Suas soluções estão no mesmo nível de suas táticas: alguns acreditam que capturaram a filha do diretor e querem queimá-la para forçar seu pai a se render. Outros incendiaram uma parte saliente do edifício que está cheia de palha, obstruindo assim o seu próprio caminho. "A Bastilha não foi tomada à força", disse o bravo Elie, um dos combatentes. Ela se rendeu antes que eles pudessem atacá-la.
>
> A capitulação ocorre com a condição de que nenhum dano seja feito a ninguém. A guarnição não é capaz de atirar em tantos seres vivos de uma situação tão segura quanto a sua e, além disso, os soldados ficam confusos com a enorme multidão diante de seus olhos. Os atacantes são apenas oitocentos ou novecentos, mas o terreno que se estende em frente à Bastilha e as ruas próximas está cheio de curiosos que vieram ver o espetáculo. Como relata uma testemunha ocular, entre elas estão "muitas mulheres elegantes e bonitas que deixaram seus

> carros a uma certa distância". Do alto dos parapeitos da fortaleza deve parecer aos cento e vinte homens da guarnição que toda Paris se lançou contra eles. São eles que baixam a ponte levadiça e deixam o inimigo entrar. Todos perderam a cabeça, os sitiados e os sitiantes; embora estes em maior medida, já que o triunfo os embriagou. Eles mal entraram quando começam a quebrar tudo. Os que chegam depois atiram nos que chegaram antes, completamente ao acaso. Onipotência repentina e a liberdade de matar são vinhos muito fortes para a natureza humana. A vertigem se apodera deles, eles se enfurecem e tudo termina em delírio selvagem.
> ... A guarda francesa, que conhece as leis da guerra, tenta
> mantenha a sua palavra, mas as massas que o seguem não sabem com quem se encontram e espancam violentamente sem ordem ou concerto. Eles dispersam os suíços que atiraram neles porque os levam, por causa de seus uniformes azuis, como prisioneiros. Em vez disso, eles caem sobre os inválidos que abriram a Bastilha para eles. Aquele que impediu o diretor de explodir a fortaleza teve a mão cortada pelo pulso com um golpe na espada e foi esfaqueado duas vezes. Sua mão, que resgatou um bairro de Paris, é triunfalmente carregada pelas ruas (Táine 1916, 66-69).

Essa cena de histeria em massa é muito diferente do que definimos aqui como opinião pública a partir da análise empírica e histórica. A opinião pública reside nas atitudes e modos de comportamento que são fortemente respeitados em um determinado lugar e época; que deve ser demonstrado para evitar o isolamento social em qualquer meio de opiniões estabelecidas; e que, em um ambiente de mudança de opinião ou em uma nova área de tensão emergente, eles podem se expressar sem se isolar.

Essas explosões da multidão têm algo a ver com a opinião pública? Existe um critério simples para responder a essa pergunta. Todos os fenômenos de opinião pública implicam uma ameaça de isolamento. Encontramos uma manifestação da opinião pública sempre que os indivíduos não têm liberdade de falar ou agir de acordo com suas próprias inclinações e devem levar em conta as opiniões de seu meio social para evitar o isolamento. É sem dúvida o que acontece em situações de massa concreta ou multidão excitada. Tanto os que participaram do assalto à Bastilha quanto os que só lotaram as ruas em busca de sentimentos fortes sabiam perfeitamente como deveriam se comportar para evitar o isolamento: tinham que mostrar aprovação. Eles também sabiam que tipo de comportamento os exporia a um isolamento perigoso para sua sobrevivência, a saber, rejeição e crítica às ações das massas. O caráter inequívoco, a intensidade da ameaça de isolamento contra qualquer desviante da multidão nessas situações agudas nos mostra que, em sua raiz, a histeria das massas é uma manifestação da opinião pública. Poderíamos facilmente substituir a tomada da Bastilha por cenas atuais de ação em massa, como o clamor unânime de um estádio de futebol contra a decisão de um árbitro ou contra um time que decepcionou seus torcedores. Ou na cena de um acidente: um grande Cadillac com placa vencida atropelou

uma criança. Não importa se a criança ficou na frente do carro ou se a culpa foi do motorista: todos na multidão sabem que não ousarão defender o motorista. Ou em uma manifestação para protestar contra a morte de uma vítima da brutalidade policial: é impossível defender a polícia.

Enquanto em outras situações é necessário orientar-se, com maior ou menor dificuldade, sobre os tipos de comportamento aceitáveis, em uma cena de agitação de massa, estes são diáfanos, como a luz do dia. O entendimento que une os participantes e os liga à multidão pode, é claro, ter múltiplas origens. Podemos caracterizar a partir deles os diferentes fenômenos de massa.

Uma multidão ativa pode extrair sua força de elementos atemporais ou Zeitgeist (espírito da época). A circunstância atemporal está relacionada ao que Tönnies chamou de estados

"Sólidos" de agregação, e os temporais com os estados "fluidos". Os distúrbios baseados em elementos atemporais geralmente vêm de reações instintivas: distúrbios de fome; a proteção de uma criança atropelada; a rejeição de um estranho ou estrangeiro; apoiar sua própria equipe ou nação. Goebbels, o ministro da propaganda nazista, contou com esse tipo de reação para despertar um estádio lotado com seu chamado: "Você quer uma guerra total?"

Atemporal, ou pelo menos não dependente das circunstâncias locais, seria a raiva coletiva contra a transgressão das tradições morais compartilhadas. Em contraste, poderíamos dizer que as manifestações em massa devido a circunstâncias fluidas, mudanças de valores ou novas concepções de valor são determinadas por circunstâncias históricas particulares.

A massa de concreto pode ser usada como um recurso estratégico para acelerar a difusão de novas ideias. No curso normal dos eventos, leva muito tempo para que indivíduos independentes em uma massa dispersa aceitem uma nova ideia. Se for possível organizar os indivíduos em uma massa concreta que favoreça a nova ideia, o processo de mudança de valor se acelerará porque a massa demonstra que a ideia pode ser apoiada em público sem o risco de isolamento. A massa temporária é um fenômeno típico dos períodos revolucionários. Portanto, a massa de concreto pode servir como uma classe de opinião pública enormemente intensificada.

A situação do indivíduo em uma massa de concreto é completamente diferente da de um indivíduo em uma massa latente. Em uma multidão ativa, você não precisa verificar cuidadosamente o que pode ou deve expressar em público. Nele, o motivo principal, o medo do isolamento, desaparece. O indivíduo se sente parte de uma unidade e não teme nenhum tribunal.

Opinião pública irritada pode produzir distúrbios espontâneos

Uma multidão (ou massa específica) também pode surgir da descarga de uma tensão existente entre o consenso e um indivíduo ou uma minoria que se opõe a normas inflexíveis, reações automáticas ou à

adoção de novos sistemas de valores. A massa espontânea reflete, portanto, a natureza nobre da opinião pública: seus efeitos são exercidos tanto para cima quanto para baixo. Pode atacar tanto instituições ou governos cujos princípios ou comportamento contradizem o consenso, quanto aqueles que não concordam com uma demanda por mudança. Pesquisadores sociais mediram essas tensões com pesquisas representativas que podem ser usadas para prever a explosão de movimentos revolucionários. Os questionários são usados para descobrir como é a situação, como as pessoas a entendem e como acham que deveria ser. Quando a distância entre os dois se estende além dos limites usuais, o perigo aparece. 8

Em uma massa abstrata ou latente existe, ao contrário da massa concreta, uma reciprocidade de pensamento e sentimento que não é específica de um lugar, mas produz condições favoráveis para o surgimento de uma massa concreta, ou do que Theodor Geiger chamou de "efetivo" massa. Isso se parece com o

---

[8] Leo Crespi, relatório oral na 24ª conferência anual da American Association for Public Opinion Research, Lake George, 1969.

A 'comunidade clandestina' de Leopold von Wiese, como ele a descreve no texto a seguir.

> Em agosto de 1926, vários ataques violentos contra estrangeiros ocorreram em Paris. Após um período de calma, outro incidente grave ocorreu. A polícia parou um ônibus cheio de estrangeiros perto de um incêndio e disse-lhes para irem por outro caminho, dada a possibilidade de o fogo se espalhar.
> Parece que a multidão acreditou que os estrangeiros tinham vindo ver o incêndio e imediatamente os agrediram ... Antes que a polícia pudesse detê-la, uma boa chuva de pedras recebeu os passageiros do ônibus, e muitos ficaram feridos. Só a intervenção enérgica dos guardas permitiu que os estrangeiros fossem libertados. Entre os presos estava um conhecido pintor francês que disse ter estado ativamente envolvido no apedrejamento do ônibus ... Houve uma missa abstrata antes do incidente? Certamente, a comunidade clandestina de todos os que se sentiram indignados com a exploração estrangeira de sua inflação monetária. Era a massa desorganizada e inumerável de todos os que odiavam os estrangeiros (Wiese 1955, 424).

Multidões instáveis não refletem a opinião pública

O papel das multidões emocionais no processo da opinião pública - um processo que está sempre tentando estabelecer um valor - fica mais claro quanto mais próximo estiver do "grupo organizado" (McDougall 1920-1921, 48ss.). Um grupo organizado é um grupo que percorreu um longo caminho em direção a um certo objetivo e é liderado por algumas pessoas ou por um grupo que deliberadamente criou ou modificou uma massa específica "efetiva". Ao contrário, é possível imaginar massas primitivas, espontâneas, desorganizadas que surgem em certas circunstâncias sem nenhum objetivo estabelecido pela opinião pública. Essas massas nascem com o único propósito de atingir o clímax emocional que ocorre ao participar de uma multidão espontânea: o sentimento de reciprocidade, intensa excitação, impaciência, o sentimento de força e poder irresistíveis, orgulho, permissão para ser intolerante e sensível, a perda do senso de realidade. Nada parece impossível para os membros desses grupos; eles podem acreditar em qualquer coisa sem pesos prolixo; É fácil para eles agirem sem responsabilidade e sem exigências de constância. É típico desse tipo de multidão que seja totalmente imprevisível em suas mudanças de um alvo para outro e que não possa ser orientado ou guiado, como no caso da passagem de "Hosana!" ao É típico desse tipo de multidão que seja totalmente imprevisível em suas mudanças de um alvo para outro e que não possa ser orientado ou guiado, como no caso da passagem de "Hosana!" ao É típico desse tipo de multidão que seja totalmente imprevisível em suas mudanças de um alvo para outro e que não

possa ser orientado ou guiado, como no caso da passagem de "Hosana!" ao
"Crucifica-o!"

As histórias de multidões instáveis ao longo dos séculos São tão impressionantes que essas imagens ficaram gravadas em nossas mentes como a forma natural pela qual as opiniões se desenvolvem em grandes grupos. Esperamos mudanças repentinas de opinião. Mas nem a soma das opiniões medidas nas pesquisas, nem as estimativas individuais dos climas de opinião mostram a instabilidade que esses relatos nos levam a atribuir ao "homem das massas". As massas abstratas e latentes e as massas concretas e efetivas seguem leis diferentes. No primeiro caso, são formados por pessoas com medo do isolamento; no segundo, falta esse medo. O senso de reciprocidade é tão difundido na multidão concreta que os indivíduos não precisam mais ter certeza de como falar ou agir. Em uma união tão densa, até mudanças dramáticas são possíveis.

13. Moda é opinião pública

As pessoas acham qualquer situação excitante e, muitas vezes, estimulante, quando fazem parte de uma multidão. Métodos de pesquisa de levantamento agora nos permitem observar a emoção que ocorre quando uma olimpíada ou um campeonato de futebol é realizado, ou quando uma série de crimes de televisão em três partes esvazia as ruas, ou quando uma população inteira está assistindo as façanhas de um herói nacional. Mesmo uma campanha eleitoral produz entusiasmo.
Esse sentimento de pertencimento vem de fatores filogenéticos, de um estado de segurança e força pelo fato de o indivíduo se libertar por alguns momentos do medo do isolamento?

A intuição estatística como elo entre o indivíduo e a comunidade

«Ninguém soube esclarecer como se concebe a relação entre consciência individual e consciência coletiva ", escreveu o psicólogo social britânico William McDougall em The Group Mind (1920-1921, 30). Sigmund Freud pensava que estruturas coletivas como a "mente de grupo" e a justaposição do indivíduo e da sociedade eram construções desnecessárias. Para Freud, colocar o indivíduo de um lado e a sociedade de outro parecia "a ruptura de uma relação natural". De acordo com Freud, as coisas não dependem de um grande número de pessoas querendo influenciar o indivíduo de fora. Os indivíduos não têm nenhum relacionamento com grupos de pessoas. Seu mundo consiste naquelas poucas relações decisivas que você tem com algumas pessoas específicas. Essas relações determinam as atitudes afetivas dos indivíduos e sua relação com o todo. Para Freud, portanto,
Os métodos de investigação demográfica permitem-nos hoje reconhecer a capacidade humana muito sensível de perceber -sem recorrer a técnicas estatísticas- com um órgão sensorial quase-estatístico as distribuições de frequências e as mudanças de opinião sobre o meio ambiente, capacidade que as ideias de Freud não conseguiram. explicar. O que é surpreendente sobre essas percepções do meio ambiente, essas estimativas do que a maioria das pessoas pensa, é que elas mudam simultaneamente em quase todos os grupos populacionais (ver Figuras 11-13 e Capítulo 24). Tem de haver algo que vá além das relações pessoais do indivíduo, uma faculdade intuitiva talvez, que o capacite a monitorar continuamente uma multidão de pessoas, assim como há uma esfera que é apropriadamente chamada de "público". McDougall aceitou explicitamente que havia uma consciência da sensibilidade do público,

e agora estamos encontrando mais e mais evidências disso. Como escreveu McDougall, os indivíduos agem em público a partir de seu conhecimento da opinião pública (1920-1921, 39-40).
Podemos considerar este órgão sensorial estatístico como o elo que conecta a pessoa à comunidade. Para isso não precisamos assumir a existência de uma misteriosa consciência coletiva, mas apenas a capacidade individual de perceber as reações de aprovação e desaprovação do ambiente em relação às pessoas, padrões de comportamento e ideias, perceber suas mudanças e deslocamentos, e reagir Consequentemente, para evitar o isolamento, tanto quanto possível. McDougall descreve o motivo da seguinte forma: Durante "a formação de uma turba, ... aquele isolamento do indivíduo, que oprime a todos nós, embora não possa ser explicitamente formulado em nossa consciência, é temporariamente abolido" (1920-1921, 24)

Nos séculos XIX e XX, dois pontos de vista colidiram repetidamente: o que enfatiza o comportamento instintivo e considera o homem determinado pelos instintos de rebanho, e o que supõe que o homem reage racionalmente à experiência da realidade, mais nos moldes do humanismo ideais. De uma perspectiva histórica, pode-se dizer que o behaviorismo substituiu duas diferentes teorias dos instintos, a do biólogo britânico Wilfred Trotter (1916) e a de McDougall. A confusão aumenta quando consideramos que uma classe importante e visível de comportamento humano, a imitação, tem duas origens diferentes, dois motivos diferentes, que não podem ser distinguidos pelas aparências externas. Voltamos aqui à distinção entre os dois tipos de imitação: por um lado, A imitação como aprendizagem com o objetivo de adquirir conhecimento, a imitação de padrões de comportamento comprovados para aproveitar a experiência e o conhecimento alheio, a adoção de argumentos porque acreditamos que vêm de um julgamento correto, do que nos parece bom gosto. Por outro lado, a imitação que vem do esforço de se assemelhar aos outros por medo do isolamento. As escolas de pensamento que enfatizavam a racionalidade do homem viam a imitação como uma estratégia eficaz de aprendizagem. Como essas escolas claramente prevaleceram sobre as teorias do instinto, o tema da imitação por medo do isolamento caiu no esquecimento. a adoção de argumentos porque acreditamos que vêm de um julgamento correto, do que nos parece de bom gosto. Por outro lado, a imitação que vem do esforço de se assemelhar aos outros por medo do isolamento. As escolas de pensamento que enfatizavam a racionalidade do homem viam a imitação como uma estratégia eficaz de aprendizagem. Como essas escolas claramente prevaleceram sobre as teorias do instinto, o tema da imitação por medo do isolamento caiu no esquecimento. a adoção de argumentos porque acreditamos que vêm de um julgamento correto, do que nos parece de bom gosto. Por outro lado, a imitação que vem do esforço de se assemelhar aos outros por medo do isolamento. As escolas de pensamento que enfatizavam a racionalidade do homem viam a

imitação como uma estratégia eficaz de aprendizagem. Como essas escolas claramente prevaleceram sobre as teorias do instinto, o tema da imitação por medo do isolamento caiu no esquecimento.

Por que os homens deveriam crescer barbas?

Fenômenos surpreendentes têm continuamente sido capazes de direcionar a atenção para a direção certa. Mas, como tudo o que é muito comum, eles dificilmente surpreenderam ninguém. Numa conversa com de Gaulle no último ano de vida do general, André Malraux disse: 'Nunca decidi exatamente o que penso sobre a moda ... os séculos em que os homens devem crescer barbas, os séculos em que devem crescer são barbeado ”(1972, 101).

O aprendizado ou a aquisição de conhecimentos pode motivar a imitação, motivar as pessoas a raspar a barba ou não? A resposta para Malraux seria esta: modas são formas de comportamento que, quando novas, podem ser exibidas em público sem serem isoladas, mas que posteriormente devem ser exibidas em público para evitar o isolamento. Dessa forma, a sociedade protege sua coesão e garante que os indivíduos estejam suficientemente dispostos a se comprometer. Podemos ter certeza de que o estilo das barbas nunca mudará sem um motivo mais profundo, sem servir para preparar o povo de uma determinada época para alguma outra mudança mais decisiva.

Para Platão, "os penteados, as roupas, os calçados que as pessoas usam, toda a aparência externa", assim como o tipo de música fazem parte das leis não escritas em que se funda um Estado (A República, livro 4). “É preciso ter um cuidado especial ao abraçar um novo tipo de música, pois isso pode colocar tudo em risco. Porque nunca ... os modos musicais são alterados sem afetar as leis mais importantes do Estado. A novidade se infiltra disfarçada de diversão e fingindo inocência. Adimanto, que partilha o diálogo com Sócrates, desenvolve o tema: «Ele não faz nada ... mas insinuando-se aos poucos vai penetrando insensivelmente no seu modo de se comportar e nas suas ocupações. E então ele caminha com mais força rumo aos pactos que eles estabelecem entre eles.

O aspecto lúdico da moda nos faz esquecer sua grande seriedade, sua importância como mecanismo de integração social. Nesse sentido, não importa se uma sociedade mantém sua coesão com ou sem hierarquias elaboradas, se a visibilidade pública de roupas, calçados, estilos de cabelo e barba é usada para mostrar diferenças de posição, ou se - como acontece, por exemplo, na sociedade americana - tenta-se fazer o contrário para dar a impressão de que tais diferenças não existem. É geralmente aceito que os métodos lúdicos da moda são adequados para mostrar diferenças hierárquicas. Isso ocorre porque muito mais atenção tem sido dada à moda como uma expressão da busca por exaltação e prestígio - o "amor pela fama" de Hume,

A atenção à moda exerce a capacidade de comprometer

O descontentamento com o poder disciplinar da moda é mostrado em muitas expressões pejorativas: "extravagâncias da moda",
"Caprichos", "lechuguino", "dândi", "almofadinha". Eles implicam em frivolidade,
superficialidade, transitoriedade e imitação simiesca.
É sempre comovente ler em análises de mercado como os consumidores respondem ansiosamente à pergunta sobre o que estão procurando antes de tudo quando compram um vestido novo: "Não precisa sair de moda." Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, encontramos um ressentimento genuíno contra a "coerção para consumir", uma raiva por ter que sacrificar inclinações pessoais às exigências da moda para não ser ridicularizado ou rejeitado pelo gosto contemporâneo como um obsceno vestido com roupas de a temporada anterior. Mas é mal julgado sobre as razões para este
“Coerção de consumo”. Os comerciantes não são os responsáveis por esses processos, como os consumidores irados costumam acreditar. Eles não criam a situação, não orientam as tendências da moda em uma direção ou outra. Se têm sucesso é porque sabem, como bons marinheiros, temperar as velas ao vento. A roupa é um meio esplêndido de expressar os sinais dos tempos, um meio magnífico para o indivíduo demonstrar obediência à sociedade.
Na famosa antologia de Bendix e Lipset Class, Status and Power, um artigo critica o uso excessivamente geral do termo "moda" nas ciências sociais, reclamando que é um "termo generalizado" (Barber e Lobel 1953, 323). Como um exemplo perturbador, é mencionado um autor que aplica o termo "moda" à pintura, arquitetura, filosofia, religião, comportamento ético, roupas e ciências físicas, biológicas e sociais. Além disso, o termo "moda" também é usado em referência a linguagem, comida, música de dança, entretenimento, "na verdade, toda a gama de elementos sociais e culturais". Basicamente, o termo "moda" foi aplicado a todos esses elementos para expressar seu caráter "inconstante". E os autores insistem:

"Moda" ... tem muitas referências. Abrange formas significativamente diferentes de comportamento social "(ibid., 323-324).

Um modelo rígido

Esses padrões de comportamento social são realmente completamente diferentes? Qualquer pessoa que olhar com atenção perceberá, subjacente a todas elas, essa camada que Locke chamou de lei não escrita da opinião, reputação ou moda. Em todos os lugares encontramos o modelo rígido que, para Locke, justifica o uso do termo "lei": recompensas e punições não vêm do próprio ato - pois comer demais causa constrangimento - mas da aprovação ou desaprovação da pessoa Redes sociais em um local e horário específicos. Chegando ao fundo das coisas, é claro que o uso geral do termo "moda" é adequado para sublinhar características comuns. Em todas essas áreas, que parecem não ter nada em comum, a pessoa pode estar "dentro" ou "fora"; você deve estar atento a mudanças ou isolamento de risco. A ameaça de isolamento ocorre sempre que os julgamentos individuais conseguem se tornar a opinião predominante. A moda é um excelente meio de integração, e só esta função de contribuir para a integração da sociedade pode explicar como algo tão insignificante como a altura dos saltos ou o formato das golas das camisas pode constituir um conteúdo da opinião pública., Pode ser o sinal está "dentro" ou "fora". As esferas aparentemente heterogêneas em que ocorre o fenômeno da moda não estão de forma alguma desconectadas. É verdade que seu tempo dificilmente foi investigado; mas podemos suspeitar, com Sócrates, que existe uma relação entre gostos musicais e gostos sobre penteados, sem esquecer que esse movimento pode destruir as leis.

14. O pelourinho

Os sistemas de punição desenvolvidos por várias culturas exploraram implacavelmente a delicada natureza social do homem. Isso acontece em punições que são difíceis de esconder aos olhos do público, como cortar a mão esquerda, que é a pena do Alcorão para os ladrões, ou cortar o pé esquerdo para a segunda ofensa, ou estigmatizar com ferros quentes; mas é ainda mais claro no caso das chamadas "penalidades por honra", que são dirigidas contra a autoestima.
sem, pelo menos em princípio, tocar no cabelo do prisioneiro. Compreendemos facilmente o significado da punição do pelourinho9. O fato de que este castigo existiu em todos os tempos e em todas as culturas -em
nosso desde o século XII (Bader-Weiss e Bader 1935, 2) - testemunha uma constante na natureza humana. Os pigmeus sabiam a que o homem era mais vulnerável: ridículo ou desprezo na presença de outras pessoas, permitindo que todos vissem e soubessem de sua extravagância (ver Capítulo 11).

Penalidades de honra levam vantagem
a delicada natureza social do homem

John Locke citou a frase de Cícero: Nihil habet natura praestantius, quam honestatem, quam laudem, quam dignitatem, quam decus (Não há nada melhor no mundo do que honestidade, louvor, dignidade e honra). E acrescentou que Cícero sabia muito bem que todos esses eram nomes diferentes para o mesmo (Locke 1894, 1: 478). Tirar das pessoas o que é mais valioso para elas, sua honra, é a essência das penalidades por honra. O pelourinho “quebra a honra do homem” 10, como era dito na Idade Média. As pessoas acharam uma experiência tão angustiante naquela, quando eles começaram as primeiro tendências humanizadoras, foi decretado que menores de dezoito anos e - como na lei turca - maiores de setenta anos não podiam ser expostos ao ridículo (Bader-Weiss e Bader 1935, 130). O pelourinho foi habilmente projetado para atrair a atenção das pessoas tanto quanto possível. Ficava na praça ou no cruzamento de duas ruas movimentadas. Se ataba al reo a la picota por el cuello con una cadena de hierro y se le «exponía» o se le «exhibía» en los momentos en los que había más gente: temprano por la mañana los días de mercado, los domingos o los feriados.

---

[9] Para um relato abrangente da punição do pelourinho, ver Nagler 1970; Bader-Weiss e Bader 1935; Hentig 1954-1955.

[10] Fehr, Folter und Strafe im alten Bern, 198; citado em Bader-Weiss e Bader 1935, 83.

Ou foi acorrentado à porta da igreja, como no "pelourinho eclesial". Tambores e sinos eram usados para fazer barulho, e o pelourinho era pintado de uma cor marcante, vermelho ou laranja, para que pudesse ser visto bem. Estava decorado com fotos de animais imundos. O nome do preso e seu crime foram escritos em um quadro-negro que ele usava ao redor do pescoço. A multidão que zombava dele, irritava ou jogava lixo nele (sem contar os que atiravam pedras nele, o que não é típico do espírito de punição) era anônima, estava fora das regras ordinárias do controle social. O único identificado foi o criminoso.

Os crimes graves não eram punidos no pelourinho, mas apenas os menos visíveis, sobre os quais deveria recair todo o peso do olhar público. Foi aplicada em casos de fraude (uso de pesos falsos por um padeiro, por exemplo) ou falência fraudulenta, prostituição, alcoviteira e, principalmente, em casos de difamação ou calúnia (com a ideia de que quem rouba a honra deve ser ser privado de seu) (Bader-Weiss e Bader 1935, 122).

A fofoca pode revelar
as regras de honra de uma sociedade

A linha entre difamação e fofoca é confusa. Quando deixa de ser uma opinião falar de forma desaprovadora sobre alguém que não está lá? Reputações são destruídas,
famas11, a honra cai em descrédito e desgraça. Ser visto com
essa pessoa se torna um tabu. É a isso que a mundana marquesa de Les liaisons dangereuses (Amizades Perigosas) se referia quando tentava dissuadir a jovem de continuar a lidar com seu desacreditado amante: relacionamento com ele? (Choderlos de Laclos 1926, 1: 89).

Vilificação, descrédito, proscrito, perdedor, pária ... expressões do campo da psicologia social abundam em linguagem que refletem o sentimento de impotência e abandono do indivíduo. “Quem disse isso?” As pessoas perguntam sempre que ouvem fofocas destrutivas sobre ela, prontas para se defenderem. Mas a fofoca é anônima. O antropólogo americano John Beard Haviland levantou a fofoca como um objeto de pesquisa. Ele observou e descreveu a fofoca na tribo Zinacanteco, na esperança de deduzir as regras de honra daquela sociedade a partir de pesquisas e análises científicas. Ele descobriu que a fofoca persiste até que o mau comportamento venha à tona.

---

onze Brian Stross, "Gossip in Ethnography", Reviews in Anthropology, 1978, 181-188; Stross comenta sobre Haviland em 1977.

Quando uma violação da regra que proíbe o adultério é reconhecida publicamente, o casal é punido com uma pena de honra semelhante ao pelourinho. Eles têm que trabalhar duro em um feriado (Haviland 1977, 63). É uma maneira muito inteligente de se isolar porque o trabalho árduo, embora não seja desonroso em si, separa claramente o casal daqueles que estão celebrando o feriado.

Muitos sistemas foram criados para tornar a desonra visível:

«exhibir» a alguien con un alto sombrero de papel en la cabeza, hacer recorrer todo el pueblo a una chica con la cabeza rapada, embrear y emplumar... Recordemos al desventurado pigmeo Cephu y cómo se burlaban de él: «No eres un ser humano. Você é um animal".

Até um imperador pode ser humilhado denunciando-o e expondo-o ao desprezo do povo. Quando o imperador Rodolfo II residia em Praga em 1609, artesãos e entregadores esperavam em vão que suas contas fossem pagas, o que o imperador dificilmente poderia pagar porque a Dieta Boêmia havia bloqueado sua receita de impostos. Os trabalhadores decidiram torná-lo público e seus protestos foram conhecidos a grande distância de Praga pelo que poderia ser o primeiro jornal do mundo, o Warning. O Aviso informava que na noite de 27 de junho de 1609, quando o imperador estava jantando, houve uma grande gritaria e um grande assobio no escuro, em frente à sua residência. As pessoas uivavam como cães, lobos e gatos. Dizem que o imperador ficou mais do que ligeiramente surpreso (Schöne 1939, epílogo 2-3).

O pelourinho pode até ser encontrado no berçário ou em uma escola, em punição de ser mandado para o canto. Aquela cena vermelha ou laranja de descrédito erguida na praça do mercado pode parecer tão distante quanto a dama de ferro na câmara de tortura medieval, mas nós a vivemos todos os dias. Pessoas das últimas décadas do século XX são retratadas no rádio e na televisão. O Aviso de 1609 foi um precursor da mídia de massa.

Mesmo no século 20, em que pelo menos cinquenta definições diferentes de opinião pública esvaziaram o conceito de todo significado, seu significado original foi e é preservado no código penal alemão. As Seções 186 e 187 afirmam que, quando as acusações de calúnia ou difamação são apresentadas, o ato mais insignificante pode servir como prova se tiver a intenção de "prejudicar a reputação do indivíduo na opinião pública". Assim como podemos derivar regras de honra de fofoca, elas também podem ser seguidas de difamação e litígios de difamação atuais. Um processo judicial de 23 de novembro de 1978, julgado no tribunal regional alemão em Mannheim, pode servir de exemplo.

Nós nos baseamos em um trecho do Neue Juristische Wochenschrift 10 (1979): 504. 'Se uma mulher reclamar de ser chamada de' bruxa ', a suspensão do processo não se justifica devido à insignificância do crime cometido pelo réu, já que as pessoas envolvidas no caso são estrangeiras (turcos, neste caso), e a crença na feitiçaria é muito difundida no Oriente Médio. Faz-se necessária, para a proteção do autor, uma punição severa, da natureza de uma reconvenção judicial severa para tal ação. Ao explicar as razões de sua decisão, o tribunal argumentou:

> Sem dúvida, a crença na feitiçaria agora é difundida no Oriente Médio ... Mas as coisas não estão muito melhores neste país. De acordo com a última pesquisa realizada sobre o assunto (1973), 2 por cento da população da República Federal da Alemanha acredita fortemente em "bruxas" e outros 9 por cento acreditam na possibilidade de bruxaria. De acordo com os especialistas mais documentados, dificilmente existe uma cidade no sul da Alemanha em que não haja mulheres suspeitas de bruxaria ... Portanto, não há razão para julgar as idéias supersticiosas semelhantes "da distante Turquia" de modo diferente ou mais suave . Como o representante do requerente explicou corretamente, a suspeita de que alguém pode ser uma "bruxa" afeta séria e negativamente a reputação dessa pessoa,

15. A lei e a opinião pública

Em seu relatório sobre o julgamento de um caso de roubo noturno no centro de Zurique, o Neue Zürcher Zeitung (6 de maio de 1978) publicou o seguinte comentário sobre o veredicto: 'O tribunal superior deve revisar suas conclusões para ver se suas medidas são relativamente brandas as penalidades para tais crimes são consistentes com o sentimento nacional e a opinião pública. ' As leis e decisões judiciais devem concordar com a opinião pública?
Devem estar de acordo com a opinião pública? Qual é a relação entre a opinião pública e o mundo do direito?
A questão central é até que ponto as três leis de John Locke - lei divina, lei civil e lei da opinião - podem se contradizer. Locke tratou a questão, para seu país e sua época, com o exemplo do luto. Na República Federal da Alemanha nas décadas de 1970 e 1980, surge a questão em torno da questão do aborto. Um alto dignitário da Igreja chamou o assassinato do aborto e se recusou a se distanciar dos comentários de um médico que comparou o grande número de abortos aos assassinatos em massa no campo de concentração de Auschwitz. A lei civil permite o aborto, disse o cardeal, mas ele Segue chamando ele uma assassinato(*Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 26 de setembro, 6 de outubro de 1979). Este não é um conflito terminológico. Os dois pontos de vista são inconciliáveis. A opinião do prelado é muito mais do que uma fachada que esconde percepções modernas muito diferentes. As várias concepções que existem sobre o aborto são virulentas. A crença cristã na proteção da vida, mesmo dos que ainda não nasceram, choca-se com uma crença emocional igualmente forte, que Rousseau chamou pela primeira vez de "religião civil" (1962a, 327), uma religião civil secular, na qual a Emancipação, ou direito da mulher decidir sobre seu próprio corpo, tem mais valor. É um daqueles conflitos que movem as pessoas a organizar suas vidas, evitando encontrar pessoas com opinião diferente da sua.

Polarização como divisão da opinião pública
Tentando evitar aqueles que não pensam como eles, as pessoas perdem sua capacidade quase estatística de avaliar corretamente as opiniões do meio. O termo "ignorância pluralística", cunhado pela sociologia americana, poderia ser aplicado a essa ignorância de como as "pessoas" pensam. É a situação chamada polarização. A sociedade está dividida em duas. Pode-se falar de opinião pública dividida. A característica distintiva é que cada facção é muito supervalorizada no que é chamado de

"Percepção do espelho". Podemos medir esse fenômeno estatisticamente: quanto mais as estimativas de "o que a maioria pensa" são removidas, mais polarizada se torna a questão. Os defensores de pontos de vista opostos simplesmente não falam uns com os outros e, portanto, julgam mal a situação. As tabelas 16-19 mostram alguns exemplos da década de 1970. Às vezes, essa ignorância é unilateral: um lado percebe corretamente o ambiente e o outro se superestima. Esse modelo parece indicar que a integração acaba favorecendo os supervalorizados.

Podemos dar como exemplo dessa situação a diferença de opinião sobre a nova Ostpolitik alemã no início dos anos 1970 (tabela 17). Os vencedores - aqueles que eram a favor da Ostpolitik - são vistos como um bloco sólido que compreende 70% da população. "A maioria pensa como nós." Existem fissuras na oposição. Não pensam que a maioria seja favorável aos acordos com o Oriente, nem atribuem essa maioria a si próprios. Eles não se comprometem e dão uma resposta morna "meio a meio". Para quem faz um prognóstico e analisa o estado da opinião pública, a simetria e a assimetria das estimativas sobre o meio ambiente são elementos importantes. Se prevalece a simetria - maior polarização, cada lado é considerado mais forte que o outro - o resultado é um conflito sério. Se houver assimetria, uma das facções duvida muito - respostas indecisas, respostas que mostram que a opinião está dividida ou que não é possível saber qual é a opinião do médium - e sua capacidade de se defender é pequena. A medida de discrepância, usada nas tabelas abaixo, foi desenvolvida na década de 1950 por três psicólogos sociais americanos, Osgood, Suci e Tannenbaum (1964). A seguinte fórmula é usada:

$$D = \sqrt{\Sigma d_1^2}$$

sendo d_1; a diferença entre os dois grupos sendo comparados.

Barreiras contra a mudança e contra a conformidade cega com as tendências atuais: dois extremos

A sociologia moderna substituiu a terminologia desatualizada das três leis de Locke por descrições mais precisas. Em vez do que Locke chamou de "lei divina", agora falamos de "ideais éticos".

"Tradição", "valores básicos". O conceito de "ideal" é insistido. A disparidade entre esse comportamento e o comportamento real costuma ser considerável. A lei lockiana de opinião, reputação e moda, que determina o comportamento real mais interessante, aparece em termos sociológicos como "costume" e "moralidade pública". A lei que emana do Estado divide-se em duas partes. René König (1967) descreveu-os em seu ensaio "O Direito no Contexto dos Sistemas de

Normas Sociais". Os guardiões da moralidade pública esperam que o estado use a lei como uma barreira contra as mudanças na perspectiva do mundo. Os porta-vozes da opinião pública ou da moral pública, por outro lado, pedem que o direito e o direito continuem a evoluir com o espírito dos tempos. Eles têm bons argumentos a seu favor. Se o processo de opinião pública, que ocorre em todas as culturas, for entendido como um meio de integração, um meio de viabilizar a sociedade, então a lei e a lei não podem se opor à opinião pública mesmo por um período de tempo. Sem dúvida, o fator tempo desempenha um papel importante em ambos os casos. O sistema jurídico não deve seguir as tendências da moda muito rapidamente, se não quiser perder a confiança do público. Reinhold Zippelius discute essa questão em seu ensaio "Perdemos nossa segurança de orientação?" (Perdemos a segurança da orientação?): então, a lei e a lei não podem se opor à opinião pública, mesmo por um curto período. Sem dúvida, o fator tempo desempenha um papel importante em ambos os casos. O sistema jurídico não deve seguir as tendências da moda muito rapidamente, se não quiser perder a confiança do público. Reinhold Zippelius discute essa questão em seu ensaio "Perdemos nossa segurança de orientação?" (Perdemos a segurança da orientação?): então, a lei e a lei não podem se opor à opinião pública, mesmo por um curto período. Sem dúvida, o fator tempo desempenha um papel importante em ambos os casos. O sistema jurídico não deve seguir as tendências da moda muito rapidamente, se não quiser perder a confiança do público. Reinhold Zippelius discute essa questão em seu ensaio "Perdemos nossa segurança de orientação?" (Perdemos a segurança da orientação?): Reinhold Zippelius discute essa questão em seu ensaio "Perdemos nossa segurança de orientação?" (Perdemos a segurança da orientação?): Reinhold Zippelius discute essa questão em seu ensaio "Perdemos nossa segurança de orientação?" (Perdemos a segurança da orientação?):

> Do ponto de vista específico do direito, a necessidade de estruturas normativas e fidedignas de comportamento manifesta-se na necessidade de segurança jurídica ... A necessidade de segurança jurídica significa sobretudo o interesse em estabelecer quais são as principais normas de conduta interpessoal. ... A este interesse acrescenta-se, em segundo lugar, o interesse pela continuidade da lei. Essa continuidade cria segurança voltada para o futuro e estabelece a base para planejamento e antecipação. A exigência de máxima estabilidade no sistema normativo e coerência no desenvolvimento das leis vale por mais um motivo: o direito tradicional tem demonstrado sua capacidade operacional. É por isso que, como diz Radbruch, a lei não deve mudar tão facilmente,

Claro, o objetivo das campanhas eleitorais é justamente não deixar tempo para refletir até o momento da decisão. Em vez disso, eles tentam abalar a opinião pública para que o entusiasmo não desapareça até que o objetivo seja alcançado e consolidado, até que a regulamentação pretendida seja incorporada à ordem obrigatória da lei.

Niklas Luhmann descreve o processo em seu ensaio "Opinião Pública".
Uma certa questão política
«Atinge o clímax da sua carreira. Os que são contra devem então recorrer a táticas de retardamento, à aprovação parcial, para fazer reservas destinadas a ganhar tempo. Os apoiadores devem tentar incluir isso no orçamento ou programa do governo. Seu tempo é curto. Logo aparecem os primeiros sintomas de tédio, reservas, experiências negativas ... Se nada acontecer com o sujeito, pensa-se que pressagia dificuldades futuras. Logo depois, o sujeito perde o apelo "(Luhmann 1971, 19).
Esta descrição só é apropriada para alguns processos curtos, para algumas modas. Outros processos se desenrolam ao longo de anos, décadas e séculos, como o movimento pela igualdade, que Tocqueville traçou ao longo de mais de um milênio de história. Porém, as etapas de evolução de um grande sujeito podem acontecer de acordo com o modelo de Luhmann.
Um exemplo de como os juízes e a administração às vezes reagem precipitadamente às pressões da opinião pública manifestadas como concepções ou tendências sociais em relação a determinadas atitudes é a campanha contra o tabagismo na presença de não fumantes. Esta questão teve seus altos e baixos que descrevemos, com base em pesquisas, no Capítulo 3. Em 1975, no entanto, a campanha havia sido longa o suficiente para que algumas disposições da administração pública aconselhassem ou exigissem a abstenção de fumar na presença de não fumantes. Em 1974, o tribunal regional de Stuttgart, discordando de decisões anteriores, concluiu que fumar dentro de um táxi era uma demonstração de desrespeito ao taxista. O clímax foi alcançado quando o Supremo Tribunal Administrativo de Berlim declarou que os fumantes eram "legalmente perturbadores". Joseph Kaiser, advogado de Freiburg, comentou: “Sem mais delongas, o fumante é relegado à categoria de sujeitos de definição para fins policiais, ou seja, aqueles que estão sob jurisdição policial e podem representar um perigo definitivo. Ele está, portanto, sujeito à desaprovação final da polícia e exposto às consequências jurídicas derivadas dessa decisão. O único requisito conceitual necessário para apoiar essa afirmação seria a prova de que os fumantes são uma ameaça clara para os não fumantes. Mas é precisamente isso que não temos "(Kaiser 1975, 2237). Como essa resolução legal ocorreu neste caso sem contar com evidências empíricas, podemos considerá-la como um processo de opinião pública. O comentarista usa corretamente uma terminologia relacionada à moda quando diz que a proteção para não fumantes está "na moda".

A lei deve ser baseada no costume

Visto da perspectiva oposta, uma situação muito crítica ocorre quando a "opinião prevalecente", a opinião pública, se afasta muito da norma legal e a legislação não reage de acordo. Essa situação ocorre especialmente quando as normas jurídicas estão de acordo com os valores morais tradicionais, mas os costumes e a moralidade pública estão claramente se afastando de ambos. Hoje, as pesquisas têm o efeito inegável de acelerar esse processo. Em 1971, a revista Stern publicou os resultados de Allensbach que indicavam que 46% da população de 16 anos ou mais pedia mais instalações para abortar. Apenas cinco meses depois, quando a pesquisa foi repetida, a porcentagem havia subido de 46 para 56 por cento (Stern, 4 de novembro de 1971, 260). Esta foi uma das situações em que Tocqueville pensou quando falou de uma mera "fachada": quando a opinião pública continua a apoiar um ponto de vista, embora os valores que o apoiavam já tivessem desmoronado muito antes (Tocqueville 1948, 2: 262) Enquanto essa desvalorização não for expressa publicamente, a fachada permanece intacta. Mas entra em colapso se - como costuma ser o caso hoje em dia com estudos de opinião pública - sua vaidade é subitamente exposta. Isso pode produzir manifestações legalmente intoleráveis. Neste caso particular, por exemplo, muitas mulheres confessaram publicamente ter violado a lei: "Abortei" (Stern, 3 de junho de 1971, 16-24). quando a opinião pública continua a apoiar um ponto de vista, embora os valores que o apoiavam já tivessem entrado em colapso muito antes (Tocqueville 1948, 2: 262). Enquanto essa desvalorização não for expressa publicamente, a fachada permanece intacta. Mas entra em colapso se - como costuma ser o caso hoje em dia com estudos de opinião pública - sua vaidade é subitamente exposta. Isso pode produzir manifestações legalmente intoleráveis. Neste caso particular, por exemplo, muitas mulheres confessaram publicamente ter violado a lei: "Abortei" (Stern, 3 de junho de 1971, 16-24). quando a opinião pública continua a apoiar um ponto de vista, embora os valores que o apoiavam já tivessem entrado em colapso (Tocqueville 1948, 2: 262). Enquanto essa desvalorização não for expressa publicamente, a fachada permanece intacta. Mas entra em colapso se - como costuma ser o caso hoje em dia com estudos de opinião pública - sua vaidade é subitamente exposta. Isso pode produzir manifestações legalmente intoleráveis. Neste caso particular, por exemplo, muitas mulheres confessaram publicamente ter violado a lei: "Abortei" (Stern, 3 de junho de 1971, 16-24). Mas entra em colapso se - como costuma ser o caso hoje em dia com estudos de opinião pública - sua vaidade é subitamente exposta. Isso pode produzir manifestações legalmente intoleráveis. Neste caso particular, por exemplo, muitas mulheres confessaram publicamente ter violado a lei:

"Abortei" (Stern, 3 de junho de 1971, 16-24). Mas entra em colapso se - como costuma ser o caso hoje em dia com estudos de opinião pública - sua vaidade é subitamente exposta. Isso pode produzir manifestações legalmente intoleráveis. Neste caso particular, por exemplo, muitas mulheres confessaram publicamente ter violado a lei: "Abortei" (Stern, 3 de junho de 1971, 16-24).

No longo prazo, a lei não pode ser mantida sem o apoio do costume. O comportamento é mais eficazmente influenciado pelo medo do isolamento, medo da desaprovação do ambiente ou qualquer outro sinal implícito, do que pela lei explícita e formal. O que John Locke chamou de "lei da opinião" e, duzentos anos depois, Edward Ross chamou de "controle social", foi experimentalmente verificado pelos cientistas sociais de nosso século. Um desses experimentos estava relacionado a semáforos. O número de pedestres que atravessam a rua com o semáforo vermelho foi observado em três circunstâncias diferentes: 1., sem que ninguém desse mau exemplo; 2., quando um homem que, por causa de suas roupas, parece classe baixa atravessa a rua com um sinal vermelho; 3., quando quem o faz é um homem bem vestido de classe alta. Alguns assistentes desempenharam o papel de homens das classes baixa e alta que atravessavam a rua com o sinal vermelho. Um total de 2.100 pedestres foram observados. Resultado: sem o modelo de infrator, apenas 1 por cento cruzava a rua com o sinal vermelho; quando o modelo da classe baixa ignorou a luz vermelha, 4 por cento o seguiram; quando o modelo parecia de classe alta, 14% o seguiam (Blake e Mouton, 1954).

Mudar a opinião pública por meio de leis

A relação entre a lei e a opinião pública também pode seguir na direção oposta. As leis podem ser estabelecidas ou alteradas para influenciar a opinião pública na direção desejada. Em Discursos sobre a relação entre o direito e a opinião pública na Inglaterra do século XIX (1905), um clássico sobre o tema do direito e da opinião pública, Albert V. Dicey observou algo que estudos de opinião posteriores confirmaram: a aprovação de uma lei aumenta sua aceitação. Isso parece, à primeira vista, um fato bastante surpreendente; e mais ainda, que Dicey o percebeu sem ter nenhum estudo empírico. Parecia difícil de explicar. Hoje, armados com a ideia da espiral do silêncio, poderíamos argumentar que o medo do isolamento experimentado por apoiar algo diminui quando isso se torna lei. A delicada conexão entre opinião pública e legitimidade se manifesta nessa tendência. Dicey formula o seguinte teorema: a lei mantém e cria opinião (Dicey 1962, 4; Lazarsfeld 1957).

Parece alarmante que as leis orientadas na direção desejada possam produzir a opinião pública; Um convite à manipulação, uma exploração do mandato político pela maioria no poder, seria dito. Há também a questão de saber se, quando uma matéria se torna lei, a aceitação resultante será forte o suficiente para mantê-la, ou se a integração necessária para uma sociedade viável será muito contraditória a ela.

As regulamentações legais às vezes vão muito além dos desejos da opinião pública; por exemplo, na reforma penal da República Federal da Alemanha de 1975 e na nova lei do divórcio de 1977. Da mesma forma, apenas uma minoria - mesmo entre os jovens entre 17 e 23 anos de idade - era a favor das novas leis necessárias regular os problemas de guarda dos pais, visando o fortalecimento dos direitos da criança como parte mais débil na relação entre adultos. A pergunta era: "Você acha que o Estado deve garantir por meio de leis que os jovens tenham mais direitos em relação aos pais ou acha que não é necessário?" Vinte e dois por cento dos jovens acharam que era necessário; 64 por cento, que não era. A nova lei do divórcio provocou na maioria da população um conflito muito maior entre a lei e a moral pública. Em julho de 1979, uma pesquisa Allensbach revelou uma opinião moral muito viva sobre a realidade da culpa e o dever das pessoas de estarem cientes de sua própria culpa. A nova lei

Pelo contrário, ele pediu às pessoas que aceitassem a visão de que, em um divórcio, a questão da culpa é irrelevante e, portanto, não deveria ter consequências financeiras. A maioria da população não conseguia aceitar isso. Das quatro reformas legais avaliadas, a nova lei do divórcio foi a menos favorecida (tabela 20).

Isso nos lembra como Rousseau via a relação entre o direito e a opinião pública: «Como um arquiteto, antes de erguer um grande edifício, ele observa e sonda o terreno para ver se aguentará o peso, o legislador inteligente não escreve leis supostamente boas em si mesmas, mas primeiro investiga se as pessoas para as quais se destinam são capazes de sustentá-las ”(1953, 46). Para Rousseau, as leis nada mais são do que "verdadeiros atos da vontade geral" (1953, 98). Na linha da declaração de David Hume, segundo a qual

“O governo se baseia apenas na opinião”, disse Rousseau: “A opinião, rainha do mundo, não está sujeita ao poder dos reis. Eles próprios são seus primeiros escravos ”(Rousseau 1967/1960, 73-74).

16. A opinião pública produz integração

Acabamos de abordar a questão da integração social, elucidando o que a opinião pública alcança e como deve ser a relação entre a opinião pública e o direito. O conceito é claro o suficiente para ser usado de forma tão casual?

A pesquisa empírica está atrasada
Uma avaliação equilibrada da integração foi publicada nos Estados Unidos em 1950 e ainda não foi superada.

> Desde os dias de Comte e Spencer, os sociólogos têm se interessado pela integração de unidades menores em todos sociais ... Qual é a diferença entre um grupo e uma mera soma de indivíduos? Em que sentido é uma entidade única? ... Como a integração pode ser medida? ... Em que condições aumenta a integração social? Em que condições isso diminui? Quais são as consequências de um alto grau de integração? Quais são as consequências de um baixo grau de integração? A sociologia precisa de mais pesquisas básicas sobre esses tipos de questões (Landecker 1950, 332).

Doutrina de Rudolf Smend sobre integração
Werner S. Landecker, cujo trabalho acabamos de citar, se destaca entre os principais teóricos que, na tradição de Talcott Parsons, se interessaram pela integração e seu papel nos sistemas sociais humanos. Landecker, ao contrário da escola dominante no século XX, buscou antes de mais nada procedimentos de pesquisa e medição empíricas. Ele ofereceu uma variedade de métodos de medição. Por enquanto, disse ele, sabemos tão pouco sobre integração social que não podemos propor uma medida simples e geral. "Saber" significava que Landecker possuía conhecimento fundado empiricamente. Ele distinguiu quatro classes de integração e quatro métodos para medi-los.

1. Integração cultural: até que ponto o sistema de valores de uma sociedade permite um comportamento coerente, ou quantas contradições - não lógicas, mas práticas - as demandas feitas aos membros da sociedade contêm? Landecker menciona o altruísmo e a tendência de se afirmar competitivamente como um exemplo de demandas contraditórias na sociedade ocidental (1950, 333-335).
2. Integração normativa: Quão diferentes são as regras de comportamento prescritas em uma sociedade e o comportamento efetivo de seus membros? (335-336)

3. Integração comunicativa: até que ponto os subgrupos de uma sociedade protegem uns aos outros por meio da ignorância, avaliação negativa ou preconceito, e até que ponto eles se comunicam uns com os outros? (336-338)

4. Integração funcional: até que ponto os membros de uma sociedade são levados a agir juntos por meio da divisão do trabalho, da especialização de funções e da ajuda mútua? (338-339)

Esta lista não menciona a integração que a experiência compartilhada produz: campeonatos mundiais de beisebol ou futebol, uma série de televisão em três partes que reúne mais da metade da população em frente à televisão, ou (para citar um exemplo de 1965) um viagem da Rainha da Inglaterra através da República Federal, que criou um sentimento compartilhado de alegria e orgulho nacional. Além disso, a moda não é mencionada de forma alguma como meio de integração.
De forma completamente diferente, o jurista Rudolf Smend (1928) abordou a questão da integração, que vem tentando ter sua "Doutrina" desde o final dos anos 1920.

> O processo de integração não é totalmente consciente, mas pode ocorrer com regularidade não intencional ou "astúcia da razão". Não se trata, portanto, em grande parte, de uma questão constitucionalmente regulável de forma consciente ... e é apenas uma questão de reflexão teórica em alguns casos excepcionais ... parece que a integração pessoal é proporcionada pelos líderes, governantes, traficantes de drogas e todos os tipos de funcionários públicos ... A integração funcional é realizada por meio de formas muito diversas de vida coletiva: desde o ritmo primitivo e sensual da atividade ou movimento comum ... até formas complicadas e indiretas, como eleições ... cujo significado consciente, à primeira vista, reside na realização de certas decisões ... menos conscientes, mas tão urgentes, na constituição de uma sociedade política através do desenvolvimento de opiniões, grupos, partidos, maiorias ... A integração substantiva refere-se a todos os aspectos da vida que se entendem como fins do Estado, mas que, por outro lado, promovem a integração comunitária. Este seria o lugar lógico, por exemplo, de uma teoria dos símbolos políticos, como bandeiras, brasões, chefes de estado, cerimoniais políticos, feriados nacionais ... os fatores de legitimação política (Smend 1956, 299-300) .

As vicissitudes do significado de "integração"

Desde que Smend delineou sua "doutrina da integração" e Landecker escreveu seu caso para pesquisas empíricas adicionais sobre integração, não houve progresso nesta área. Certamente, isso não é acidental, mas se deve à falta de investigação do medo de isolamento do indivíduo. No ensaio de Edward Ross sobre controle social (1969), há uma observação que indica que o conceito de

A "integração" era tão desprezada no final do século XIX quanto a "conformidade" hoje. Os cientistas sociais do século 20 têm tentado construir estruturas teóricas abrangentes que esclarecem como a integração estabilizou a sociedade humana e investigar profundamente as estruturas e funções. Mas as investigações empíricas pareciam inteiramente secundárias para eles. Em todo caso, a reflexão sociocientífica de orientação empírica sobre o tema da integração que encontramos - e um tratamento suficientemente amplo teria que dar atenção especial à obra de Emile Durkheim - confirma a ideia de que a opinião pública tem uma função integradora.
Na terminologia de Landecker, a relação é particularmente clara entre a integração normativa e o papel da opinião pública como "Guardião da moralidade pública", como tem sido entendido durante séculos. Portanto, as normas e o comportamento real estão de acordo, e o desvio é punível com o isolamento.

Zeitgeist: o resultado da integração

O termo "integração comunicativa" é uma reminiscência de Tocqueville, para quem a opinião pública apareceu pela primeira vez na esteira da sociedade feudal segmentada. Ele acreditava que, enquanto durou a segmentação, não houve comunicação global. o A capacidade quase estatística demonstrada na sociedade ocidental moderna - a capacidade de registrar com segurança aumentos e diminuições na aprovação e desaprovação de idéias e pessoas - pode ser vista como um sintoma de maior integração comunicativa. Por isso, o sentimento generalizado de euforia que se verifica empiricamente antes das eleições gerais pode ser relacionado ao pensamento de Smend: além da função manifesta de tomar decisões, as eleições têm a função latente de integrar. Landecker perguntou: "Quais são as consequências de um alto grau de integração?" A integração aparentemente enche a maioria das pessoas com uma sensação de bem-estar. Mas nem todos eles. Quem fica de fora? A pergunta aponta para os membros da vanguarda. Já estivemos muito perto desse tópico antes, falando da discussão de Sócrates sobre as mudanças na música e como essas mudanças mostram de antemão que os tempos vão mudar. Esta expressão -os tempos- designa muito mais do que indicam relógios e calendários. A opinião pública está repleta de senso de tempo, e o que muitas vezes é visto como o espírito da época pode ser saudado como uma grande conquista da integração. Goethe deixou claro que um processo de integração bem-sucedido envolve uma espécie de espiral de silêncio em sua famosa descrição: e o que muitas vezes é visto como o espírito da época pode ser saudado como uma grande conquista de integração. Goethe deixou claro que um processo de integração bem-sucedido envolve uma espécie de espiral de silêncio em sua famosa descrição: e o que muitas vezes é visto como o espírito da época pode ser saudado como uma grande conquista de integração. Goethe deixou claro que um processo de

integração bem-sucedido envolve uma espécie de espiral de silêncio em sua famosa descrição:

«Quando um dos lados se levanta, agarra-se à multidão e desdobra-se a tal ponto que quem se opõe deve recuar para um canto e, pelo menos por enquanto, refugiar-se no silêncio, a este predomínio chama-se o espírito das vezes (Zeitgeist), que, por um período, se safa "(Goethe 1964, 705).

O primeiro tipo de integração identificado por Landecker, integração cultural, poderia ser investigado durante períodos de colapso e nascimento de sistemas de valores, quando as pessoas descobrem que velhas e novas demandas estão irreconciliavelmente misturadas. Os processos de opinião pública param de funcionar nessa época?

Em tempos de perigo para a sociedade,
opinião pública exerce pressão ainda mais forte

A pesquisa de opinião, aplicada ao exame dos processos de opinião pública, ainda é muito jovem para oferecer uma resposta a essa pergunta. Há um sintoma, entretanto, que aponta para a relação inversa: quando a sociedade está em crise, a pressão para a conformidade aumenta. Mais uma vez, lembramos a descrição de Tocqueville da democracia americana e seu comovente protesto contra a implacável tirania da opinião pública. Isso se deve, explica ele, ao predomínio da crença na igualdade e à perda do reconhecimento da autoridade. A autoridade pelo menos sempre fornece alguma orientação. Nessas circunstâncias, ele pensou, as pessoas não têm escolha a não ser se apegar à opinião da maioria. Por outro lado, a delicada situação decorrente da mistura de várias culturas diferentes em uma mesma sociedade também poderia explicar o rigor dos mecanismos de opinião pública observados por Tocqueville nos Estados Unidos. Com um menor grau de integração cultural, como o que podemos supor nas sociedades do cadinho, aumenta a necessidade de maior integração. Aplicando a tese à nossa situação atual, poderíamos supor que, dadas as mudanças nos sistemas de valores, há um menor nível de integração cultural e, portanto, uma necessidade iminente de maior integração. Essa necessidade seria acompanhada por uma maior pressão sobre as rédeas da opinião pública e uma maior ameaça de isolamento para o indivíduo. Existem, então, circunstâncias em que a ação da opinião se torna visível.

Como observamos anteriormente, todas as contribuições importantes para a opinião pública foram feitas a partir de períodos revolucionários. Enquanto isso, nos encontramos refletindo sobre a relação entre integração e opinião pública em um território ainda não investigado. No Capítulo 3, dissemos que Stanley Milgram, tentando verificar se outras cidades tinham taxas de conformidade comparáveis às dos americanos no experimento de Asch, escolheu para sua pesquisa dois países cujas sociedades pareciam muito diferentes para ele: a França, na qual o individualismo era altamente valorizado, e a Noruega, onde parecia perceber um nível particularmente alto de coesão (Eckstein 1966). Embora em ambos os países o medo do isolamento tenha prevalecido nos sujeitos investigados, a adesão foi mais pronunciada na amostra norueguesa. Isso confirma a afirmação que Tocqueville nunca se cansou de enfatizar: quanto mais igualdade há, mais igualdade há, mais pressão pode ser esperada da opinião pública. Em circunstâncias mais igualitárias, siga a opinião da maioria porque não há outras pistas para mostrar qual é o julgamento correto. Não existe um princípio hierárquico ao qual recorrer. Com os atuais meios empíricos de investigação, observamos que a pressão não vem tanto de uma maioria matemática, mas da certeza agressiva na correção de suas crenças de um lado e do medo do isolamento do outro.

Não podemos esperar uma relação simples entre o grau de integração e a pressão da opinião pública. É a "igualdade" da sociedade norueguesa que permite uma pressão tão poderosa para o conformismo ou, pelo contrário, essa pressão tem outras raízes e se conduz à igualdade? Um ambiente natural desagradável pode ter efeitos na integração de uma sociedade semelhantes aos que colocam em perigo uma tribo que vive na selva e baseia sua sobrevivência na caça? Talvez o grau de perigo a que uma sociedade está exposta, proveniente do perigo de dentro ou de fora, seja a chave: maior perigo exige maior integração, e a integração é fortalecida pelas reações exaltadas da opinião pública.

17. Avant-garde, hereges e inconformistas: os réus da opinião pública

A opinião pública como a descrevemos aqui - um evento psicossociológico decorrente do medo do indivíduo de isolamento - é simplesmente uma pressão para a conformidade? A espiral do silêncio explica apenas o nascimento e o crescimento da opinião pública, e não suas mudanças?

Quem não tem medo do isolamento pode mudar a opinião pública

Até agora, vimos pessoas medrosas ou cautelosas, que temem o isolamento. Agora vamos olhar na outra direção, para um grupo mais heterogêneo: aqueles que não temem o isolamento ou estão dispostos a pagar esse preço. Eles são os introdutores da nova música; pintores como Chagall, em cujo quadro de 1917 O Estábulo, uma vaca gordinha cruza o telhado de uma casa e olha para fora; ou pensadores como John Locke, que proclamou que os homens dificilmente se importavam com os mandamentos de Deus ou com as leis do estado, mas realizavam todo o trabalho necessário para seguir a lei da opinião. Pouco tempo antes, essa ideia o teria condenado à pira. Entre esses personagens estão os hereges, aquelas pessoas que respondem às necessidades de seu tempo, mas ao mesmo tempo são atemporais, que constituem o correlato de uma opinião pública compacta. Os desviantes. Usando o título de um ensaio americano: "Heróis, vilões e loucos como agentes do controle social" (Klapp 1954); em termos modernos, "o bicho-papão". No entanto, a relação entre conformistas e não conformistas não deve ser entendida simplesmente como uma acentuação do sistema de valores e das regras válidas da sociedade por aqueles que as violam e por sua "exibição" no pelourinho.

O conceito da espiral do silêncio reserva a possibilidade de mudar a sociedade para quem não tem medo do isolamento ou o superou. "Tenho que aprender a suportar a censura e o ridículo", escreveu Rousseau (citado em Harig 1978). Um elevado nível de consenso, que é uma fonte de felicidade, um lugar de refúgio e segurança para a grande maioria da humanidade, enche de horror as vanguardas, os artistas, pensadores e reformadores que preparam o caminho do futuro. Em 1799, Friedrich Schlegel ofereceu esta descrição de um monstro:

> Parecia inchado de veneno. Em sua pele transparente todas as cores cintilavam e dava para ver suas entranhas se retorcendo como vermes.

> Era grande o suficiente para inspirar medo e abria e fechava garras de caranguejo que cobriam todo o seu corpo. Às vezes, ele saltava como um sapo, às vezes se movia com uma agilidade assustadora através de um enxame de incontáveis perninhas. Eu me virei, apavorado; mas, querendo me seguir, juntei coragem, derrubei-o com um golpe forte e ele imediatamente se transformou em um sapo vulgar. Meu espanto foi grande, e foi ainda maior quando alguém disse, bem atrás de mim: "É opinião pública ..." (Schlegel 1799, 40-41)

Por outro lado, os cidadãos íntegros estavam certos de estremecer quando começaram a aparecer jovens cabeludos na década de 1960, pois quem não tem medo do isolamento pode destruir a ordem das coisas.

Os pioneiros se preocupam tão pouco com a esfera pública quanto os sonâmbulos

Uma tipologia de inovadores deve distinguir os diferentes tipos de acordo com suas relações com o público. Existem artistas e cientistas que pavimentam o caminho para o novo. Se eles são recebidos com compreensão ou hostilidade, dificilmente influencia o que eles fazem. Os reformadores são diferentes. Se quiserem mudar a forma de pensar ou se comportar em sociedade, terão que enfrentar um público hostil, pois precisam dele para fazer proselitismo. De qualquer forma, a hostilidade os faz sofrer. Parece haver uma segunda classe de reformadores - de pretensões mais ou menos ambiciosas - para quem a provocação do público se torna quase um objetivo em si, num modo de existência mais intenso. Pelo menos é assim que eles chamam a atenção, e mesmo a violência pública é melhor do que ser ignorada. A extraordinária difusão da opinião pública pela mídia no século 20 oferece uma mina de exemplos contemporâneos. O serviço secreto israelense descreveu o líder terrorista árabe Wadi Hada como uma pessoa que experimentou uma satisfação quase mística isolada do resto do mundo e, por isso, considerou válidos apenas seus próprios preceitos e leis (Die Welt, n. 189 [1976]: 8). Rainer Werner Fassbinder disse sobre um de seus filmes: “Devo, sem dúvida, ter o direito de me realizar de uma forma adequada às minhas doenças e ao meu desespero. Preciso de liberdade para refletir sobre mim em público ”(Limmer 1976, 237). Não é mais uma questão de aprovação ou desaprovação. Estamos falando sobre o forte estímulo que vem do contato com o público, de se arrancar da estreiteza da existência individual. Intoxicado pela exposição ao público, exposição pública como uma droga, o que provoca a excitação? Talvez o perigo, saber que brincar com o público pode ser perigoso, até mortal, se levar à expulsão da sociedade.

Sofra ou aproveite, duas maneiras de levar uma vida pública

Podemos encontrar exemplos com a mesma facilidade no século 16 e, por exemplo, comparar Martinho Lutero com Thomas Müntzer. Lutero claramente sofre com sua exposição pública, mas ele não vê outra maneira a não ser se expor à condenação pública. Ele enfrenta o que é incapaz de evitar: "Mesmo que alguns me desprezem imediatamente ..." -

“Outros não falam nada”, diz ele, “... mas precisamente porque eles estão em silêncio, eu devo falar.” 12 Ele descreve a velocidade com que sua mensagem está se espalhando pelo país. «Em catorze dias escassos ele passou por todos

Alemanha ”, escreve ele, quase sem fôlego com a experiência publicitária. Foi como uma "tempestade itinerante". E então, em uma descrição muito boa para não tê-la experimentado pessoalmente: "Eu não queria a fama, pois, como já disse, eu mesmo não sabia o que poderia ser sua penitência, e a canção era muito alta para a minha voz. "

Thomas Müntzer representa o outro lado da imagem. Ele também é um observador atento dos processos de opinião pública. «No campo tudo se agita, também os pensamentos ... Tem que pôr ordem voando ... E por onde começar? No lugar onde o interior se vira para o exterior, na moda. Se se tornou costume mudar de opinião como uma camisa, então simplesmente mudar a camisa e o casaco é proibido e, talvez, mudanças indesejadas de opinião sejam, portanto, reprimidas. "

Assim como sabemos que ninguém pode controlar as inovações musicais, sabemos, ao ouvirmos as chaves da composição de Thomas Müntzer, que ele tem certeza de que camisas e casacos vão mudar, queira ele ou não. Ao contrário de Lutero, o olhar do público não o faz sofrer. Ele adora, embora - ou talvez porque - sinta seu perigo. "O temor de Deus deve ser, na verdade, puro, sem medo dos homens ou de qualquer criatura ... Pois os tempos atuais são perigosos e os dias maus" (Streller 1978, 186). É característico de uma relação libidinal com a esfera pública poder expressar o espírito da época, dar-lhe voz, sem poder traçar nenhum programa construtivo a seu respeito?

---

[12] As citações de Luther e Müntzer nesta seção vêm de Petzolt 1979.

Os historiadores concluem que a música de Thomas Müntzer só poderia ter efeitos destrutivos (Dülmen 1977). 13
Nenhuma tipologia das formas de relacionamento entre o indivíduo e a esfera pública foi elaborada. A falta de pesquisas empíricas deixa em situação espectral o grupo heterogêneo de quem não tem ou superou o medo do isolamento. Só sabemos que esse grupo impulsiona a sociedade para a mudança e que a espiral do silêncio é útil para quem não tem medo do isolamento. A opinião pública, que para outros significa pressão para a conformidade, é para eles a alavanca da mudança.

Por que e quando a música muda?
O que fica no ar, o que quer que sopre o vento, para que não se possa ir contra a corrente da opinião pública, "do volume e da extensão de uma maré" (Ross 1969, 104): esta linguagem mostra que se trata de movimentos fatais. , tão poderoso quanto as forças da natureza. Mas não sabemos como responder à pergunta de como o novo começa. Podemos apontar, como Niklas Luhmann em seu ensaio sobre a opinião pública, alguns gatilhos, crises ou sintomas de crises (Luhmann 1971, 9), como quando, por exemplo, um riacho que sempre foi claro de repente fica turvo. No início, ele apenas dispara um alarme pessoal; mas mais tarde a crise encontra expressão em um livro, até mesmo em seu título, Silent Spring (Carson 1962). Ou, novamente de acordo com Luhmann (1971, 17), pode constituir uma ameaça ou um ataque aos valores mais transcendentes. A explosão radical da opinião pública em agosto de 1961 contra o governo Adenauer logo após a construção do Muro de Berlim não podia ser prevista porque o valor final da "nação" havia sido ignorado. Eventos inesperados são gatilhos: "Novidade implica importância." A dor, ou qualquer substituto que a civilização forneça para a dor, é um gatilho. Luhmann menciona "perdas econômicas, cortes orçamentários, perdas de posição, especialmente mensuráveis e comparáveis" (Luhmann 1971, 17). A explosão radical da opinião pública em agosto de 1961 contra o governo Adenauer logo após a construção do Muro de Berlim não podia ser prevista porque o valor final da "nação" havia sido ignorado. Eventos inesperados são gatilhos: "Novidade implica importância." A dor, ou qualquer substituto que a civilização forneça para a dor, é um gatilho. Luhmann menciona "perdas econômicas, cortes orçamentários, perdas de posição, especialmente mensuráveis e comparáveis" (Luhmann 1971, 17). A explosão radical da opinião pública em agosto de 1961 contra o governo Adenauer logo após a construção do Muro de Berlim não podia ser prevista porque o valor final da "nação" havia sido ignorado. Eventos inesperados são gatilhos: "Novidade implica importância." A dor, ou qualquer substituto que a

civilização forneça para a dor, é um gatilho. Luhmann menciona "perdas econômicas, cortes orçamentários, perdas de posição, especialmente mensuráveis e comparáveis" (Luhmann 1971, 17).
Mas nenhuma crise, nenhuma ameaça explica por que a questão da libertação das mulheres adquiriu tanta força na opinião pública nas décadas de 1960 e 1970.
Por que e quando a música muda?

---

[13] Ver também a crítica de Martin Brecht do trabalho de Dülmen no Frankfurter Allgemeine Zeitung, 3 de agosto de 1977, 21.

18. O estereótipo como veículo de difusão da opinião pública: Walter Lippmann

No final do século XX, quando o significado da opinião pública foi completamente esquecido, apareceram duas obras que continham as palavras "opinião pública" no título. Um foi o ensaio de Luhmann (1971) que citei com frequência. O outro foi o livro publicado em 1922 por Walter Lippmann. Ambas as obras revelaram aspectos desconhecidos da dinâmica da opinião pública e ambas insistiram na relação entre opinião pública e jornalismo.

O livro de Walter Lippmann não tinha precedentes. Embora seja intitulado Opinião Pública, tem muito pouco a ver diretamente com a opinião pública. Na verdade, a definição de opinião pública de Lippmann é uma das poucas passagens soltas do livro. “As imagens na cabeça desses seres humanos, as imagens deles mesmos, dos outros, de suas necessidades, intenções e relacionamentos, são suas opiniões públicas. As imagens segundo as quais grupos de pessoas agem, ou indivíduos que agem em nome de grupos, são a Opinião Pública com letras maiúsculas ”(Lippmann 1965, 18). Bem poderia ser dito depois de ler o livro: "Ainda não sei o que é opinião pública."

Um livro revelador

Por que este livro é tão especial que, cinquenta anos após sua publicação original, foi reimpresso em brochura nos Estados Unidos (1965) e quase simultaneamente na Alemanha (1964)? Sem ser enigmático em tudo, é na verdade um livro que abre os olhos. Mas, ao contrário da maneira como as pessoas querem ver as coisas, agora, muito depois da publicação original, ainda parece novo e, para todos os efeitos práticos, ainda não foi incorporado ao pensamento intelectual. Lippmann desmascara nosso autoengano racionalista sobre a maneira como as pessoas supostamente se informam e formam os julgamentos que orientam suas ações no mundo moderno: com maturidade e tolerância, observando, pensando e julgando como cientistas em um esforço implacável para examinar objetivamente a realidade, auxiliado neste esforço pela mídia. Com essa ilusão, ele contrasta uma realidade completamente diferente, mostrando como as pessoas realmente formam suas concepções, como selecionam partes das mensagens que chegam a elas, como as processam e transmitem. Lippmann descreve fenômenos passageiros que a psicologia social empírica e a pesquisa em comunicação levarão décadas para confirmar ponto por ponto. Não encontrei em todo o livro de Lippmann uma ideia sobre como funciona a comunicação que não tenha sido

verificada repetidamente por laboratórios meticulosos e trabalho de campo. Lippmann descreve fenômenos passageiros que a psicologia social empírica e a pesquisa em comunicação levarão décadas para confirmar ponto por ponto. Não encontrei em todo o livro de Lippmann uma ideia sobre como funciona a comunicação que não tenha sido verificada repetidamente por laboratórios meticulosos e trabalho de campo. Lippmann descreve de passagem fenômenos que a psicologia social empírica e a pesquisa em comunicação levarão décadas para confirmar ponto por ponto. Não encontrei em todo o livro de Lippmann uma ideia sobre como funciona a comunicação que não tenha sido verificada repetidamente por laboratórios meticulosos e trabalho de campo.

Como nuvens de tempestade que simplesmente se dissipam

Ao mesmo tempo, Lippmann não considera o que aqui entendemos por opinião pública em relação à espiral do silêncio. Lippmann não diz nada sobre o papel da pressão por conformidade no estabelecimento de consenso, nem sobre o medo do isolamento das pessoas e a temerosa vigilância do meio ambiente. No entanto, a tremenda influência da Primeira Guerra Mundial permitiu a Lippmann identificar a pedra angular da opinião pública: a cristalização de concepções e opiniões em "estereótipos" carregados de emoção (1965, 85-88, 66). Lippmann, que era jornalista, sabia que a expressão vinha do familiar mundo tecnológico da impressão de jornais, em que o texto é escrito em um molde rígido
-em impressão offset ou estereótipo- que permite reproduzi-lo quantas vezes quiser. Os estereótipos favorecem a eficácia dos processos de opinião pública. Eles rapidamente se espalham nas conversas e imediatamente transmitem associações negativas ou, em alguns casos, positivas. Eles orientam a percepção, atraindo
atenção a alguns elementos -normalmente negativos- e produzindo uma percepção seletiva 14. Estereótipos também
podem provocar o fracasso político de candidatos à liderança nacional. O governador George Romney, um candidato à presidência, certa vez usou o termo "lavagem cerebral" para descrever sua aceitação de certas afirmações sobre a Guerra do Vietnã e, desde então, foi estereotipado de que era facilmente manipulado. Na corrida presidencial de 1980, o governador Brown da Califórnia deixou de ser um candidato importante quando a imprensa começou a chamá-lo de "Governador Moonbeam" por suas visões futurísticas e interesse na exploração espacial. Lippmann escreveu: "Aquele que se apodera dos símbolos que atualmente contêm a sensibilidade pública controla os caminhos das políticas públicas" (1965, 133).

Os estereótipos pairam como nuvens de tempestade sobre a paisagem da opinião pública por um tempo e, então, podem desaparecer para sempre. O comportamento do povo, dos políticos, que viveram sob essas nuvens de tempestade, será ininteligível para os que vierem depois.

[14] Os exemplos da vida política alemã usados na edição alemã foram substituídos nesta seção por exemplos americanos.

E mesmo alguém que uma vez se encontrou sob eles não será capaz de depois de descrever o que aconteceu, as pressões que existiram, e terá que procurar uma explicação vicária.

O livro de Walter Lippmann mostra que, por meio dos estereótipos, a opinião pública penetra tudo "como o ar que nos cerca, dos quartos mais escondidos da casa aos degraus do trono", como descreve Ihering (1883, 180). Também ensina que a opinião pública pode se dissolver totalmente com o tempo, algo que Lippmann poderia descrever a seus leitores a partir de sua própria experiência após a Primeira Guerra Mundial. Em primeiro lugar, conta como se formaram os estereótipos positivos e negativos: «Junto com o culto ao herói encontramos o exorcismo dos demônios. O mesmo mecanismo que encarna os heróis cria demônios. Se tudo de bom viesse de Joffre, Foch, Wilson ou Roosevelt, tudo de ruim de Kaiser Guillermo, Lenin e Trotsky »(Lippmann 1965, 7). Mas, logo em seguida, acrescenta: “Vamos lembrar ... com que rapidez o precário e nada consolidado símbolo da Entente Aliada desapareceu após o armistício, e como foi seguido pelo colapso da imagem simbólica que cada nação tinha das outras: o Reino Unido, o Defensor do Direito Público; França, guardando a fronteira da liberdade; os Estados Unidos, o Cruzado. E vamos lembrar como a imagem simbólica que cada nação tinha de si mesma foi posteriormente erodida, à medida que os conflitos de classe e partidários e a ambição pessoal começaram a se aprofundar em questões adiadas. E como as imagens simbólicas dos líderes se desvaneceram quando, um após o outro, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, deixaram de incorporar a esperança humana e se tornaram meros negociadores e administradores de um mundo desiludido ”(Lippmann 1965, 8). o símbolo precário e nada consolidado da Entente Aliada, e como foi seguido o colapso da imagem simbólica que cada nação tinha das outras: o Reino Unido, o Defensor do Direito Público; França, guardando a fronteira da liberdade; os Estados Unidos, o Cruzado. E vamos lembrar como a imagem simbólica que cada nação tinha de si mesma foi posteriormente erodida, à medida que os conflitos de classe e partidários e a ambição pessoal começaram a se aprofundar em questões adiadas. E como as imagens simbólicas dos líderes se desvaneceram, quando, um após o outro, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, deixaram de incorporar a esperança humana e se tornaram meros negociadores e administradores de um mundo desiludido ”(Lippmann 1965, 8). o símbolo precário e nada consolidado da Entente Aliada, e como foi seguido o colapso da imagem simbólica que cada nação tinha das outras: o Reino Unido, o Defensor do Direito Público; França, guardando a fronteira da liberdade; os Estados Unidos, o Cruzado. E vamos lembrar como a imagem simbólica que cada nação tinha de si

mesma foi posteriormente erodida, à medida que os conflitos de classe e partidários e a ambição pessoal começaram a se aprofundar em questões adiadas. E como as imagens simbólicas dos líderes se desvaneceram quando, um após o outro, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, deixaram de incorporar a esperança humana e se tornaram meros negociadores e administradores de um mundo desiludido "(Lippmann 1965, 8). e como foi seguido o colapso da imagem simbólica que cada nação tinha das outras: o Reino Unido, o Defensor do Direito Público; França, guardando a fronteira da liberdade; os Estados Unidos, o Cruzado. E vamos lembrar como a imagem simbólica que cada nação tinha de si mesma foi posteriormente erodida, à medida que os conflitos de classe e partidários e a ambição pessoal começaram a se aprofundar em questões adiadas. E como as imagens simbólicas dos líderes se desvaneceram quando, um após o outro, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, deixaram de incorporar a esperança humana e se tornaram meros negociadores e administradores de um mundo desiludido "(Lippmann 1965, 8). e como foi seguido o colapso da imagem simbólica que cada nação tinha das outras: o Reino Unido, o Defensor do Direito Público; França, guardando a fronteira da liberdade; os Estados Unidos, o Cruzado. E vamos lembrar como a imagem simbólica que cada nação tinha de si mesma foi posteriormente erodida, à medida que os conflitos de classe e partidários e a ambição pessoal começaram a se aprofundar em questões adiadas. E como as imagens simbólicas dos líderes se desvaneceram quando, um após o outro, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, deixaram de incorporar a esperança humana e se tornaram meros negociadores e administradores de um mundo desiludido "(Lippmann 1965, 8). guardando a Fronteira da Liberdade; os Estados Unidos, o Cruzado. E vamos lembrar como a imagem simbólica que cada nação tinha de si mesma foi posteriormente erodida, à medida que os conflitos de classe e partidários e a ambição pessoal começaram a se aprofundar em questões adiadas. E como as imagens simbólicas dos líderes se desvaneceram quando, um após o outro, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, deixaram de incorporar a esperança humana e se tornaram meros negociadores e administradores de um mundo desiludido "(Lippmann 1965, 8). guardando a fronteira da liberdade; os Estados Unidos, o Cruzado. E vamos lembrar como a imagem simbólica que cada nação tinha de si mesma foi posteriormente erodida, à medida que os conflitos de classe e partidários e a ambição pessoal começaram a se aprofundar em questões adiadas. E como as imagens simbólicas dos líderes se desvaneceram quando, um após o outro, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, deixaram de incorporar a esperança humana e se tornaram meros negociadores e administradores de um mundo desiludido "(Lippmann 1965, 8).

As imagens que temos em nossas cabeças
um pseudo-mundo em cuja realidade acreditamos plenamente

O grande avanço de Lippmann em relação a outros autores do século XX que escreveram sobre a opinião pública foi seu realismo, sua concepção baseada na compreensão e nas emoções humanas. Ser jornalista o ajudou muito. Ele captou com clareza a diferença entre as percepções que as pessoas obtêm em primeira mão e as que vêm de outras fontes, especialmente da mídia. E ele viu como essa diferença é obscurecida porque as pessoas não estão cientes disso. Ele observou que as pessoas tendem a abraçar a experiência indireta tão completamente, e moldar suas concepções tão completamente a ela, que suas experiências diretas e indiretas se tornam inseparáveis. Conseqüentemente, a influência da mídia é amplamente inconsciente.

> O mundo com o qual temos que lidar politicamente é inatingível, invisível, impensável. Deve ser explorado, referido e imaginado. O homem não é um Deus aristotélico que contempla toda a existência à primeira vista. É a criatura de uma evolução que só pode se estender sobre a parte da realidade necessária para sua sobrevivência e compreender o que na escala total do tempo são apenas alguns momentos de percepção e felicidade. No entanto, essa mesma criatura inventou maneiras de ver o que os olhos não podem ver, de ouvir o que os ouvidos não podem ouvir, de pesar massas vastas e infinitesimais, de contar e separar mais matérias do que é capaz de lembrar. Aprenda a ver com sua mente grandes regiões do mundo que você nunca foi capaz de ver, tocar, cheirar, ouvir ou lembrar.

"Quão pequena é a proporção de nossas observações diretas em comparação com as observações transmitidas a nós pela mídia!", Reflete Lippmann. Mas este é apenas o início de uma cadeia de circunstâncias, cada uma capaz de, de uma forma ou de outra, distorcer a imagem de mundo que as pessoas têm na cabeça. Fazer uma imagem da realidade é uma tarefa impossível, "porque o ambiente real é muito grande, muito complexo e muito fugaz para poder conhecê-lo diretamente. Não estamos preparados para enfrentar tanta sutileza, tanta variedade, tantas permutações e combinações. E, embora tenhamos que agir neste ambiente, devemos reconstruí-lo em um modelo mais simples antes de podermos enfrentá-lo »(Lippmann 1965, 11). Cinquenta anos depois, Luhmann abordou esse assunto sob o título "Reduzindo a complexidade".

A uniformidade das regras de seleção de jornalistas

Como ocorre essa reconstrução? Há uma seleção rigorosa: o que deve ser referido e o que deve ser percebido é ordenado em etapas sucessivas, como as barragens de um rio, segundo o símile proposto no final da década de 1940 pelo psicólogo social Kurt Lenin (1947). , que cunhou o termo porteiro. o

Os "guardiões" decidem o que deve ser divulgado ao público e o que deve ser mantido. Como diz Lippmann: "Qualquer jornal que chega ao leitor é o resultado de toda uma série de seleções" (1965, 223). As circunstâncias - uma limitação estrita de tempo e atenção (59) - exigem seleção. Lippmann descobriu, desde os primeiros estudos realizados sobre a leitura, que o leitor gasta cerca de quinze minutos por dia no jornal (37). Com seu faro aguçado para o futuro como jornalista, ele previu o alcance das pesquisas mais de uma década antes da fundação do Instituto Gallup nos Estados Unidos (95-97). Avançando para um campo de pesquisa muito importante nas ciências da comunicação durante os anos cinquenta, sessenta e setenta,

Lippmann explicou o que os jornalistas consideram "valores noticiosos" em sua seleção (220, ver também Schulz 1976): um tema claro que pode ser comunicado sem contradições; conflitos; superlativos; o surpreendente; algo com que o leitor pode se identificar como sendo fisicamente ou psicologicamente próximo; o que afeta pessoalmente; o que tem consequências para o leitor (Lippmann 1965, 223, 224, 230).
Como todos os jornalistas aplicam quase as mesmas regras de seleção, eles criam um certo consenso em suas informações, que é uma confirmação para o público. Assim, na terminologia de Lippmann, um pseudoambiente é produzido (16).
Lippmann não repreende o público, ele não repreende os jornalistas. Ele apenas fornece evidências óbvias do surgimento de uma pseudo-realidade. Arnold Gehlen (1965, 190-191) mais tarde o chamou de Zwischenwelt, o "mundo intermediário".

Pessoas com diferentes atitudes
eles veem os mesmos eventos de maneira diferente

A pesquisa em psicologia social e comunicação, que começou em meados da década de 1940, descobriu o conceito de percepção seletiva (Lazarsfeld et al. 1968; Heider 1946; Festinger 1957). As pessoas tentam ativamente evitar a dissonância cognitiva e manter uma imagem harmoniosa do mundo. A percepção seletiva, juntamente com a necessidade de reduzir a complexidade cognitiva, torna-se a segunda fonte inevitável de distorção da percepção da realidade e sua comunicação.

> Estou argumentando que o padrão de estereótipos no centro de nossos códigos determina em grande parte qual conjunto de fatos veremos e sob que luz. Assim, mesmo com a melhor vontade do mundo, a política de informação de um jornal tende a apoiar sua política editorial. Portanto, um capitalista vê um conjunto de fatos - ele literalmente os vê - e certos aspectos da natureza humana, e seu adversário socialista vê outro conjunto e outros aspectos diferentes, e cada um deles considera o outro irracional ou perverso, quando a diferença real entre eles são uma diferença de percepção. (Lippmann 1965, 82; ênfase adicionada)

Lippmann baseia tudo isso apenas na observação da imprensa. Quão mais válidas deveriam ser suas idéias na era da televisão! Hoje, a proporção da realidade que é transmitida aos indivíduos pela mídia, em comparação com as observações originais, se multiplicou por um fator considerável (Roegele 1979, 187), e o mundo distante e complexo, cada vez mais visível e audível, flui ainda mais fortemente ao lado de observações pessoais de primeira mão. Captamos diretamente o conteúdo emocional - o que é bom e o que é ruim - por meio da imagem e do som. Essas impressões emocionais são duradouras. Eles são preservados muito depois que os argumentos racionais são
escapuliram, como podemos ler em Lippmann15.
Após as eleições federais alemãs de 1976, houve um debate

anacrônico sobre se a televisão pode influenciar o clima de opinião antes das eleições. Não se tratava de manipulação, pois os jornalistas apenas relataram o que realmente viram. O aparente consenso que vem de uma realidade unilateral da mídia só pode ser evitado quando jornalistas com perspectivas políticas diversas apresentam suas opiniões ao público. Afirmo que o debate de 1976 foi anacrônico porque poderia ter se desenvolvido antes do lançamento do livro de Lippmann. Só aconteceu mais de cinquenta anos depois porque Lippmann e todas as confirmações subsequentes feitas pela investigação da comunicação foram ignoradas. "Nós apenas dizemos as coisas como elas são." Esta frase, que os jornalistas continuam a usar até hoje para descrever suas atividades, não deveria ser admissível mais de cinquenta anos após o livro de Lippmann. Por isso mesmo, o famoso slogan do New York Times, "Todas as notícias que precisam ser impressas", deve ser estimado apenas por suas associações históricas. Seria uma boa ideia se, de vez em quando, por obrigação dos jornalistas, fossem deixados de lado fatos e opiniões publicadas e o que não se publica fosse trazido à tona, como naqueles famosos desenhos usados na psicologia da percepção que Eles ilustrar a relação entre a figura e o fundo. Essa mudança de perspectiva deve ser possível pelo menos ocasionalmente e precisa ser praticada.

O que geralmente é omitido nos relatos da mídia? Lippmann conclui que consequências muito diferentes podem ocorrer dependendo do aspecto da realidade complexa que não aparece na descrição recebida pelo público. Longe de fazer um julgamento moral adverso sobre esta situação, ele valoriza os estereótipos positivamente - um detalhe imediatamente esquecido por aqueles que repetiram suas ideias - uma vez que apenas uma simplificação substancial permite que as pessoas distribuam sua atenção entre muitos assuntos e não tenham que se contentar com um horizonte muito restrito.

[quinze] A exatidão desta observação foi confirmada por Sturn et al. (1972, 42-44).

O que não é contado não existe

Lippmann tenta com grande perseverança esclarecer as consequências desse processo de seleção. O que sai de imagens simplificadas da realidade é a realidade da forma como as pessoas realmente a experimentam. As "imagens que temos em nossas cabeças" são a realidade (1965, 3). Não importa qual seja a realidade realmente, porque apenas nossas suposições sobre ela contam. Só eles determinam as expectativas, esperanças, esforços, sentimentos; apenas eles determinam o que fazemos. Mas essas ações são reais, têm consequências reais e criam novas realidades. Uma possibilidade é que a profecia se cumpra, que nossas expectativas sobre a realidade sejam realizadas por causa de nossa ação. A segunda possibilidade é uma colisão. Ações guiadas por falsas suposições produzem efeitos completamente inesperados, mas inegavelmente reais. A realidade acaba se reafirmando; mas quanto mais demora para acontecer, maior o risco: no final, acabamos sendo obrigados a corrigir "as imagens que temos na cabeça".

De que materiais é feito o "pseudo-ambiente" de Lippmann?

Quais são os tijolos que vêm dos poderosos processos de cristalização da realidade? «Estereótipos», «símbolos», «imagens»,

"Ficções", "versões estereotipadas", "a maneira comum de pensar sobre as coisas" ... Lippmann inunda o leitor com palavras cunhadas para tornar esses materiais inteligíveis. "Por ficções não entendo mentiras", escreve ele (1965, 10). Ele abraça com entusiasmo o conceito marxista de "consciência" (16). Os jornalistas só podem relatar o que são capazes de perceber de sua consciência. O leitor só pode completar e explicar o mundo por meio de uma consciência amplamente criada pela mídia. Algumas pessoas, sabendo que a televisão influenciou o clima de opinião na campanha eleitoral de 1976, concluem que os informantes da televisão têm mentido para elas, "nos manipulado"; Mas essas pessoas mal avançaram além do alvorecer deste século em sua compreensão dos efeitos da mídia. É preciso reconhecer, porém, que as conclusões a que Lippmann chegou com tanta facilidade estão sendo abordadas aos poucos pelos atuais pesquisadores da comunicação, com grande dificuldade.

"Pai, se uma árvore cair na floresta e a mídia não estiver lá para falar sobre isso, ela realmente caiu?" O pai está sentado na poltrona, o filho o irrita com perguntas fúteis. Essa piada gráfica parece indicar que a pesquisa em comunicação e o público em geral estão chegando ao nível de Walter Lippmann.
O que não é contado não existe; ou, mais modestamente, suas chances de fazer parte da realidade percebida são mínimas. Um pesquisador de comunicação alemão, Hans Mathias Kepplinger, usou a realidade objetiva, que existe fora de nossa consciência, e a "pseudo-realidade" imaginada e percebida por Lippmann como conceitos complementares no título de seu livro de 1975, Realkultur und Medienkultur (Cultura real e cultura da mídia) A cultura da mídia consiste no que a mídia seleciona do mundo e nos oferece. Uma vez que o mundo real não está ao nosso alcance, em nossa opinião, esta é frequentemente nossa única perspectiva do mundo.

Estereótipos transmitem opinião pública

Por que Lippmann intitulou seu livro Opinião Pública? Talvez ele estivesse inconscientemente - certamente sem dizer explicitamente - convencido, como outros jornalistas, de que a opinião publicada e a opinião pública são basicamente a mesma. Pelo menos suas descrições dos dois são freqüentemente confundidas. Em algum ponto, no entanto, quando o livro está bem avançado, a memória do significado original da opinião pública irrompe e adiciona uma segunda definição à antiquada do primeiro capítulo (18):
“A teoria ortodoxa sustenta que a opinião pública é um julgamento moral sobre um conjunto de fatos. A teoria que proponho afirma que, no estado atual da educação, a opinião pública é principalmente uma versão moralizada e codificada dos fatos ”(81-82). O caráter moral da opinião pública - aprovação e desaprovação - manteve seu lugar central. Mas Lippmann modifica a perspectiva tradicional à qual aplica a descoberta que tanto o fascina: a observação dos fatos é mesmo moralmente filtrada por pontos de vista seletivos, pontos de vista guiados por estereótipos ou
"Códices". Você vê o que espera ver, e as avaliações morais são canalizadas por estereótipos, ficções e símbolos carregados de emoção. A paisagem limitada com a qual todas as pessoas vivem é o tema de Lippmann. Para nós, porém, sua maior conquista foi mostrar como a opinião pública se transmite e se impõe. O estereótipo, seja negativo ou positivo, é tão conciso e inequívoco que permite que todos saibam quando falar e quando ficar quieto. Os estereótipos são essenciais para colocar em andamento os processos de conformidade.

19. A opinião pública seleciona os tópicos: Niklas Luhmann

Parece quase inacreditável que as perspectivas iluminadas por Luhmann tenham passado despercebidas por Lippmann, já que ambos trabalharam aproximadamente nos mesmos temas. Ambos descrevem como o consenso social é alcançado, a redução da complexidade que torna possível a ação e a comunicação. Os conteúdos de ambos são muito semelhantes, muitas vezes diferindo apenas no vocabulário utilizado: em vez de "estereótipos", Luhmann fala da necessidade de encontrar "fórmulas verbais" para o início dos processos de opinião pública (1971, 9). Ele afirma que a atenção é efêmera (15), e que as pessoas e as questões precisam se consolidar na consciência pública em forte competição. A mídia cria "pseudo-crise" e "pseudo-novidades" (25) para tirar questões concorrentes do campo de batalha. Esses estímulos têm que ser oportunos, têm que estar intensamente relacionados com o momento. A proximidade com a moda se mostra de várias maneiras (18): um tema é criado da maneira como o estilo de manga mais recente é criado e, então, quando tudo foi dito sobre ele, sai de moda. O tema está obsoleto (24), assim como os estilos de mangá se tornam obsoletos. Aqueles que continuam a usá-los mostram que não estão "na moda". O vocabulário da moda esconde de maneira enganosa a relevância do que realmente acontece.

Faça tópicos dignos de discussão

Luhmann se destaca de seus antecessores que escreveram sobre a opinião pública: Maquiavel, Montaigne, Locke, Hume, Rousseau e até Lippmann. Seu tema não é moralidade baseada em aprovação e desaprovação. As "fórmulas" não são usadas para rotular claramente o que é bom e o que é ruim. São necessários, ao contrário, para fazer valer a pena discutir ou negociar uma questão (Luhmann 1971, 9). Para Luhmann, a opinião pública cumpriu sua função ao colocar um assunto na mesa de negociações. O sistema social não pode lidar com muitos problemas ao mesmo tempo, mas, ao mesmo tempo, pode ser uma questão de vida ou morte lidar com aqueles que se tornaram urgentes. Os processos de opinião pública, portanto, devem regular o foco da atenção pública.

Para Luhmann, a conquista da opinião pública consiste na seleção de temas, que se desenvolve de acordo com "regras de atenção" passíveis de análise. Primeiro, o tópico é levantado e as fórmulas são encontradas para torná-lo adequado para discussão. Só então são tomadas posições a favor ou contra os vários
"Opções" - para usar aquele termo tão usado pelos planejadores modernos - e se o processo correr bem, você vai acabar sendo considerado maduro para tomar uma decisão a respeito (12). Luhmann assume "que o sistema político, na medida em que depende da opinião pública, não é constituído pelas regras que regem as decisões, mas pelas regras que direcionam a atenção" (16); ou seja, as regras que decidem o que vai para a mesa e o que não vai.
Esta versão da opinião pública se aplica apenas a eventos breves, a situações de agregação de fluidos, como Tönnies as chamou. Longos processos históricos, que acontecem ao longo de décadas, ou, se quisermos acreditar em Tocqueville, séculos - como, por exemplo, a luta pela igualdade ou as atitudes em relação à pena de morte - são dificilmente afetados, e as 'condições climáticas gerais »não são. levados em consideração. Luhmann escreve:
"Quando tudo já foi falado sobre ele, o assunto ficou obsoleto" (24). Os jornalistas diriam que ele está morto. A frase "quando tudo estiver dito" expressa um ponto de vista bastante jornalístico, mas pouco apropriado à falta de participação de uma população saturada no processo de formação da opinião pública.
Luhmann prevê uma ordem regular de eventos: primeiro, uma questão urgente é trazida à atenção geral; então as posições a favor e contra são levantadas. As pesquisas de opinião pública mostram que essa ordem raramente ocorre. O que geralmente acontece é que um lado joga a questão no campo de jogo social, um processo que Luhmann chama de forma desaprovadora
"Manipulação", e considera-a o resultado da comunicação unilateral, especialmente da comunicação unilateral tecnicamente determinada dos meios de comunicação de massa (13-14). Quando apenas uma opinião sobre um determinado assunto é apresentada, quando assunto e opinião tendenciosa se fundem, por assim dizer, temos o que Luhmann chama de "moralidade pública" (14). "Moralidade pública" inclui opiniões que devem ser defendidas publicamente para não se isolar. Luhmann, da teoria dos sistemas, deu um conteúdo novo e diferente ao termo "opinião pública".

A mídia define a agenda
Assim como não tivemos dificuldade em reconhecer a importância dos estereótipos de Walter Lippmann como veículos da opinião pública no sentido que atribuímos aqui, também podemos estimar a contribuição

de Luhmann para a compreensão da opinião pública sem aceitar sua concepção de funções. o sistema social. Este autor destaca a importância de estruturar a atenção, a seleção dos temas, como uma fase do processo da opinião pública, e não deixa dúvidas sobre a relevância dos meios de comunicação, que se encarregam de selecionar esses temas e não qualquer tribunal.

Pesquisadores de comunicação americanos alcançaram independentemente resultados semelhantes aos de Luhmann.

dele e por um caminho completamente diferente16. Seu objetivo consistia

na investigação dos efeitos da mídia. Comparando ao longo do tempo as questões destacadas pela mídia com os processos sociais refletidos nas estatísticas e com as opiniões da população sobre as tarefas políticas mais urgentes, eles descobriram que a mídia tendia a estar à frente dos outros dois fenômenos. Parece, então, que são eles que levantam as questões e as colocam na mesa. Para descrever esse processo, pesquisadores americanos inventaram a expressão função de definição de agenda.

[16] McCombs e Shaw 1972; Funkhouser 1973; McLeod e outros 1974; Beniger 1978; Kepplinger e Roth 1979; Kepplinger e Hachenberg 1979; Kepplinger 1980b.

20. Conceda atenção pública, privilégio de um jornalista

"Experimentei a espiral de silêncio no meu clube." "Eu vi isso funcionar no meu time de vôlei." "É exatamente assim que as coisas são na minha empresa." As pessoas freqüentemente confirmam o conceito da espiral do silêncio dessa maneira. E é o que se esperava, pois são múltiplas as ocasiões para observar esse comportamento tão humano de acordo. Experiências como as que todos temos em pequenos grupos fazem parte do processo. Quando a opinião pública está sendo formada, a observação por meio da observação de indivíduos com experiências idênticas ou semelhantes em grupos diferentes leva à suposição de que "todos" pensarão da mesma forma. No entanto, quando a espiral de silêncio começa a se desenrolar em público, algo único acontece. O que dá força irresistível ao processo é seu caráter público. O elemento de atenção do público é trazido para o processo de forma mais eficaz por meio da mídia de massa. Na verdade, os meios de comunicação de massa incorporam a exposição pública, um "Publicidade" sem relatórios, anônima, inatingível e inflexível.

A sensação de impotência diante da mídia

A comunicação pode ser dividida em unilateral e bidirecional (uma conversa, por exemplo, é bidirecional), direta e indireta (uma conversa é direta), pública e privada (uma conversa geralmente é privada). Os meios de comunicação de massa são formas de comunicação unilateral, indireta e pública. Assim, contrastam triplamente com a forma mais natural de comunicação humana, a conversação. É por isso que as pessoas se sentem tão impotentes diante da mídia. Em todas as pesquisas em que se pergunta quem tem muito poder na sociedade atual, a mídia aparece em primeiro lugar 17. Essa impotência se expressa de duas maneiras. O primeiro acontece quando uma pessoa tenta chamar a atenção do público (no sentido de Luhmann), e da mídia, em seus processos de seleção,

[17] Allensbach Archives, Surveys 2173 (janeiro de 1976) e 2196 (fevereiro de 1977): “Por favor, olhe para esta lista. Qual dos pontos mencionados você acha que exerce uma influência excessiva na vida política da República Federal? ». "Televisão" ficou em terceiro lugar em ambas as pesquisas, mencionada por 31 e 29 por cento, respectivamente. "Jornais" ficaram em nono e décimo lugar, com 21 e 22 por cento, respectivamente. Havia dezoito respostas possíveis na lista.

O mesmo é verdadeiro quando esforços malsucedidos são feitos para chamar a atenção do público para uma ideia, informação ou ponto de vista. Isso pode levar a uma explosão desesperada na presença dos guardas que negaram acesso à atenção do público: um joga uma garrafa de tinta em um Rubens no museu de arte de Munique; outro joga uma garrafa de ácido em um Rembrandt em um museu de Amsterdã; outro sequestra um avião para chamar a atenção do público para uma mensagem ou causa.

O segundo aspecto da impotência entra em jogo quando você usa a mídia como um pelourinho; quando eles dirigem a atenção pública anônima para um indivíduo entregue a eles como um bode expiatório a ser "exibido". Ele não pode se defender. Ele não pode desviar pedras e flechas. As formas de resposta são grotescas por sua fraqueza, por sua falta de jeito em relação à objetividade suave da mídia. Aqueles que voluntariamente concordam em aparecer em um debate ou entrevista na televisão, sem pertencer ao círculo interno de

Os "guardiões" da mídia estão enfiando a cabeça na boca do tigre.

Um novo ponto de partida para pesquisas
sobre os efeitos da mídia

A atenção do público pode ser experimentada de dois pontos de vista diferente: a do indivíduo a ela exposto ou por ela ignorado -que acabamos de descrever-, e da perspectiva do acontecimento coletivo, quando centenas de milhares ou milhões de pessoas observam seu ambiente e falam ou calam-se, criando público opinião. A observação do meio ambiente tem duas fontes, duas fontes que alimentam a opinião pública: de um lado, o indivíduo observa diretamente o seu meio; de outro, recebe informações sobre o meio ambiente por meio da mídia. Hoje a televisão cria, com cor e som, uma grande confusão entre a própria observação e a observação mediada. "Boa tarde", disse o meteorologista assim que o boletim meteorológico começou. “Boa tarde”, responderam os clientes de um hotel onde passava as férias.

As pessoas há muito questionam os efeitos da mídia, acreditando que existe uma relação muito simples e direta entre causa e efeito. Partem do pressuposto de que as afirmações veiculadas por qualquer meio produzem mudanças de opinião ou - o que também seria um efeito - reforçam a opinião do público. A relação entre a mídia e o público tende a ser comparada a uma conversa particular entre duas pessoas, uma das quais fala algo e a outra é reforçada ou convertida. A influência real da mídia é muito mais complexa e muito diferente do modelo de conversação individual. Walter Lippmann nos ensinou isso mostrando que a mídia registra estereótipos por meio de inúmeras repetições, e que estes servem como blocos de construção do 'mundo

intermediário', da pseudo-realidade que surge entre as pessoas e o mundo objetivo externo. Esta é a consequência da “função de agendar do Luhmann”, a seleção do que deve ser atendido pelo público, o que deve ser considerado urgente e o que importa para todos. Tudo isso é decidido pela mídia.

Além disso, a mídia influencia a percepção individual do que pode ser dito ou feito sem perigo de isolamento. E, por fim, encontramos algo que poderia ser chamado de função de articulação da mídia. Isso nos traz de volta ao ponto de partida de nossa análise da espiral do silêncio, o teste do trem como uma situação paradigmática de um pequeno grupo no qual a opinião pública é formada por meio da fala e da resistência ao falar.

Mas, por enquanto, continuaremos com o tema de como as pessoas vivenciam o clima de opinião por meio da mídia.

O conhecimento público legitima

Todos os que leram reimpressões do "memorial" divulgado por um grupo de estudantes por ocasião da morte de Buback, procurador federal assassinado por terroristas em 1977, sabiam que a reedição não se destinava apenas a documentar. O texto, assinado pelo pseudônimo

"Mescaleros" foi reeditado, evidentemente, para que o máximo de pessoas pudesse lê-lo e formar uma opinião sobre ele. A publicidade ativa que acompanhou sua reimpressão aumentou o impacto do texto. Apesar de ter condenado de forma tímida os comentários editoriais, que mal escondiam uma aprovação subjacente, a publicidade produziu a impressão de que se poderia ficar secretamente satisfeito ao saber que um promotor federal havia sido assassinado e que isso poderia ser expresso publicamente sem risco de isolamento. Algo semelhante acontece sempre que um comportamento tabu é publicamente conhecido - por qualquer motivo - sem ser classificado como ruim, como algo a ser evitado ou enfatizado. É muito fácil saber se encontramos uma notoriedade que estigmatiza ou que perdoa um comportamento. Divulgar o comportamento que viola as normas sem censurá-lo vigorosamente torna-o mais apropriado socialmente, mais aceitável. Todos podem ver que esse comportamento não é mais isolador. Aqueles que violam as normas sociais muitas vezes anseiam pela mais leve demonstração de simpatia pública. E sua ganância é justificada, porque desta forma a regra, a norma, é enfraquecida.

21. A opinião pública tem duas fontes: uma delas, a mídia

No início de 1976, meio ano antes das eleições federais na Alemanha, todos os instrumentos de pesquisa demográfica disponíveis foram reunidos pela primeira vez para acompanhar a evolução do clima de opinião e a conseqüente configuração das intenções de voto com base na teoria do espiral de silêncio. O principal método utilizado foi a entrevista repetida de uma amostra representativa de eleitores, que é tecnicamente chamada de estudo de painel. Além disso, pesquisas representativas normais foram usadas para acompanhar o que estava acontecendo. Duas pesquisas foram realizadas com jornalistas e os programas políticos dos dois foram gravados em vídeo.
canais de televisão nacionais 18. Vamos expor aqui apenas um pequena parte do esforço total realizado, para mostrar como a teoria da espiral do silêncio norteou a investigação empírica (Noelle-Neumann 1977b; 1978; Kepplinger 1979; 1980a).
Tínhamos elaborado questões pertinentes desde as eleições federais de 1965. Elas diziam respeito às intenções de voto dos entrevistados, suas crenças sobre o vencedor em potencial, sua disposição de demonstrar publicamente suas preferências políticas, seu interesse pela política em geral e seu grau. meios de comunicação de massa (jornais e revistas lidos -e vistos na televisão-), com atenção especial aos programas políticos de televisão.

Mudança repentina no clima de opinião antes das eleições de 1976

Em julho, em plena temporada de festas, um lote de questionários respondidos chegou ao Instituto Allensbach. Eles foram a segunda onda de um painel de cerca de 1.000 eleitores representando toda a população da Alemanha Ocidental. Naquela época eu estava em Tessin (Suíça), curtindo os dias ensolarados de verão, e lembro-me nitidamente do contraste entre as grandes folhas verdes dos vinhedos e a mesa de granito sobre a qual repousavam os resultados da pesquisa. Faltavam poucos meses para as eleições e não era hora de esquecer completamente o trabalho. Algo estava claro nas impressões: a medição mais importante, a questão sobre a percepção das pessoas sobre o clima de opinião,

[18] O projeto de pesquisa pôde ser realizado devido à estreita cooperação entre o Allensbach Demoscopy Institute e o Publicity Institute da University of Mainz.

mostrou um declínio dramático nos democratas-cristãos. A pergunta era: “Claro que ninguém pode ter certeza, mas quem você acha que vai ganhar as próximas eleições federais? Quem vai receber mais votos, a União Democrática Cristã ou o Partido Social Democrata-Partido Democrático Livre? ». Em março de 1976, os participantes do painel deram à União Democrática Cristã uma vantagem de 20%, esperando que vencesse as eleições; mas agora o sentimento havia mudado e apenas uma diferença de 7% separava as estimativas da União Democrática Cristã e do Partido Social Democrata-Partido Democrático Livre. Pouco depois, o Partido Social Democrata-Partido Democrático Livre alcançou a União Democrática Cristã (tabela 21).

Minha primeira suposição foi que aqueles que apoiaram os democratas-cristãos se comportaram aproximadamente da mesma forma que nas eleições de 1972, permanecendo publicamente em silêncio e não demonstrando, mesmo após o início da campanha eleitoral, quais eram suas convicções. Eu sabia que a liderança da campanha de todos os partidos, incluindo a União Democrática Cristã, havia tentado fazer seus eleitores verem como era importante proclamar publicamente sua posição; mas, como sabemos, as pessoas são cautelosas e temerosas. Liguei para Allensbach e perguntei sobre os resultados das perguntas sobre a disposição de apoiar publicamente um partido. O resultado foi surpreendente: não se encaixava na teoria. Comparado com os resultados de março, os seguidores do Partido Social-democrata tendiam a ser mais relutantes do que os da União Democrática Cristã. Em resposta à pergunta sobre o que eles estavam dispostos a fazer por seu partido, e dada uma lista de atividades possíveis incluindo a resposta "nada disso", o número de eleitores do Partido Social-democrata que disseram que não fariam nada aumentou entre março e julho .de 34 a 43 por cento, enquanto os da União Democrática Cristã permaneceram quase constantes (38 por cento disseram que não fariam nada em março e 39 por cento em julho). O declínio da disposição dos apoiadores democratas-cristãos de apoiar publicamente seu partido não pode explicar a mudança no clima de opinião (tabela 22). e dada uma lista de atividades possíveis, incluindo a resposta "nada disso", o número de eleitores do Partido Social-Democrata que disseram que não fariam nada aumentou de 34 para 43 por cento entre março e julho, enquanto os da União Democrática Cristã permaneceram quase constantes (38% disseram que não fariam nada em março e 39% em julho). O declínio da disposição dos apoiadores democratas-cristãos de apoiar publicamente seu partido não pode explicar a mudança no clima de opinião (tabela 22). e dada uma lista de atividades possíveis, incluindo a resposta "nada disso", o número de eleitores do Partido Social-Democrata que disseram que não fariam nada aumentou entre março

e julho de 34 para 43 por cento, enquanto os da União Democrática Cristã permaneceram quase constantes (38% disseram que não fariam nada em março e 39% em julho). O declínio da disposição dos apoiadores democratas-cristãos de apoiar publicamente seu partido não pode explicar a mudança no clima de opinião (tabela 22). e 39 por cento em julho). O declínio da disposição dos apoiadores democratas-cristãos de apoiar publicamente seu partido não pode explicar a mudança no clima de opinião (tabela 22). e 39 por cento em julho). O declínio da disposição dos apoiadores democratas-cristãos de apoiar publicamente seu partido não pode explicar a mudança no clima de opinião (tabela 22).

Com o olho da televisão

Depois pensei nas duas fontes de que dispomos para obter informações sobre a distribuição das opiniões no nosso meio: a observação da realidade em primeira mão e a observação da realidade através dos olhos dos meios de comunicação. Então, pedi que em Allensbach os dados fossem tabulados de acordo com a quantidade de mídia lida ou de televisão vista pelos entrevistados. Quando coloquei os resultados na mesa, eles eram tão simples quanto um cartão escolar. Somente aqueles que observaram o ambiente com mais frequência através dos olhos da televisão perceberam uma mudança no clima; aqueles que observaram o ambiente sem os olhos da televisão não notaram nenhuma mudança no clima (tabela 23).

As várias verificações que realizamos para ver se o filtro da TV de realidade mudou o clima da opinião no ano eleitoral de 1976 são descritas em detalhes em outro lugar (Noelle-Neumann 1977b; 1978). Seja como for, não podemos deixar de ficar curiosos sobre a forma como se produziu esta impressão de mudança de clima de opinião. Mais uma vez entramos em territórios pouco explorados pela pesquisa.

Os jornalistas não manipularam. Eles relataram o que viram

Para pelo menos nos aproximarmos da solução desse enigma, analisamos as pesquisas realizadas com jornalistas e os vídeos de programas políticos de televisão daquele ano eleitoral. De acordo com as teses de Walter Lippmann, não é surpreendente que os telespectadores tenham visto as possibilidades da União Democrática Cristã desaparecerem. Os próprios jornalistas não acreditavam que os democratas-cristãos pudessem vencer as eleições federais de 1976. Na realidade, os dois campos políticos eram praticamente iguais em força, e a União Democrata-Cristã teria vencido no dia das eleições, 3 de outubro de 1976, se 350.000 de os cerca de 38 milhões de eleitores (0,9 por cento) teriam mudado seu voto do Partido Social Democrata ou do Partido Democrático Livre para a União Democrática Cristã. Uma estimativa objetiva da situação antes das eleições teria levado os jornalistas a responder à pergunta "Quem você acha que vai ganhar as

eleições?" com um "Está completamente suspenso". Pelo contrário, mais de 70% responderam que acreditavam que a coalizão social-democrata-liberal iria vencer, enquanto apenas 10% esperavam uma vitória democrata-cristã. Os jornalistas viam o mundo de maneira muito diferente do eleitorado e, se Lippmann estiver certo, eles só poderiam mostrar o mundo como o viam. Em outras palavras, o público tinha duas visões da realidade, duas impressões diferentes sobre o clima de opinião: a própria impressão, baseada em observações de primeira mão, e a impressão baseada no olho da televisão. Um fenômeno fascinante ocorreu:

Por que a população e os jornalistas veem a situação política de forma tão diferente? Afinal, o eleitorado ainda acreditava (no verão de 1976) que uma vitória dos democratas-cristãos era um pouco mais provável do que uma vitória dos sociais-democratas e liberais.

Um dos motivos era que a população e os jornalistas diferiam consideravelmente em suas convicções políticas e preferências por um partido ou outro. E, claro, como Lippmann deixa claro, as convicções guiaram seus pontos de vista. Os partidários do Partido Social-Democrata e do Partido Liberal Democrático (os Liberais) viram mais sinais de vitória de seus partidos, enquanto os partidários da União Democrática Cristã consideraram a vitória de seu próprio partido mais provável. Isso é assim em geral, e assim foi no caso da população e dos jornalistas em 1976. Como a população em geral estava dividida quase igualmente entre o Partido Social Democrata-Partido Democrático Livre, por um lado, e a União Democrática Cristã no outro,

Decodificando a linguagem das dicas visuais

Assim começou a expedição por território virgem para investigar a maneira como os jornalistas de televisão transmitem suas percepções aos telespectadores por meio de imagens e sons. Em primeiro lugar, voltamos nosso olhar para os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suécia e França na esperança de que os pesquisadores de comunicação desses países já tivessem resolvido o problema. Mas não encontramos nada. Em seguida, organizamos um seminário - de alunos, assistentes e professores - e nos examinamos. Assistimos, sem discussão prévia, a gravações em vídeo de conferências políticas ou entrevistas com políticos, e imediatamente depois respondemos a questionários sobre como as pessoas que havíamos visto nos influenciaram. Onde concordamos em nossa decodificação da mensagem visual, estávamos tentando descobrir as chaves que usamos para obter essa impressão particular. Finalmente, convidamos pesquisadores de comunicação conhecidos - como Percy Tannenbaum da Universidade da Califórnia (Berkeley) e Kurt e Gladys Engel Lang da Stony Brook University em Nova York - para o Instituto de Publicidade em Mainz. Mostramos a eles os vídeos dos programas políticos e pedimos conselhos. Percy Tannenbaum sugeriu que examinássemos as câmeras perguntando-lhes quais técnicas visuais

usavam quando queriam obter um certo efeito. Ou podemos perguntar o contrário: como eles avaliaram o efeito das diferentes tomadas e das diferentes técnicas sobre os espectadores. Colocamos essa sugestão em prática em 1979 (Kepplinger 1983; Kepplinger e Donsbach 1982). A maioria das câmeras, 51 por cento, responderam às nossas perguntas por escrito e recebemos 151 questionários. 78 por cento das câmeras acreditaram "muito provável" e 22 por cento
"É bem possível" que "um cinegrafista consiga, por métodos puramente óticos, que as pessoas sejam vistas de forma mais positiva ou negativa." Quais técnicas podem produzir esses efeitos?
As câmeras pesquisadas concordaram esmagadoramente em um ponto. Dois terços das câmeras fariam um plano frontal na altura dos olhos de políticos que gostam delas, pois, em sua opinião, isso tenderia a despertar simpatia e dar uma impressão de calma e espontaneidade. Nenhum deles focalizaria de cima (plano de tiro) ou de baixo (plano de tiro), pois essas posições tenderiam a provocar antipatia e produzir uma impressão de fraqueza ou vazio.
O professor Hans Mathias Kepplinger e um grupo de trabalho estudaram então as gravações em vídeo da campanha eleitoral, tal como haviam sido cobertas pelas duas redes de televisão alemãs, a ARD e a ZDF, entre 1 de abril e as eleições de 3 de outubro de 1976. Entre muitas outras coisas eles descobriram que Helmut Schmidt apareceu apenas 31 vezes em planos altos ou baixos, enquanto Kohl apareceu dessa forma 55 vezes. Mas a investigação teve que ser interrompida devido a protestos de jornalistas e câmeras, que se opunham a analisar os efeitos dos ângulos das câmeras.
Hoje, mais de uma década depois, continuamos investigando como os jornalistas de televisão transmitem suas percepções aos telespectadores por meio de imagens e sons. Mas neste tempo, a indignação causada pelo estudo científico das câmeras e editores diminuiu. Estudos experimentais publicados posteriormente confirmaram definitivamente a influência exercida pelas técnicas de filmagem e edição nas concepções de realidade dos espectadores. Esses estudos, entretanto, foram escritos de forma tão desapaixonada que é improvável que sirvam de estímulo para pesquisas futuras (Kepplinger 1987, 1989b).
Além disso, não houve eleições federais na Alemanha com resultados tão iguais como as de 1976. Não haverá, é claro, acusações virulentas sobre a influência da mídia no clima de opinião, se essa influência não puder ser decisiva, dependendo no resultado de algumas centenas de milhares de votos. Essa ausência de interesse público tem favorecido as pesquisas de comunicação que buscam determinar a influência das imagens da televisão no telespectador. Michael Ostertag dedicou sua tese (1992), preparada no Instituto de Publicidade de Mainz, à questão de como as preferências políticas dos jornalistas afetam os políticos entrevistados na televisão e como esse efeito, por sua vez, molda as impressões que os jornalistas fazem. causa em público. Analisando 40 entrevistas televisionadas com os principais candidatos - Schmidt,

Kohl, Strauss e Genscher - conduzidas durante a campanha para as eleições federais de 1980, Ostertag e seus colaboradores trabalharam com o som desligado. Queriam evitar serem influenciados pelos argumentos apresentados e pela linguagem utilizada, bem como por elementos relacionados com a fala, como o timbre da voz, a entonação e as pausas deliberadas; em outras palavras, pelos que são considerados modos de expressão "paraverbais" ou "paralingüísticos". Seu único interesse era o conteúdo visual. Queriam evitar serem influenciados pelos argumentos apresentados e pela linguagem utilizada, bem como por elementos relacionados com a fala, como o timbre da voz, a entonação e as pausas deliberadas; em outras palavras, pelos que são considerados modos de expressão "paraverbais" ou "paralingüísticos". Seu único interesse era o conteúdo visual. Queriam evitar serem influenciados pelos argumentos apresentados e pela linguagem utilizada, bem como por elementos relacionados com a fala, como o timbre da voz, a entonação e as pausas deliberadas; em outras palavras, pelos que são considerados modos de expressão "paraverbais" ou "paralingüísticos". Seu único interesse era no conteúdo visual.

A pesquisa de Ostertag incluiu uma comparação das expressões faciais e gestos dos quatro principais políticos alemães, entrevistados por um jornalista com opiniões políticas semelhantes ou por alguém que se inclina para o outro lado. O resultado foi que as expressões faciais e gestos típicos dos quatro políticos foram essencialmente os mesmos em todas as entrevistas. Houve, no entanto, uma mudança de grau. Ao falar com um jornalista de outra corrente política, o aceno rítmico dos políticos tornava-se mais intenso à medida que falavam; e o processo de desviar o olhar ou encarar a outra pessoa se arrastava. Essa intensidade parecia ter um efeito desfavorável no espectador. Entrevistado por jornalistas com quem pareciam concordar,

No entanto, embora agora possamos identificar algumas das pistas visuais que influenciam a opinião sobre os políticos que aparecem na televisão, a pesquisa ainda tem um longo caminho a percorrer antes de podermos realmente determinar como a televisão transmite o clima da opinião.

22. O duplo clima de opinião

Na Alemanha, nas pesquisas eleitorais para o Bundestag de 1976, o cientista político americano David P. Conradt informou a seus conterrâneos politicamente interessados que

> Os estrategistas sindicais ... tentaram fazer a espiral do silêncio trabalhar a favor da União em 1976. Na convenção do partido em Hamburgo, em dezembro de 1973, [as] descobertas foram mostradas aos líderes partidários. Em 1974, resumos simplificados do conceito da espiral do silêncio foram distribuídos aos ativistas ... Finalmente, a decisão de iniciar a campanha de anúncios e pôsteres da União em todo o país antes do Partido Social-Democrata, também foi resultado da tese [da espiral do silêncio], o que, em termos operacionais, significava que o partido tinha que se tornar visível antes que a campanha social-democrata estivesse totalmente operacional (Conradt 1978, 41).

Lutando contra a espiral do silêncio

Na verdade, em 1976 as bases não agiam da mesma forma que em 1972. Não havia espiral de silêncio. Os apoiadores dos democratas-cristãos demonstraram publicamente suas convicções, usaram broches e colocaram adesivos em seus carros, tanto quanto os apoiadores dos social-democratas. Eles discutiram onde poderiam ser ouvidos e percorreram os distritos em busca de votos a favor de sua causa. Cinco a seis semanas após as eleições, quando as pessoas foram questionadas sobre os apoiadores do partido que haviam sido mais ativos na campanha, 30% mencionaram os democratas-cristãos e apenas 18% mencionaram os sociais-democratas.

O "duplo clima de opinião" - ou seja, a diferença entre o clima percebido pela população e o clima representado pela mídia - foi forte o suficiente em 1976 para impedir um "efeito carro vencedor" na direção do vencedor previsto. Esta foi provavelmente a primeira vez que um grupo lutou conscientemente contra o "efeito carro vencedor" em uma campanha eleitoral moderna. Os dois campos políticos estavam competindo com forças praticamente idênticas por meses (figura 22). E eles permaneceram empatados durante o escrutínio eleitoral na noite de 3 de outubro de 1976, até que o Partido Social Democrata-Partido Democrático Livre finalmente obteve uma vantagem minúscula. Ainda não temos experiência suficiente para dizer se a União Democrática Cristã poderia ter vencido, se o clima da mídia não tivesse sido contrário. O duplo clima de opinião é um fenômeno fascinante. É tão interessante quanto uma situação meteorológica rara ou um panorama amplo como aquele que o vento quente da primavera só deixa aparecer talvez uma vez por ano, como

um arco-íris duplo ou uma aurora boreal, já que só ocorre em circunstâncias muito especiais. Só ocorre quando o clima de opinião entre o povo e o prevalecente entre os jornalistas da mídia é diferente. Esse fenômeno, entretanto, possibilita o desenvolvimento de um instrumento útil. Sempre que surge uma discrepância entre as opiniões ou intenções tal como são realmente expressas pelos indivíduos e a estimativa do que a maioria deveria pensar ou - o que dá no mesmo - quem vai ganhar,

Ignorância pluralista:
as pessoas se enganam com as pessoas

Quanto mais a questão é estudada, mais difícil parece avaliar os efeitos da mídia. Esses efeitos não vêm de um único estímulo. Eles são geralmente cumulativos, de acordo com o princípio de que
"Muitas gotas de água desgastam a pedra." As conversas contínuas entre as pessoas espalham as mensagens da mídia e, não muito depois, não há mais diferença perceptível entre o local de recepção da mídia e os lugares distantes dela. A influência da mídia é predominantemente inconsciente. As pessoas não podem relatar o que aconteceu. Em vez disso, ele combina suas próprias percepções diretas e as percepções filtradas pelos olhos da mídia em um todo indivisível que parece vir de seus próprios pensamentos e experiências, conforme previsto por Walter Lippmann. A maioria desses efeitos da mídia acontece de forma indireta, como rebote, na medida em que o indivíduo adota os olhos da mídia e age de acordo. Todas essas circunstâncias tornam particularmente necessário encontrar procedimentos sistemáticos para investigar os efeitos da mídia. O que os sociólogos americanos têm chamado
"Ignorância pluralística", 19 uma situação em que as pessoas têm um
O equívoco sobre o que a maioria das pessoas pensa irá guiá-lo no rastreamento da influência da mídia.
Vamos relembrar uma observação feita no Capítulo 3 deste livro.
Ele estava se referindo a um teste reprovado, o de um desenho de várias pessoas sentadas juntas de uma maneira amigável e uma sessão separada, separada e isolada.

---

[19] Merton 1968; Fields e Schumann 1976; O'Gorman e Garry 1976; Taylor 1982; Katz 1981.

Procurámos averiguar se os inquiridos tinham conhecimento da relação entre opinião minoritária e isolamento, de modo que atribuíram, sem hesitação, uma opinião claramente minoritária à pessoa que aparentava estar isolada.

A opinião minoritária que usamos neste teste referia-se à possibilidade de nomear membros do Partido Comunista Alemão como juízes. Quando o teste foi realizado em abril de 1976, apenas 18% da população concordou com essa ideia, enquanto 60% se opuseram a ela. Apenas 2% imaginavam que a maioria da população era a favor da medida, enquanto 80% presumiam que a maioria era contra. Como dissemos, o teste não funcionou. Quase a mesma proporção de entrevistados considerou a pessoa isolada favorável e oposta à nomeação de juízes do Partido Comunista. Isso indica a presença de um duplo clima de opinião? Alguns entrevistados atribuíram a opinião minoritária ao solitário, enquanto outros, que viram pelos olhos da mídia,

23. A função de articulação: aqueles cujo ponto de vista não representado na mídia a comunicação é realmente muda

Os cientistas tendem a ser pessoas muito vulneráveis. Quando vi pela primeira vez os resultados do teste do trem com a questão de se a nomeação de juízes do Partido Comunista deveria ser permitida, tive de esfregar os olhos. Parecia uma refutação clara da espiral do silêncio. Aqueles que apoiaram a opinião da maioria, plenamente conscientes de serem a maioria, quiseram ficar em silêncio. Mais de 50 por cento dos defensores da opinião da minoria estavam dispostos a participar das conversas (tabela 25).

O núcleo duro

Os primeiros testes da espiral do silêncio, realizados em 1972, já mostravam que a regra tinha exceções. Um aspecto importante do exame empírico das teorias consiste em determinar seus limites, em encontrar as condições em que uma teoria não se confirma e, portanto, deve ser modificada. Dos primeiros testes, descobrimos que a minoria que se seguiu a Franz Josef Strauss no início dos anos 1970 estava muito mais disposta a conversar no teste do trem do que a esmagadora maioria dos oponentes de Strauss (tabela 26) (NoelleNeumann 1974-1979, 189- 190).

Naquele momento encontramos pela primeira vez o núcleo duro, a minoria que permanece no final de uma espiral de silêncio que desafia a ameaça do isolamento. O núcleo duro está, em certo sentido, relacionado à vanguarda, pois considera o isolamento um preço que deve pagar. Ao contrário dos membros da vanguarda, um núcleo duro pode virar as costas ao público, pode se fechar completamente quando encontra estranhos em público, pode se encapsular como um culto e se orientar para o passado ou futuro distante. A outra possibilidade é que o núcleo duro simultaneamente acredite ser uma vanguarda. Isso se mostra na vontade de se expressar, uma vontade pelo menos tão intensa quanto a da vanguarda. Grupos radicais que confiam no futuro são encorajados por um processo empiricamente demonstrado pelo psicólogo social americano Gary I. Schulman (1968): adeptos de uma opinião da maioria que atinge uma extensão suficiente acabarão por se tornar incapazes de argumentar adequadamente em seu favor, uma vez que eles nunca encontram alguém que tenha uma opinião diferente. Schulman encontrou pessoas que achavam que deviam escovar os dentes uma vez por dia e que perdiam toda a confiança quando de repente se deparavam com alguém que não compartilhava

de sua opinião. já que eles nunca encontram alguém que tenha uma opinião diferente. Schulman encontrou pessoas que achavam que deviam escovar os dentes uma vez por dia e que perdiam toda a confiança quando de repente se deparavam com alguém que não compartilhava de sua opinião. já que eles nunca encontram alguém que tenha uma opinião diferente. Schulman encontrou pessoas que achavam que deviam escovar os dentes uma vez por dia e que perdiam toda a confiança quando de repente se deparavam com alguém que não compartilhava de sua opinião.

Em qualquer caso, os seguidores de Strauss não tendiam de forma alguma a virar as costas ao público. Eles não se esconderam em um buraco ou se tornaram um culto. Certamente não excluíam a possibilidade de recuperar terreno em um futuro próximo. Eles eram um núcleo duro que se viam como vanguardistas e por isso, apesar de representarem uma opinião minoritária, estavam dispostos a se envolver em uma conversa direta.

Não há palavras se os meios
a comunicação não os fornece

Mas algo mais estava acontecendo sobre a questão de permitir ou não a nomeação de juízes do Partido Comunista. Aqueles que eram a favor dessas nomeações não eram um núcleo duro, e a grande maioria dos que eram contra não tinha deixado de ser ativamente contrária. Na verdade, o medo de que o comunismo ganhasse terreno era maior do que nunca. O número surpreendente de pessoas que ficaram em silêncio no teste do trem tanto com aqueles que compartilhavam sua opinião quanto com aqueles que tinham opinião contrária deve-se a algum motivo desconhecido. Será que eles ficaram sem palavras porque a oposição aos juízes comunistas raramente foi articulada na mídia, especialmente na televisão?

Se aceitarmos essa hipótese, teremos que acrescentar outra função às já conhecidas da mídia: a função de articulação. A mídia fornece às pessoas palavras e frases que podem usar para defender um ponto de vista. Se as pessoas não encontram expressões habituais e freqüentemente repetidas em favor de seu ponto de vista, elas se calam; fica mudo.

Gabriel Tarde escreveu em 1898 um ensaio intitulado "Le public et la foule" (O público e a multidão). Encerramos nossa discussão sobre a opinião pública e os efeitos da mídia com as reflexões finais de Tarde:

> Um telegrama privado dirigido ao editor-chefe dá origem a notícias sensacionalistas intensamente próximas, comovendo instantaneamente multidões em todas as grandes cidades do continente. Dessas multidões dispersas, em contato íntimo, embora distante, pela consciência da simultaneidade e da interação gerada pela notícia, o jornal criará uma multidão imensa, abstrata e soberana que chamará de opinião. O jornal completou assim o trabalho ancestral iniciado pela conversa, prolongado pela correspondência, mas que se manteve sempre num estado de contornos dispersos e insinuados: a

> fusão das opiniões pessoais nas opiniões locais, e destas na opinião nacional e mundial, a unificação grandiosa da mente do público ... Este é um poder enorme que só pode aumentar, porque a necessidade de concordar com o público do qual se faz parte, de pensar e agir segundo a opinião, torna-se mais forte e irresistível à medida que o público se torna mais numeroso, a opinião mais imponente e a necessidade se torna mais satisfeita. Portanto, não deve nos surpreender ver nossos contemporâneos tão dóceis ao vento da opinião do momento, nem deve-se inferir disso que seu caráter foi suavizado. Quando choupos e carvalhos são derrubados por uma tempestade, não é porque eles ficaram mais fracos, mas porque o vento se intensificou (Tarde 1969, 318). a opinião mais convincente e a necessidade são satisfeitas com mais frequência. Portanto, não deve nos surpreender ver nossos contemporâneos tão dóceis ao vento da opinião do momento, nem deve-se inferir disso que seu caráter foi suavizado. Quando choupos e carvalhos são derrubados por uma tempestade, não é porque eles ficaram mais fracos, mas porque o vento se intensificou (Tarde 1969, 318). a opinião mais convincente e a necessidade são satisfeitas com mais frequência. Portanto, não deve nos surpreender ver nossos contemporâneos tão dóceis ao vento da opinião do momento, nem deve-se inferir disso que seu caráter foi suavizado. Quando choupos e carvalhos são derrubados por uma tempestade, não é porque eles ficaram mais fracos, mas porque o vento se intensificou (Tarde 1969, 318).

O que Tarde teria escrito na era da televisão?

24. Vox populi, vox Dei

Agora Elisabeth, minha amiga disse zombeteiramente para seus outros convidados, está indo de porta em porta perguntando: "Você concorda ou discorda de Adenauer?"

Foi em Munique, no inverno de 1951-1952, e eu vim por puro acaso a esta festa de intelectuais. Meu amigo me disse ao telefone para aparecer. Éramos colegas de classe. Quando nos vimos pela última vez? Em 1943 ou 1944, na Limonenstrasse de Berlin-Daldem, ao lado do jardim botânico, a sudoeste da cidade, no caminho os bombardeiros tinham vindo do oeste. A casa estava em ruínas, as paredes rachadas, a sala meio vazia. Os móveis, tapetes e pinturas foram removidos.
Sua pergunta me trouxe de volta ao tema da pesquisa sobre a opinião pública. Qual o valor dessas opiniões? Ele não poderia explicar para este círculo de literatos, artistas e acadêmicos, mesmo que não fosse tão tarde, mesmo que eles não tivessem bebido tanto e a sala não estivesse tão escura e enfumaçada.
"Você geralmente concorda com a política de Adenauer ou não?" Essa foi a questão com a qual encontrei pela primeira vez, em 1951, a força do que mais tarde eu entenderia aos poucos como os conceitos de público e de opinião pública. Naquela época, eu estava testando os questionários em Allensbach antes de enviá-los a centenas de pesquisadores em toda a Alemanha. Ele entrevistava com frequência a esposa de um jovem sinaleiro com perguntas recorrentes e sabia as respostas. Ele já tinha ouvido pelo menos oito vezes que ela discordava de Adenauer; Mas, agindo de forma consciente e estrita pelas regras - você tinha que testar o questionário e decidir sobre o seu escopo - eu li para ele a pergunta mais uma vez: 'Você geralmente concorda com a política de Adenauer ou não? ». "Tudo bem", respondeu ele. Tentei esconder minha surpresa, porque os pesquisadores não deveriam mostrar surpresa. Cerca de quatro semanas depois, os resultados de nossa nova pesquisa estavam sobre a mesa na minha frente. Descobri que em um mês, de novembro a dezembro, o nível de acordo com a Adenauer na República Federal da Alemanha havia saltado oito pontos para 31 por cento, após se estabilizar por muito tempo entre 24 e 23 por cento .100. A partir de então, continuou a aumentar até que 57% "concordaram" no ano de eleições parlamentares de 195320, com "o volume e a extensão de uma maré", como disse Ross (1969, 104). Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião? porque os pesquisadores não deveriam mostrar surpresa. Cerca de quatro semanas depois, os resultados de nossa nova pesquisa estavam sobre a mesa na minha

frente. Descobri que em um mês, de novembro a dezembro, o nível de acordo com a Adenauer na República Federal da Alemanha havia saltado oito pontos para 31 por cento, após se estabilizar por muito tempo entre 24 e 23 por cento .100. A partir de então, continuou a aumentar até que 57% "concordaram" no ano de eleições parlamentares de 195320, com "o volume e a extensão de uma maré", como disse Ross (1969, 104). Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião? porque os pesquisadores não deveriam mostrar surpresa. Cerca de quatro semanas depois, os resultados de nossa nova pesquisa estavam sobre a mesa na minha frente. Descobri que em um mês, de novembro a dezembro, o nível de acordo com a Adenauer na República Federal da Alemanha havia saltado oito pontos para 31 por cento, após se estabilizar por um longo tempo entre 24 e 23 por cento .100. A partir de então, continuou a aumentar até que 57% "concordaram" no ano de eleições parlamentares de 195320, com "o volume e a extensão de uma maré", como disse Ross (1969, 104). Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião? na minha frente, os resultados de nossa nova enquete. Descobri que em um mês, de novembro a dezembro, o nível de acordo com a Adenauer na República Federal da Alemanha havia saltado oito pontos para 31 por cento, após se estabilizar por muito tempo entre 24 e 23 por cento .100. A partir de então, continuou a aumentar até que 57% "concordaram" no ano de eleições parlamentares de 195320, com "o volume e a extensão de uma maré", como disse Ross (1969, 104). Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião? na minha frente, os resultados de nossa nova enquete. Descobri que em um mês, de novembro a dezembro, o nível de acordo com a Adenauer na República Federal da Alemanha havia saltado oito pontos para 31 por cento, após se estabilizar por muito tempo entre 24 e 23 por cento .100. A partir de então, continuou a aumentar até que 57% "concordaram" no ano de eleições parlamentares de 195320, com "o volume e a extensão de uma maré", como disse Ross (1969, 104). Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião? o nível de acordo com a Adenauer na República Federal da Alemanha saltou oito pontos, para 31%, depois de se estabilizar por muito tempo entre 24 e 23%. A partir de então, continuou a aumentar até que 57% "concordaram" no ano de eleições parlamentares de 195320, com "o volume e a extensão de uma maré", como disse Ross (1969, 104). Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião? o nível de acordo com a Adenauer na República Federal da Alemanha saltou oito pontos, para 31%, depois de se estabilizar por muito tempo entre 24 e 23%. A partir de então, continuou a aumentar até que 57% "concordaram" no ano de eleições parlamentares de 195320, com "o

volume e a extensão de uma maré", como disse Ross (1969, 104). Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião? como Ross (1969, 104) disse. Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião? como Ross (1969, 104) disse. Por que meios a onda de pressão que varreu a República Federal atingiu a esposa do sinaleiro? E que valor tinha essa opinião?

Destino, não razão

Vox populi, vox Dei? Se rastrearmos a história dessa máxima, nós a encontraremos já em 1329 (Boas 1969, 21; Gallacher 1945). Em 7981a, ele mencionou Alcuin, um erudito anglo-saxão, em uma carta a Carlos Magno, usando-o como se fosse uma expressão comum e bem conhecida. O testemunho mais remoto data do século 8 aC, quando o profeta Isaías proclamou: Vox Populi de civitate vox de Templo. Vox domini reddentis retributionem inimicis suis (Voz do tumulto na cidade, voz do templo. É a voz do Senhor que dá o seu
inimigos o que eles merecem) 21.

Ao longo dos séculos, o pêndulo oscilou entre o desdém e algo semelhante à reverência por parte daqueles que evocaram essa fórmula. Hofstatter, em sua Psychologie der öffentlichen Meinung (Psicologia da Opinião Pública), pensava que "identificar a voz do povo com a voz de Deus é blasfêmia" (1949, 96). O Chanceler Alemão do Reich von Bethmann Hollweg (1856-1921) era de opinião que a formulação mais correta era "Voz do povo, voz do gado", e com isso ele apenas copiou a versão que o discípulo de Montaigne, Pierre Charron, proposto em 1601 como mais adequado: Vox populi, vox stultorum (Voz do povo, voz da estupidez). A inspiração de Charron veio do Essay on Fame de Montaigne, que discute a incapacidade da multidão de apreciar o caráter de grandes homens e suas grandes realizações.

> É razoável fazer a vida dos sábios depender do julgamento dos tolos? ... Existe algo mais tolo do que pensar que todos juntos são valiosos enquanto cada um deles separadamente não vale nada? Quem tenta satisfazê-los nunca o fez ... Nenhuma arte, nenhum espírito benigno poderia dirigir nossos passos para que sigamos um guia tão perdido e enlouquecido. Nesta confusão ofegante de brutos, neste caos frívolo de informações e opiniões vulgares que ainda nos movem, um curso correto não pode ser estabelecido. Não sejamos tão inconstantes e hesitantes e voltemos a nós mesmos. Vamos seguir constantemente a razão. E que a aprovação vulgar nos siga por esse caminho, se assim o desejar (citado em Boas 1969, 31-32).

---

vinte Neumann e Noelle 1961, 44-45; ver também Institut für Demoskopie Allensbach, "Die Stimmung im Bundesgebiet" (diagrama), outubro de 1952.

vinte e um A Vulgata, Isaías 66, 6 (tradução latina feita por São Jerônimo no

século IV DC).

Alcuin escreve com o mesmo espírito em sua nota de 798 a Carlos Magno:

«E não tens de dar ouvidos aos que costumam dizer" A voz do povo é a voz de Deus ". Porque o clamor do povo está muito próximo da loucura ”(ibid., 9).

É assim que todos aqueles que, ao longo dos séculos e milénios, se expressam, que traduzem "vox Dei" como "voz da razão" e procuram por isso em vão na voz do povo, na opinião pública.

Mas outra interpretação completamente diferente acompanha esta.

Voz de alvoroço na cidade, voz do templo. É a voz do Senhor que dá a seus inimigos o que eles merecem ”, disse o profeta Isaías. Por volta de 700 aC, Hesíodo descreveu - embora sem usar esses termos - a 'opinião pública' como um tribunal moral, um controle social, e apontou que ela poderia se tornar o destino: 'Faça isso. E evite a fala dos homens. Porque a fala é complicada, frívola e facilmente excitante, mas difícil de suportar e se livrar. A fala nunca morre quando muitos gritam. A fala é até de certo modo divina ”(Hesiod 1959, 59).

A atitude do filósofo romano Sêneca era de reverência: "Acredite em mim, a linguagem do povo é divina" (Controversae 1.1.10). E cerca de um milênio e meio depois, Maquiavel acrescenta: "Não é sem razão que a voz do povo é chamada de voz de Deus, já que uma opinião universal prediz os acontecimentos de uma maneira tão maravilhosa que se poderia acreditar em um poder oculto da profecia" (citado em Bucher 1887, 77).

Não é a razão que torna a opinião pública digna de ser levada em consideração, mas exatamente o contrário: o elemento irracional, o elemento do futuro, do destino. Mais uma vez, Maquiavel: Quale fame, o voce, o Opinione fa, che il popolo comincia em favor de um cittadino? (Que fama, que voz, que movimento de opinião faz o povo passar a favorecer um cidadão?) (Ibid.)

"Voz do povo, voz do destino": esta foi a contribuição de Karl Steinbuch à interpretação ao comparar os resultados de uma questão Allensbach feita anualmente no final do ano sobre o produto nacional bruto do ano seguinte. Esta é a questão:

"Você está ansioso para o próximo ano com esperança ou medo?" Os altos ou baixos níveis de esperança ao final de um ano não corresponderam ao maior ou menor crescimento econômico daquele ano, mas sim ao do ano seguinte (figura 23).

Hegel se posiciona entre as duas tendências - "Voz do povo, voz do gado" e "A linguagem do povo é divina" - em suas reflexões sobre a opinião pública.

> A opinião pública, portanto, merece respeito e desdém, o segundo por sua consciência e expressão concretas, aquele por sua base essencial, que brilha muito vagamente na expressão concreta. Uma vez que a própria opinião pública não possui critérios de discernimento ou capacidade de converter o aspecto substantivo em conhecimento estrito, ser independente dela é a primeira condição formal para alcançar qualquer coisa grande e racional, tanto na vida quanto na ciência. Pode-se garantir que a grande conquista acabará sendo aceita pelo público, reconhecida e transformada em um de seus preconceitos. Corolário: a opinião pública contém tudo o que é falso e tudo o que é verdadeiro, mas apenas o grande homem pode encontrar a verdade nisso. Quem é capaz de expressar o que diz o seu tempo e de fazer o que quer é o grande homem da época. Ele faz o que é intrínseco e essencial ao tempo e o incorpora. E quem não sabe desprezar a opinião pública, como pode ouvi-la aqui e ali, jamais alcançará a grandeza (Hegel 1970, 485-486, parágrafo 318).

No final do século 18, Wieland popularizou a expressão na Alemanha "opinião pública". Na nona de suas "Conversas confidenciais", "Sobre a opinião pública" (1794), os dois personagens concluem seu diálogo assim:

> Egbert: Cada declaração de razão tem força de lei e não precisa ser convertida em opinião pública primeiro.
> Sinibald: Diga melhor que deveria ter força de lei e que certamente terá assim que for proclamada a opinião majoritária.
> Egbert: Isso terá que ser decidido no século XIX.

Lothar Bucher, que cita este diálogo de Wieland, termina seu ensaio com as seguintes palavras: “Sinibald e Egbert discutem longamente como a razão e a opinião pública se comportam entre si, deixando a decisão para o século XIX. Deixemos que o século XX conclua esta conversa ”(Bucher 1887, 80). Vamos confiar no século 21?

Definições operacionais para pesquisas empíricas sobre opinião pública

Ao refletir sobre o grande esforço despendido na definição da opinião pública durante tanto tempo, torna-se necessário explicar por que, neste livro, apresentei deliberadamente um aparelho de definições tão escasso. Harwood Childs coletou mais de cinquenta definições, incluindo algumas descrições confusas de características, formas, origens, funções e inúmeras categorias de conteúdo. A superabundância e a densidade de suas definições me levaram a buscar um novo começo, uma definição simples que, ao contrário do arsenal de definições da obra de Childs, tão desanimador, tornaria

possível a análise empírica. Procurei uma definição operacional. Teve que permitir levantar investigações e derivar proposições verificables disto.

«As opiniões públicas são atitudes ou comportamentos que devem ser expressos em público para não se isolar. Em áreas de controvérsia ou mudança, as opiniões públicas são as atitudes que podem ser expressas sem correr o risco de isolamento. Esta definição pode ser verificada com métodos de pesquisa de levantamento e observações distribuídas representativamente. Todos os preceitos, morais e tradições estão tão alterados que a opinião pública nesse sentido não existe mais, de forma que você pode fazer ou dizer qualquer coisa sem se isolar? Discutimos essa questão em um seminário realizado na Universidade de Mainz. Um dos participantes disse que basta ir a um funeral de terno vermelho para verificar que a opinião pública nesse sentido continua existindo até hoje. Opiniões e modos de comportamento também podem ser descritos em uma pesquisa, e pergunte quais dessas opiniões e modos de comportamento seriam tão perturbadores para o entrevistado que ele não gostaria de viver na mesma casa que aquele que os mantinha ou se encontrariam você em uma festa ou trabalhar no mesmo lugar que essa pessoa. Ainda existe um grande número de atitudes e comportamentos que podem isolar uma pessoa, como mostra este teste.

Outra definição que constitui um ponto de partida a partir da qual se podem deduzir proposições verificáveis é esta: “A opinião pública é a concordância dos membros de uma comunidade ativa sobre algum assunto com uma carga afetiva ou avaliativa que deve respeitar tanto os indivíduos quanto os indivíduos. Governos, comprometendo pelo menos em seu comportamento público, sob o risco de serem excluídos ou perderem sua reputação na sociedade. Essa segunda definição enfatiza o correlato do medo do isolamento: a concordância social.

As proposições podem ser deduzidas de ambas as definições sobre a importância de falar ou permanecer em silêncio, sobre a capacidade intuitiva estatística das pessoas de observá-las e sobre a linguagem de pistas que faz parte dessa capacidade, uma linguagem que ainda não foi decodificada. Sistematicamente, embora já o entendamos intuitivamente. É possível teorizar sobre como esse órgão quase estatístico, inconsciente, de registro de frequência se atrofia em períodos de estabilidade e é colocado em guarda em períodos de instabilidade e mudança. Ou sobre como a ameaça de isolamento aumenta sobre intensidade quantosmais pôr em perigo a manutenção da sociedade. Podem ser deduzidas proposições sobre a influência da mídia, sobre a forma como a publicidade é concedida ou negada, sobre como os argumentos são formulados em palavras ou deixados sem explicação para que não haja vocabulário que pudesse divulgar um tema e colocá-lo na discussão pública agenda. As proposições podem ser deduzidas sobre as duas fontes de opinião pública e sobre como um duplo clima de opinião pode ser formado a partir delas. A partir dessas definições poderia

ser projetado instrumentos -especialmente questionários de pesquisa - destinados a medir o grau de isolamento que acompanha uma determinada opinião ou comportamento, o grau de afeto, o grau de concordância e rejeição; para medir os sinais da disposição do público em expressar opiniões ou permanecer em silêncio; e medir os sinais de polarização.

O novo traje do imperador.
A opinião pública está ligada
para um certo lugar e hora

Quando, na primeira metade deste século, as espessuras das definições de opinião pública se tornaram por demais impenetráveis, multiplicaram-se as vozes que exigiam o abandono do conceito por ter perdido toda a utilidade. Depois dessas demandas, nada aconteceu. Apesar de sua falta de clareza, o uso do conceito aumentou em vez de diminuir. Essa foi a surpreendente conclusão a que W. Phillips Davison chegou em seu artigo sobre a opinião pública na Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais de 1968.

Em dezembro de 1965, minha palestra inaugural na Universidade de Mainz começou com estas palavras:

> Opinião pública: De alguma forma misteriosa, esse conceito manteve seu apelo. Ao mesmo tempo, os escritores e estudiosos que ousaram abordar o assunto não conseguiram evitar decepcionar o seu público. Quando mostram que não existe "opinião pública", que é ficção, não convencem. "O conceito simplesmente se recusa a morrer", lamentou Dovifat ...
>
> O que significa essa teimosia com que o conceito se esforça para sobreviver? Por que esse sentimento de decepção quando você tentou analisar suas definições? Isso significa que o conceito de opinião pública reflete uma realidade que esses esforços conceituais ainda não captaram (Noelle 1966, 3).

Reflete uma realidade ... Isso não nos serve para nada. Você tem que definir essa realidade. Então, de repente, vemos vestígios dessa realidade semeada pela linguagem, entre palavras simples, palavras sem sentido, se não tivermos cada vez mais consciência da sensibilidade da nossa pele social, se não reprimirmos temporariamente o nosso eu ideal, a pessoa razoável que pensamos que somos. Quais são algumas dessas palavras? Perder reputação; o público como uma esfera na qual você pode perder sua reputação, fazer papel de bobo,
"estragar"; ser um tanto embaraçoso; caluniar alguém; estigmatizar alguém. Se não enfrentarmos essa realidade, não poderemos entender o que o poeta Max Frisch quis dizer com a fórmula que usou no discurso de abertura da Feira do Livro de Frankfurt: "A esfera pública: a solidão exposta?" (Frisch 1976, 56). Existe o indivíduo e também a multidão que o julga sob seu manto invisível de anonimato: é o que Rousseau descreveu e chamou de opinião pública.
Temos que apreender essa realidade da opinião pública, essa criação que está ligada a um espaço, ligada a um tempo. Do contrário, nos enganaremos presumindo que não estávamos imóveis, como todo mundo, quando o imperador entrou em seu novo terno. A história de Andersen é sobre a opinião pública dominando um palco, governando um determinado lugar. Se um estrangeiro tivesse chegado naquele momento, dificilmente poderia conter sua surpresa. E há a questão do tempo. Como aqueles que vieram depois, pensaremos com tanta injustiça e ignorância quanto as pessoas da Idade Média pensavam sobre as causas das doenças. Julgaremos as palavras e ações do passado como se tivessem sido ditas ou praticadas em nossos tempos; mas, ao fazer isso, nos tornaremos pessoas ignorantes que nada sabem sobre o fervor de uma época. Um assessor de imprensa do Ministério da Cultura sueco disse: “Queremos que o sistema escolar se pareça com um gramado bem aparado. Não queremos uma flor isolada aqui e outra ali. Tudo deve ser um único gramado bem aparado ”(Die Welt, 12 de outubro de 1979, 6). Este é o Zeitgeist (espírito da época) compactado em uma fórmula conforme descrito por Lippmann, que mais tarde descreveria como as fórmulas se desintegram e se tornam incompreensíveis para aqueles que vêm depois. Mesmo aquela frase sobre um gramado bem aparado pode um dia deixar de ser entendida. Tudo deve ser um único gramado bem aparado ”(Die Welt, 12 de outubro de 1979, 6). Este é o Zeitgeist (espírito da época) compactado em uma fórmula conforme descrito por Lippmann, que mais tarde descreveria como as fórmulas se desintegram e se tornam incompreensíveis para aqueles que vêm depois. Mesmo aquela frase sobre um gramado bem aparado pode um dia deixar de ser entendida. Tudo deve ser um único gramado

bem aparado ”(Die Welt, 12 de outubro de 1979, 6). Este é o Zeitgeist (espírito da época) compactado em uma fórmula conforme descrito por Lippmann, que mais tarde descreveria como as fórmulas se desintegram e se tornam incompreensíveis para aqueles que vêm depois. Mesmo aquela frase sobre um gramado bem aparado pode um dia deixar de ser entendida.

Aguçar a sensibilidade ao próprio tempo e, ao mesmo tempo, a capacidade de compreender a opinião pública seria uma meta digna de ser alcançada e aprendida. O que significa ser "contemporâneo"? O que significa "atemporalidade"? Por que Hegel insistia tanto no elemento temporal: “Aquele que é capaz de expressar o que seu tempo diz e de realizar o que seu tempo deseja é o grande homem da época”? Devemos entender o que o autor alemão Kurt Tucholsky descreveu quando disse: "Nada é mais severo e nada requer mais caráter do que estar em conflito aberto com o próprio tempo e dizer" NÃO "com força" (1975, 67). E o que Jonathan Swift caricaturou em 1706 quando escreveu: 'Refletimos sobre as coisas do passado, como guerras, fala, facções e de outros semelhante. Compartilhamos tão pouco esses interesses que nos surpreendemos que as pessoas possam estar tão ocupadas e inquietas com questões tão transitórias. Olhamos para o presente e encontramos a mesma atitude, mas não nos surpreendemos ... Nenhum pregador é ouvido, exceto o tempo, que nos dá o mesmo curso e viés de pensamento que os anciãos tentaram em vão entrar em nosso cabeças antes »(Swift 1965, 241).

Em outubro de 1979, quando uma reivindicação da laureada com o Nobel Madre Teresa tornou-se imediatamente famosa em todo o mundo, eu me perguntei se nossa época havia começado a perceber e respeitar a natureza social sensível da humanidade. O comunicado dizia: “A pior doença não é a hanseníase nem a tuberculose, mas a sensação de não ser respeitado por ninguém, de não ser amado, de ser abandonado por todos”. Talvez em pouco tempo as pessoas não consigam entender como uma afirmação tão óbvia pode despertar tanta atenção.

Dois sentidos da pele social

Ser desprezado, ser expulso: esta é a maldição do leproso. Você pode ser leproso de várias maneiras: fisicamente, nos relacionamentos emocionais com outras pessoas e socialmente. Quanto melhor entendemos a opinião pública, melhor entendemos a natureza social dos seres humanos. Não podemos exigir que aqueles que temem tornar-se leprosos sociais resistam a todas as pressões de conformidade, a todos os convites para se juntar à multidão.

Deveríamos nos perguntar com a psicóloga social Marie Jahoda (1959) quão independente uma pessoa deveria ser? Até que ponto gostaríamos que os bons cidadãos fossem independentes? Seria melhor para a sociedade se as pessoas não se importassem em nada com a opinião dos outros? Jahoda questiona que um não-conformista

radical que se comporta com total independência pode ser considerado uma pessoa normal. Devemos presumir que esse indivíduo está mentalmente doente? Ela prossegue, dizendo que somente quando tal pessoa tiver demonstrado sua capacidade de se conformar, seu comportamento independente e inconformado poderá ser reconhecido como uma virtude cívica.

“Opinião pública, nossa pele social” caracteriza os dois aspectos. Por um lado, refere-se à nossa sociedade, protegida e unificada pela opinião pública como uma pele. Por outro lado, refere-se a indivíduos, pois quem sofre com a opinião pública sofre com a sensibilidade de sua pele social. Rousseau, que introduziu o conceito de opinião pública na linguagem moderna, não expressou de fato o que havia de mais importante nela quando a descreveu como inimiga do indivíduo e protetora da sociedade?

25. Novas descobertas

Erasmo de Rotterdam conheceu Maquiavel? O nome Erasmus não apareceu no índice da primeira edição alemã de The Spiral of Silence de 1980. Mas na primavera de 1989, preparando aulas para a Universidade de Chicago, comecei a investigar a questão de saber se Erasmus havia conhecido Maquiavel.

Perspectivas históricas

Para descobrir coisas novas, o aluno precisa tanto de sorte quanto de inteligência. Eu certamente tive sorte durante o trabalho inicial sobre a espiral do silêncio. Foi pura sorte que ele encontrou uma citação de Tocqueville em Tönnies descrevendo a espiral do silêncio quase tão precisamente quanto um botânico descreveria uma planta (Tönnies 1922, 394). Tive sorte quando Kurt Reumann, então assistente de pesquisa em Allensbach, chamou minha atenção para o Capítulo 28, "On Other Relationships", no Livro II do Essay on Human Understanding de John Locke. Esse capítulo, que passou despercebido nos círculos profissionais, contém uma descrição da lei da opinião, reputação e moda. Decidimos então sistematizar a busca por textos importantes, ao invés de recorrer ao acaso e às estrelas da sorte. No Instituto de Publicidade da Universidade de Mainz, elaboramos o questionário sobre livros em vez de pessoas (ver acima, p. 92). Durante anos, utilizamos este questionário em seminários realizados em Mainz para estudar cerca de quatrocentos autores com o objetivo de descobrir tudo.

o que poderíamos sobre a opinião pública[22]. Por exemplo,

Descobrimos que, em um discurso de abertura na Feira do Livro de Frankfurt de 1958, Max Frisch afirmou: Öffentlichkeit ist Einsamkeit aussen (A esfera pública é a solidão exposta, Frisch 1979, 63). Essas palavras serviram como uma pista para o medo do isolamento que às vezes invade as pessoas em público. Muitos anos depois, quando Michael Hallemann começou a estudar o constrangimento e mostrou que esse sentimento aumenta em proporção ao tamanho do público (Hallemann 1990, 133ss.), Lembrei-me da formulação de Max Frisch e percebi como os escritores são. Eles se adiantam aos acadêmicos.

Voltando a Erasmus, Ursula Kiermeier analisou três textos de Erasmus durante o trimestre do verão de 1988 usando o questionário sobre a opinião pública. Entre eles estava Die Erziehung eines christlichen Fürsten (A Educação de um Príncipe Cristão),

[22] O questionário está reproduzido no Apêndice.

escrito em 1516 para aconselhar Carlos de Borgonha, então com dezessete anos e mais tarde para se tornar o imperador Carlos V. Ao ler os comentários de Ursula Kiermeier sobre os textos de Erasmo, fiquei impressionado com a semelhança com os escritos de Maquiavel. Werner Eckert (1985) analisou os trabalhos de Maquiavel com o mesmo questionário para sua tese de graduação. Tanto Maquiavel quanto Erasmo advertiram seus príncipes de que era impossível governar contra a opinião pública. No capítulo 4, citei uma frase do rei Henrique IV de Shakespeare: "A opinião que me deu a coroa". Presumi que Erasmo só poderia levar a opinião pública muito a sério sob a influência de Maquiavel (ver acima, pp. 90-91). Mas agora ele leu em Erasmo que o poder do governante é essencialmente baseado no consenso populi. O que faz um rei é a aprovação do povo: "Acredite em mim: quem perde a graça do povo perde um aliado importante" (Erasmus [1516] 1968, 149). Existem semelhanças entre os textos de Erasmo e os de Maquiavel, até mesmo nos detalhes. Na enumeração das ameaças ao governante, até a ordem é a mesma: em primeiro lugar aparece o ódio de seus súditos e depois seu desprezo. Ambos os escritores enfatizaram que era extremamente importante que o governante parecesse grande e virtuoso. Eles discordaram, entretanto, em um ponto crucial: Maquiavel pensava que não era necessário que o príncipe possuísse essas virtudes; bastava ele fingir. Erasmo, como cristão devoto, tinha o ponto de vista oposto: o príncipe deve possuir todas essas virtudes e não ser culpado de nenhum crime; mas a realidade não era suficiente por si mesma: ela também tinha que parecer virtuosa para seus súditos (Erasmus [1516] 1968, 149ss.; Maquiavel [1532] 1971, caps. 18, 19).

Maquiavel e Erasmus se conheciam ou conheciam os escritos um do outro? Descobri que eles nasceram na mesma época: Erasmus em 1466 ou 1469 em Rotterdam e Maquiavel em 1469 perto de Florença. Mas suas respectivas situações eram completamente diferentes. Erasmo, filho de um sacerdote e filha de um médico, sofreu toda a vida por sua condição de bastardo. Após a morte prematura de seus pais, ele entrou para um mosteiro ainda jovem. Ele rapidamente fez carreira como secretário do bispo e mais tarde como acadêmico na Sorbonne. Mas sua ilegitimidade o impediu de fazer o doutorado em muitas universidades. Finalmente, ele foi premiado com um na Universidade de Torino, no norte da Itália, não muito longe da Florença de Maquiavel.

Todo estudioso que tratou do tema da ameaça da opinião pública experimentou o isolamento social. Talvez você precise passar por esse tipo de experiência para estar ciente da pressão da opinião pública. Erasmus, o 'rei dos humanistas', que era

encontrado em casa em qualquer lugar da Europa, teve a oportunidade de suportar o isolamento social. Eles o atacaram em um panfleto por ser um homo pro se, uma pessoa arrogante que não precisava dos outros. E Maquiavel havia caído de seu poderoso posto de conselheiro em Florença, fora acusado de traição e torturado, e depois banido de Florença para sua pequena propriedade rural.

O príncipe, de Maquiavel, e A Educação de um Príncipe Cristão, de Erasmo, foram escritos com alguns anos de diferença um do outro. Maquiavel escreveu anteriormente seu livro (1513-1514), mas não foi publicado até 1532. Erasmo escreveu Educação em 1516 e publicou-o imediatamente após mostrá-lo a Carlos de Borgonha (mais tarde imperador Carlos V), para quem ele o havia escrito. Maquiavel e Erasmus tinham uma fonte comum: ambos basearam seus escritos na Política de

Aristóteles 23. No entanto, eles provavelmente nunca se conheceram pessoalmente, segundo outros autores que já haviam notado a curiosa semelhança entre Erasmo e Maquiavel e que eu ia descobrindo no decorrer de minhas pesquisas, assim como um viajante encontra em algum lugar vestígios inesperados deixados por outros visitantes anteriores.

controlo remoto[24].

Portanto, não fiquei surpreso ao saber de John de Salisbury, um escolástico inglês que usou as expressões publica opinio e opinio publica duas vezes em latim em seu Policraticus de 1159 ([1927] 1963, 39, 130). Embora o editor inglês do Policraticus considere notável o uso dessas expressões em um escritor do século XII (ibid., 39, 130), não é surpreendente, já que John de Salisbury também leu os clássicos da antiguidade durante o período inicial. encontrou neles a ideia do poder da opinião pública.

O grande estadista é um especialista em opinião pública

O termo "opinião pública" não aparece no Antigo Testamento, mas o rei Davi tinha um senso inato de como se conduzir a respeito disso. Rasgou as vestes e jejuou até o pôr-do-sol para mostrar sua dor pelo assassinato de um poderoso adversário, quando seria lógico suspeitar que ele havia sido o instigador do crime. Essas ações simbólicas foram mais eficazes do que palavras para conquistar a opinião pública.

[2,3] As passagens consultadas por Maquiavel e Erasmo estão em 1312b, 18-20; 1313a, 14-16; 1314a, 38-40; 1314b, 14-19 e 1314b, 38-39.

[24] Ver Geldner 1930, 161. Sobre o problema de Erasmus saber dos escritos de Maquiavel, ver, por exemplo, Renaudet 1954, 178; Weiland et al. 1988, 71.

O grande espetáculo organizado pelo Rei Davi para acompanhar a transferência da Arca da Aliança para Jerusalém "com um grito e som de trombetas", a fim de enfatizar o centro sagrado comum de Israel e Judá, os dois reinos sobre os quais ele reinou , foi uma obra-prima de integração. Mas o que mostra que a sua maneira de se conduzir perante a opinião pública era mais do que um elaborado ritual foi o papel que ele próprio desempenhou, a forma como participava pessoalmente na procissão, saltando e dançando, vestindo apenas uma tanga e humilhando-se perante o Senhor. Sua esposa Micol, filha de um rei, zombou dele: "Quão glorioso tem sido o rei de Israel hoje, despindo-se aos olhos das servas de seus servos como faria um sem-vergonha frívolo!" E a resposta do rei Davi à filha de Saul foi:
“E serei ainda mais vil, e me rebaixarei aos meus próprios olhos, e assim serei honrado aos olhos dos servos de quem falastes” (Samuel II, 6.15, 20, 22). Embora os procedimentos atuais sejam diferentes, os líderes políticos de nosso tempo também "banham as multidões".
A resposta de Davi à esposa mostra claramente que ele sabia o que estava fazendo e o que queria alcançar. A história dos dois emissários que Davi enviou a Amon para expressar sua tristeza pela morte do rei dos amonitas também deve ser estudada do ponto de vista da opinião pública. Janon, o novo rei, suspeitou que os dois emissários eram na verdade espiões, então “pegando os servos de Davi, ele raspou a metade de suas barbas, cortou metade de suas vestes, até as nádegas, e os despediu. A história continua: “Quando contaram isso a Davi, ele os enviou ao encontro, porque estavam muito envergonhados. E o rei disse: “Fica em Jericó até a tua barba crescer e volta depois” ”(Samuel II, 10.4, 5). Davi sabia que efeito teria para seus emissários voltarem entre o ridículo e o ridículo, e serem cortados em público por parecerem tolos; ele sabia que não apenas os mensageiros seriam prejudicados, mas também a reputação do rei que os havia enviado.
Erich Lamp, que analisou os fenômenos do espaço público e da opinião pública no Antigo Testamento, afirma que a literatura não é unânime sobre o significado de certos eventos narrados na Bíblia (Lamp, 1988). No entanto, uma teoria clara da opinião pública pode ser útil para lançar uma nova luz sobre alguns acontecimentos, contribuindo assim para um melhor entendimento dos mesmos. É surpreendente como Davi estava mais disposto a se envolver com a opinião pública do que seu predecessor, o Rei Saul, e seu sucessor, o Rei Salomão, sem mencionar o infeliz sucessor deste último, Roboão, durante cujo reinado Israel se separou da Judéia. Não valeria a pena estudar a precisão com que estadistas e políticos bem-sucedidos julgam a opinião pública?
João de Salisbury fez um comentário interessante sobre Alexandre, o

Grande: nada o convenceu tanto da verdadeira estatura de Alexandre como estadista, escreveu ele, do que seu comportamento quando um tribunal militar proferiu um veredicto contrário aos seus interesses. Ele agradeceu aos juízes porque suas convicções legais foram mais importantes para eles do que seu poder, o poder do demandante (John of Salisbury [1927] 1963, 130). João de Salisbury também explicou porque considerava Trajano o maior dos imperadores romanos pagãos: foi dito que quando Trajano foi acusado de não manter uma distância suficiente do povo, ele respondeu que queria estar com seus súditos o tipo de rei que ele gostaria de ter quando ainda era sujeito (ibid., 38). A relação de um grande governante com a opinião pública inclui,

O historiador israelense Zvi Yavetz descreve em seu estudo sobre Júlio César e a opinião pública como Júlio César se sentia confortável em seu relacionamento com as massas, enquanto seu relacionamento com os senadores era mais problemático. Yavetz observa que a pesquisa histórica moderna negligenciou o significado de existimatio. De acordo com Yavetz, existimatio - que o dicionário traduz como "reputação",

"Estimativa" - era o principal conceito usado pelos romanos para se referir ao que hoje chamamos de opinião pública (Yavetz 1979, 186 ss.). Existimatio também parece sugerir uma estimativa estatística, que estabelece uma ligeira ligação com o sentido quase estatístico da teoria da espiral do silêncio.

Minha experiência profissional me leva a acreditar que políticos bem-sucedidos têm uma notável capacidade de julgar a opinião pública sem recorrer a pesquisas de opinião. No seminário de Mainz começamos a aplicar o questionário sobre livros para analisar as obras de estadistas, estudamos, por exemplo, Richelieu. Em seu Testament politique (Testamento político) para o rei Luís XIII, Richelieu (1585-1642) compara o poder de um governante a uma árvore com quatro ramos: o exército, receita corrente do Tesouro, fundos de capital e reputação. O quarto ramo, reputação, é mais importante do que os outros três, já que o governante que goza de boa reputação obtém mais somente de seu nome do que os outros com seus exércitos, se eles não forem respeitados. Richelieu mostra que o que o preocupa é a opinião favorável do povo. A fonte do poder do governante, a raiz da árvore, é "o tesouro dos corações" (le trésor des coeurs) dos súditos. Mas Richelieu também alerta sobre "o riso do mundo" (la risée du monde), que deve ser evitado. Em relação às decisões políticas - como a proibição do duelo ou a abolição da venalidade das cobranças -, pese os prós e os contras dessas medidas levando em consideração a opinião pública. Richelieu mostra que as considerações racionais são menos importantes do que o "riso Em relação às decisões políticas - como a proibição do duelo ou a abolição da venalidade das cobranças -, pese os prós e os contras dessas medidas levando em consideração a opinião pública. Richelieu mostra que as considerações racionais são menos importantes do que o "riso Em relação às decisões

políticas - como a proibição do duelo ou a abolição da venalidade das cobranças -, pese os prós e os contras dessas medidas levando em consideração a opinião pública. Richelieu mostra que as considerações racionais são menos importantes do que o "riso do mundo "quando se trata de questões morais 25. Richelieu brandiu imediatamente a mais nova arma do jornalismo, os jornais, que fizeram sua primeira aparição em 1609. Ele lutou contra seus adversários no Mercure Français e mais tarde fundou seu próprio jornal, La Gazette de France.

Bernd Niedermann concluiu sua apresentação sobre Richelieu no seminário de Mainz com a seguinte exortação: "Devemos usar nosso questionário para estudar Napoleão, Metternich e Bismarck!"

Aquele que perde o apoio do povo deixa de ser rei (Aristóteles)

Talvez César não tivesse sido assassinado se tivesse mantido a sensibilidade para com a opinião pública. Zvi Yavetz se pergunta: por que ele deixou seus guardas hispânicos irem? Se eles o estivessem protegendo quando ele apareceu no Senado, seus assassinos provavelmente não teriam ousado atacá-lo. Júlio César passou muito tempo no exterior? Ele perdeu sua sensibilidade para com a opinião pública como resultado? Ele havia planejado sair para lutar contra os partos três dias depois de seu assassinato nos idos de março. Isso nos lembra de Erasmo: ele advertia o príncipe para não passar muito tempo no exterior se não quisesse perder o contato com a opinião pública. Ele também disse a ele que longas ausências podem torná-lo muito diferente de sua cidade natal. O sucesso de um governante depende de um senso de semelhança familiar entre o governante e seu povo. Erasmo chegou a alertar contra a política de casamento dinástico da época: o casamento com uma mulher de outra casa real tira do próprio povo. A Revolução Francesa teria tido um desenvolvimento diferente se Luís XVI não tivesse se casado com a austríaca Maria Antonieta? Embora as pessoas tenham começado a recebê-la em êxtase nas ruas, mais tarde deram as costas para ela quando ela apareceu em sua carruagem. A Revolução Francesa teria tido um desenvolvimento diferente se Luís XVI não tivesse se casado com a austríaca Maria Antonieta? Embora as pessoas tenham começado a recebê-la em êxtase nas ruas, mais tarde deram as costas para ela quando ela apareceu em sua carruagem. A Revolução Francesa teria tido um desenvolvimento diferente se Luís XVI não tivesse se casado com a austríaca Maria Antonieta? Embora as pessoas tenham começado a recebê-la em êxtase nas ruas, mais tarde deram as costas para ela quando ela apareceu em sua carruagem.

Risada homérica

Agora voltamos a escritos ainda mais antigos, à Ilíada e à Odisséia, considerados os textos literários mais antigos do Ocidente. Eles eram mitos transmitidos oralmente por muitas gerações antes de Homero

colocá-los por escrito no século 8 aC A análise a seguir é baseada na tese de bacharelado de Tassilo

[25] Richelieu [1688] 1947, 220, 236 ff

Zimmermann, que examinou a Ilíada com o questionário elaborado em Mainz.

Homer começa seu épico descrevendo uma cena na praia perto de Tróia. No segundo livro da Ilíada, Agamenon convoca uma reunião do exército aqueu e tenta testar seu moral. Ele os provoca listando todos os argumentos a favor do fim da guerra, que já durava nove anos - o cerco de Tróia - e do retorno para casa. Em seguida, os soldados se comportaram como os bandos de choughs descritos por Konrad Lorenz, que com gritos estridentes de

"Para a floresta!", "Para o campo!" eles voam para frente e para trás até que um grupo prevaleça e todos eles voam na mesma direção (Uexküll 1964, 174). Os soldados reagem. Alguns gritam "Para os navios! Casa!". Outros, especialmente os líderes do exército, gritam "Pare! Quieto! Sentar-se! Segue-se uma cena caótica, com os primeiros soldados chegando aos barcos com a intenção de colocá-los na água. Ulises enfrenta os soldados que gritam mais alto e os detém com golpes. Ele consegue isolar Tersites, um dos chefes a favor do retorno, e faz com que toda a raiva se concentre nele. Thersites é o bode expiatório perfeito:

"Ele era o mais feio dos homens ... Impressionante, coxo em um pé, os ombros curvados e contraídos sobre o peito e o crânio pontudo coberto por pelos ralos" (Romero 1951, 2: 216 ss.; Ver Zimmermann 1988, 72 -83). A maioria pensa o mesmo que Tersites grita e pragueja; mas, à medida que Ulisses começa a zombar dele, o riso homérico se espalha aos poucos entre os soldados e Tersites se vê sozinho. O exército aqueu sentou-se novamente e foi decidido continuar o cerco.

Embora Homer não diga uma palavra sobre a opinião pública, ele descreve o papel do riso quando se trata de criar uma ameaça de isolamento e determinar o processo da opinião pública. O medievalista francês Jacques Le Goff ressalta que tanto os hebreus quanto os gregos têm duas palavras diferentes para designar dois tipos diferentes de riso: um é positivo, amigável e conjuntivo; o outro é negativo, burlesco e perturbador. Os romanos, cuja língua não era tão rica, tinham apenas uma palavra para o riso (Le Goff 1989, N3).

Consequentemente, começamos a investigar os meios pelos quais as ameaças de isolamento são percebidas. Como um indivíduo descobre que se afastou do consenso da opinião pública? E o que tem de voltar para ele, se ele não quer ser isolado e banido da comunidade amigável? Existem muitos sinais diferentes, mas o riso desempenha um papel especialmente importante. Voltaremos a esse ponto no Capítulo 26.

Leis não escritas

É claro que os gregos consideravam a eficácia da opinião pública garantida, como evidenciado por sua atitude aberta em relação

"Leis não escritas." O que se segue é baseado no Capítulo 2 da tese de BA de Anne Jäckel, intitulada "Leis não escritas à luz da teoria psicossociológica da opinião pública".

A passagem mais antiga encontrada até agora em que leis não escritas são mencionadas é em A Guerra do Peloponeso, de Tucídides (460-400 aC). É um discurso de Péricles no primeiro ano da guerra (431-430 aC) que terminaria com a derrota completa de Atenas. Para mostrar a grandeza de Atenas no auge de seu poder, Tucídides faz Péricles dizer:

> Apesar de não nos sentirmos constrangidos em nossos relacionamentos privados, um espírito de reverência preenche nossos atos públicos. O respeito pela autoridade e pelas leis nos impede de agir mal e de ter consideração especial pelas leis destinadas a proteger os feridos, bem como pelas leis não escritas que fazem o transgressor desaprovar o sentimento geral (Tucídides 1881, 118).

Muitos outros autores gregos referem-se a "leis não escritas" 26, mas as palavras de Péricles dizem tudo o que precisa ser dito: as leis não escritas não são menos vinculativas do que as escritas mas, pelo contrário, tendem a ter mais força. Do que estas, como João Locke também afirmou quando categorizou três classes de leis (Locke [1690] 1894, 476). As leis não escritas não são apenas as leis de costume. O costume sozinho não tem força coercitiva. Como disse John Locke, o efeito depende do conhecimento de que a transgressão acarreta punições dolorosas. Embora a punição não esteja escrita em nenhum lugar da lei, quem acredita que isso a torne menos eficaz não conhece, segundo Locke, a natureza humana. A ignomínia de que fala Péricles, a perda de honra e reputação entre os concidadãos,

O desdém público é o resultado da violação dos padrões morais contidos em leis não escritas. Platão afirma que a relação entre as leis escritas e não escritas é comparável àquela entre o corpo e a alma. As leis não escritas não são um mero complemento das escritas, mas a verdadeira base da lei.

---

[26] Veja a pág. mais acima. Ver também Noelle-Neumann 1981, 833-888.

Opinião pública no Nibelungenlied

Os alunos do nosso seminário continuaram a acreditar que a opinião pública só tinha sido relevante para uma pequena elite nos séculos anteriores e que, portanto, só tinha influência sobre as classes superiores. E, no entanto, eles já haviam lido na edição de 1588 dos ensaios de Montaigne que isso não era verdade. Conforme discutido acima (pp. 92-93), Montaigne citou Platão, que desenvolveu uma estratégia para mudar a opinião pública sobre o abuso infantil. Ele declarou especificamente que tal estratégia acabaria mudando a opinião de todos, incluindo mulheres, crianças e escravos.

Em nosso seminário de Mainz, encontramos não apenas os processos de opinião pública descritos pelos antigos gregos, mas também no Nibelungenlied, o antigo ciclo de canções teutônicas, que foi escrito quase dois mil anos depois de Homero. O termo "público" aparece apenas uma vez no poema épico, mas é em cena que ele dá origem a toda a tragédia extraordinária (Nibelungenlied 1965, 138). É a "décima quarta aventura", na qual a Rainha Crimilda e a Rainha Brunhilda discutem nas portas da igreja quem deve entrar primeiro. A praça da igreja está cheia de gente, como estaria hoje se nela houvesse duas rainhas. A Rainha Crimilda insulta a Rainha Brunhilde "na frente de todas as pessoas" por ter dormido com Siegfried em vez de seu próprio marido Gunther na noite de núpcias.

Um desenho de 1641

Quando David Hume afirmou que "o governo se baseia apenas na opinião" (Hume [1739-1740] 1963, 29), ele se limitou a repetir o que Aristóteles havia dito dois mil anos antes e havia sido dito novamente por aqueles que haviam estudado. Política de Aristóteles, como Maquiavel e Erasmus. Hume deve ter tomado a ideia do governo da opinião pública como certa, depois de tudo o que acontecera nas duas revoluções inglesas do século XVII. Em 1641, uma vinheta inglesa intitulada "O mundo é governado e governado pela opinião" apareceu, oito anos antes da decapitação de Carlos I (Haller 1965).

Esta vinheta27 constitui uma espécie de mapa do que já havia sido descoberto sobre a opinião pública naquela época.

[27] Está no Catálogo de Gravações Satíricas do Museu Britânico.

“O que significa aquele camaleão na sua mão, / que pode adotar todas as cores menos o branco?” Pergunta o jovem nobre à opinião pública, que está no alto da árvore. «A OPINIÃO pode assim em todas as formas ouvir / ser transformada, exceto na VERDADE, a correta.» “E por que esses rebentos emergem das raízes / árvore de OPINIÕES, tão abundantes?” Pergunta o jovem nobre. "Porque uma opinião pode correr assim / e se multiplicar ad infinitum", dizem a ele. E, senhora,
Que fruta é essa / que cai da árvore a cada ventinho? / Eles se parecem com livros e jornais. / E você é cego, está com os olhos tapados? »

A resposta confirma a ideia de Platão de que a opinião pública inclui a todos: escravos e livres, mulheres e crianças, e todos os cidadãos. Porque esses frutos da opinião pública que são os livros e os jornais não se relacionam apenas com as classes altas. Eles estão em todas as ruas e vitrines. E as duas últimas linhas do diálogo insistem que se encontram em todos os lugares, em todas as casas, em todas as ruas.
E por que é um "tolo tolo" que espalha algo tão importante quanto a opinião pública? Porque o tolo é aquele que lhe dá a verdadeira vida. Cabe a nós imaginar a aparência dos tolos que hoje "molham" a opinião pública.

Ausência do conceito de opinião pública
na Alemanha apolítica

A cultura política alemã nunca deu muita atenção ao conceito de opinião pública. Este conceito aparece pela primeira vez em alemão, muito mais tarde do que em inglês, francês ou italiano, e quando o faz é apenas como uma tradução literal da opinião pública francesa. Por um tempo pensamos que o primeiro a mencioná-lo fora o poeta Klopstock em sua ode 'An die öffentliche Meinung' ('À opinião pública'), de 1798. Quando terminamos a edição de 1980 de The Spiral of Silence, a maioria O mais antigo que encontramos era um dos "Gespräche unter vier Augen" ("Conversas Confidenciais") de Wieland: "Über die öffentliche Meinung" ("Sobre a Opinião Pública"), de 1798. Foi mais tarde que descobrimos Johannes von Müller, os suíços que usaram a expressão "opinião pública" pela primeira vez na Alemanha em 1777 (Müller [1777] 1819, 41). Johannes von Müller foi um historiador profissional - hoje o chamaríamos de cientista político e jornalista - que deu palestras em toda a Alemanha e foi convidado a colaborar como conselheiro político. Provavelmente contribuiu para a disseminação do conceito de opinião pública.

Que todos possam ver e ouvir

Atualmente ainda há problemas para traduzir o conceito, assim como havia em 1980. Um exemplo disso é a dificuldade de expressar a dimensão psicossociológica do "público", situação em que o indivíduo é visto e julgado por cada um e por todos e por sua a reputação e a popularidade estão em jogo. O significado psicossociológico do que é público só pode ser deduzido indiretamente do uso linguístico, que expressamos quando dizemos que algo aconteceu "no holofote" (no holofote). Ninguém diria que um concerto aconteceu "à vista de todos". A expressão latina coram publico já tinha as mesmas conotações.

O humanista e romancista francês François Rabelais, contemporâneo de Erasmo, não hesitou em usar os termos "na frente de todos",

"Na frente de todo o mundo" e público (Rabelais 1955, 206, 260, 267). Foi uma grande surpresa descobrir que mesmo no século 20 era quase impossível traduzir expressões como in aller Öffentlichkeit ou publicquement para o inglês. Passei semanas tentando encontrar uma solução conversando com colegas de classe e alunos em Chicago. Foi inútil. Um dia eu estava em um táxi em Nova York e o taxista ouvia as notícias. Quando ouvi o locutor encerrar uma história dizendo "o olhar do público tem seu preço", sentei-me: essa era a tradução. In aller Öffentlichkeit, aos olhos do público. Isso expressa o significado psicossociológico do conceito alemão Öffentlichkeit: à vista de todos.

Gunnar Schanno, um de meus alunos no seminário de Mainz, descobriu que esse uso se originou com Edmund Burke em 1791 (Burke [1791] 1826, 79). Burke se referiu não apenas ao "olhar público", mas também ao "ouvido público", que traduzimos como vor aller Ohren. Ambas as expressões estão corretas. O contexto em que Burke os usou também é interessante. Ele discutiu o que fazia alguém aristocrata por natureza, por exemplo, se acostumar desde muito jovem a ser submetido à crítica pública, a ser visto pelo público. E Burke acrescentou: "observar a opinião pública desde o início" (Burke, 217). Erasmus e Maquiavel já haviam ensinado seus príncipes que eles não deveriam se esconder do público, mas aprender a ser visíveis (Erasmus [1518] 1968, 201; Maquiavel [1532] 1971, cap. 18).

Nietzsche, inspirador de Walter Lippmann

Muito do que os autores alemães do século 19 escreveram sobre a opinião pública e a natureza social do homem parece ainda não ter sido descoberto. Kurt Braatz encontrou quase por acaso em Harwood Childs uma referência a um autor alemão de meados do século XIX que havia sido completamente esquecido na Alemanha. Nem Ferdinand Tönnies, o principal teórico da opinião pública da primeira metade do século 20, nem Wilhelm Bauer, o historiador mais importante, o mencionam. Childs estava se referindo a Carl Ernst August Freiherr von Gersdorff, um membro natural da câmara alta do Parlamento prussiano e doutor em filosofia, cujo Ueber den Begriff und das Wesen der oeffentlichen Meinung. Ein Versuch (Sobre o conceito e a essência do conceito de opinião pública. Um ensaio.) Foi publicado em 1846.

Braatz estava especialmente interessado em Nietzsche e ficou impressionado com a semelhança do nome com o do amigo e secretário de Nietzsche Carl von Gersdorff. Em sua pesquisa, ele descobriu que o jovem que ajudara Nietzsche, principalmente quando trabalhava na Unzeitgemässe Betrachtungen (Considerações Intempestivas), era filho do homem que havia escrito sobre a opinião pública. E embora Nietzsche nunca mencione esse texto ou o nome do pai, é surpreendente que naqueles mesmos anos ele tenha começado a se interessar pela opinião pública e a mencioná-la com frequência em seus escritos. Para verificar se Nietzsche estava seriamente interessado no fenômeno da opinião pública, Braatz escreveu aos Arquivos de Nietzsche em Weimar, onde está localizada a biblioteca particular de Nietzsche, pedir aos bibliotecários que verifiquem se há passagens importantes sobre a opinião pública sublinhadas nos livros de certos autores ou se há anotações nas margens. Braatz estudou sistematicamente os escritos de von Gersdorff Sênior e os comparou às declarações de Nietzsche sobre a

opinião pública. Assim, ele demonstrou que Nietzsche havia adotado muitas das idéias de von Gersdorff no campo da psicologia social (Braatz 1988). Von Gersdorff descreve a opinião pública como a vemos hoje: «A opinião pública, a meu ver, deve sempre existir na vida intelectual ... enquanto as pessoas tiverem uma vida social ... Ela não pode, portanto, deixar de existir., faltando ou sendo destruído, está em todo lugar e sempre ». Não está sujeito a nenhuma limitação temática e pode ser "melhor denominado:"

Gersdorff suspeita que muito do poder da opinião pública vem do silêncio temeroso de muitos indivíduos. Propostas

“Investigar as razões da abstenção silenciosa de fazer julgamentos de valor”. Von Gersdorff também afirma explicitamente que os processos de formação de opinião não procedem apenas de considerações racionais, mas são de origem psicoantropológica. Fale sobre "correntes galvânicas". Isso faz com que o pesquisador moderno da opinião pública pense imediatamente sobre a maneira como as mudanças de atitude ocorrem em todos os grupos da população em poucas semanas; em todas as áreas geográficas, em todas as faixas etárias, em todas as classes sociais.

Enquanto estudava as ideias de Nietzsche sobre a opinião pública, Braatz descobriu várias conexões das quais eu não sabia quando a primeira edição de A espiral do silêncio foi publicada. Ele descobriu que Spencer foi o primeiro a usar o conceito de "controle social" em 1879 (Spencer [1879] 1966, 383), um termo posteriormente adotado por Edward Ross, que o popularizou nas ciências sociais. Nossa admiração pelo vigor da Opinião Pública de Lippmann de 1922 não é diminuída pela impressão, com base na comparação dos textos, de que Nietzsche provavelmente já havia antecipado muitas de suas idéias. Isso se aplica tanto ao papel dos estereótipos como veículos da opinião pública, quanto ao seu princípio básico, que indica que o ponto de vista do observador configura o que é observado. Nietzsche escreve: «Só o vê de uma determinada perspetiva; é apenas "compreendido" de uma certa perspectiva "(Nietzsche 1967, 383). Mesmo o curioso costume de distinguir entre Opinião Pública (com letras maiúsculas) e opinião pública (com letras minúsculas) não é uma ideia original de Lippmann, mas remonta à análise de Nietzsche.

26. Rumo a uma teoria da opinião pública

Em meados da década de 1930, quando a eficácia do método de pesquisa representativa da população foi demonstrada pela precisão com que o resultado das eleições presidenciais americanas de 1936 havia sido previsto, as expectativas eram altas no campo da pesquisa sobre a opinião pública. Poucos meses depois, apareceu a primeira edição da nova revista Public Opinion Quarterly. Continha um ensaio introdutório de Floyd H. Allport intitulado
“Para uma ciência da opinião pública”. Vinte anos depois, em 1957, o título do ensaio de Herbert H. Hyman "Rumo a uma teoria da opinião pública", também publicado no Public Opinion Quarterly, demonstrava a mesma confiança.
Na próxima vez em que esse termo-chave apareceu em um artigo no Public Opinion Quarterly, em 1970, havia sintomas de impaciência. As atas da 25ª Conferência Anual da Associação Americana de Pesquisa de Opinião Pública incluíram um relatório sobre uma sessão intitulada "Rumo a uma Teoria da Opinião Pública". Os principais palestrantes foram o psicólogo Brewster Smith e o cientista social Sidney Verba, da Universidade de Chicago. A psicóloga afirmou que a pesquisa “ainda não abordou o problema de como as opiniões individuais se articulam para produzir consequências sociais e políticas. O problema da articulação, implícito em qualquer concepção da opinião pública como um fato social, é uma prioridade para a ciência política e a sociologia ”(Smith 1970, 454). O cientista social argumentou: “Muitas das pesquisas sobre opinião pública política são irrelevantes para a elaboração da teoria macropolítica da relação entre as atitudes das massas e o comportamento e resultados políticos significativos. Essa irrelevância se deve principalmente ao fato de que a maioria das pesquisas de opinião pública enfoca o cidadão individual como uma unidade de análise ”(Verba 1970, 455).
Basicamente, os dois palestrantes buscavam uma resposta para a mesma pergunta: Como a soma das opiniões individuais, tal como definida pelas pesquisas de opinião pública, se transforma no tremendo poder político conhecido como "opinião pública"?

Desprezo pela opinião pública
A resposta demorou a chegar porque ninguém procurava um tremendo poder político. Nenhuma das cinquenta definições de opinião pública coletadas por Harwood Childs no famoso segundo capítulo de seu livro Public Opinion se fixa explicitamente no poder da opinião pública (Childs 1965, 12-41). Em vez disso, várias definições

eles confundiram, por assim dizer, o barômetro com o tempo. "A opinião pública consiste nas reações das pessoas a declarações e perguntas claramente formuladas em uma situação de entrevista" (Warner 1939, 377); ou "A opinião pública não é o nome de algo, mas uma classificação de uma série de coisas que, em uma distribuição de frequências estatisticamente ordenada, apresentam modos ou frequências que chamam a atenção ou provocam interesse" (Beyle 1931, 183).
Como uma distribuição de frequência ordenada estatisticamente pode derrubar um governo ou assustar um indivíduo?

A espiral do silêncio não é compatível com o ideal democrático
Era previsível que a teoria da espiral do silêncio não foi recebida como um progresso em direção a uma teoria da opinião pública quando foi apresentada pela primeira vez no Congresso Internacional de Psicologia de Tóquio em 1972, nem em 1980 ou 1984, quando meu livro apareceu. Em alemão e Inglês respectivamente. Nessa teoria não havia lugar para o cidadão informado e responsável, ideal em que se baseia a teoria democrática. A teoria democrática clássica não leva em consideração o medo do governo e do indivíduo da opinião pública. A teoria democrática não trata de questões como a natureza social do homem, a psicologia social ou a origem da coesão social.
Uma equipe de pesquisa germano-americana composta por Wolfgang Donsbach da University of Mainz e Robert L. Stevenson da University of North Carolina (Chapel Hill) testou a tese da espiral do silêncio em pesquisas eleitorais conduzidas na Carolina do Norte pelo Institute of Investigation da Comunicação desta universidade. Eles confirmaram a tendência de um lado permanecer em silêncio sobre a polêmica questão da legislação sobre o aborto. Ao mesmo tempo, estavam pessimistas quanto à possibilidade de defender a espiral do silêncio. A teoria consiste, eles escreveram, em uma longa cadeia de hipóteses, uma cadeia de relações causais. «Em termos microssociológicos, a cadeia começa com a variável psicossociológica do medo do isolamento e a tendência de se expressar ou permanecer em silêncio e, em termos macrossociológicos, com a integração na sociedade ”(Donsbach e Stevenson 1986, 14; ver também 7). Cada elo da cadeia tinha aspectos questionáveis. A teoria relacionava teses de várias ciências sociais que eram tradicionalmente consideradas separadas, a saber: hipóteses de teorias de comportamento e atitudes, de teorias de comunicação e teorias sociais (ibid., 8ss.). Talvez eles estivessem certos ao sustentar que a incapacidade da teoria de respeitar as fronteiras entre as diferentes disciplinas a colocava em desvantagem. Naquela época, raramente os acadêmicos se interessavam por

dialogar com disciplinas relacionadas à sua. em termos macrossociológicos, com integração na sociedade "(Donsbach e Stevenson 1986, 14; ver também 7). Cada elo da cadeia tinha aspectos questionáveis. A teoria relacionava teses de várias ciências sociais que eram tradicionalmente consideradas separadas, a saber: hipóteses de teorias de comportamento e atitudes, de teorias de comunicação e teorias sociais (ibid., 8ss.). Talvez eles estivessem certos ao sustentar que a incapacidade da teoria de respeitar as fronteiras entre as diferentes disciplinas a colocava em desvantagem. Naquela época, raramente os acadêmicos estavam muito interessados em dialogar com disciplinas relacionadas à sua. em termos macrossociológicos, com integração na sociedade "(Donsbach e Stevenson 1986, 14; ver também 7). Cada elo da cadeia tinha aspectos questionáveis. A teoria relacionava teses de várias ciências sociais que eram tradicionalmente consideradas separadas, a saber: hipóteses de teorias de comportamento e atitudes, de teorias de comunicação e teorias sociais (ibid., 8ss.). Talvez eles estivessem certos ao sustentar que a incapacidade da teoria de respeitar as fronteiras entre as diferentes disciplinas a colocava em desvantagem. Naquela época, raramente os acadêmicos se interessavam por dialogar com disciplinas relacionadas à sua. A teoria relacionava teses de várias ciências sociais que eram tradicionalmente consideradas separadas, a saber: hipóteses de teorias de comportamento e atitudes, de teorias de comunicação e teorias sociais (ibid., 8ss.). Talvez eles estivessem certos ao sustentar que a incapacidade da teoria de respeitar as fronteiras entre as diferentes disciplinas a colocava em desvantagem. Naquela época, raramente os acadêmicos estavam muito interessados em dialogar com disciplinas relacionadas à sua. A teoria relacionava teses de várias ciências sociais que eram tradicionalmente consideradas separadas, a saber: hipóteses de teorias de comportamento e atitudes, de teorias de comunicação e teorias sociais (ibid., 8ss.). Talvez eles estivessem certos ao sustentar que a incapacidade da teoria de respeitar as fronteiras entre as diferentes disciplinas a colocava em desvantagem. Naquela época, raramente os acadêmicos estavam muito interessados em dialogar com disciplinas relacionadas à sua. Talvez eles estivessem certos ao sustentar que a incapacidade da teoria de respeitar as fronteiras entre as diferentes disciplinas a colocava em desvantagem. Naquela época, raramente os acadêmicos estavam muito interessados em dialogar com disciplinas relacionadas à sua. Talvez eles estivessem certos ao sustentar que a incapacidade da teoria de respeitar as fronteiras entre as diferentes disciplinas a colocava em desvantagem. Naquela época, raramente os acadêmicos estavam muito interessados em dialogar com disciplinas relacionadas à sua.

O que você precisa saber para analisar a opinião pública

Só se pode avançar para uma teoria da opinião pública com uma definição clara do conceito e um conhecimento das condições

necessárias para o estudo empírico da opinião pública. Compilei uma lista de seis perguntas básicas que podem ajudar a facilitar esse esforço. As respostas a essas perguntas fornecem as informações mínimas necessárias para testar a teoria da espiral do silêncio (Noelle-Neumann 1989a, 20):

1. A distribuição da opinião pública sobre um determinado tópico deve ser determinada com os métodos de pesquisa representativos relevantes.
2. Devemos avaliar o clima da opinião, a opinião individual sobre "O que a maioria das pessoas pensa?" Isso geralmente mostra uma imagem completamente nova.
3. Como o público pensa que a questão polêmica irá evoluir? derramar? Qual lado vai ganhar força, qual vai perder terreno?
4. Você tem que medir a vontade de se expressar sobre um determinado assunto, ou a tendência a ficar calado, principalmente em público.
5. O assunto tem um forte componente emocional ou moral? Sem esse componente não há pressão da opinião pública e, portanto, não há espiral de silêncio.
6. Qual é a posição da mídia sobre o assunto? De que lado a mídia influente apóia? A mídia é uma das duas fontes de onde vem a avaliação que as pessoas fazem do clima de opinião. A mídia influente empresta palavras e argumentos para outros jornalistas e aqueles que concordam com eles, influenciando assim o processo de opinião pública e a tendência de se expressar ou permanecer em silêncio.

A maioria silenciosa não refuta a espiral do silêncio

Alguns pesquisadores que testaram a espiral do silêncio propuseram que a influência da mídia fosse ignorada, pelo menos inicialmente, para simplificar seus estudos (ver Glynn e McLeod 1985, 44). Isso levaria, no entanto, a refutar a teoria da espiral do silêncio quando o tom da mídia diverge muito da opinião pública. O processo da espiral do silêncio não se opôs uma vez à linha adotada pela mídia. O fato de um indivíduo saber que a mídia apóia sua opinião é um fator importante que influencia a predisposição dessa pessoa para se expressar. Um exemplo disso na Alemanha foi a questão de se os membros do Partido Comunista deveriam ser autorizados a ser juízes (ver acima, p. 222). Embora a minoria favorável fosse certamente muito pequena e ciente de sua situação minoritária, estava muito mais disposta a falar do que a maioria. A maioria, que sentia que não tinha o apoio da mídia, tornou-se uma maioria silenciosa. O cartunista inglês de 1641 (discutido no capítulo anterior) tinha bons motivos para representar a árvore da opinião pública com jornais e livros pendurados. Como muitas outras questões, se os membros do Partido Comunista poderiam ser juízes tornou-se quase incompreensível uma ou duas décadas depois. A pressão da opinião pública desapareceu

por completo, como nuvens de tempestade. Mesmo mergulhando nos jornais da época, amarelado com o passar do tempo,

Suposições da teoria

Com a ajuda das seis perguntas listadas acima, podemos projetar estudos de caso e fazer previsões. Num tema como o da energia nuclear, em que existe uma posição clara dos meios de comunicação e uma forte componente moral em relação à segurança das gerações futuras, é de esperar que aqueles que se opõem à energia nuclear tenham mais vontade de se expressar publicamente. e parecem mais fortes no clima de opinião do que aqueles a favor (Kepplinger 1988, 1989a). Sabine Mathes confirmou essa suposição em sua tese de bacharelado na Universidade de Mainz (Mathes 1989). Somente quando os apoiadores forem reduzidos a um núcleo duro, pode-se esperar que eles demonstrem uma maior disposição para falar em público do que seus oponentes. (Veja, em "núcleo duro", o final deste capítulo.)

Que teoria está por trás da análise deste estudo de caso? A teoria da espiral do silêncio assenta no pressuposto de que a sociedade - e não apenas os grupos em que os membros se conhecem - ameaça os indivíduos que se desviam do consenso com o isolamento e a exclusão. Os indivíduos, por sua vez, têm um medo amplamente subconsciente do isolamento, provavelmente determinado geneticamente. Esse medo do isolamento faz com que as pessoas tentem constantemente verificar quais opiniões e modos de comportamento são aprovados ou reprovados em seu ambiente e quais opiniões e formas de comportamento estão ganhando ou perdendo força. A teoria postula a existência de um sentido quase estatístico que permite que essas estimativas sejam feitas. Os resultados de suas estimativas influenciam a inclinação das pessoas para se expressarem, bem como em seu comportamento em geral. Se as pessoas acreditam que sua opinião faz parte de um consenso, elas se expressam com segurança em conversas públicas e privadas, expressando suas convicções com alfinetes e adesivos, por exemplo, mas também por meio das roupas que vestem e outros símbolos visíveis publicamente. E, inversamente, quando as pessoas se sentem em minoria, tornam-se cautelosas e silenciosas, reforçando assim a impressão de fraqueza, até que o lado aparentemente mais fraco desapareça, deixando apenas um núcleo duro que se apega aos seus valores anteriores, ou até que a opinião se torne tabu. mas também pelas roupas que vestem e outros símbolos perceptíveis publicamente. E, inversamente, quando as pessoas se sentem em minoria, tornam-se cautelosas e silenciosas, reforçando assim a impressão de fraqueza, até que o lado aparentemente mais fraco desapareça, deixando apenas um núcleo duro que se apega aos seus valores anteriores, ou até que a opinião se torne tabu. mas também pelas roupas que vestem e outros símbolos perceptíveis publicamente. E, inversamente, quando as pessoas se sentem em

minoria, tornam-se cautelosas e silenciosas, reforçando assim a impressão de fraqueza, até que o lado aparentemente mais fraco desapareça, deixando apenas um núcleo duro que se apega aos seus valores anteriores, ou até que a opinião se torne tabu.
A teoria é difícil de verificar porque se baseia em quatro pressupostos diferentes, bem como em um quinto pressuposto sobre a relação entre os quatro primeiros.
As quatro premissas são:

1. A sociedade ameaça os indivíduos desviantes com o isolamento.
2. Os indivíduos experimentam um medo contínuo de isolamento.
3. Esse medo do isolamento faz com que os indivíduos tentem continuamente avaliar o clima de opinião.
4. Os resultados desta avaliação influenciam o comportamento em público, especialmente a expressão pública ou a ocultação de opiniões.

O quinto pressuposto afirma que os anteriores estão relacionados entre si, o que explica a formação, manutenção e modificação da opinião pública.
Qualquer teste empírico dessas suposições requer que elas se tornem indicadores observáveis em situações que podem ser registradas por meio de entrevistas.

A verificação da ameaça de isolamento
A opinião pública representa uma ameaça de isolamento? A opinião pública usa essa ameaça para se defender contra indivíduos que possuem opiniões divergentes? A opinião pública ganha aceitação por meio da ameaça de isolamento? Nós nos consideramos uma sociedade liberal. O termo "liberal" tem um halo positivo para 52% da população alemã, e 64% dos pais alemães de hoje desejam incutir nos filhos a virtude da liberdade.
"tolerância".
Ameaçar alguém que discorda da opinião pública em geral é certamente intolerante. É por isso que é tão difícil fazer perguntas sobre este tópico em uma pesquisa. No entanto, na edição de 1984 de The Spiral of Silence, fomos capazes de descrever vários modos diferentes de ameaça de isolamento. Um exemplo disso é a pergunta sobre o carro com os pneus furados deliberadamente por um adesivo de uma parte rejeitada pelo entrevistado (ver acima, pp. 75 e seguintes).
Como parte de nossas pesquisas eleitorais, também usamos uma pergunta sobre um motorista estranho cujo pedido de informações foi rejeitado por um transeunte da cidade. A pergunta termina: «Há que acrescentar que o motorista usa um distintivo de propaganda política preso ao paletó. O que você acha, de que festa é o alfinete? Também fizemos uma pergunta sobre qual partido é aquele cujos cartazes são

mais frequentemente rasgados ou arrancados, o que consideramos constituir uma medida da ameaça pública de isolamento contra os apoiadores desse partido.

Em Mainz, começamos a nos aprofundar seriamente na questão de como funciona a ameaça de isolamento. Sabine Holicki (1984) escreveu uma tese de bacharelado intitulada 'The Threat of Isolation. Aspectos psicossociológicos de um conceito de teoria da comunicação ». Outra tese, de Angelika Albrecht (1983), foi intitulada

"Rir e sorrir: isolamento ou integração?" Lembramos que Stanley Milgram havia habilmente usado sinais acústicos, como assobios, vaias e risadas desdenhosas, como sinais de ameaça de isolamento (ver acima, pp. 77 e seguintes). Mas foi só em 1989 que descobri o teste que estava procurando há tanto tempo. Bastava levar em conta os indícios de comportamento conformista descritos na literatura sobre o assunto e o que a psicologia social dizia sobre o riso, embora esses estudos não mencionassem a opinião pública (Nosanchuk e Lighstone 1974; Berlyne 1969).

Aplicamos o novo teste imediatamente à questão da energia nuclear, usando vaias e risadas desdenhosas como indicadores. O texto da pergunta dizia: “Gostaria de falar sobre um incidente ocorrido recentemente em uma grande reunião pública sobre energia nuclear. Havia dois oradores principais. Um falou a favor da energia nuclear e o outro contra. Um deles foi vaiado pelo público.

Quem você acha que foi o vaiado, o orador que defendeu a energia nuclear ou quem se opôs a ela? Setenta e dois por cento dos alemães que responderam acreditavam que o orador vaiado era o proponente da energia nuclear; 11 por cento, que foi aquele que se opôs. Os indecisos representavam apenas 17% (ver tabela 27).

Não há dúvida de que existe a ameaça de isolamento e que as pessoas sabem quais opiniões representam um alto risco de desencadear essa ameaça quando expressas publicamente. Algumas semanas depois, o mesmo teste foi aplicado na Grã-Bretanha. Nosso colega Robert J. Wybrow incluiu a pergunta em uma pesquisa abrangente com 1.000 entrevistas e ofereceu os resultados logo depois. Também no Reino Unido, o clima de opinião era claramente contrário aos que apoiavam a energia nuclear, embora não no mesmo grau.

Não há dúvida de que esse clima hostil de opinião influencia a predisposição de um indivíduo para falar ou permanecer em silêncio. Em qualquer caso, era importante que os entrevistados ingleses aceitassem a pergunta do teste. Qualquer teoria da opinião pública deve ser internacionalmente aplicável. Embora possa incluir aspectos específicos do país em questão em cada caso, deve ser possível confirmar a essência desses estudos internacionalmente.

Assim, o teste deve ser aplicável em diferentes culturas. Pensei no estilo altamente civilizado das relações sociais no Japão e duvidei que o novo teste de ameaça de isolamento pudesse ser aplicado naquela cultura, porque até mesmo estudantes americanos ficaram ofendidos

quando descrevi o teste em que as rodas de um carro estalam com adesivos de um partido impopular.
Quando discuti a questão do teste com Hiroaki Minato, um estudante japonês em um de meus seminários na Universidade de Chicago, ele negou que fosse possível aplicar o teste de boo no Japão. Depois de discutir uma grande variedade de opções, ele disse:
"Essa seria a situação no Japão." O texto revisado para o Japão agora diz: “Em uma reunião de bairro, houve um debate sobre energia nuclear. Um dos presentes falou a favor da energia nuclear e outro falou contra. Mais tarde, um deles soube que sua intervenção havia sido criticada pelas costas. Quem dos dois acha que foi criticado? ».

Verificando o teste de isolamento
Muitos americanos ficaram intrigados com os experimentos de Asch e Milgram sobre o medo do isolamento (ver acima, pp. 59 e segs.). Milgram repetiu os experimentos - modificados - na França e na Noruega porque queria saber se o comportamento conformista era tão prevalente na Europa quanto parecia ser nos Estados Unidos. A ideia de que os americanos podem sentir medo do isolamento ofendeu tanto os alunos durante uma de minhas palestras na Universidade de Chicago que muitos deixaram o auditório. Obviamente, era impossível perguntar em uma pesquisa “Você tem medo do isolamento?”, Embora a mesma pergunta já tivesse sido feita nos Estados Unidos para testar a espiral do silêncio. A teoria foi frequentemente criticada pelo que parecia ser uma ênfase exagerada em motivos irracionais e emocionais para a conformidade. Foi dito que eu havia subestimado as razões boas e racionais desse fenômeno. Esta é, naturalmente, uma discordância tradicional entre cientistas sociais europeus e americanos, o último favorecendo explicações racionais do comportamento humano.
No Capítulo 3 (pp. 64 e segs.), Descrevemos um método de teste para medo do isolamento. No "teste de ameaça", os fumantes foram intimidados quando viram a foto de uma pessoa dizendo furiosamente: "Os fumantes são tremendamente imprudentes". Eles forçam outras pessoas a respirar sua fumaça, que é tão prejudicial à saúde. ' Mas ainda estávamos muito longe de atender à demanda de nossos colegas americanos de que encontrássemos um método para realmente medir o medo do isolamento (ver Glynn e McLeod 1985, 47 e seguintes, 60).
Experimentamos um forte ímpeto estudando uma área de pesquisa que remonta a Charles Darwin no século 19 e que produziu nas décadas de 1940 e 1950 a área crescente de investigação chamada dinâmica de grupo. Esta disciplina focou em questões relacionadas à coesão do grupo: Em que se baseia a estabilidade de um grupo? O que o grupo faz quando membros individuais violam as regras e ameaçam a existência do grupo? Sabine Holicki (1984) conheceu as pesquisas realizadas nesta área ao procurar materiais sobre a ameaça e o medo do isolamento. Ele descobriu que os experimentos de

dinâmica de grupo registraram um processo de três estágios. No primeiro, o grupo usa a persuasão amigável para tentar conquistar o indivíduo desviante. Se isso não funcionar, o indivíduo desviante é ameaçado de exclusão do grupo. Se isso também falhar, "o grupo redefine seus limites" (na linguagem da dinâmica de grupo), o que significa que o indivíduo desviante é excluído do grupo (Cartwright e Zander [1953] 1965, 145).

Isso nos lembra a frase de Edward Ross: "até que o membro morto se desprenda do corpo social" (ver pp. 129-130 acima). Algo está estranho: os pesquisadores de dinâmica de grupo estudaram como os grupos mantêm a coesão, mas pararam por aí. Por que eles não deram um passo adiante e investigaram o que é que mantém a sociedade como um todo unida? Se tivessem dado esse passo, teriam que tratar o fenômeno da opinião pública como um instrumento de controle social.

Mas o termo "opinião pública" nunca é mencionado no contexto da dinâmica de grupo. Nem aparece nos escritos de Erving Goffman, cujas investigações sistemáticas nas décadas de 1950 e 1960 começaram onde Montaigne havia parado há cerca de 350 anos. Segundo Goffman, assim que as pessoas deixam de estar sozinhas - mesmo que haja apenas uma pessoa presente, e mais ainda quando são muitas - elas se transformam pela consciência de que outras pessoas estão formando uma opinião sobre elas. Goffman focou em situações públicas do ponto de vista da psicologia social, iluminando uma área que antes havia sido ignorada. Comportamento em lugares públicos foi o título lacônico de uma de suas obras precursoras (Goffman 1963a).

No decorrer de seus estudos sobre a personalidade, Goffman encontrou a descrição de Darwin das múltiplas características físicas que mostram a natureza social do homem. Nós também podemos nos referir de maneira útil a A expressão das emoções no homem e nos animais, de Darwin, em nossa busca por evidências do medo humano do isolamento. No Capítulo 13 desse trabalho, Darwin aborda a questão do constrangimento e descreve os sintomas físicos associados a ele, como rubor, empalidecimento, sudorese, gagueira, gestos nervosos, mãos trêmulas, um corpo fraco, rachado ou anormalmente agudo ou voz profunda., sorrisos forçados, desviar o olhar ... Darwin comenta que as pessoas evitam perceber que estão sendo observadas reduzindo o contato visual (Darwin 1873, 330).

Darwin distingue entre duas partes da natureza humana, uma voltada para fora e a outra voltada para dentro. Quando o indivíduo se volta para fora, ele se submete à sua natureza social. Isso é confirmado por sinais objetivos, como o rubor, que não ocorre em animais. Darwin distingue entre sentimentos de culpa, vergonha e constrangimento. Você pode ficar profundamente envergonhado de uma mentirinha sem corar, mas corando assim que achar que a mentira foi descoberta. Darwin diz que a timidez é a causa do rubor. Mas timidez é simplesmente sensibilidade ao que os outros podem pensar de nós.

Darwin nunca usa o termo "opinião pública". Embora nunca mencione o medo do isolamento, suas observações indicam claramente que a natureza social do homem o leva a refletir sobre a opinião dos outros, a se perguntar como é visto do mundo exterior e a desejar criar uma impressão favorável para que não pode-se apontar para ele, o dedo, explícita ou implicitamente. Até mesmo a atenção do público causada por boas ações é constrangedora para muitas pessoas.

Erving Goffman, ao contrário, presumia que o constrangimento era uma forma branda de punição que força as pessoas a seguir certas regras de conduta em público (Goffman 1956, 265, 270 e seguintes). Essa suposição foi refutada por Michael Hallemann em sua tese de doutorado escrita na Universidade de Mainz. Hallemann mostrou que o constrangimento era uma reação a qualquer situação em que o indivíduo se sentisse isolado, mesmo que todos o considerassem um herói por ter evitado que uma criança se afogasse (ver Tabela 28).

Van Zuuren (1983) descreve um grupo de jovens cientistas sociais holandeses naquela com ele realizado eles mesmos experimentos em situações embaraçosas. Parando para bater um papo no meio de uma movimentada zona de pedestres, por exemplo, o grupo pôde vivenciar o que parecia ser alvo de olhares de reprovação raivosos. Em um café meio vazio, eles se sentaram à mesa ocupada por outro casal desconhecido e observaram suas próprias reações ao quebrar essa regra tácita. Eles foram à mesma loja duas vezes e compraram o mesmo produto nas duas vezes em um curto período de tempo. Uma das tarefas era pegar o elevador até o último andar de uma casa desconhecida e ficar ali olhando sem fazer nada. Uma das participantes do experimento disse que tinha medo de não saber o que fazer se alguém lhe perguntasse o que ela estava fazendo ali. "De repente, percebi como devo ter ficado grotesco com minhas calças rosa e blusa rosa."

Esses autoexperimentos mostraram que existe um tipo de controle pessoal interno que filtra o comportamento antes que o controle social seja realizado, antecipando a ameaça de isolamento. O mero pensamento de como uma situação pode ser desagradável faz com que o indivíduo corrija seus comportamentos divergentes do consenso público antes que a comunidade exerça o controle social externo, e mesmo antes que a comunidade saiba algo sobre a infração projetada.

A partir de feito, Muitos a partir de a participantes sobre a Os autoexperimentos holandeses não realizaram as ações que eles planejaram. Esta é a área de "interação simbólica" descrita por George Herbert Mead, da Universidade de Chicago. A "interação simbólica", pensar sobre o que os outros podem pensar ou como podem reagir, influencia os indivíduos como se fosse real. Mas esse mundo de discussões silenciosas ocorrendo em nossa própria mente, com o medo decorrente da natureza social do homem, era tão estranho à ciência social contemporânea de Mead que ele nunca publicou um segundo

livro. Uma de suas principais obras, as "Classes de Psicologia Social de 1927" (em Mead, 1982), que agora é lida e usada em seminários sobre a opinião pública, é baseada em anotações feitas pelos alunos de Mead.

Perturbação como manifestação da natureza social do homem

Como o indivíduo percebe a ameaça de isolamento? Quais são os sinais? Como o indivíduo experimenta o medo do isolamento e como podemos medi-lo? Um grupo de alunos de um "seminário-workshop" em Mainz planejou um autoexperimento. Na Alemanha, o carnaval de Mainz é um evento importante que podemos presumir que conta com o apoio do consenso público. Os alunos montaram um estande em uma rua movimentada, onde as pessoas podiam ingressar em uma organização recém-fundada, uma organização que se opõe a gastar dinheiro no carnaval anual de Mainz. Os folhetos diziam que seria melhor destinar esse dinheiro à ajuda ao Terceiro Mundo. Folhetos estavam empilhados em grandes pilhas no estande e os alunos tentavam distribuí-los aos transeuntes e conseguir assinaturas em apoio à causa. Um dos alunos filmado isto naquela aconteceu a partir de uma casa fechar, permitindo assim a análise dos tipos de comportamento ocorridos (Ewen e outros 1981-1982). Até os lojistas das ruas adjacentes participaram. Eles tentaram evitar que os pedestres parassem na cabine com gestos que mostrassem claramente sua opinião de que os alunos eram malucos.

A experiência de pessoas virando as costas para ele quando ele se aproximava e outras mudando de direção para evitá-lo impressionou tanto Michael Hallemann que ele dedicou sua tese de bacharelado e sua tese de doutorado a este tópico (Hallemann 1984, 1989; ver também 1986).

O Instituto Allensbach realizou uma pesquisa representativa em que um desenho foi mostrado aos entrevistados. Os homens viram a imagem de dois homens e as mulheres a imagem de duas mulheres. Em cada um deles uma pessoa diz ao outro: «Imagine o que me aconteceu ontem. Foi tão constrangedor ... eu ... ». Em seguida, o pesquisador diz: 'Aqui, você tem duas pessoas conversando. Infelizmente, a frase homem / mulher está inacabada. O que você acha que ele queria dizer, o que poderia ter acontecido com ele? Depois de analisar as respostas de cerca de 2.000 entrevistados, Hallemann projetou trinta situações embaraçosas. Na seguinte pesquisa Allensbach, essas situações foram apresentadas aos entrevistados, cada uma delas escrita em um cartão, e eles foram informados: Esses cartões descrevem algumas situações que podem ocorrer em algum momento. Por favor, coloque os cartões nesta folha, dependendo se a situação parece ou não embaraçosa para você. '

As várias situações embaraçosas estão listadas na Tabela 28, juntamente com os resultados na República Federal da Alemanha,

Espanha e Coreia. Em junho de 1989, os pesquisadores repetiram a série de perguntas. Parecia não haver nenhuma mudança significativa no que as pessoas consideravam constrangedor. Os resultados da segunda pesquisa foram praticamente idênticos aos da primeira. Até esse teste, presumíamos que o constrangimento dependia em grande parte das tradições culturais e que variaria muito de país para país. Pelo menos na Alemanha, Espanha e Coréia, há uma semelhança notável entre as situações percebidas como constrangedoras.

Goffman (1956, 270) escreveu que, se quisermos aprender mais sobre a natureza social do homem, devemos estudar as situações que causam constrangimento. Já que não podemos perguntar diretamente às pessoas sobre sua natureza social - a maioria das pessoas prefere ignorá-la (a maioria dos alemães afirma que não se importam com o que os outros pensam sobre eles) - temos que procurar indicadores, como afirmou Emile. Método (1895). Os indicadores não são o que você está procurando, mas permitem que você vislumbre o que deseja estudar.

Medindo o medo do isolamento

A publicação de The Spiral of Silence levantou muitas questões difíceis. A pesquisa social concentrava-se no campo da dinâmica de grupo desde a década de 1930, e uma das críticas era que os vários grupos aos quais o indivíduo pertence são muito mais influentes do que o público indefinido ao qual a teoria se refere. As pessoas dão muito mais importância ao que seus vizinhos, colegas, companheiros de clube e membros de seus grupos de referência dizem e pensam do que aquilo que estranhos em uma audiência anônima dizem e pensam.

Donsbach e Stevenson tentaram refutar essa objeção (1986, 10 e seguintes). Afirmaram que a espiral do silêncio não pretendia ser uma teoria determinística que apenas levasse em conta um fator exclusivo - por exemplo, o medo do isolamento - como único determinante do comportamento de um indivíduo, fator que afetaria todas as pessoas da mesma. caminho. O medo do isolamento público é um dos vários fatores que determinam o processo de opinião pública. Os grupos de referência também desempenham um papel. Eles citaram um estudo liderado pelo pesquisador holandês Harm t'Hart, que mostra que, se as opiniões do grupo de referência primária são reforçadas ou contraditadas pela pressão da opinião pública,

Após décadas de frutíferas pesquisas sociais no campo da dinâmica de grupo, ficou evidente a influência dos grupos no processo de formação de opinião. Mas os pesquisadores de dinâmica de grupo não ultrapassaram os limites dos grupos que estudaram. Eles não levaram em consideração o elemento público. Por isso, pareceu fundamental chamar a atenção para esse campo, fundamental para a compreensão do termo “opinião pública”. É impossível conseguir isso sem ter uma compreensão clara do significado do público como um júri da natureza social do homem.

A importância do público anônimo pode ser demonstrada usando o indicador desenvolvido por Hallemann para medir o constrangimento. Quando os entrevistados são solicitados a descrever espontaneamente situações embaraçosas, eles raramente escolhem situações em um pequeno grupo ou com pessoas que conhecem. Vinte e um por cento das situações ocorrem na presença de um grupo razoavelmente pequeno de estranhos e 46 por cento na frente de uma grande audiência anônima (Hallemann 1989, 135, tabela 14). Hallemann agrupou suas situações de teste em ambientes privados e ambientes com um público pequeno ou grande. Os resultados mostraram que quanto maior a audiência, maior a porcentagem de pessoas que acharam a situação particularmente constrangedora (ibid., 137, tabela 15).

Parece perfeitamente lógico que uma situação desagradável entre conhecidos pode ser mais embaraçosa do que com estranhos que não podemos ver novamente, isto é, na presença de um público anônimo; mas os resultados refutam essa lógica. O estigma que uma situação constrangedora produz diante de conhecidos não é definitivo. Sempre existe a possibilidade de retificar a impressão produzida. Mas quando se trata de uma audiência anônima, não há recurso, você não pode explicar ou se desculpar pelas ações tomadas. O estigma é indelével.

Hallemann também chegou mais perto do que ninguém até agora do objetivo de medir o medo do isolamento. Ele calculou uma pontuação com base no número de situações que um indivíduo considerou constrangedoras. A sensibilidade da natureza social do entrevistado foi classificada em muito excepcional, excepcional, média, baixa ou muito baixa, com correspondentes graus de medo do isolamento. Ele então examinou a disposição do entrevistado em expressar suas opiniões ou permanecer em silêncio. Ele descobriu que os indivíduos com um maior senso de constrangimento - e, podemos acrescentar, um maior medo do isolamento - também tinham uma tendência maior de não comentar sobre questões controversas. Isso não se deveu, no entanto, a um caráter tímido ou taciturno,

A verificação do sentido quase estatístico

Existe realmente o sentido quase estatístico descrito pela teoria da opinião pública? As pessoas podem perceber o clima de opinião? Os entrevistados de todos os países que estudamos responderam prontamente a perguntas como: "O que a maioria das pessoas pensa?" ou "A maioria das pessoas é a favor ou contra um determinado problema?" Pode-se esperar que os entrevistados respondam: 'Por que você está me perguntando? Você é o sociólogo! ' Mas eles não querem. A disposição para fazer estimativas é uma indicação de que as pessoas estão continuamente tentando avaliar a força das opiniões conflitantes sobre um determinado tópico.

Mas as estimativas geralmente estão erradas. As opiniões apoiadas por meios de comunicação influentes costumam ser superestimadas. Este fenômeno é o que geralmente é chamado hoje

"Ignorância pluralística." "O público julga mal o público." Em seu livro Social Psychology (1924), Floyd Allport discutiu esse fenômeno, que foi amplamente analisado por RL Schanck em seu estudo da comunidade (1932; ver Merton 1949; Newcomb 1950). Allport destacou que o indivíduo tem apenas três maneiras de fazer inferências sobre as opiniões e pontos de vista predominantes na população: a imprensa, o boato e a "projeção social". O conceito de "projeção social" é na verdade idêntico ao de "percepção do espelho", um termo introduzido posteriormente para explicar o
"Ignorância pluralística" (O'Gorman e Garry 1976; Fields e Schuman 1976) e se opor à ideia de um sentido quase estatístico (Glynn e McLeod 1985; Salmon e Kline 1985). É verdade que as verificações confirmaram unanimemente a percepção do espelho, mas também mostraram que, independentemente dos pontos de vista individuais, a população total percebe quais as opiniões que vão ganhando e quais as que estão perdendo, assim como percebemos se ela se eleva. ou quedas de temperatura (Noelle-Neumann 1985, 1991). Que outra explicação há para isso sem aceitar a capacidade das pessoas de compreender a distribuição de frequência? É óbvio que desde o início dos tempos houve uma tentativa de influenciar essas percepções, não apenas nos últimos anos, quando as pesquisas sociais lançaram luz sobre esse fenômeno. Isso torna surpreendente que a mídia - ou seja, a imprensa - mencionada por Allport como uma fonte complementar de orientação sobre a opinião predominante na comunidade como um todo, não tenha sido considerada significativa até meados dos anos 1980. Hoje sabemos que os meios de comunicação são a fonte mais importante para a constante observação que o indivíduo faz do meio ambiente. Sempre que a distribuição de frequência da opinião popular sobre um assunto se desvia das estimativas da população de como a maioria das pessoas pensa sobre o assunto, podemos suspeitar que seja devido à influência da mídia. Em outras palavras: a mídia transmite as idéias sobre distribuições de frequência (Noelle-Neumann 1989).

Verificando a prontidão das pessoas
para expressar sua opinião ou para ficar em silêncio

É uma pena que tão poucos países tenham uma extensa rede de ferrovias. Desde a primeira publicação de The Spiral of Silence, o
"Teste de trem" tem sido usado para medir a vontade de expressar
opiniões ou permanecer em silêncio (ver pp. 35 e segs. acima). Mas, à medida que a teoria se espalhou internacionalmente, mais e mais dúvidas surgiram sobre sua aplicabilidade a outros países onde uma viagem de trem de cinco horas era muito rara para os entrevistados imaginarem. Então, tivemos que fazer outra pergunta: “Imagine que você está fazendo uma viagem de ônibus de cinco horas e todos os passageiros descem em uma longa parada. Em um grupo de passageiros, alguém começa a falar sobre se deve apoiar ... ou não. Você gostaria de falar com essa pessoa para entender melhor seu

ponto de vista ou prefere não? Donsbach e Stevenson elaboraram outra pergunta em que um repórter de televisão pergunta às pessoas na rua se elas poderiam ser pesquisadas sobre um assunto polêmico. Nesse caso, porém, a dimensão pública é muito ampla. Hallemann descobriu que o medo do isolamento aumenta com o tamanho do público. Afinal, o público da televisão é o maior público que existe hoje.

Existem muitas outras expressões públicas da inclinação do indivíduo para expressar suas convicções: penteados, barbas, adesivos - que são usados como símbolos tanto nos Estados Unidos quanto na Europa - ou, na Alemanha, lenços roxos que simbolizam a participação em grandes convenções e reuniões. eclesiástico. Tudo isso pode ser traduzido em situações de teste que servem para detectar a vontade de mostrar ou esconder as próprias convicções.

O núcleo duro: uma resposta de "Dom Quixote"

Alguns mal-entendidos ocorreram quando a teoria da espiral do silêncio foi posta à prova quando a primeira edição deste livro apareceu, em parte porque naquela edição os capítulos 17 (sobre hereges e a vanguarda) e 23 (sobre o núcleo duro) eles eram muito curtos. Ainda não sabemos mais sobre a vanguarda hoje do que Platão quando tentou usar poetas para efetuar uma mudança de valores, como vimos no Capítulo 25.

Vários comentaristas presumiram que o núcleo era simplesmente formado por pessoas especialmente convencidas de uma opinião ou por pessoas com comportamento eleitoral extremamente estável. E também há críticos que argumentam que inventei o núcleo duro para ter uma desculpa, desde que os dados não confirmem a teoria.

Mas a tese de Maria Elisa Chuliá-Rodrigo na Universidade de Mainz, na qual ela estuda opinião pública no Don Quijote de la Mancha de Cervantes, definiu melhor o núcleo duro. Ler Cervantes levando em conta a teoria da opinião pública aumenta a dimensão trágica de sua obra. Dom Quixote absorveu o sistema de valores da sociedade lendo muitos livros de cavalaria. E é por isso que ele deseja lutar e ser recompensado por isso, ganhando "nome e fama eternos". Mas tudo o que ele faz, as roupas que veste e as armas curiosas que carrega, pertencem a um mundo que existiu duzentos anos antes de seu tempo. Ele é isolado, zombado e derrotado, mas permanece fiel aos ideais da cavalaria quase até o final do romance (Chuliá-Rodrigo 1989).

Quem pertence à vanguarda está comprometido com o futuro e, portanto, necessariamente isolado; mas a convicção de que estão à frente de seu tempo permite-lhes suportá-lo. O "núcleo duro" permanece comprometido com o passado, preserva velhos valores enquanto sofre com o isolamento atual.

Como a soma das opiniões individuais se transforma em opinião pública

Na conferência de 1970 da American Association for the Public Opinion Research, o cientista social Sidney Verba afirmou que a pesquisa de opinião política não avançou em direção a uma teoria da opinião pública porque "tende a se concentrar no indivíduo como a unidade de análise" (Verba 1970, 455). Não estou de acordo. O que impediu a elaboração da teoria não foi o fato de a unidade de análise ser o indivíduo, mas o fato de a pesquisa empírica ignorar a natureza social do indivíduo. As pesquisas perguntavam sobre a opinião, o comportamento e o conhecimento do indivíduo: "Você é a favor de ...?" "Você está interessado em ...?" "Você está preocupado com ...?" "Você prefere ...?" E assim por diante.

O que faltou, principalmente na investigação eleitoral, foram as perguntas sobre o clima de opinião: "O que pensa a maioria das pessoas?" "Quem está vencendo...?" "O que está dentro ou fora?" Sobre o que você discutiria com seu melhor amigo? "De quem as pessoas estão tirando sarro?" Quem está sendo desprezado? Questões todas direcionadas ao quadro social e, portanto, à natureza social do indivíduo.

Não é que a natureza social do homem tenha sido completamente ignorada pela pesquisa social. Peter R. Hofstätter escreveu em 1949, em sua Psychologie der öffentlichen Meinung (Psicologia da Opinião Pública): 'Para que uma opinião seja pública, ela deve possuir o que à primeira vista parece uma característica estranha: sua expressão deve ser acompanhada por um entendimento confuso - provavelmente até mesmo falso - sobre as opiniões dos outros membros do grupo ... Nossa definição atual de opinião pública como a distribuição de frequência de opiniões individuais é incompleta. Seu caráter público requer que o ponto de vista de alguém esteja localizado em algum lugar na distribuição de frequência dos pontos de vista expressos ”(Hofstätter 1949, 53). Mas nenhuma conclusão para pesquisa de opinião foi derivada daqui. É por isso que não foi resolvido o problema essencial de como aquela poderosa estrutura que chamamos de opinião pública surge da soma das opiniões individuais expressas em porcentagens por pesquisas de opinião. A opinião pública, que provoca medo e tremor nos governos e os obriga a agir politicamente e produz "consequências sociais e políticas", foi ignorada, como afirmou o psicólogo Brewster M. Smith na conferência de 1970. E as opiniões também foram ignoradas. que mantinha os indivíduos em silêncio se não compartilhassem da opinião pública, como observou James Bryce. É por isso que não foi resolvido o problema essencial de como aquela poderosa estrutura que chamamos de opinião pública surge da soma das opiniões individuais expressas em porcentagens por pesquisas de opinião. A opinião pública, que provoca medo e tremor nos governos e os obriga a agir politicamente e produz "consequências sociais e políticas", foi ignorada, como afirmou o psicólogo Brewster M. Smith na conferência de 1970. E as opiniões também foram ignoradas. que mantinha os indivíduos em silêncio se não compartilhassem da opinião pública, como observou James Bryce. É por isso que não foi resolvido

o problema essencial de como aquela poderosa estrutura que chamamos de opinião pública surge da soma das opiniões individuais expressas em porcentagens por pesquisas de opinião. A opinião pública, que provoca medo e tremor nos governos e os obriga a agir politicamente e produz "consequências sociais e políticas", foi ignorada, como afirmou o psicólogo Brewster M. Smith na conferência de 1970. E as opiniões também foram ignoradas. que mantinha os indivíduos em silêncio se não compartilhassem da opinião pública, como observou James Bryce.

Pelo que sabemos, a causa da transformação da soma das opiniões individuais em opinião pública é a interação contínua entre as pessoas devido à sua natureza social. A ameaça de isolamento, o medo do isolamento, a observação contínua do clima de opinião e a avaliação da força ou fraqueza relativa de diferentes pontos de vista determinam se as pessoas expressam suas opiniões ou permanecem em silêncio.

27. Resumo: funções manifestas e latentes da opinião pública

> Existe o campo emaranhado e emaranhado da teoria da opinião. É um campo cheio de tocos dos outrora poderosos particularismos teóricos, um campo em que cresceu uma densa vegetação rasteira, em que há amoreiras confusas de disputas teóricas e um matagal infinito de descrições psicológicas.
>
> (WILLIAM ALBIG, 1939)

No final deste livro, quero completar o círculo e perguntar novamente: Qual é a opinião pública?

Vamos refletir sobre o segundo capítulo de Harwood Childs Public Opinion: Nature, Formation, and Role (1965), no qual Childs apresenta cinquenta definições de opinião pública. Ou a primeira frase do artigo de W. Phillips Davison (1968) sobre a opinião pública na International Encyclopedia of the Social Sciences- "Não existe uma definição geralmente aceita de 'opinião pública'." Parece que as cinquenta definições coletadas por Childs vêm de apenas dois conceitos diferentes de opinião pública. Além disso, existem algumas definições de caráter técnico-instrumental, nas quais a opinião pública é identificada com os resultados das pesquisas de opinião, e é definido como "a agregação de opiniões individuais feitas por analistas de opinião" (Beniger 1987, 54; ver Gollin 1980, 448). Quase todas as definições coletadas por Childs estão relacionadas a esses dois conceitos:

1. A opinião pública como racionalidade que contribui para o processo de formação de opinião e tomada de decisão em uma democracia.
2. A opinião pública como controle social. Seu papel é promover a inclusão social e garantir que haja um nível suficiente de consenso no qual as ações e decisões podem ser baseadas.

A comparação dos dois conceitos traz à mente uma famosa distinção feita por Robert Merton em Social Theory and Social Structure ([1949] 1957):

- As funções de manifesto são as consequências objetivas que contribuem para o ajuste ou adaptação do sistema pretendido e reconhecido pelos participantes no sistema.
- As funções latentes são, correlativamente, aquelas que não são pretendidas ou reconhecidas (ibid., 51).

O primeiro conceito de opinião pública pode ser interpretado como uma função manifesta, pretendida e reconhecida, enquanto o segundo assume uma funcionalidade latente, nem pretendida nem reconhecida.
Dadas as enormes diferenças entre os vários conceitos de opinião pública, alguns estudiosos pediram que o termo 'opinião pública' fosse abandonado, pelo menos no uso científico (Palmer [1936] 1950, 12; Habermas 1962, 13; Moscovici 1991, 299) No entanto, não devemos descartar um termo que existe - como foi mostrado - desde os tempos antigos e que tem sido usado ao longo dos séculos enquanto não se encontra outro igualmente abrangente e mais apto a transmitir o significado do conceito, este É uma forma particular de controle social. Se abandonássemos o termo
"Opinião pública" perderíamos nosso conhecimento secular da função latente da opinião pública, por meio da qual um consenso suficiente é mantido dentro de uma sociedade, e talvez em todo o mundo (B. Niedermann 1991; Rusciano e Fiske-Rusciano 1990). Não poderíamos mais reconhecer as relações entre fenômenos tão diferentes como o clima de opinião, o Zeitgeist (espírito da época), reputação, moda e tabus, e teríamos que retornar a um nível de conhecimento anterior à 'lei da opinião , reputação e moda ”de John Locke.
As páginas seguintes enfocam inicialmente o conceito de "opinião pública como racionalidade" e, em seguida, voltam-se para o conceito de "opinião pública como controle social". Por fim, proporei uma lista de argumentos a favor da afirmação de que o conceito de opinião pública é mais eficaz quando é interpretado a partir de sua função latente de controle social, como no conceito da espiral do silêncio.

A opinião pública como função manifesta: a formação da opinião na democracia

O pensamento do final do século 20 ainda é dominado pelo conceito da opinião pública que começou a prevalecer no final do século XVIII. Segundo esse ponto de vista, a opinião pública é caracterizada pela racionalidade. Aqui, por racionalidade entende-se a aquisição consciente do conhecimento por meio da razão e a elaboração de julgamentos lógica e racionalmente corretos a partir desse conhecimento.

A aquisição de conhecimento e a formação de julgamentos envolve o uso de transformações e deduções lógicas. A racionalidade opera com conceitos inequivocamente definidos que são incluídos em uma estrutura conceitual mais ampla. Assim, a racionalidade apreende diferentes campos de objetos dos quais inferências lógicas podem ser derivadas. O conhecimento desses campos é, portanto, moldado pela lógica, causalidade e consistência. Os produtos do pensamento lógico são convincentes, razoáveis e intersubjetivamente compreensíveis.

Hans Speier define sucintamente o conceito de opinião pública baseada na racionalidade da seguinte forma: 'opiniões sobre questões de interesse nacional expressas livre e publicamente por pessoas não governamentais que reivindicam o direito de que suas opiniões influenciem ou determinem ações, pessoais ou a estrutura de seus governo '(Speier 1950, 376; ver também p. 127 acima). Aqui, a relação entre opinião pública e racionalidade é direta: são a mesma coisa. Na prática - presumindo-se que haja liberdade de imprensa - existe um alto grau de concordância entre a opinião pública e a opinião predominantemente veiculada pela mídia. A definição de Hans Speier também incorpora a função manifesta da opinião pública. A opinião pública está relacionada à política:

Essa concepção da opinião pública como uma espécie de formação política na esfera pública, como um correlato do governo (Habermas, 1962), parecia especialmente convincente devido à crença generalizada de que o conceito de opinião pública havia surgido no século XVIII., Com a Iluminação. Essa afirmação ainda é encontrada hoje em enciclopédias e dicionários de todo o mundo. O termo é frequentemente atribuído a Jacques Necker, o ministro das finanças francês que tentou manter o

finanças do governo, apesar da crescente desordem pública pouco antes da Revolução Francesa28.

As primeiras tentativas de explicar o termo "opinião pública" foram feitas no século XIX. James Bryce (1888, 1889), que discutiu os respectivos e diferentes papéis da opinião pública na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos na Parte Quatro de The American Commonwealth,

---

[28] Ver, por exemplo: International Encyclopedia of the Social Sciences, 1968, vol. 13, 192; International Encyclopedia of Communications 1989, vol. 3, 387; Staatslexikon Recht, Wirtschaft, Gesellschaft 1988, vol. 4, 98; ver também Bucher 1887, 77; Bauer 1930, 234 e segs.

ele reduziu o conceito à discussão racional de questões políticas controversas dentro de uma democracia. Robert Ezra Park, quando estudava na Alemanha no início do século 20, viu-se dividido entre Tönnies, seu professor da Universidade de Berlim, que tentava esclarecer teoricamente o conceito de opinião pública, e Oswald Spengler, o autor de The Decline of the West. (1918-1922), outro professor seu na Universidade de Berlim, que o introduziu no campo da psicologia de massa. A psicologia de massa era então um campo relativamente novo. Foi fundada nas últimas décadas do século 19 pelo criminologista italiano Scipio Sighle, bem como por Gustave Le Bon e Gabriel Tarde. Em seu ensaio Masse und Publikum (The Mass and the Public, 1904), publicado em inglês em 1972 como The Crowd and the Public, Park tenta encontrar uma saída, atribuindo sentimentos às massas e razão à opinião pública. A opinião pública vem da elevação, dos debates em que se levantam diferentes pontos de vista até que um deles saia vitorioso e os adversários estejam mais do que convencidos.

Segundo uma monografia americana (Frazier e Gaziano, 1979), Park ficou exausto e decepcionado com a elaboração do referido texto. Esse estado de espírito o fez rejeitar uma oferta para ser professor na Universidade de Chicago quando retornou aos Estados Unidos. Esse é provavelmente o mesmo destino que ainda aguarda autores que tentam identificar a opinião pública com a racionalidade.

O artigo "Concepts of Public Opinion" de Francis G. Wilson, publicado na American Political Science Review de 1933 (Wilson 1933, 371-391), exemplifica o método comumente usado para analisar o conceito de opinião pública. O termo divide-se nos componentes "público" e "opinião". Em seguida, "as relações entre a opinião e o público, as relações entre o público e o governo e as relações entre a opinião e o governo" são analisadas (ibid., 382). Essas relações são caracterizadas pela ideia de participação. O significado de "público" é restrito ao de "conjunto de pessoas que têm o direito de participar do governo" (390). A pressão dessa opinião pública é vista como um fardo para o governo.

Trinta anos depois, Childs usou uma abordagem semelhante em sua Opinião Pública, no capítulo sobre as definições citadas acima. Childs divide o capítulo em dois estudos sobre "The Publics",
"Opiniões" e "O grau de uniformidade". Isso é seguido por "O processo de formação de opinião", "A qualidade das opiniões",
"Quem tem as opiniões?" e "O assunto das opiniões". Em seguida, ele traça o pano de fundo histórico e caracteriza cada década do século 20 de acordo com os temas da opinião pública e as técnicas para influenciá-la. Ele termina descrevendo como, desde a década de 1930, a medição da opinião pública em intervalos regulares por meio de

pesquisas de opinião se tornou mais factível e frequente. E assim o livro termina.

Cerca de metade das cinquenta definições de opinião pública coletadas por Childs são baseadas na concepção racional de opinião pública. James T. Young chama a opinião pública de "julgamento social de uma comunidade autoconsciente sobre uma questão de relevância geral após uma discussão pública racional" (Young 1923, 577-578).

A. W Halcombe (1923, 36) a define como "opiniões que são baseadas em uma parte substancial dos fatos necessários para uma decisão racional." E JA Sauerwein (1933, 29) comenta: "É um exagero supor que atualmente existe opinião pública, no sentido intelectual, fora da elite." Mas, ao mesmo tempo, há um acento subjacente de resignação: “Pode parecer um pouco severo, mas a opinião pública não existe, e basta uma compreensão moderada da natureza humana para ver que a existência de uma opinião não é possível . público inteligente ”(Jordan 1930, 339).

A alta estima da civilização ocidental pela racionalidade sem dúvida explica por que o conceito racional de opinião pública sobreviveu. Também explica por que alguns acreditam que, desmontando o conceito como uma máquina e definindo suas partes e suas relações entre si, eles poderiam entender a natureza desse fenômeno.

Basicamente, o conceito de opinião pública foi, e continua sendo, submetido a um tratamento autoritário, como se pudesse ser arbitrariamente decidido se o conceito ou o papel que ele deveria desempenhar em uma democracia no futuro deveria ser mantido ou descartado. Essa tendência já era evidente nos primeiros escritos sistemáticos sobre o assunto, Opinião pública e governo popular, de A. Lawrence Lowell (1913). Lowell expõe o que considera a "verdadeira" opinião pública e que, portanto, o governo deve ouvir: as opiniões formadas após exaustiva discussão. Segundo sua definição, têm peso apenas as opiniões de pessoas que refletiram sobre o assunto. E limita ainda mais a definição ao aplicá-la apenas a questões que estão sob a jurisdição do governo. Religião, por exemplo,

No início dos anos 1930, quando o método de pesquisas representativas começou, o termo "opinião pública" tornou-se mais comum. Ninguém sentiu remorso por falar sobre "pesquisas de opinião pública" ou "pesquisa de opinião pública" ou pelo título

Opinião Pública Trimestral para a nova revista fundada em 1937. Mas, Os resultados das pesquisas de opinião foram uma verdadeira "opinião pública"? Tanto naquela época quanto agora, os pesquisadores tendiam a identificar a opinião pública com os resultados das pesquisas de opinião. A estratégia foi criar uma definição técnica da opinião pública com base nas ferramentas e nos resultados brutos da pesquisa. Por exemplo: "A opinião pública consiste nas reações das pessoas a declarações claramente formuladas e perguntas feitas em uma situação de entrevista" (Warner 1937, 377). “A opinião pública não é o nome de algo, mas uma classificação de uma série de coisas que, em uma distribuição de frequência ordenada estatisticamente, apresentam modos ou frequências que chamam a atenção ou provocam interesse” (Beyle 1931, 183). “Agora que temos a realidade indubitável das pesquisas de opinião pública, continuaremos a chamar de opinião pública uma distribuição bem analisada de atitudes” (Lazarsfeld 1957, 43). Em um artigo escrito por ocasião do 50º aniversário do Public Opinion Quarterly, James Beniger se refere à "definição agora onipresente [Albert Goblin] de opinião pública como a agregação de atitudes individuais feitas por pesquisadores de opinião" (Beniger 1987, 54; Gollin 1980, 448).

Herbert Blumer foi o primeiro pesquisador a assumir uma postura crítica diante dessa situação. Em seu artigo de 1948 sobre "Pesquisa de opinião pública e opinião pública", ele criticou duramente

“A escassez, senão a completa ausência, de generalizações sobre a opinião pública apesar do volumoso número de estudos realizados por meio de pesquisas de opinião pública”.

> O que me impressiona é a aparente falta de esforço ou interesse sincero por parte dos alunos das pesquisas de opinião pública em tentar identificar o objeto que deveriam estudar, registrar e medir ... Eles não se preocupam em fazer análises independentes do natureza da opinião pública para julgar se a aplicação de sua técnica é adequada ou não a essa natureza.
>
> Algo deve ser dito sobre uma abordagem que exclui conscientemente qualquer consideração desse problema. Refiro-me à estreita posição operacionalista de que a opinião pública consiste nos resultados de pesquisas de opinião pública. Nesse caso, curiosamente, os resultados de uma operação, da utilização de um instrumento, são considerados o objeto de estudo ao invés de vê-los como uma contribuição para o conhecimento do objeto estudado. A operação deixou de ser um processo orientado por um objeto de investigação. É ela, ao contrário, que intrinsecamente determina o seu objetivo ... Só quero destacar que os resultados do operacionalismo estreito,

> como os descrevemos, eles deixam sem resposta a questão do significado desses resultados (Blumer [1948] 1953).

Após esta forte crítica, Blumer dedica-se à investigação dos conteúdos, da formação e da função da opinião pública em uma democracia, delineando com maestria o conceito de uma opinião pública racional com uma função manifesta de informar os políticos da democracia sobre as atitudes dos funcionais grupos que compõem as organizações da sociedade. Ele olha em primeiro lugar para os grupos de interesse: sindicatos, associações empresariais, câmaras de agricultura e grupos étnicos. Blumer não diz por que esses grupos de interesse e suas pressões sobre os políticos podem ser chamados de "opinião pública". Mas descreve de forma convincente o papel desempenhado por esses grupos na formação das opiniões dos políticos. Mostra também por que os políticos devem levar em conta a pressão exercida por eles. Naturalmente, nem todos os indivíduos em uma sociedade exercem o mesmo grau de influência sobre o processo de formação de opinião. Muitos indivíduos desfrutam de alto status, prestígio e um alto nível de conhecimento especializado. Eles estão muito interessados e envolvidos, e influenciam muito outras pessoas. Existem também indivíduos que carecem de todas essas qualidades. Mas nas pesquisas representativas essas pessoas diferentes, cujo julgamento e influência não têm o mesmo peso, são tratadas da mesma forma. É claro que Blumer, pelos argumentos que apresenta, não acredita que as pesquisas sejam um método adequado para sondar a opinião pública. prestígio e um alto nível de conhecimento especializado. Eles estão muito interessados e envolvidos, e influenciam consideravelmente as outras pessoas. Existem também indivíduos que carecem de todas essas qualidades. Mas nas pesquisas representativas essas pessoas diferentes, cujo julgamento e influência não têm o mesmo peso, são tratadas da mesma forma. É claro que Blumer, pelos argumentos que apresenta, não acredita que as pesquisas sejam um método adequado para sondar a opinião pública. de prestígio e um alto nível de conhecimento especializado. Eles estão muito interessados e envolvidos, e influenciam muito outras pessoas. Existem também indivíduos que carecem de todas essas qualidades. Mas nas pesquisas representativas essas pessoas diferentes, cujo julgamento e influência não têm o mesmo peso, são tratadas da mesma forma. É claro que Blumer, pelos argumentos que apresenta, não acredita que as pesquisas sejam um método adequado para sondar a opinião pública.

Trinta anos depois, Pierre Bourdieu apresentou essencialmente os mesmos argumentos em seu ensaio "A opinião pública não existe" (Bourdieu 1979; Herbst 1992). Na conferência de 1991 da Associação

Americana de Pesquisa de Opinião Pública do Meio-Oeste (MAPOR), realizada em Chicago, houve uma sessão sobre as concepções europeias de opinião pública, descrita em uma série de artigos publicados no International Journal of Public Opinion Research (Beniger 1992). Foram apresentadas as teorias da opinião pública de Foucault, Habermas e Bourdieu. Todos os três são baseados no pressuposto de que a formação de opinião é um processo racional.

Junto com o crescente interesse pelas teorias da escolha racional no campo da ciência política e o crescente fascínio pelos processos cognitivos entre os psicólogos, a ideia da opinião pública como racionalidade parece estar cada vez mais arraigada à medida que o mundo se aproxima. James Beniger, por exemplo (1987, 58-59), espera que um novo paradigma surja com estas características: 'No entanto, se as atitudes puderem depender da cognição (conhecimento e esquemas) além do afeto, e provavelmente também do comportamento predisposições, comunicação que "apenas" muda as condições pode ser tão importante para a mudança de atitude quanto a comunicação com os componentes afetivos. De fato, Há uma literatura venerável em pesquisas de opinião pública que indica que informações confiáveis podem criar um impacto mais duradouro na opinião pública do que meros apelos persuasivos. Espera-se que uma nova elaboração do paradigma voltada para uma melhor compreensão da formação e mudança desse tipo de opinião pública desempenhe um papel central nas páginas do Public Opinion Quarterly em sua segunda metade de século.

Opinião pública como função latente: controle social

Na 25ª Conferência Anual da Associação Americana de Pesquisa de Opinião Pública em 1970, na sessão intitulada "Rumo a uma Teoria da Opinião Pública", Brewster Smith, psicólogo da Universidade de Chicago, afirmou que a pesquisa "ainda não havia abordado o problema da maneira pela qual as opiniões individuais são articuladas para produzir consequências sociais e políticas "(Smith 1970, 454).

O problema não tinha solução porque ninguém procurava uma opinião pública capaz de exercer pressão. O conceito racional de opinião pública não explica a pressão que deve exercer para ter alguma influência sobre o governo e os cidadãos. Raisonnement é esclarecedor, estimulante e interessante, mas não pode exercer o tipo de pressão que, como disse Locke, nenhuma pessoa em dez mil é invulnerável. Ou, como disse Aristóteles, quem perde o apoio do povo não é mais rei. Ou, como escreveu Hume, 'o governo ... baseia-se apenas na opinião. E essa máxima se aplica aos governos mais despóticos e militares, bem como aos mais livres e populares "([1741-1742] 1963, 29). Interpretando a opinião pública como controle social, é fácil explicar seu poder. Cícero conta a seu amigo Ático, em uma carta escrita em 50 aC , que sustentou uma opinião falsa devido à influência da opinião pública (publicam Opinionem). Já nesta primeira aparição conhecida do termo, "opinião pública" não designa um

julgamento bom e racional, mas antes o contrário.
O conceito de opinião pública formada racionalmente é baseado na ideia de um cidadão informado, capaz de formular argumentos razoáveis e fazer julgamentos corretos. Este conceito enfoca a vida política e as controvérsias políticas. A maioria dos autores que emprega esse conceito reconhece que apenas um pequeno grupo de cidadãos informados e interessados realmente participa de tais discussões e testes. Mas o conceito de "opinião pública como controle social" afeta todos os membros da sociedade. Como a participação no processo que ameaça o isolamento e provoca o medo do isolamento não é voluntária, o controle social exerce pressão tanto sobre o indivíduo, que teme o isolamento, quanto sobre o governo, que também ficaria isolado e acabaria sem ele. opinião.
O conceito de opinião pública como controle social não leva em consideração a qualidade dos argumentos. O fator decisivo é qual dos dois lados de uma controvérsia é forte o suficiente para ameaçar o lado oposto com isolamento, rejeição e ostracismo. A importância do que você pensa sobre a força do outro lado foi descrita no início deste livro, com o exemplo do
"Reviravolta de última hora" nas eleições federais alemãs de 1965 e 1972. Fenômeno semelhante observado por Lazarsfeld nas eleições presidenciais americanas de 1940, que ele explica em termos de psicologia individual como o "efeito do carro vencedor" - todos querem estar no lado vitorioso - é interpretado pela teoria da opinião pública em termos psicossociológicos: ninguém quer ficar isolado. Tanto o mecanismo do carro vencedor quanto a espiral do silêncio são sustentados pela suposição comum de que o indivíduo observa os sinais do ambiente sobre a força e a fraqueza dos diferentes lados. A diferença está no motivo dessas observações. Além disso, a teoria da espiral do silêncio enfatiza as mudanças graduais decorrentes de um processo social contínuo, enquanto o carro vencedor é definido em uma mudança mais repentina de uma posição para outra devido a novas informações sobre quem está à frente. Ambos podem ocorrer ao mesmo tempo (Davison 1958).
Muitos escritores perceberam intuitivamente que a vitória ou derrota no processo da opinião pública não depende do que é certo ou errado. Por isso, a desaprovação com que se pune o comportamento desviante não tem, como assinalou o jurista alemão Ihering em 1883, um caráter racional como a desaprovação de "uma conclusão logicamente incorreta, um erro na resolução de um problema aritmético ou um trabalho de arte falhada ». Em vez disso, é expresso como o
"Reação prática da comunidade, consciente ou inconsciente, ao prejuízo de seus interesses, uma defesa para sua própria proteção" (Ihering 1883, 242, ver também 325). Ou seja, é uma questão de coesão e consenso de valores em uma sociedade. Isso só pode se basear em valores morais - bons e maus - ou estéticos - bonitos e feios -, pois somente estes possuem o componente emocional capaz

de lançar a ameaça do isolamento e o medo do isolamento.

Comparação dos dois conceitos de opinião pública

Ao comparar os dois diferentes conceitos de opinião pública, deve-se enfatizar que eles se baseiam em diferentes suposições sobre o papel da opinião pública. A opinião pública como um processo racional se concentra principalmente na participação democrática e na troca de diferentes pontos de vista sobre os assuntos públicos, bem como a exigência de que o governo leve em consideração essas ideias e a preocupação de que o processo de formação de opinião possa ser manipulado por o poder do estado e do capital, pela mídia e pela técnica moderna (Habermas 1962).

A opinião pública, como controle social, busca garantir um nível suficiente de consenso social sobre valores e objetivos comuns. De acordo com esse conceito, o poder da opinião pública é tão grande que nem o governo nem os membros individuais da sociedade podem ignorá-lo. Esse poder vem da ameaça de isolamento que a sociedade direciona contra indivíduos e governos desviantes, e do medo do isolamento devido à natureza social do homem.

O escrutínio constante do ambiente e a observação das reações dos outros se manifestam na vontade de se expressar ou na tendência a permanecer calados e criar um vínculo entre o indivíduo e a sociedade. Essa interação fortalece a consciência comum, os valores e objetivos comuns, bem como as ameaças concomitantes dirigidas contra aqueles que se desviam desses valores e objetivos. O medo do isolamento que se experimenta nos casos de desvio vem do estímulo que é sentido nas experiências compartilhadas em um grupo. Os pesquisadores presumem que essas reações foram formadas no curso do desenvolvimento humano para garantir coesão suficiente das sociedades humanas. A prova empírica deste pressuposto é constituída pelo «método de amostragem por experiência» (EMS).

Uma das principais diferenças entre o conceito racional de opinião pública e o conceito de opinião pública como controle social está na interpretação do termo "público". De acordo com o conceito mantido pela teoria democrática da opinião pública como um produto da raisonnement, o "público" é definido em termos do conteúdo das questões de opinião pública, que são conteúdos políticos. O conceito de opinião pública como controle social interpreta "público" no sentido de "olhos públicos" (Burke 1791): "à vista", coram publico. O olho público é o tribunal em que o governo e todos os indivíduos são julgados. As duas concepções também divergem quanto à interpretação do termo "opinião". De acordo com o conceito de teoria democrática, a opinião é principalmente uma questão de pontos de vista e discussões individuais, enquanto o conceito de opinião pública como controle social se estende a uma área muito mais ampla; na verdade, a tudo o que expresse visivelmente uma opinião relacionada a valores em público, seja diretamente, na forma de convicções expressas, ou indiretamente, por meio de alfinetes e adesivos, bandeiras, gestos, penteados e barbas, símbolos publicamente

visíveis e comportamentos com moral implicações visíveis publicamente. Esse conceito de opinião pública pode até ser aplicado à questão do constrangimento (Goffman 1956; Hallemann 1989). Ela varia de todas as regras morais ("correção política") a tabus, todas as áreas de conflito sério e não resolvido que não podem ser discutidos em público sem ameaçar a coesão social.

Da perspectiva do conceito de opinião pública na teoria democrática, deve-se ser crítico ao usar o termo "pesquisa de opinião pública" para designar pesquisas representativas, como Herbert Blumer, Bourdieu e muitos outros proponentes do conceito foram. peso igual às opiniões das pessoas informadas e das que não o são. E isso não pode refletir a realidade.

Do ponto de vista da opinião pública como controle social, todos os membros da sociedade participam do processo de opinião pública, no conflito de valores e objetivos voltados, em parte, para o reforço dos valores tradicionais e, em parte, para o fim de antigos valores. E substituí-los por novos valores e objetivos. Este processo pode ser observado com a ferramenta de pesquisa representativa. No entanto, as perguntas normalmente exigidas são diferentes daquelas incluídas nas pesquisas de opinião convencionais. Além das perguntas sobre a opinião do entrevistado, são necessárias perguntas sobre o clima de opinião. Você deve perguntar aos entrevistados como eles percebem seu ambiente: O que a maioria das pessoas pensa? O que está aumentando ou diminuindo? Devem ser feitas perguntas sobre a ameaça de isolamento - que opiniões e modos de comportamento são impopulares - e sobre a vontade de se expressar e a tendência de permanecer calado.

De acordo com esse conceito de opinião pública, muitas das questões que atualmente fazem parte das pesquisas não servem para revelar o "opinião pública". É preciso perguntar sobre as opiniões e as formas de comportamento com uma carga de valor que faça o indivíduo se isolar ou possa se isolar em público.

Desde meados da década de 1960, as tentativas de reviver o conceito de opinião pública como controle social tiveram pouco sucesso (Noelle, 1966). Mary Douglas oferece uma explicação possível em seu livro How Institutions Think (1986, 76): 'Primeiro, de acordo com o princípio da coerência cognitiva, uma teoria que alcançará um lugar permanente no repertório público de coisas conhecidas terá de ser entrelaçada com os procedimentos que justificam outros tipos de teorias. ' Desse ponto de vista, o conceito de opinião pública como racionalidade não apresenta dificuldade: pode ser vinculado às teorias de democracia existentes, ao fascínio pelas teorias da escolha e da ação coletiva e aos modelos psicológicos cognitivos. O conceito psicossociológico e dinâmico de opinião pública, por sua vez, apresenta desvantagens. Como Douglas (ibid., 82) aponta, "os sociólogos têm uma aversão profissional a modelos de controle".

Teóricos da filosofia da ciência desenvolveram uma série de critérios para verificar a qualidade de conceitos rivais. Por exemplo:

1. Aplicabilidade empírica.
2. Que fatos são explicados pelo conceito? Que potencial de esclarecimento isso tem?
3. Grau de complexidade, ou seja, magnitude das áreas incluídas, ou número de variáveis incluídas.
4. Compatibilidade com outras teorias.

No mínimo, o conceito de opinião pública como controle social é superior por três desses critérios. Primeiro, pode ser testado empiricamente. Se certos requisitos da teoria forem atendidos - por exemplo, atualidade, o componente moral ou estético e a opinião da mídia - previsões válidas do comportamento individual podem ser feitas (por exemplo, a tendência de se expressar ou de permanecer em silêncio) e sobre a distribuição de opiniões na sociedade (Noelle-Neumann 1991).

Em segundo lugar, esse conceito tem poder explicativo. A teoria da espiral do silêncio produz coisas futuríveis. Ou seja, relaciona os fenômenos observáveis com outros fenômenos, afirmando e provando que existem certas regras sociais. Com o conceito racional de opinião pública, seria muito difícil explicar o fenômeno observado pela primeira vez em 1965, quando a distribuição estável das opiniões individuais foi acompanhada por um desenvolvimento totalmente independente do clima de opinião e uma mudança de última hora. em opiniões, intenções de voto (ver página acima). Também seria difícil explicar com o conceito racional de opinião pública por que as diferenças na distribuição de opiniões entre diferentes segmentos da população (divididos por idade, classe social, etc.) são muito mais elevados do que as estimativas feitas pelos diferentes grupos sobre o clima de opinião percebido ("O que a maioria das pessoas pensa"). E, finalmente, com o conceito racional de opinião pública, seria especialmente difícil explicar por que os indivíduos mais informados sobre um determinado assunto - ou seja, os especialistas - muitas vezes se encontram sozinhos em sua opinião, diante de representantes do público. , jornalistas e população em geral, que adotam uma posição conjunta diametralmente oposta à dos especialistas. Stanley Rothman e outros pesquisadores apresentaram evidências empíricas para esta situação (por exemplo, Snyderman e Rothman 1988). Com o conceito racional de opinião pública, seria especialmente difícil explicar por que os indivíduos mais informados sobre um determinado assunto - ou seja, os especialistas - muitas vezes estão sozinhos em sua opinião, diante de representantes da opinião pública, jornalistas e da população em geral, que adotam uma posição conjunta diametralmente oposta à dos especialistas. Stanley Rothman e outros pesquisadores apresentaram evidências empíricas para esta situação (por exemplo, Snyderman e Rothman 1988). Com o conceito racional de opinião pública, seria especialmente difícil explicar por que os indivíduos mais informados sobre um determinado

assunto - ou seja, os especialistas - muitas vezes estão sozinhos em sua opinião, diante de representantes da opinião pública, jornalistas e da população em geral, que adotam uma posição conjunta diametralmente oposta à dos especialistas. Stanley Rothman e outros pesquisadores apresentaram evidências empíricas para esta situação (por exemplo, Snyderman e Rothman 1988). que adotam uma posição conjunta diametralmente oposta à dos especialistas. Stanley Rothman e outros pesquisadores apresentaram evidências empíricas para esta situação (por exemplo, Snyderman e Rothman 1988). que adotam uma posição conjunta diametralmente oposta à dos especialistas. Stanley Rothman e outros pesquisadores apresentaram evidências empíricas para esta situação (por exemplo, Snyderman e Rothman 1988).

Terceiro, o conceito de opinião pública como controle social tem um grau maior de complexidade. Ele conecta o nível individual com o nível social e se estende a outros campos além da política.

O conceito encontra dificuldades de compatibilidade com outras teorias, como já dissemos; mas pode ser conectado às descobertas psicossociológicas da dinâmica de grupo (Sherif 1936, 1965; Asch 1951, 1952) e também às teorias psicossociais de constrangimento e estigmatização de Ervin Goffman.

O fato de termos comparado nestas páginas as possibilidades das duas concepções de opinião pública não significa que haja necessariamente uma escolha entre elas. A troca racional de argumentos, ou argumentação, inquestionavelmente desempenha um papel no processo de opinião pública, embora pouca pesquisa empírica tenha sido feita sobre o assunto. Pois mesmo valores moralmente carregados precisam de suporte cognitivo para se fazerem presentes na opinião pública.

Se buscarmos uma imagem que sirva para explicar a relação entre a discussão pública e a opinião pública como controle social, a discussão pública pode ser vista como algo embutido na dinâmica do processo psicossociológico, que o orienta e articula ora, mas ora com frequência permanece em um nível puramente intelectual e, portanto, não influencia as emoções morais, que é de onde se origina a pressão da opinião pública. Pela definição de Merton, a função aberta do debate público - chegar a uma decisão apresentando argumentos em público - é consciente, deliberada e consensual. No entanto, a população muitas vezes não está emocionalmente convencida - não eletrificada - e a função de tomada de decisão carece da força necessária para criar e defender o consenso social necessário. A única opinião que pode cumprir a função latente de manutenção da coesão social é aquela que é emocionalmente aceita e aprovada pela população. Desse ponto de vista, as discussões públicas costumam fazer parte - não a totalidade - do processo de opinião pública.

A função manifesto também pode ser chamada de função aparente, enquanto a função latente é a função real. Merton ilustra isso com o famoso exemplo das danças da chuva Hopi, cuja função explícita é

fazer chover em tempos de seca, mas cuja função latente - e portanto real - é dar coesão à tribo Hopi em tempos de necessidade.

Como a função latente da opinião pública como controle social, com o objetivo de integrar a sociedade e garantir um nível suficiente de consenso, não é intencional nem conscientemente reconhecida, muitas vezes há mal-entendidos sobre o conceito. Talvez um dia seja possível reconciliar os intelectuais com a ideia de que a opinião pública exerce uma pressão pela conformidade do indivíduo. Isso transformaria a função latente da opinião pública em uma função manifesta. Ou seja: passaria a ser considerada uma força necessária na sociedade.

Na primeira edição deste livro, não discuti o conceito racional de opinião pública ou os resultados de pesquisas sobre grupos de referência e dinâmica de grupo. Meu primeiro objetivo foi descrever a nova perspectiva advinda da redescoberta do papel da opinião pública como controle social, um papel do qual apenas começamos a ter plena consciência. Nesta segunda edição, não apenas comentei algumas das contribuições mais importantes sobre a opinião pública, como as de Robert Park, Herbert Blumer e Pierre Bourdieu, mas também tentei esclarecer a relação entre o conceito psicossociológico dinâmico de opinião pública como controle social e o conceito da teoria da democracia da opinião pública como aumento na esfera pública.

Epílogo, em agradecimento

Não gosto de dizer adeus aos meus leitores. Espero encontrá-los novamente quando as relações entre opinião pública e política, opinião pública e economia, opinião pública e arte, ciência e religião forem investigadas, e quando tiver sido demonstrado que a forma como a opinião pública descrita neste livro produz uma compreensão melhor do que era antes, permitindo o diagnóstico e a previsão.

Muito do que esteve comigo por tanto tempo não me pertence mais. Eu costumava me imaginar, em relação ao meu assunto, como um carrinho solitário no parque. Mas ela não estava realmente sozinha. Entre aqueles que me ajudaram, gostaria de agradecer, sobretudo, Helmtrud Seaton, do Allensbach Institute, que atuou simultaneamente como assistente científico e secretário. Não acho que poderia ter escrito o livro sem ela.

Muitos colegas do Allensbach Demoscopy Institute me ajudaram, muitas vezes com verdadeiro entusiasmo, mesmo quando meus pedidos vieram no meio do programa obrigatório de pesquisa contratada e incluíram questionários ou tabulações aparentemente estranhos, por exemplo, sobre o teste do trem. Desejo citar, como especialmente comprometido com a obra, Werner Süsslin, responsável pelos arquivos do Instituto, e Gertrud Vallon, leitora dos textos em francês e, simultaneamente, estimulante comentarista.

Também recebi apoio do Instituto de Publicidade da Universidade Johannes Gutenberg em Mainz; da Tese de Bacharel em Rousseau

de Christine Gerber, de Angelika Tischer
-Balven as a Maiden- em Tocqueville e Dieter Petzolt sobre "os olhos do público como consciência", com seções sobre Lutero que foram especialmente importantes para mim. A tese sobre Maquiavel apresentada por Frank Rusciano na Universidade de Chicago também foi útil para mim.
Gostaria de expressar minha gratidão ao professor Jean Stoetzel, da Universidade de Paris V-René Descartes, por ter me fornecido suas notas inéditas para uma conferência sobre opinião pública e por entrar em contato com sua candidata ao doutorado em filosofia Colette Ganochaud, que estava escrevendo uma tese sobre o conceito de opinião pública em Rousseau.
Gostaria de agradecer ao meu colega de Mainz Hans Mathias Kepplinger por sua serenidade ao discutir meu tema e pela maneira como sempre me estimulou. Agradeço também a Imogen Seger-Coulborn, o único que leu o manuscrito capítulo por capítulo enquanto eu o escrevia. Espero que isso mostre o quanto eu valorizo seus comentários críticos. Ele levou em consideração meu interesse pela opinião pública por muitos anos, enquanto conduzia sua própria pesquisa científico-social, e me enviou muitas mensagens sobre o assunto. Ao agradecê-la, também agradeço a todos os amigos e colegas que me ajudaram indicando fontes. As notas de Imogen eram freqüentemente muito breves, mas sempre continham referências meticulosas; por exemplo: Henry David Thoreau em seu diário de 1840, quando tinha 23 anos. E a citação de Thoreau:

Final de 1979 - início de 1980
ENN

Epílogo da segunda edição

Gostaria de agradecer a Maria Marzahl e Patty McGurty, membros do Departamento de Inglês do Allensbach Institute, por traduzir as novas seções desta edição para o inglês. Agradeço a Matthew Levie, que, como aluno da Harvard University, passou o verão de 1991 concluindo um estágio no Allensbach Institute por sua ajuda na revisão da tradução. Também quero expressar meus agradecimentos a Jamie Kalven, que corrigiu o manuscrito, erradicando assim os últimos vestígios de peculiaridades lingüísticas alemãs, bem como, muito especialmente, a Mihaly Csikszentmihalyi, professor de psicologia da Universidade de Chicago, que novamente roubou alguns do tempo dedicado ao seu trabalho como acadêmico e autor para comparar a tradução com o original alemão, como havia feito com a primeira edição em inglês. Gostaria de agradecer a Erich Lamp e Anne Niedermann (nascida Jäckel) por seu trabalho perspicaz e persistente, autores que o leitor encontrará mencionados nos novos capítulos 25-27 e, finalmente, Helmtrud Seaton, meu assistente por muitos anos; sem a ajuda deles, teria sido impossível terminar esta edição enquanto cumpria minhas obrigações de trabalho no Instituto Allensbach e na Universidade de Mainz.

Claro, nossa investigação continuou. Aqui está um relatório sobre nossas últimas descobertas e progresso.

Não faz muito tempo, fizemos outra descoberta surpreendente em nosso seminário na Universidade de Mainz: Sir William Temple (1628-1699) tinha algo a dizer sobre a opinião pública (Frentiu 1990). Temple dividia sua vida profissional entre missões políticas e diplomáticas, de um lado, e a busca por estudos filosóficos e literários cultivados na solidão privada da biblioteca de sua propriedade rural, por outro, como Montaigne fizera um século antes. Impressionado com Jonathan Swift, quase quarenta anos mais novo, Temple empregou o jovem de vinte e dois anos como seu secretário. O trabalho conjunto deles teve que se estender por duas décadas, e Swift publicou as obras de Temple em quatro volumes.

En las obras de sir William Temple, que precedió a David Hume en más de cincuenta años, descubrimos el tema principal de Hume: la caída de los gobiernos cuando carecen de autoridad o no cuentan con la confianza del pueblo, lo que, según Temple, é o mesmo. E cem anos antes de Madison, encontramos na obra de Temple a ideia central da espiral do silêncio: o homem "dificilmente esperará ou se arriscará a apresentar novas opiniões onde não conhece ninguém ou poucos que as compartilham, e onde pensa que todos o resto defenderá aqueles que já receberam "(Temple [1672] 1964, 58-59).

Um ex-aluno me repreendeu com benevolência por dar muito destaque

às fontes de minhas idéias e muito pouco ao meu próprio trabalho. A razão de citar outros autores com tanto zelo é porque, como cientista, considero todos aqueles que conheci - em outros lugares, em outras partes do mundo - meus amigos no meu caminho para descobrir alguma verdade. É por isso que também sou muito grato a graduados como Sabine Mathes, que investigaram com grande entusiasmo, usando o exemplo da energia nuclear, a relação entre os vários fatores envolvidos na interação entre a mídia e a opinião pública, até que finalmente fomos capazes de compreender o papel dos diferentes elementos do processo de opinião pública na sua sequência cronológica. A posição da mídia, ou uma mudança na posição da mídia, precede uma mudança na avaliação do clima de opinião. A mudança na avaliação do clima de opinião precede uma mudança nas atitudes pessoais. O comportamento - a vontade de se expressar - se adapta à avaliação do clima de opinião, mas, reciprocamente, também influencia as avaliações do clima de opinião em um processo de feedback que inicia um processo em espiral.

Pareceu-me que recebera um presente quando Hans Zetterberg me contou sobre o Pitágoras de Platão. Neste diálogo é discutido o mito em que Zeus afirmava que os talentos deveriam ser distribuídos entre as pessoas, dando um talento diferente a cada uma. Uma pessoa, por exemplo, recebeu o dom de arte, outra de música ou de cura. Finalmente, Hermes teve que distribuir os dons políticos, o senso de justiça (dique) e o senso de vergonha (aidos). Hermes perguntou: "Distribuo esses presentes como fiz com os outros ou distribuo-os entre todos?" "Entre todos", disse Zeus. “Todos têm que participar neles. Porque as cidades não poderiam surgir se apenas alguns as possuíssem, como acontece com outros. "

«Aidosé ... uma ideia difícil ', dizem os editores de uma edição em inglês de Pitágoras. “É inútil chegar a acordo sobre um código de conduta se os membros da comunidade não o cumprem. Uma forma de forçar o cumprimento dessas convenções é a opinião pública. Os membros de uma comunidade tendem a se preocupar seriamente com a opinião de outros membros da comunidade sobre eles. Aidos representa o medo da desaprovação pública que garante que as convenções sociais sejam geralmente respeitadas ”(Hubhard e Karnofsky 1982, 96). Esta é a resposta à pergunta de Protágoras: "Não há algo que todos os cidadãos compartilhem para que uma nação realmente exista?"

Apêndice

Literature Studies on Public Opinion Um guia para análise de texto

A literatura deve ser estudada levando-se em consideração as seguintes questões:

1. A publicação contém uma ou mais definições de opinião pública? Se não for uma publicação que coleta várias definições,
Que definição ou definições de opinião pública você considera como ponto
de partida?
2. A publicação dá continuidade ao trabalho de outros autores - contemporâneos ou passados - e o faz simplesmente com citações ocasionais ou estabelece um senso de continuidade? Quais autores?
3. Que autores clássicos são citados sobre o tema da opinião pública, de forma explícita ou ocasional?
4. Parte da publicação ou da obra toda é sobre o conteúdo da opinião pública (em determinado momento, sobre um tema específico, apoiado ou combatido por determinados grupos ou instituições) ou o conteúdo da opinião pública serve apenas para exemplificar como funciona?
5 ª. Alguma parte ou a totalidade do trabalho lida com o funcionamento da opinião pública? Ele o faz da perspectiva da psicologia social ou adota a perspectiva da política, da cultura ou de algum outro campo?
5b. Ou é o funcionamento da opinião pública delineado quando o contexto o permite, mesmo que não seja o tema principal da publicação?
6. A opinião pública é tratada como uma capacidade crítica, intelectual e altamente valorizada de julgamento (o conceito elitista) ou como um meio de integração, de pressão para o conformismo, de controle social (o conceito integrador)?
7. O autor apresenta a opinião pública como absurda ou inteligente ou, alternativamente, absurda e inteligente? Que características são atribuídas à opinião pública? Ou o autor se abstém de fazer julgamentos de valor?
8. A conformidade é mencionada em relação à opinião pública?
O medo do isolamento é mencionado como causa da conformidade?
A publicação menciona o conceito de "medo social" (ou algum termo sinônimo) em relação à conformidade?
9. Há uma ênfase particular no medo do isolamento do indivíduo como um fator no processo de opinião pública?
10. Como o indivíduo percebe a aprovação ou desaprovação do meio ambiente (os sinais do meio ambiente)?

11. A publicação aborda o princípio de Hume de que "o governo ... se baseia apenas na opinião" ou assume alguma posição mais geral sobre a ideia de que o governo deve levar a opinião em consideração?
12. É explicitamente ou pelo menos implicitamente declarado na publicação que a opinião ou o clima da opinião tem uma carga moral, está relacionado ao julgamento moral?
13. O autor faz uma distinção explícita ou implícita entre as posições racionais e morais? Como você descreve a relação entre os dois?
Existe uma distinção entre estágios de predominância de posições morais e estágios de predominância de posições racionais?
14. O trabalho faz uma distinção explícita ou implícita entre as opiniões o público (sobre um tema específico, no curto prazo) e o clima de opinião (tendência à difusão, no longo prazo)? O conceito de opinião pública pode ser entendido a partir deste trabalho como uma personificação do clima de opinião?
15. A publicação contém uma discussão sobre o termo "público"? "Público" é definido legalmente, politicamente ou em termos de psicologia social (como tribunal, olho público)?
16. O que é descrito como expressão da opinião pública: conteúdo da mídia, resultados eleitorais, símbolos, rituais (celebrações), instituições, moda, boatos, fofocas, reações das pessoas a comportamentos, padrões verbais, outros?
17. Como é vista a relação entre o jornalismo, os meios de comunicação de massa e a opinião pública?

a) A opinião publicada é identificada com a opinião pública ou é você pode distinguir claramente?

b) A mídia é considerada como tendo uma influência poderosa ou limitada na formação da opinião pública, ou esta questão não foi abordada?

c) O trabalho descreve outros fatores que influenciam a opinião pública? Que?

18. O trabalho trata da influência da opinião pública em certas áreas como direito, religião, economia, ciência, arte ou estética (cultura pop)?
19. A publicação distingue entre a percepção de opinião de um indivíduo e o medo do isolamento em sua família, em seu círculo mais amplo de amigos, conhecidos, vizinhos e colegas de trabalho e, finalmente, no público anônimo?
20. É possível tirar conclusões sobre a visão do autor sobre o fenômeno da opinião pública ou sobre o conceito de
O "público" ou o "olhar público" estudando o Zeitgeist (espírito da época), as condições sociais e culturais ou as circunstâncias em que viveu o autor?
21. O que você perdeu neste questionário? Onde na postagem havia

declarações explícitas ou implícitas sobre a opinião pública ou o termo "público" que você não conseguiu incluir nessas perguntas?